

# Documento 1

## Resultados e Fragilidades da implementação da nota técnica 01/2010

### *Relatório de pesquisa*

Revisão 01 - julho 2023



**Parmis**  
PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA  
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR  
**MARÉSS**  
MAPEAMENTO EM AMBIENTES,  
RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE



A realização do PLANO DE AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

# Equipe técnica

## Coordenação Geral

Tatiana Walter - *Doutora em Ciências Sociais*

Patricia Tometich - *Doutora em Administração*

Naila de Freitas Takahashi - *Mestra em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento*

## Docentes

Cristiane Simões Netto Costa - *Doutora em Administração*

Gracieli Trentin - *Doutora em Geografia*

Liandra Peres Caldasso - *Doutora em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento*

Marcia Borges Umpierre - *Doutora em Educação Ambiental*

## Coordenação técnica

Bianca Moreira Caetano - *Licenciada em História*

Juliana Conti Hubner - *Tecnóloga em Gestão Ambiental*

Leon Barreto Gonçalves Rosa - *Tecnólogo em Gestão Ambiental*

Melissa Duarte Orestes - *Mestra em Administração*

Tanize Dias - *Mestra em Gerenciamento Costeiro*

Franciely Frasseto Delolmo Ledesma - *Tecnóloga em Produção Fonográfica*

## Pesquisadores(as)

Luceni Medeiros Hellebrandt - *Doutora em Ciências Humanas*

Raquel de Carvalho Dumith - *Doutora em Geografia*

Fabiane Fagundes da Fonseca - *Mestra em Educação Ambiental*

Indira de Avila dos Santos - *Mestra em Gerenciamento Costeiro*

Juliana Fonseca Oliveira de Melo - *Mestra em Ciências Sociais*

Marília Silva da Costa - *Mestra em Geografia*

Maryanna Oliveira Pozenato - *Mestra em Educação Ambiental*

Natália Barreto Gonçalves Rosa - *Mestra em Gerenciamento Costeiro*

Rafaella Bubolz - *Mestra em Gerenciamento Costeiro*

Roberto Caldeira Lopes - *Mestre em Contabilidade*

Júlia Leandro Ribeiro - *Mestranda em Geografia*

Lucas Lins Costa - *Mestrando em Artes*

Bianca Kernbeis dos Santos - *Tecnóloga em Gestão Ambiental*

Matthews Rocha Mello - *Bacharel em Oceanologia*

Vania Pierozan - *Bacharela em Design Gráfico*

Venine Oliveira dos Santos - *Licenciada em História*

Diego Winter de Freitas - *Bacharel em Jornalismo*

Adriana Sandini Miotto - *Graduanda em Agroecologia*

Giovani Hober Ghiggi - *Bacharel em Artes Visuais*

Gabriel Henrique Silva das Dores - *Graduando em Agroecologia*

Letícia Hanna dos Santos Falcão - *Graduanda em Agroecologia*

Nahome Paz Azevedo dos Santos - *Graduanda em Oceanologia*

Rayssa Lordelo Fatturi - *Graduanda em Gestão Ambiental*

Suelen de Souza Cadaval - *Graduanda em Oceanologia*

Tais Reiserfer - *Graduanda em Gestão de Cooperativas*

O PLANO DE AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS (PARMIS) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

# Sumário

1. Introdução	5
2. Escopo da Pesquisa	8
2.1. Recorte da pesquisa	8
2.2. Procedimentos de pesquisa	11
2.3. Organização, categorização e análise dos dados	16
3. Principais resultados e fragilidades da implementação da NT nº 01/2010	19
3.1. Resultados	19
3.2. Fragilidades	47
4. Contribuições das análises sobre resultados e fragilidade à consolidação do Plano Macro envolvendo os Programas do Eixo 4.	81

## \_apêndices

_apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	94
_apêndice 2: Tutoriais dos formulários eletrônicos	97
_apêndice 3: Roteiro geral	172
_apêndice 4: Roteiros de entrevistas com os SAE	184
_apêndice 5: Roteiro de Observação Participante	188
_apêndice 6: Principais Conquistas	192
_apêndice 7: Relação Ações PEA X Vulnerabilidade socioambiental	232
_apêndice 8: Impactos diretamente, possivelmente associados à cadeia de petróleo e gás e/ou oriundos de outras atividades econômicas e ações que os PEA desenvolvem	244

### Lista de quadros:

QUADRO 1- Características dos PEA que integram a pesquisa.	8
QUADRO 2- Eventos dos PEA observados pela equipe PARMIS.	15
QUADRO 3- Síntese das categorias e subcategorias de análise	21
QUADRO 4- Categorias e subcategorias de análise de fragilidades.	48
QUADRO 5- Linhas de ação descritas na NT n° 01/2010.	64

### Lista de imagens:

FIGURA 1- Abrangência espacial da pesquisa.	10
FIGURA 2- Linha do tempo dos PEA	19
FIGURA 3- Participação dos SAE na concepção dos Planos de Trabalho dos PEA, a cada fase.	20
FIGURA 4- Contribuição entidades representativas.	23
FIGURA 5- Assentos em espaços de participação por entidades apoiadas pelos PEA.	24
FIGURA 6- Relação entre o número de espaços de participação e assentos conquistados.	25
FIGURA 7- Distribuição municipal do acesso a direitos e/ou políticas públicas em relação ao número de PEA, organizados para o PEA/SP-Rio (esquerda) e PEA/BC	27
FIGURA 8- Articulações com movimentos sociais por município em relação ao n° de PEA, distribuídos para o PEA/SP-Rio (a esquerda) e PEA/BC (a direita).	29
FIGURA 9- Contribuição dos PEA para PCAP.	30
FIGURA 10- Distribuição Espacial das ações para diminuição da vulnerabilização socioambiental, para o PEA SP/Rio (a esquerda) e para o PEA/BC (a direita).	33
FIGURA 11- Contribuição das ações desenvolvidas em relação a cada fator de vulnerabilização socioambiental dentre um total de 56 ações.	34
FIGURA 12- Percentual dos impactos diretamente associados à cadeia de P&G, possivelmente associados à cadeia de P&G e oriundos de outras atividades econômicas.	38
FIGURA 13- Abrangência dos cursos/oficinas.	41
FIGURA 14- Distribuição de bolsas por tipo.	42
FIGURA 15- Estratégias de incentivo para a continuidade dos estudos da equipe técnica do PEA.	43
FIGURA 16- Quantitativo de publicações acadêmicas/científicas	44
FIGURA 17- Orientação, auxílio e apoio dos PEA para enfrentamento de problemáticas no período pandêmico.	45
FIGURA 18- Estratégias adotadas para a continuidade do trabalho do PEA remotamente, em período pandêmico	46
FIGURA 19- Distribuição espacial dos PEA na área de abrangência do PEA/BC.	50

# 1. Introdução

A Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010, publicada em 13 de julho de 2010, foi elaborada pelos(as) analistas ambientais do IBAMA que atuavam na análise e mitigação<sup>1</sup> dos impactos socioambientais<sup>2</sup> decorrentes de empreendimentos marítimos de produção e escoamento de petróleo e gás. Na época, contribuíram com os debates e reflexões, além dos analistas ambientais, gestores(as) e pesquisadores(as) que atuavam com a temática.

Seu principal subsídio se deu a partir da experiência de cinco anos de implementação das diretrizes constantes no documento “Orientações Pedagógicas do Ibama para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural” (IBAMA, 2005). Ambos – Nota Técnica e Orientações Pedagógicas – constituem-se documentos balizadores elaborados pelo órgão ambiental com vistas à consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999; 2002). Consolidação que se pretende alcançar por meio da implementação de Programas e Projetos de Educação Ambiental (PEA) destinados à mitigação de impactos de empreendimentos poluidores, neste caso, aqueles que envolvem atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás.

Enquanto as “Orientações Pedagógicas” é o documento que apresenta a fundamentação teórica acerca da Educação Ambiental Crítica e a relevância desta vertente para a mitigação de impactos, a “Nota Técnica” constitui-se um documento diretivo e normativo, que se volta à operacionalização dos Programas e Projetos de Educação Ambiental, sendo a principal referência junto àqueles que têm atuação nos projetos, a saber: analistas ambientais; técnicos(as) de empresas petrolíferas; coordenadores(as) dos PEA; educadores(as) ambientais e demais técnicos(as) que atuam nos projetos e; sujeitos(as) da ação educativa (SAE).

Ademais, ao longo do tempo, os resultados obtidos por meio da Nota Técnica contribuíram para que o IBAMA ampliasse o escopo das diretrizes para outros instrumentos, envolvendo as demais tipologias de atividades licenciadas pelo órgão ambiental, o que resultou na Instrução Normativa (IN) nº 02/2012 (IBAMA, 2012) e no “Guia para Elaboração de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal” (IBAMA, 2019). Tais documentos, contudo, reproduzem parte de seu conteúdo de forma simplificada, sem considerar uma análise mais aprofundada de seus limites.

---

1 O termo mitigação designa uma diversidade de ações, que podem ser pontuais ou contínuas, na forma de projetos ou de exigências específicas que se voltam a evitar, reduzir, compensar ou monitorar os impactos socioambientais buscando um maior gerenciamento sobre os mesmos ao longo das diversas fases de um empreendimento. Ademais, as ações destinadas à mitigação podem ser propostas sobre aspectos dos empreendimentos, ou seja, características intrínsecas a sua implantação, sobre os impactos, que constituem as alterações decorrentes destas características sobre o ambiente ou sobre os fatores de vulnerabilização socioambiental, associado a questões estruturais dos grupos sociais impactados. Em formulações mais recentes a promoção da participação social e a mediação de conflitos ambientais também constituem mecanismos de mitigação (JESUS *et al.*, 2013).

2 A despeito da legislação brasileira se referir a impactos ambientais, em geral, estes são sistematizados em sua relação com a dimensão física, biológica e socioeconômica do ambiente. Neste sentido, ao nos referirmos a impactos socioambientais, estamos situando como objeto da pesquisa aqueles impactos ambientais que incidem sobre a dinâmica social e não a totalidade de impactos ambientais desencadeada pela indústria de petróleo e gás.

Diversos autores têm realizado reflexões acerca dos PEA implementados como exigência do licenciamento ambiental de petróleo e gás, seja em torno de análises destinadas a compreender os projetos no âmbito do licenciamento (MAGALHÃES, 2015; PEREIRA; ANELLO; PEREIRA, 2018; SILVA; SOUZA; PRADO, 2020); de reflexões acerca da estrutura metodológica dos projetos (OLIVEIRA; RANGEL; JÚNIOR, 2018; AZEVEDO; GANTOS, 2019; PEREIRA, 2020) ou em torno de resultados oriundos de processos de ensino-aprendizagem (BUENDÍA; WALTER; DÔRES, no prelo; MAGALHÃES; LOUREIRO; MACHADO, 2015). Especialmente a publicação de WALTER *et al.* (2021) destaca o processo de consolidação dos PEA que atuam junto aos pescadores e pescadoras artesanais que integram o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA/BC), explicitando diversas contribuições dos projetos ao protagonismo deste grupo social em relação ao acesso a direitos e políticas públicas necessárias à diminuição da vulnerabilização socioambiental que vivenciam.

Contudo, Programas e Projetos ocorrem na interface entre educação ambiental e avaliação de impactos ambientais (AIA), sendo mediados pelo processo do licenciamento ambiental<sup>3</sup>. No escopo da AIA e do licenciamento são definidos: os(as) sujeitos(as) (WALTER; ANELLO, 2012), o planejamento do ato pedagógico (QUINTAS, 2009; WALTER *et al.*, 2019), além do recorte espacial, temporalidade das ações, embasamento legal, sustentação dos projetos enquanto medida destinada à mitigação de impactos socioambientais e arranjo gerencial.

Neste sentido, face ao processo de amadurecimento em torno da exigência de PEA por mais de uma década, foi demandado pelo IBAMA uma leitura em torno dos resultados e fragilidades dos PEA considerando como marco temporal a Nota Técnica nº 01/2010<sup>4</sup>. Tais análises, descritas no presente documento, destinam-se a dois propósitos. O primeiro foi de sistematizar resultados gerados pelos PEA no sentido de ampliar a visibilidade em torno da contribuição destes, para além dos aspectos afeitos aos processos de ensino-aprendizagem, mas sem desconsiderá-los. O segundo busca compreender as fragilidades associadas à implementação da Nota Técnica nº 01/2010, tendo como referência o fato de: i) Programas e Projetos se constituírem em uma medida de mitigação do licenciamento ambiental; ii) atualmente, o IBAMA – em conjunto com as empresas petrolíferas que atuam nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo – alçarem esforços em estruturar e implementar o Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro).

---

3 Importa salientar que temos como premissa que os Programas e Projetos de Educação Ambiental executados no contexto do licenciamento ambiental são Políticas Públicas, uma vez que resultam de diretrizes legais e normas instituídas pelo poder público, especificamente a Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental. Seguindo a formulação de Souza (2006) e de Secchi (2013), entendemos políticas públicas como diretrizes firmadas para a resolução de problemas públicos, com abordagem multicêntrica, assumindo que elas se desdobram de distintas articulações entre Estado e Sociedade, sendo elaboradas e aplicadas a partir do aparato institucional do primeiro.

4 Em resposta a esta demanda, está sendo implementado o Projeto de Pesquisa “Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS)” exigido como condicionante da Licença de Operação nº 1572/2020, concedida à Empresa Trident Energy do Brasil Ltda. para o sistema de produção, coleta e escoamento de petróleo e gás natural dos polos Pampo e Enchova, campos de Badejo, Bonito, Bocado, Enchova, Enchova Oeste, Linguado, Marimbá, Pampo, Piraúna e Trilha, na Bacia de Campos.

Este Plano busca maior integração entre as etapas pretéritas à concessão da licença ambiental (pré-licença) e as etapas de monitoramento e mitigação de impactos sinérgicos e cumulativos após a concessão (pós-licença) (IBAMA, 2023). Neste contexto, as análises acerca dos resultados e fragilidades visam, também, considerar a compatibilização e integração das ações dos PEA ao Plano Macro. Em consequência, o documento aqui apresentado constitui um “mapa” que oportuniza a leitura de problemas relacionados a questões estruturais envolvendo os arranjos associados à implementação dos PEA, de forma a contribuir com sua superação face aos novos desenhos organizacionais delineados no âmbito do Plano Macro.

Este documento foi dividido em 2 partes, além desta introdução. Na sequência, é apresentado o escopo da pesquisa, desde seu recorte até cada um dos procedimentos para a coleta e análise de dados. No item 3 encontram-se os resultados e as fragilidades com relação à implementação da Nota Técnica no 01/2010. Por fim, apresenta-se, no item 4, as contribuições das análises aqui descritas à concepção das sugestões dos Programas a compor o Eixo 4 e à consolidação e implementação do Plano Macro.

# 2. Escopo da Pesquisa

## 2.1. Recorte da pesquisa

A definição de quais PEA seriam objeto de análise pelo PARMIS foi proposta pelo IBAMA, considerando a abrangência territorial – coincidente ao Plano Macro – e a consistência dos resultados destes PEA ao longo do tempo (Quadro 1).

**QUADRO 1-** Características dos PEA que integram a pesquisa.

Programa	Projeto de Educação Ambiental	Objetivo	Ano de início*	Sujeitos da Ação Educativa
PEA/BC	NEA-BC Projeto Núcleo de Educação da Bacia de Campos	Fase I, II e III - Fortalecer a organização comunitária e a participação popular na definição de políticas públicas, formando cidadãos para o exercício pleno da cidadania.  Fase IV - Mitigar os impactos socioambientais sobre o uso e a ocupação do solo consequentes da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás, a partir de uma organização e participação das comunidades na gestão socioespacial nos municípios da Bacia de Campos.	2008	Jovens e lideranças comunitárias
	QUIPEA Quilombos no Projeto de Educação Ambiental	Fortalecer as comunidades quilombolas: dos seus laços, identidade de resistência e participação nas decisões sobre o espaço vivido, especialmente as que envolvem o licenciamento ambiental.	2010	Comunidades quilombolas
	Observação**	Constituir Observatórios para identificar, monitorar, avaliar e encaminhar questões relativas aos impactos socioambientais decorrentes da cadeia produtiva de petróleo.	2011	Variam conforme município, podendo ser: Pescadores(as) artesanais; Quilombolas; Agricultores(as) familiares; Moradores(as) Lagomar (Macaé)
	FOCO Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária	Favorecer a emancipação das mulheres que estão relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal e o reconhecimento do seu papel e atuação nos domínios econômico, social e ambiental da região, respeitando as relações de interdependência próprias da vida comunitária.	2011	Mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal

Programa	Projeto de Educação Ambiental	Objetivo	Ano de início*	Sujeitos da Ação Educativa
PEA/BC	REMA** Rede de Estudos em Meio Ambiente	Promover a organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal, nas perspectivas de contribuir para uma participação qualificada destes na gestão pública. O projeto visa, ainda, promover o reconhecimento e a valorização da identidade das comunidades pesqueiras e o sentimento de pertencimento dos jovens a essas comunidades.	2012	Jovens ligados à pesca artesanal
	Territórios do Petróleo	Promover a discussão pública dos processos de distribuição e aplicação dos royalties e participações especiais, através da constituição e consolidação de Núcleos de Vigilância Cidadã(NVC), realizando ações e/ou atividades educativas e de disseminação de informação sobre estes temas.	2013	Representantes e lideranças comunitárias
	Pescarte	Fortalecer a organização comunitária por meio de ações e/ou atividades educativas de qualificação profissional, bem como de geração de trabalho e renda junto aos pescadores artesanais e seus familiares.	2014	Pescadores(as) artesanais, marisqueiras(os) e seus familiares
PEA/SP - Rio	Costa Verde***	Fase I - Desenvolver processo educativo voltado ao fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal, de forma a contribuir para a participação qualificada na gestão socioambiental e permanência nos territórios onde vivem.  Fase II - Desenvolver processo educativo envolvendo as comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais com vistas ao fortalecimento de processos organizativos que buscam a permanência nos territórios em que vivem e trabalham, através da construção de uma escola de formação e capacitação para o trabalho.	2017	Pescadores(as) artesanais, caiçaras e quilombolas, com destaque às mulheres

**FONTE:** Elaborado pela equipe do Laboratório MARéSS, com base nos Planos de Trabalho e Relatórios dos PEA. PARMIS, 2021.

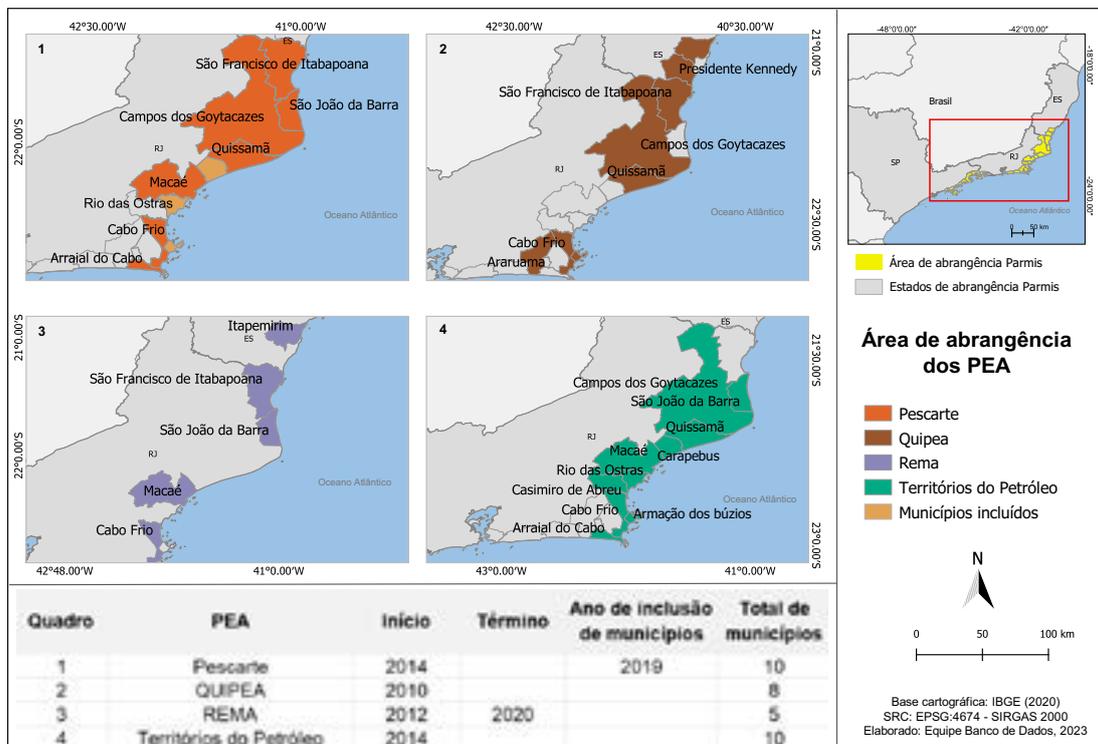
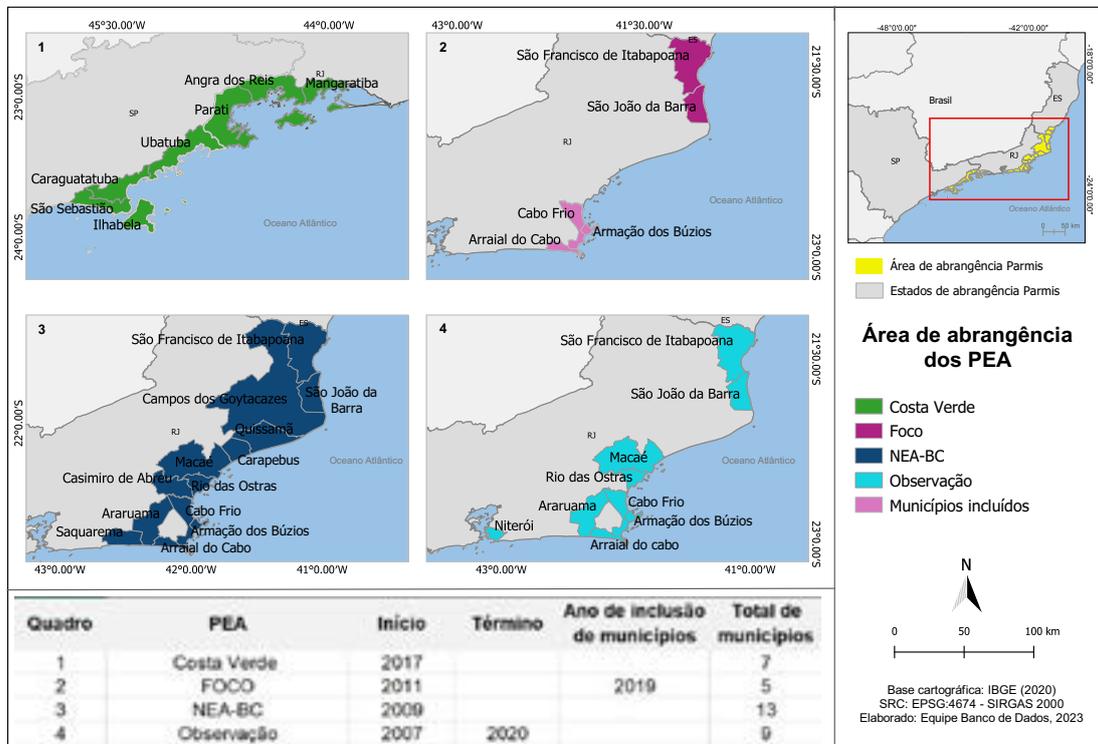
\* Foi considerado como ano de início aquele em que foi aprovado o Plano de Trabalho.

\*\* Os PEA Observação e REMA finalizaram suas atividades em 2020. Destes se desdobrou um novo PEA denominado "PEA Rede Observação" iniciado em 2021.

\*\*\* O PEA Costa Verde finalizou a Fase I e, quando iniciada a Fase II, em 2021, passou a se chamar Projeto Redes: tecendo saberes, construindo autonomia.

Em consequência, o recorte espacial da pesquisa envolve a área de abrangência dos sete PEA analisados, abrangendo partes do litoral norte capixaba, do litoral fluminense e do litoral norte paulista (Figura 1).

**FIGURA 1-** Abrangência espacial da pesquisa.



**FONTE:** PARMIS, 2023

Quanto à temporalidade das análises, foi definido o período de 2010-2021 para sistematização dos resultados dos PEA. O ano de 2010 constitui o marco inicial devido à publicação da Nota Técnica. A partir daí, os PEA passaram a atender diretrizes específicas no que diz respeito à definição de sujeitos(as) da ação educativa (SAE), dentre aqueles(as) impactados(as) pela indústria petrolífera, e de seus processos de ensino-aprendizagem, conforme linha de ação constante na Nota Técnica. Para aqueles projetos que iniciaram antes do ano de 2010, foram dimensionados alguns de seus resultados, considerando o início do PEA até sua adequação à Nota Técnica. Entretanto, a maior parte das análises se concentrou no período subsequente. No caso da análise qualitativa, que envolveu reflexões em torno dos resultados e das fragilidades da implementação da Nota Técnica, considera-se como limite temporal o ano de 2023, uma vez que não é possível estabelecer um recorte estrito nas interações com interlocutores(as), e houve coleta de dados após o limite definido (2021), por entrevistas (2022) e roda de conversa (2023).

## 2.2. Procedimentos de pesquisa

Atendendo às normas nacionais de ética em pesquisa elaboradas pelo Conselho Nacional de Saúde (Norma Operacional 01/2013; Resolução 466/2012; Resolução 510/2016), o primeiro procedimento que importa descrever foi a tramitação do projeto de pesquisa do PARMIS no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Cabe mencionar que todas as pesquisas que envolvem interação com seres humanos passam por tal comitê, cumprindo as etapas de descrição da pesquisa com relação ao escopo, à metodologia, abrangência geográfica, critérios de inclusão/exclusão de participantes, relevância social e científica da pesquisa, benefícios sociais pretendidos, riscos à saúde/bem estar dos convidados a participar como interlocutores (e formas de tratá-los), além da responsabilidade da coordenação do projeto no armazenamento e tratamento dos dados coletados. O PARMIS obteve sua aprovação em 2021, antes do início da coleta de dados, cumprindo o regramento incidente, e o processo está registrado no CEP sob o código CAAE 44791021.9.0000.5324.

Parte do processo de aprovação da pesquisa pelo CEP envolve a elaboração de um Termo de Esclarecimento e Livre Consentimento (TCLE), que tem a função de informar aos possíveis interlocutores sobre os objetivos, relevância e riscos da pesquisa, bem como esclarecer que o consentimento (mesmo depois de assinado) pode ser retirado em caso de desistência da participação na pesquisa (durante entrevistas e outros tipos de interação associados à coleta de dados). Este documento (apêndice 1) foi apresentado e assinado em cada uma das etapas de coleta de dados que serão descritas daqui em diante.

Para a coleta, categorização e análise de dados referentes à implementação da NT nº 01/2010 foi utilizado um mosaico de técnicas de pesquisa, considerando a diversidade tanto do perfil de participantes da pesquisa quanto dos tipos de dados. Na sequência, descrevemos cada uma das técnicas utilizadas.

### 2.2.1. Análise documental dos PEA e aplicação de formulários eletrônicos junto às empresas e coordenações

A primeira etapa da pesquisa buscou a sistematização dos resultados dos PEA. Para a coleta de dados, foram elaborados formulários eletrônicos, por meio da plataforma *Coletum*<sup>5</sup>, tendo como perspectiva a complementaridade das informações, de responsabilidade de coordenadores(as), técnicos de empresas e aquelas constantes em documentos dos projetos protocolados no IBAMA, em especial, planos de trabalho e relatórios.

Previamente, foi solicitado que as coordenações e técnicos(as) contribuíssem para o aprimoramento do instrumento com sugestões<sup>6</sup>, preenchendo uma planilha compartilhada por e-mail e participando de reunião remota, realizada no dia 10 de junho de 2021.

Já as informações constantes dos relatórios e planos de trabalho foram sistematizadas pela equipe técnica do PARMIS a partir de um terceiro formulário. Os documentos dos PEA foram acessados por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e o resultado dessa sistematização foi submetido às operadoras responsáveis por cada um dos PEA, para validação e/ou complementação. Os formulários foram aplicados entre agosto e outubro de 2021 e foram acompanhados de tutoriais (apêndice 2) para auxiliar no preenchimento.

A partir da sistematização em banco de dados e análise das respostas, foram elaborados *dashboards*<sup>7</sup> (*Power BI*) que apresentaram uma primeira leitura dos impactos mitigados pelas ações dos PEA. Estes resultados foram apresentados em reuniões com as coordenações técnicas e representantes de operadoras de cada PEA, onde foram esclarecidas dúvidas e realizado um segundo momento de preenchimento que ocorreu de 20 de agosto até 31 de outubro de 2022. As análises interativas oportunizadas pelos dashboards contribuíram para uma visualização integrada da realidade de cada PEA. Após esta primeira leitura, foram elaboradas diferentes representações gráficas contendo os dados agregados, com vistas a subsidiar a apresentação dos resultados que compõem este documento.

### 2.2.2. Análise documental do acervo do projeto “Impactos na Pesca”

Foi realizada análise documental de 53 entrevistas constantes no acervo do Projeto de Pesquisa “Avaliação de Impacto Social: uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro” - Impactos na Pesca<sup>8</sup>, realizadas no ano de 2018 de forma presencial.

5 O Coletum consiste em uma ferramenta para a coleta e armazenamento de dados sendo possível sua extração para análises a partir de tabelas e/ou arquivos de leitura (.pdf), além de outras maneiras de apresentação de dados.

6 Maiores detalhes sobre o processo de consulta para ajuste dos formulários podem ser encontradas no documento “Das contribuições aos formulários do Plano de Avaliação e Revisão de Impactos Socioambientais (PARMIS)” SEI nº 10582743.

7 Dashboard é um recurso do Power BI, uma ferramenta da Microsoft com um conjunto de serviços/aplicativos que possibilitam a transformação, a organização e a conexão entre diferentes dados, como a visualização de gráficos, planilhas e informações de forma interativa e online em painéis de relatórios associados a um conjunto de dados existente.

8 O projeto de pesquisa “Avaliação de Impacto Social: uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro” (Impactos na Pesca) foi executado no período de março de 2017 a outubro de 2020. A pesquisa, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), é oriunda do Termo de Ajustamento de Conduta do Campo de Frade, de responsabilidade da PETRORIO, tendo sido exigido pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Seus resultados estão disponíveis em [www.maress.furg.br](http://www.maress.furg.br), no item “Projetos Concluídos”.

Este projeto teve em seu escopo os PEA que possuíam como SAE integrantes das comunidades pesqueiras, e as entrevistas foram realizadas na região dos lagos e no norte fluminense. O número de entrevistas contemplou pelo menos cinco perfis de entrevistados: i) sujeitos(as) das ações educativas que possuem envolvimento com a cadeia produtiva da pesca; ii) sujeitos(as) que foram inseridos(as) na equipe técnica dos PEA, atuando como educadores(as), dinamizadores(as), mobilizadores(as) ou como contratados(a) para prestação de serviços gerais nas sedes dos projetos; iii) coordenações técnicas dos PEA; iv) técnicos(as) das operadoras responsáveis por acompanhar o PEA; e v) analistas da COPROD/IBAMA. Dentre os dados utilizados, foram consideradas 48 categorias de análise construídas para as entrevistas no âmbito do projeto, categorizadas no *software* de análise quali-quantitativa *NVivo*. Além das entrevistas, foram analisadas as publicações técnico-científicas oriundas desta pesquisa.

### **2.2.3. Entrevistas em profundidade com coordenações dos PEA e técnicos(as) das operadoras**

As entrevistas com coordenações de PEA e técnicos(as) das operadoras foram realizadas em novembro e dezembro de 2021, em modo remoto, na plataforma Google Meet. Inicialmente, foi elaborado um roteiro geral (apêndice 3) para orientar a construção de roteiros específicos, considerando as especificidades de cada PEA, identificadas na análise documental dos planos de trabalho e relatórios, nos formulários eletrônicos aplicados anteriormente e, quando pertinente, em dados coletados no âmbito do projeto “Impactos na Pesca”.

### **2.2.4. Entrevistas em profundidade com Sujeitos(as) da Ação Educativa (SAE)**

Foram realizadas 35 entrevistas com SAE que faziam parte de PEA dentro do escopo do PARMIS e que estivessem participando desde período anterior a 2021, considerando o recorte temporal da pesquisa. As entrevistas ocorreram entre agosto e setembro de 2022, em modo presencial, distribuídas em 16 municípios entre o litoral sul capixaba, a região dos lagos, o norte fluminense, o litoral sul fluminense e o litoral norte paulista. O objetivo destas entrevistas foi compreender resultados e fragilidades dos PEA, investigar os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás e relacioná-los com as ações de mitigação. Os roteiros (apêndice 4) foram pensados considerando os objetivos elencados, e de modo a complementar aqueles das entrevistas provenientes do banco de dados do projeto “Impactos na Pesca”, face que este tinha em seu escopo apenas os PEA cujos SAE eram oriundos de comunidades pesqueiras. Portanto, foi identificada a necessidade de agregar outros PEA – e, conseqüentemente, municípios e grupos sociais que não integraram o projeto anterior.

### 2.2.5. Oficinas com analistas da COPROD/IBAMA

As oficinas de trabalho do PARMIS com os(as) analistas ocorreram em três momentos, distribuídos ao longo da execução do projeto, sendo eles:

i) 1ª Oficina PARMIS - realizada em duas etapas: a primeira nos dias 07, 09 e 11 do mês de março de 2022, nos turnos manhã e tarde. A segunda etapa ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2022, nos turnos da manhã e tarde. Ambas foram realizadas na modalidade virtual, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, totalizando 30 horas de trabalho. O objetivo foi identificar conjuntamente os principais resultados e fragilidades oriundas da implementação da Nota Técnica nº 01/2010.

ii) 2ª Oficina PARMIS - dividida em 6 encontros, realizados nos dias 04/10; 11/10; 25/10; 8/11; 22/11 e 06/12, do ano de 2022, de forma remota pela plataforma *Microsoft Teams*, totalizando 26 horas de trabalho. O objetivo que orientou a Oficina foi avaliar possibilidades de superar fragilidades identificadas na implementação da Nota Técnica nº 01/2010 e ao mesmo tempo manter seus principais resultados, tendo como intuito a inserção das medidas ao Plano Macro e a revisão da Nota Técnica.

iii) 3ª Oficina PARMIS - ocorreu presencialmente no município de São Lourenço do Sul (RS), no campus da FURG, sede do Laboratório Interdisciplinar MARÉSS, no período de 15 a 20 de maio de 2023. Foram 36 horas de trabalho imersivo divididos em quatro dias nos turnos manhã e tarde, sendo que o objetivo da Oficina foi de pactuar os objetivos gerais e específicos dos Programas do Eixo 4 e elencar os indicadores de resultados, estabelecendo a relação com os subsídios teóricos e analíticos adotados durante o projeto.

### 2.2.6. Roda de conversa com educadores(as) ambientais

Ocorreu de forma remota, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, no dia 11 de julho de 2023 das 19h às 22h. O objetivo foi promover um espaço de diálogo que aportasse subsídios ao aprofundamento da coleta de dados acerca dos principais resultados e fragilidades da implementação da Nota Técnica nº 01/2010. Para participar da atividade, o critério de seleção foi ser educador(a) atuante em PEA (no presente ou passado) que não tenha sido previamente entrevistado(a) pela equipe técnica do PARMIS, e para ingresso na sala, foi feita conferência daqueles que responderam ao formulário de inscrição e assinaram o TCLE. Destaca-se que houve uma reunião prévia com o coletivo de educadores(as) ambientais dos PEA no dia 20 de julho de 2022 às 19h para abordar como poderia ocorrer a inserção deles(as) na pesquisa, o formato, o objetivo, entre outros.

### 2.2.7. Observação participante em eventos dos PEA

A observação de eventos regionais dos PEA teve como objetivo compreender a dinâmica dos PEA, envolvendo a relação com as empresas, entidades executoras, órgãos ambientais e SAE. Para coleta de dados, o instrumento utilizado foi

um diário de campo padronizado, no formato de um roteiro semi estruturado e composto por dois blocos de questões: o primeiro com a identificação com dados gerais do evento e o segundo com elementos a serem observados (apêndice 5).

A definição dos eventos a serem observados se deu por meio de critérios como: i) que fossem eventos regionais organizados pelos PEA, de forma a abranger o maior número de municípios e sujeitos(as); ii) que o evento tivesse a presença de SAE dos PEA; iii) que o evento tivesse a presença da COPROD/IBAMA; iv) que fossem eventos realizados até o início de abril de 2023, considerando o cronograma de coleta de dados. Foi dada prioridade para participação em eventos presenciais, mas não havendo essa possibilidade, foram feitas observações em eventos online e, ainda, assistindo aos registros audiovisuais de eventos pretéritos (quadro 2).

**QUADRO 2-** Eventos dos PEA observados pela equipe PARMIS.

PEA	Evento	Formato	Data
Territórios do Petróleo	III Encontro Regional do PEA Territórios do Petróleo	Registro audiovisual cedido pela coordenação do PEA	05, 06, 07 e 08 de Agosto de 2022
FOCO	Encontro Regional	Presencial - São Francisco de Itabapoana	01 de Dezembro de 2022
FOCO	Encontro Regional	Evento Remoto (abrangendo a Região dos Lagos)	08 de Dezembro de 2022
Projeto Redes (Costa Verde)	2a Edição da Caravana do Bem Viver	Presencial - São Sebastião e Caraguatatuba	06, 07, 08, 09 de Dezembro de 2022
NEA-BC	Encontro regional com jovens	Presencial - Macaé	20, 21 e 22 de janeiro.
Pescarte	Encontro Microrregional	Presencial - Macaé	23, 24, 25 e 26 de março de 2023
Rede Observação	Encontro Regional	Presencial - Armação dos Búzios	24, 25 e 26 de março de 2023
QUIPEA	Reunião de formação da Comissão Articuladora	Presencial - Armação dos Búzios e Araruama	01 e 02 de Abril de 2023

**FONTE:** PARMIS (2023).

### 2.2.8. Registro audiovisual (gravação e filmagem)

Foram feitos registros audiovisuais, com gravação de áudio e vídeo, para o acervo do PARMIS, tanto das entrevistas quanto das oficinas de trabalho. Para as entrevistas que ocorreram de forma remota, com coordenações e técnicos(as) das operadoras e a roda de conversa com educadores(as) de campo, foi feita gravação da tela com autorização dos(as) participantes(as); já para as entrevistas de campo, foi feito registro com gravadores de voz, e, quando permitido pelo entrevistado(a), filmagem com câmera. A 1ª e 2ª Oficinas PARMIS, remotas, foram registradas por gravação de tela. Já a 3ª Oficina PARMIS tem registros em áudio e vídeo. Os registros vão subsidiar a produção de conteúdo audiovisual que compõem os demais produtos previstos no plano de trabalho do PARMIS.

## 2.3. Organização, categorização e análise dos dados

Inicialmente, registra-se o esforço em relação à coleta e análise de dados: foram 23 formulários eletrônicos aplicados junto de coordenações dos PEA (8), técnicos(as) das operadoras (7) e equipe técnica do PARMIS por meio da análise de documentos dos PEA (8), totalizando 420 questões no total. Foram analisadas 103 entrevistas que, em registro de áudio e audiovisual, resultaram em cerca de 114 horas. Transcritas, as entrevistas originaram aproximadamente 2.460 páginas. Além das entrevistas, foram realizados três encontros com a equipe da COPROD/IBAMA, ao longo de 20 dias, com total de 112 horas de duração, totalizando 529 páginas de relatoria. Por fim, uma roda de conversa com educadores(as) totalizando 167 inscrições e um público presente que variou entre 128 e 143 participantes, ao longo de 3 horas de duração.

Na busca por um desenho que atendesse às características do objeto pesquisado, a triangulação de métodos proposta por FLICK (2009) e MINAYO *et al.* (2005) demonstrou-se efetiva, pois a diversidade de metodologias adotadas está atrelada ao, também diverso, perfil de interlocutores(as) da pesquisa e principalmente aos diferentes papéis e espaços que ocupam no contexto pesquisado. Assim, foi possível alcançar dados de diferentes perspectivas e, conseqüentemente, uma análise respaldada em abordagens teóricas sólidas sobre os resultados obtidos, considerando diferentes pessoas, contextos, referências temporais e espaços.

Enquanto os resultados oriundos dos formulários foram sistematizados em banco de dados, as transcrições das entrevistas foram inseridas no *software* de análise qualitativa NVivo, utilizado para categorizar esse material. Para essa etapa, foi necessária a definição de um conjunto de categorias. Categorias de análise podem ser estabelecidas na fase exploratória da pesquisa, neste caso sendo conceitos mais gerais e abstratos; ou a partir da coleta de dados, que seriam mais específicas e concretas (GOMES, 2002). Inicialmente foram pensados conceitos mais gerais, que orientaram a formulação dos roteiros para a coleta de dados, construídos com base em referenciais teóricos, análise documental dos PEA e documentos orientadores do PARMIS. Porém, as categorias foram defini-

das efetivamente a posteriori, pensadas para classificar os dados encontrados em campo, tornando-se mais específicas.

Desta forma, para a definição das categorias de análise apresentadas neste documento, ocorreram dois níveis de categorização: o primeiro teve objetivo de organizar os dados oriundos das entrevistas em profundidade, fornecendo maior direcionamento para as análises. Essa primeira etapa envolveu orientações constantes nos documentos “Plano de Trabalho”; “Detalhamento da Pesquisa do PARMIS” e os Pareceres Técnicos emitidos pelo IBAMA. De maneira complementar, foram considerados os roteiros das entrevistas e categorias advindas do projeto “Impactos na Pesca”.

Após esse exercício, foram realizados pela equipe dois encontros para compreender como cada categoria poderia contribuir com os objetivos da pesquisa; debater o entendimento sobre a descrição de cada categoria; e identificar possíveis lacunas, bem como, categorias que poderiam ser suprimidas ou reagrupadas. Ao final, foram propostas 37 categorias de análise<sup>9</sup>, entre categorias e subcategorias, e a partir dessa definição, foram pensados descritores para cada uma delas para serem utilizados como guia nas categorizações. Finalizada esta etapa, realizou-se a codificação das entrevistas a partir das categorias de análise, identificando os trechos que tratavam de resultados e fragilidades relacionadas à implementação da Nota Técnica nº 01/2010, além de outras temáticas de interesse do PARMIS.

Face ao esforço analítico envolvendo a pesquisa e sua proposição de contribuir com as demandas da COPROD/IBAMA em relação ao Plano Macro, destaca-se que a sistematização das fragilidades e resultados ocorreu de forma concomitante à formulação dos Programas sugeridos para compor o Eixo 4.

### 2.3.1. Resultados e fragilidades

Para definição das categorias relacionadas aos resultados da implementação da Nota Técnica nº 01/2010, foi realizada: i) leitura das categorias de análise, tanto do PARMIS<sup>10</sup> quanto do acervo do Projeto “Impactos na Pesca<sup>11</sup>”; ii) leitura de relatorias e registros audiovisuais das Oficinas PARMIS; e iii) leitura e sistematização dos dados oriundos dos formulários eletrônicos no Banco de

9 As categorias elencadas foram: Mobilidade SAE; Rotatividade SAE; Espaços de Participação; Articulação com Movimentos Sociais; Mobilização PEA; Formação PEA; Sensibilização (EA crítica); Potencialidades PEA; Fragilidades PEA; Impactos socioambientais; Mitigação; Geração de Trabalho e Renda; Formalização Territorial; Demandas por políticas públicas; Preservação e conservação ambiental; Transparência, prestação de contas e publicidade; Controle Social; Experiência técnico-profissional; Critérios para definição da equipe técnica; Entidades representativas dos SAE; Pandemia (digital); Impactos da Pandemia; Ações de mitigação; Avaliação da mitigação; Sugestões/Medidas complementares (no âmbito do licenciamento); Relações institucionais entre Instituição- empresa; Relações institucionais com IBAMA; Relações institucionais entre os PEA; Pontos Positivos NT 01/2010; Pontos negativos NT 01/2010; Sugestões NT 01/2010; Diagnóstico Participativo; Plano Macro; Programa de Comunicação Social; Vulnerabilidade socioambiental; Observações; e Outros.

10 Categorias “Controle social”, “Transparência”, “Pontos Positivos NT 01/10”, “Sugestões NT 01/10”, “Digital”, “Entidades Representativas dos SAE”, “Impactos identificados”, “Indicadores”, “Formação PEA”, “Mobilização PEA”, “Sensibilização para EA Crítica”, “Ações de Mitigação”, “Avaliação da Mitigação”, “Pandemia”, “Articulação com Movimentos Sociais”, “Espaços de Participação”, “Programa de Comunicação Social”, “Relações Institucionais entre PEA”, “Relações Institucionais com IBAMA”, “Relações Institucionais entre Instituição executora-empresas”, “Resultados e Potencialidades”, “Demandas por políticas públicas”, “Formalização territorial”, “Geração de Trabalho e Renda”, “Preservação e conservação ambiental”, “Soberania Alimentar”, “Observações e Sugestões”, “Outros”

11 Categorias “Resultados PEA”, “Implementação PEA”, “Integração PEA-PCAP”, “Outros projetos/parcerias”, “Espaços de participação: Facilidades e/ou dificuldades, Acesso a informação, Infraestrutura, Qualidade de intervenção”, “Processo emancipatório - Transformações políticas”, “Processo emancipatório - Transformações sociais”, “Processo emancipatório - Transformações econômicas”.

Dados do PARMIS. Já a definição das categorias relacionadas às fragilidades da implementação da Nota Técnica nº 01/2010, foi realizada: i) a partir da análise dos dashboards com a sistematização das informações coletadas por meio dos formulários eletrônicos; ii) da análise/leitura das entrevistas transcritas e codificadas a partir das categorias de análise, tanto do PARMIS<sup>12</sup> quanto do acervo do Projeto “Impactos na Pesca<sup>13</sup>”; e iii) leitura de relatorias e registros audiovisuais das Oficinas PARMIS.

Em paralelo, foram construídos documentos com sistematização dos dados, e realizadas reuniões em formato remoto, para estruturar e propor categorias iniciais acerca dos resultados. Ainda, foram selecionados alguns resultados oriundos dos formulários que foram apresentados em dashboards elaborados pela equipe, conforme descrito no item “Análise documental e aplicação de formulários eletrônicos”.

Após o esforço de análise deste conjunto de dados, foram realizadas Oficinas de Trabalho com a equipe técnica do PARMIS, que ocorreram tanto em formato remoto quanto presencial. Nessas oficinas, por meio de debates e exposições, foi proposta a primeira versão de categorias de resultados e de fragilidades, posteriormente aprimoradas, qualificadas e complementadas. Cabe ressaltar que no processo de construção das categorias, tanto de resultados quanto de fragilidades, foram consideradas as sugestões da equipe técnica da COPROD/IBAMA que constam no Parecer Técnico nº 435/2022 - COPROD/CGMAC/DILIC.

O resultado desse esforço foi sistematizado em linguagem acessível para discussão na roda de conversa com educadores(as), descrita no item 2.2.6. As categorias foram apresentadas no sentido de provocar a reflexão dos(as) interlocutores(as) e possibilitar a validação e complementação por parte deles(as). As manifestações dos(as) educadores(as), gravadas e transcritas, foram incorporadas às análises.

---

12 Categorias “Fragilidades PEA”; “Relações institucionais entre instituições-empresa”; “Relações institucionais com IBAMA”; “Relações institucionais entre PEA”; “Critérios para definição da equipe”; “Mobilização PEA”; “Formação PEA”; “Sensibilização (EA crítica)”; “Pontos negativos NT 01/2010”; e “Sugestões NT 01/2010”

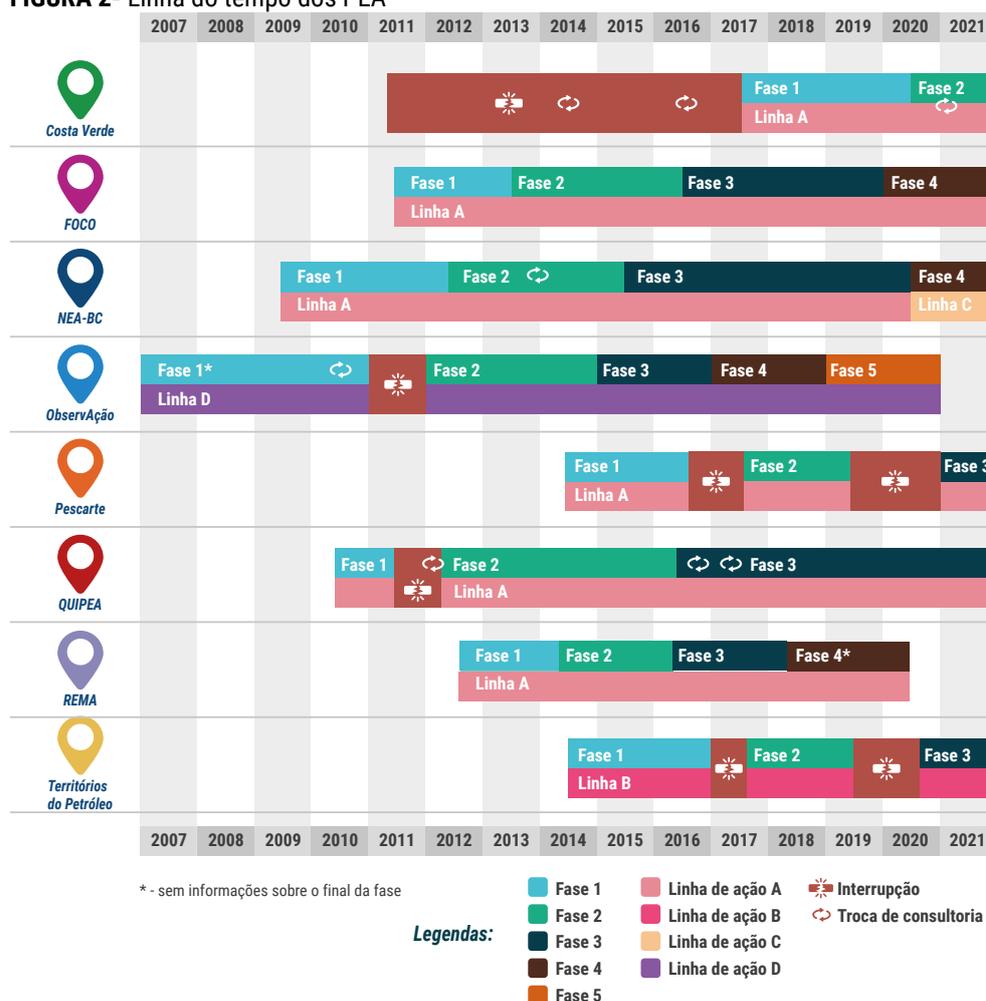
13 Categorias “NT 01/2010”; Problemas PEA”; “Diretrizes PEA”; “Diagnóstico participativo”; “Definição de sujeitos”; e “Implementação PEA”.

# 3. Principais resultados e fragilidades da implementação da NT nº 01/2010

## 3.1. Resultados

Inicialmente aponta-se resultados gerais de caracterização dos PEA que compõem o escopo da pesquisa do PARMIS. A figura 2 apresenta uma linha do tempo sistematizando as informações sobre o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PEA/BC e do Programa de Educação Ambiental SP/Rio, incluindo os diagnósticos participativos e os PEA analisados, situando-os, temporalmente, em relação às fases concluídas e em andamento, bem como os períodos em que houve descontinuidade em suas atividades. Cabe mencionar que os PEA Observação e REMA foram finalizados em 2020.

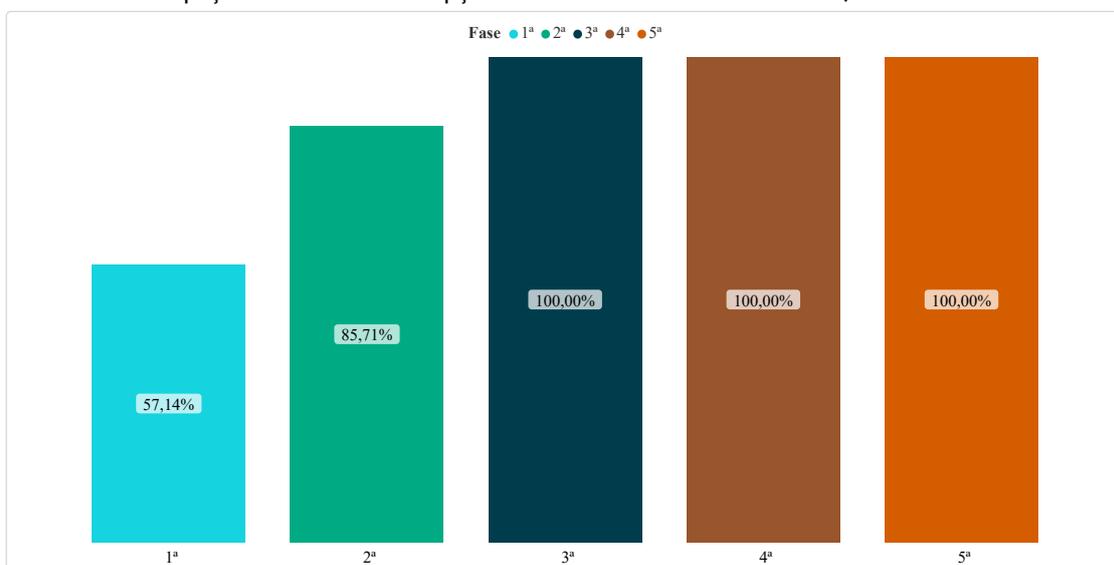
FIGURA 2- Linha do tempo dos PEA



FONTE: PARMIS (2023).

Aponta-se também a relação entre PEA e SAE na elaboração dos Planos de Trabalho dos projetos (Figura 3), que constitui o instrumento de planejamento do PEA destinado à análise do IBAMA e cuja Nota Técnica prevê o envolvimento dos SAE em sua formulação. Observa-se que as fases iniciais dos PEA são as que envolvem menos SAE no planejamento, mas que, com o amadurecimento dos projetos, os SAE passam a planejar junto com as equipes técnicas as ações que devem ser desenvolvidas. A participação se dá, por exemplo, através de oficinas de planejamento com os SAE, e da realização de reuniões e eventos em nível municipal, local e/ou regional para avaliação do PEA, cujas discussões são consideradas na elaboração do Plano de Trabalho da fase seguinte.

**FIGURA 3-** Participação dos SAE na concepção dos Planos de Trabalho dos PEA, a cada fase.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Na sequência desta caracterização inicial, que apresenta a situação de desenvolvimento dos PEA no período analisado pelo PARMIS e demonstra a participação dos SAE no planejamento dos PEA, apresenta-se os resultados da pesquisa organizados em categorias utilizadas para análise.

O detalhamento das categorias de análise está apresentado no quadro 3.

**QUADRO 3-** Síntese das categorias e subcategorias de análise

<b>Categorias de resultados</b>	<b>Descrição</b>	<b>Subcategorias</b>
Avanços nos Processos Organizativos dos SAE	Dizem respeito a todos elementos que contribuem para a participação na Gestão Ambiental Pública, seja em nível municipal, estadual, regional ou federal, e na contribuição em processos organizativos dos grupos vulnerabilizados capazes de viabilizar a organização comunitária em nível institucional.	“Formalização e regularização de entidades representativas dos SAE”; “Acesso a espaços de participação”; “Acesso a direitos e políticas públicas”; “Articulação com Movimentos Sociais”; e “Fomento à captação de recursos”.
Mitigação de impactos socioambientais	Caracteriza os resultados referentes à atuação dos PEA sobre diminuição dos fatores de vulnerabilização socioambiental dos SAE e sobre a mitigação dos impactos socioambientais da indústria petrolífera, por meio da participação na gestão ambiental pública.	“Diminuição da vulnerabilização socioambiental”; “Mitigação dos impactos associados à indústria petrolífera”
Formação de equipe técnica	Caracteriza os resultados referentes à formação da equipe técnica e sua relevância na qualificação das ações dos PEA e na condução dos processos de ensino aprendizagem junto aos SAE	“Qualificação da equipe técnica considerando a sua importância na mediação de conteúdos junto aos SAE”
Resultados além dos previstos na Nota Técnica nº 01/2010	Caracteriza os resultados que não estavam previstos na Nota Técnica como um resultado a ser alcançado.	“Produção de conhecimento acadêmico/científico”; “Contribuições dos PEA em situações de emergência, considerando a pandemia de Covid-19”.

**FONTE:** PARMIS (2023).

Destaca-se que a análise sobre os resultados dos Programas e Projetos de Educação Ambiental que derivam da implementação da Nota Técnica nº 01/2010, teve como objetivo compreender os elementos que contribuem para a participação na Gestão Ambiental Pública, atuação dos PEA sobre a mitigação dos impactos socioambientais da indústria petrolífera e a qualificação das equipes técnicas por meio de processos formativos, face sua relevância para mediar os processos de ensino aprendizagem junto aos SAE. Também foram considerados resultados que não estavam previstos ou exigidos na Nota Técnica como um resultado a ser alcançado, envolvendo a produção de conhecimento acadêmico/científico e contribuições dos PEA em situações de emergência, considerando a pandemia de Covid-19.

Para atender ao proposto foram concebidas quatro categorias que possuem o intuito de explicar processualmente as evidências e apresentar dados relevantes. No interior de cada categoria, foram delimitadas subcategorias que aportam especificidades referentes aos avanços nos processos organizativos identificados e na mitigação de impactos socioambientais a partir das manifestações dos(as) interlocutores(as). As categorias e subcategorias foram analisadas e posteriormente articuladas com referências bibliográficas e documentais.

Cabe salientar que houve questões do formulário eletrônico do PARMIS cujas informações para preenchimento não haviam sido sistematizadas pelas fontes - coordenações e operadoras - ao longo da execução dos PEA. Em consequência, alguns campos não foram respondidos, fato que pode ter como consequência resultados subestimados.

### **3.1.1. Resultados em Avanços nos Processos Organizativos dos SAE**

O entendimento sobre organização comunitária tem como base a definição presente na Nota Técnica nº 01/2010 que a compreende como participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental, e a necessidade de contribuir com processos organizativos dos grupos vulnerabilizados. Neste contexto, a Educação Ambiental no licenciamento

*é um processo educativo voltado à mitigação/compensação dos impactos sobre os grupos ou segmentos sociais afetados direta e/ou indiretamente por empreendimentos, priorizando aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental. Tem por objetivo promover a organização social e contribuir para a participação qualificada nos processos decisórios sobre atividades que afetem a qualidade de vida, a gestão territorial e a garantia dos direitos sociais (IBAMA, 2018, p. 2).*

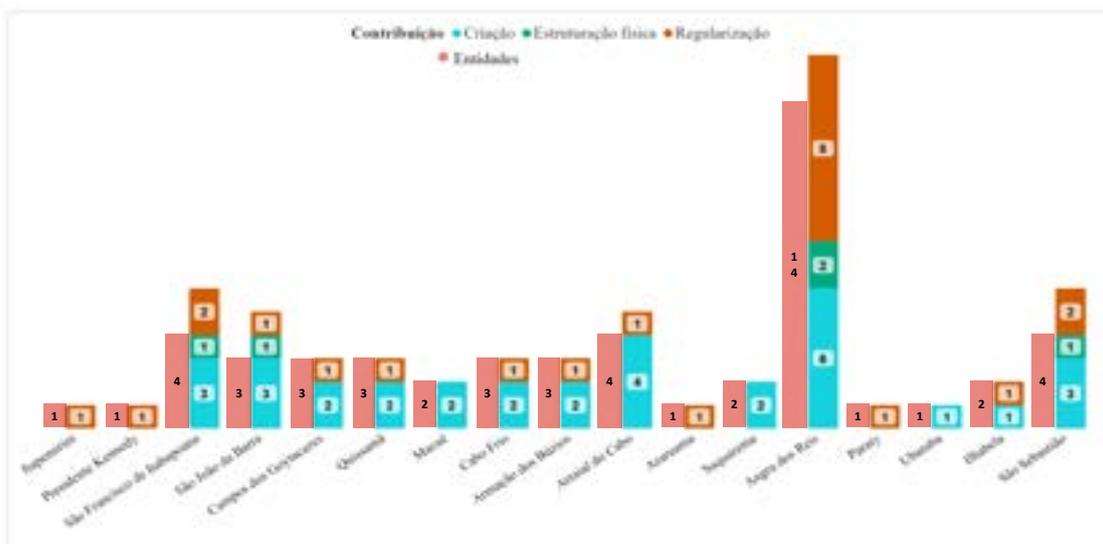
Um dos objetivos destes processos educativos é que se tenha maior capacidade, sob uma perspectiva coletiva, de intervir na Gestão Ambiental Pública de seu território para transformar as condições adversas oriundas da presença de empreendimentos licenciados (LOUREIRO, 2009; QUINTAS et al., 2006).

A fim de evidenciar os resultados específicos em avanços no processo organizativo dos SAE foram criadas cinco subcategorias (1) Formalização e regularização de entidades representativas dos SAE, (2) Acesso à espaços de participação, (3) Acesso à direitos e políticas públicas, (4) Articulação com Movimentos Sociais e (5) Fomento a captação de recursos.

### 3.1.1.1 Formalização e regularização de entidades representativas dos SAE

A necessidade de formalização e regularização de entidades representativas dos SAE tem como pressuposto que determinados arranjos institucionais são essenciais para chegar ao êxito no acesso a espaços da Gestão Ambiental Pública e assim possibilitar a mitigação de impactos socioambientais. Entre os resultados apresentados foram consideradas as contribuições dos PEA para a criação, regularização ou estruturação de entidades representativas municipais, estaduais e regionais. Na figura 4 é possível visualizar tais contribuições em nível municipal. Para os níveis estadual e regional, foram informadas 2 contribuições regionais e 2 estaduais, sendo 2 criação e 2 regularização.

**FIGURA 4-** Contribuição entidades representativas.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Dos processos de criação, regularização e estruturação das entidades desdobra-se maior capacidade de atuação, bem como, maior visibilidade junto a outros entes e à sociedade como um todo.

Assim, dentre as principais conquistas em relação a entidades representativas dos SAE, sistematizadas no formulário Coletum, foram registradas nas respostas um total de 69 conquistas, entre elas: reconhecimento da entidade tanto pela comunidade quanto pelo poder público municipal, criação da Secretaria Municipal da Pesca (em articulação com outros PEA), intervenção política junto ao Comitê de Bacias e empresa de saneamento básico sobre poluição de corpo

hídrico e realização de audiência pública e abertura de uma CPI sobre poluição de corpo hídrico (apêndice 6).

Nas entrevistas, foi dada ênfase ao atendimento à organização coletiva voltada para pautas interseccionais como na questão de gênero.

*"O projeto incentivou que se criasse uma associação de mulheres, um dos resultados dele é a organização mesmo das mulheres, elas enquanto coletivo."*  
(Coordenação)

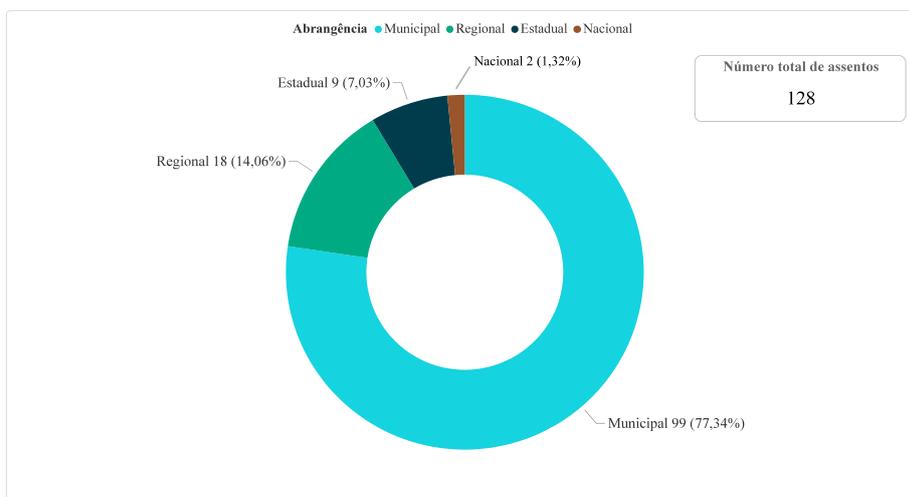
E a necessidade de uma organização formal para possibilitar a participação em espaços da gestão ambiental pública com vistas ao endereçamento de demandas.

*"A gente agora tem uma associação também, onde a gente é registrado, tem o CNPJ, a gente pode ter cadeira nos conselhos e lutar pelos nossos direitos."*  
(Educador(a))

### 3.1.1.2 Acesso à espaços de participação

O acesso a espaços de participação no âmbito da Gestão Ambiental Pública em nível municipal, estadual, regional ou federal confere aos SAE a possibilidade de mitigação de impactos e da vulnerabilização socioambiental. As conquistas de assentos em espaços de participação associadas a entidades representativas apoiadas pelos PEA podem ser observadas na figura 5. Os espaços de participação acessados são diversos, principalmente associados à Gestão Ambiental Pública, como comitês gestores de unidades de conservação e comitês de bacia hidrográfica, mas também contemplam outras áreas como saúde, educação, juventude, direitos das mulheres, segurança alimentar, segurança pública, urbanismo, pesca, mobilidade e cultura. Além disso, é possível observar que a maioria dos assentos ocupados estão atrelados à esfera municipal.

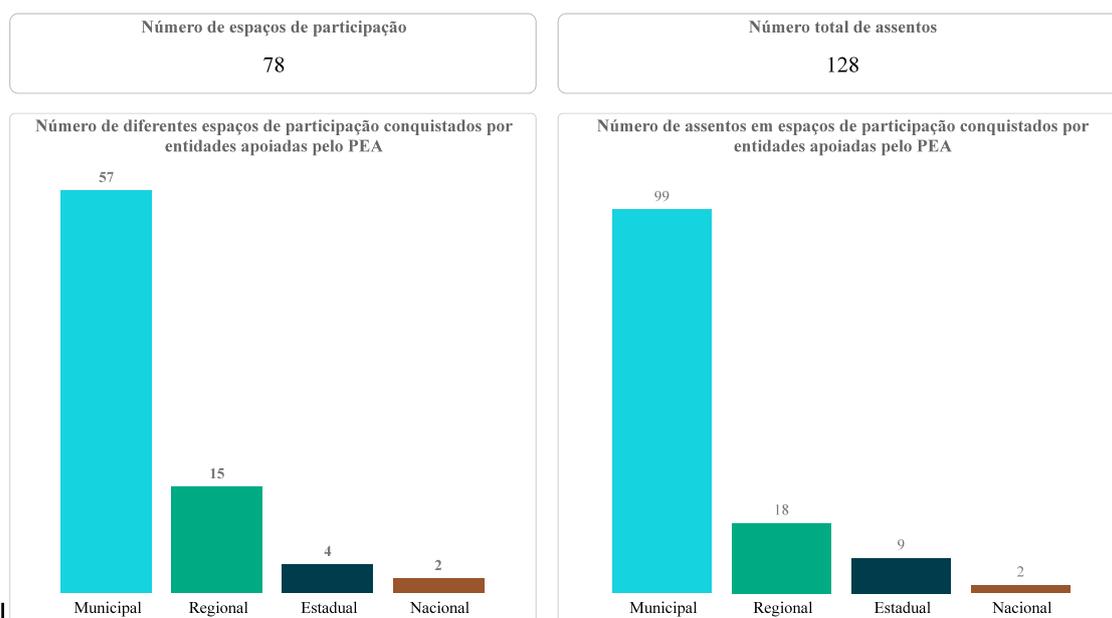
**FIGURA 5-** Assentos em espaços de participação por entidades apoiadas pelos PEA.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Destaca-se que, no período analisado, foram conquistados um total de 128 assentos por entidades representativas com o apoio dos PEA. Destes, 9 são em espaços estaduais, 19 em espaços regionais e 99 em espaços municipais. A relação entre o número de espaços de participação e de assentos conquistados está a seguir, de acordo com a escala apresentada na figura 6.

**FIGURA 6-** Relação entre o número de espaços de participação e assentos conquistados.



Os dados apontam um total de 157 proposições organizadas no âmbito dos PEA e, entre elas, 32 propostas conquistadas, provenientes dos municípios Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campo Goytacazes, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e São Sebastião.

Entre as conquistas podem ser citadas: alterações e proposições em Plano Diretor; participação na proposição e criação de legislação municipal; participação na elaboração, atualização e aprovação de planos de manejo de Unidades de Conservação; criação de Conselhos Municipais; criação de Grupos de Trabalho; criação de Políticas Municipais (educação ambiental e saneamento básico); denúncias sobre problemas nos municípios e solicitações formais e/ou informais para que fossem solucionados; participação na organização e desenvolvimento de feiras, eventos e projetos; proposições e solicitações visando maior transparência nos órgãos públicos, em seu funcionamento e ações; fortalecimento de organizações sociais e maior visibilidade delas junto ao poder público. A inclusão de pautas relevantes para os SAE/comunidades tradicionais dentro destes espaços e proposições de ações que beneficiem os mesmos, também citados, são transversais a quase todas as conquistas na percepção das/os respondentes.

Os relatos apontam à importância do suporte dos PEA para garantir o acesso aos espaços de participação.

*“Então, sim, foi através dos PEA que eu participo das reuniões de conselho. Tenho cadeira no conselho de saúde, que é o meu caso, mas tem outras cadeiras que as pessoas participam. A minha filha participa do Conselho de Meio Ambiente, então através dos PEA a participação, de estar numa câmara de vereadores, numa audiência e poder falar, fazer proposta ao poder público, tudo isso é formado pelos PEA”.*  
(SAE)

O suporte logístico, envolvendo transporte e alimentação para garantir operacionalmente o acesso aos espaços de participação e os processos formativos junto aos SAE aparecem como preponderantes para atuação dos grupos.

Destaca-se que a participação é uma conquista, uma busca constante, um processo que nunca se completa (DEMO, 1988). No contexto da educação no processo de Gestão Ambiental Pública envolve o controle social por meio de participação permanente dos cidadãos na elaboração e execução de políticas públicas, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (IBAMA, 2002). É preciso promover a inclusão dos grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade, os quais frequentemente estão fora de espaços políticos formais, e, quando presentes, permanecem em desvantagem face às assimetrias de poder que impedem a participação qualificada para demandar e propor soluções para os problemas e conflitos que identificam e vivenciam (PORTO, 2011).

O fomento e a mobilização para participação/intervenção qualificada dos sujeitos nos espaços de tomada de decisão, a fim de alcançar condições mais justas para si e para a coletividade, é um dos caminhos utilizados pelos PEA para a atuação dos sujeitos, pois a EA no licenciamento “atua fundamentalmente na gestão dos conflitos, de uso e distributivos ocasionados por um empreendimento” (LOUREIRO, s/a, p.9). A participação e o controle social pelos sujeitos que têm suas vidas direta ou indiretamente afetadas por impactos causados pelos empreendimentos é o que se deseja alcançar com a Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública, tendo “o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente” (IBAMA, 2002, p. 9).

### **3.1.1.3 Acesso à direitos e políticas públicas**

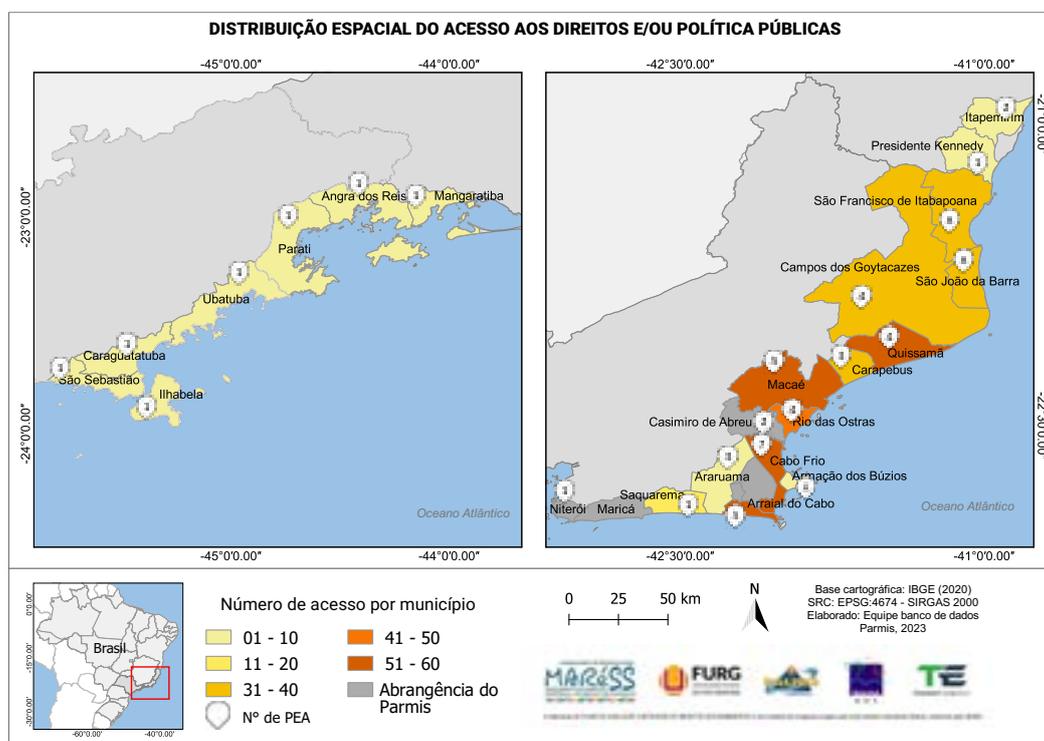
É possível visualizar resultados sobre o suporte dos PEA em facilitar a compreensão dos SAE para o endereçamento ao acesso a direitos e políticas públicas em diversas pautas, assim como, a formação necessária para atuar na direção da demanda.

*“Coisas que, por exemplo, a gente sabia e não eram amadurecidas as ideias das questões de políticas públicas, isso para a gente foi muito legal. A questão do empoderamento. Reuniões, à frente de situações públicas, dos órgãos públicos [...] A gente já tem aquele entendimento de saber a quem procurar, alguma coisa. Já sabemos buscar soluções para os problemas da comunidade”.*  
(SAE)

Foram elencados um total de 114 direitos e/ou políticas públicas conquistados e respectivos 140 desdobramentos, sendo que 21 municípios foram envolvidos.

A figura 7 apresenta a distribuição espacial dos resultados relativos à contribuição dos PEA no acesso a direitos e/ou políticas públicas, por município, por meio de intervalos expressos nas diferentes cores descritas na legenda. O mapa da direita corresponde ao PEA/BC, enquanto o da esquerda representa a área de abrangência do PEA/SP-Rio. Observa-se maior concentração no mapa da direita, fato que pode ser atribuído ao maior tempo de atuação e ao maior número de PEA em execução naqueles municípios. A intenção dessa representação visual não é estabelecer comparações, mas destacar o elevado número de conquistas dos grupos sociais, por meio da contribuição dos PEA desenvolvidos ao longo desses 13 anos e sua distribuição no território.

**FIGURA 7-** Distribuição municipal do acesso a direitos e/ou políticas públicas em relação ao número de PEA, organizados para o PEA/SP-Rio (esquerda) e PEA/BC



**FONTE:** PARMIS (2023).

Estes resultados encontram-se corroborados por Buendia *et al* (no prelo), Walter *et al* (2021) e por Buendia (2020), bem como nos relatos sobre a importância dos PEA no exercício da cidadania.

*“Através do projeto, eu aprendi a exercer minha cidadania, que eu também não sabia como se fazia isso. Eu ficava revoltada da vida com as coisas erradas que a gente via, e através dos projetos a gente foi aprendendo a exercer a nossa cidadania, a reivindicar nossos direitos como cidadão [...] eu aprendi no projeto que a gente faz, a maneira correta da gente reivindicar tudo...”*

(SAE)

Entre o acesso à direitos existem falas ligadas à direitos relativos à geração de trabalho e renda, seja na pesca artesanal ou em outras atividades.

*“[...] Muitas [mulheres] são da área pesqueira, mas não tinham a carteirinha de pesca, através do projeto elas conseguiram a carteira.”*

(SAE)

*“A gente tem direitos. Só que muitas vezes é escondido pra ninguém saber. Você tem um direito mas ninguém fala que você tem aquele direito, hoje em dia eu já tenho a carteirinha de artesã. O governo já me reconhece como artesã”.*

(SAE)

#### **3.1.1.4 Articulação com Movimentos Sociais**

Em relação a articulação com movimentos sociais apresenta-se fala de SAE que demonstra presença em diferentes setores da sociedade.

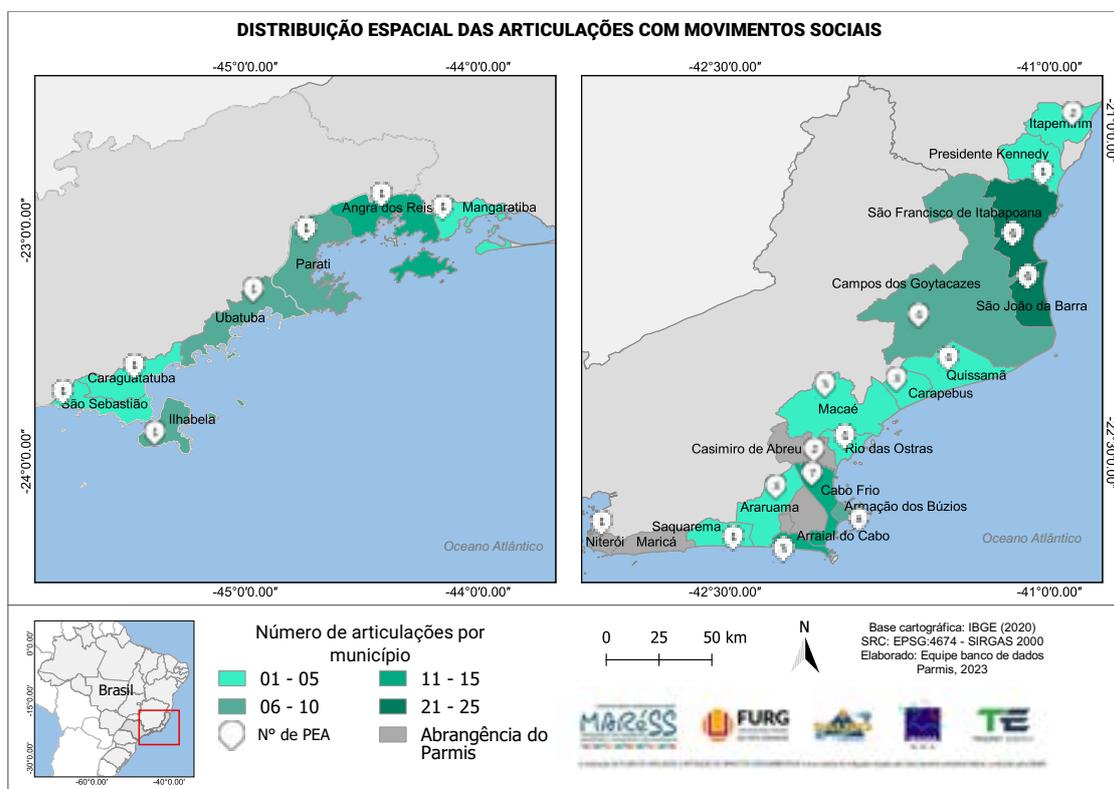
*“No momento eu sou movimento social, então a gente luta e a nossa luta é diária, então eu contribuo com o MPA que é o Movimento dos Pequenos Agricultores aqui da região, mas atuo também com o MST, com CPT, Movimento LGBTQI+, a gente vai atuando em todas as frentes”.*

(SAE)

Alguns movimentos sociais citados nas entrevistas foram: Fórum de Comunidades Tradicionais; Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC); Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Movimentos de mulheres; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento LGBTQIA+ e Movimento Teia dos Povos.

A figura 8 apresenta o número de articulações com movimentos sociais por município, envolvendo o PEA/SP-Rio e o PEA/BC, de acordo com os dados coletados.

**FIGURA 8-** Articulações com movimentos sociais por município em relação ao nº de PEA, distribuídos para o PEA/SP-Rio (a esquerda) e PEA/BC (a direita).



**FONTE:** PARMIS, 2023

Além das contribuições para articulação com movimentos sociais, algumas falas nas entrevistas indicam o esforço dos projetos em oferecer suporte nas articulações com movimentos sociais, ainda que não seja a prioridade em relação aos processos organizativos.

*“Instrumentalizou bastante essas comunidades com técnicas, com espaços de diálogo. São comunidades muito unidas, muito organizadas. Eles participam de um movimento social em (...) de jeitos diferentes, mas o próprio projeto também possibilitou que eles tivessem acesso a essa participação no movimento social de forma mais contundente.”*  
(Empresa)

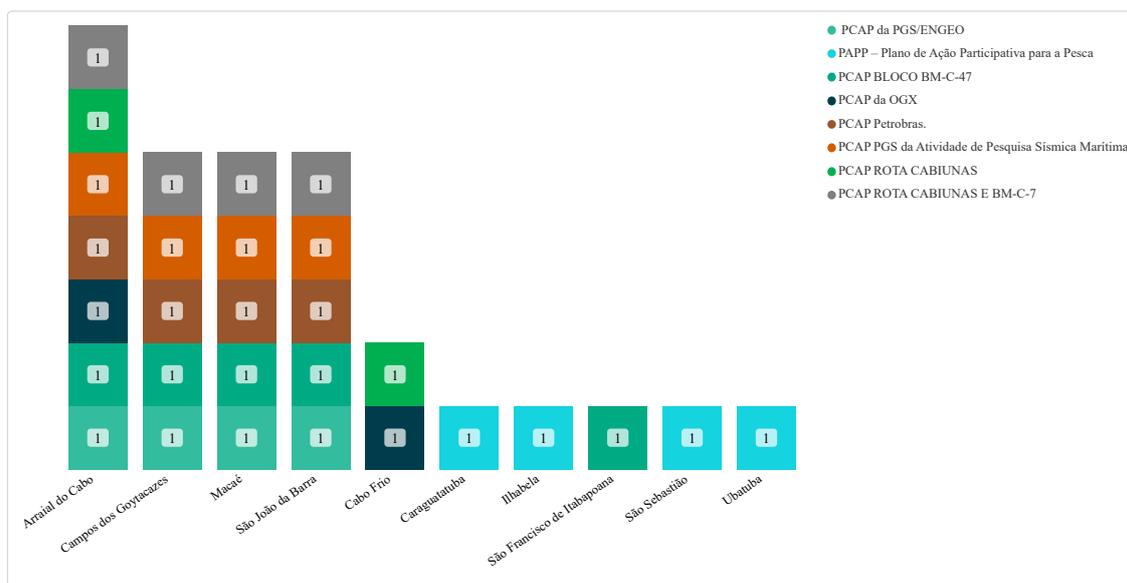
### 3.1.1.5 Fomento a captação de recursos

A última subcategoria que vislumbra os avanços nos processos organizativos deve-se à contribuição dos PEA no fomento à captação de recursos. É possível destacar a facilitação ao acesso a editais de fomento para os grupos organizados nas comunidades, uma vez que, com equipes tecnicamente qualificadas, os PEA apresentam um potencial de assessoria para que tais grupos acessem chamadas e editais, escrevam projetos e concorram ao fomento.

*“Lá, a gente trabalha com turismo e agora a associação escreveu dois projetos para Funbio e nós estamos desenvolvendo o mercado comunitário (...) que vai fazer o beneficiamento do pescado. Então, essa a ideia antes da associação, era só organizar, os prestadores então agora a gente está construindo um projeto para melhorar a venda do peixe”.*  
(SAE)

Outra forma de assessoria técnica é a contribuição dos PEA na implementação de PCAP, (Figura 9), destacando que o PCAP, a partir de 2010, passou a ser uma linha de ação da Nota Técnica 01/2010 (IBAMA, 2010). A figura a seguir apresenta a contribuição dos PEA para os PCAP listados na legenda.

**FIGURA 9-** Contribuição dos PEA para PCAP.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Algumas falas presentes nas entrevistas em profundidade expressam possibilidades de contribuição dos PEA para a execução dos PCAP. Tanto em relação à mobilização:

*“Só que a gente teve o desafio de discutir essa demanda do PCAP com o grupo que era mais ampliado, então a gente teve que olhar para os nossos dados lá do início, quantificar quantas mulheres a gente tinha mobilizado e tentar chegar nelas para elas participarem dessa discussão do PCAP, e de fato a gente conseguiu de novo porque aí a gente usou as três esferas do PEA para discutir o PCAP [...]”.*  
(Coordenação)

Como em suporte às ações:

*“O PEA no caso, que trabalha na mitigação, ele é uma coisa mais lenta, mais longa, então ele pode criar estrutura necessária para um projeto pontual do PCAP, porque o PCAP ele é pontual, ele vem e vai embora”.*  
(Coordenação)

Dessa forma, o fomento ao acesso à captação de recursos e o auxílio à realização de projetos correlatos apresenta-se como uma contribuição para o avanço nos processos organizativos dos SAE e de suas comunidades e territórios.

Das análises envolvendo as quatro subcategorias, depreende-se que os PEA têm sido exitosos em contribuir com processos organizativos dos SAE. Neste sentido, destaca-se que as formulações dos PEA, oriundas da Educação Ambiental Crítica, contribuem com a redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE, uma vez que os projetos atuam sob as diversas dimensões que contribuem para ampliar a incidência política dos grupos sociais, rompendo com seu alijamento político. Contribuições estas corroboradas pelos estudos de Buendía; Walter; Dôres (no prelo); Walter *et al.* (2021) e Buendía (2020).

### 3.1.2. Resultados na mitigação de impactos socioambientais

A Nota Técnica nº 01/2010 prevê que as linhas de ação dos PEA sejam consideradas, entre outras, pela necessidade de “garantir que os processos educativos estejam voltados para a mitigação dos impactos da atividade licenciada” (IBAMA, 2010, p.4). Porém, o documento não apresenta relação direta entre a linha de ação proposta e os impactos da indústria petrolífera<sup>14</sup>. Tão pouco, apresenta quais são os impactos das atividades que se deseja mitigar.

Apesar disso, os PEA têm apresentado resultados na mitigação tanto de impactos da indústria petrolífera, quanto de fatores que causam vulnerabilização socioambiental, pois ações destinadas à mitigação podem ser propostas sobre aspectos dos empreendimentos (características intrínsecas a sua implantação), sobre os impactos (JESUS *et al.*, 2013; SÁNCHEZ, 2006; 2013), bem como, sobre os fatores de vulnerabilização.

Não obstante, a formulação da Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental Pública (IBAMA, 2005) desdobra-se em processos de aprendizagem aos grupos vulnerabilizados destinados à participação nas decisões que afetam sua qualidade política, sendo referenciados, principalmente, à superação do alijamento político que, dentre outros, se constitui em fator de vulnerabilização socioambiental (WALTER; ANELLO, 2012).

Cabe destacar que diferente de impactos físicos e/ou bióticos, que são mais pontuais e passíveis de prevenção, os impactos no meio social costumam ser difusos, sinérgicos e cumulativos, tornando mais complexa a caracterização e mitigação destes.

No contexto do licenciamento ambiental, a mitigação dos impactos socioambientais por meio da Educação Ambiental Crítica ocorre quando os grupos sociais, a partir da experiência com os PEA, expandem sua compreensão da realidade e sobre si mesmos, fortalecem a organização social e, como consequência, qualificam sua participação em espaços de decisão e processos que intervêm sobre suas vidas, atuando na gestão ambiental pública e na mitigação de impactos,

<sup>14</sup> A partir da leitura da Nota Técnica no. 01/2012 é possível inferir uma diretividade das linhas B, C e F à mitigação dos impactos. Contudo, não há uma menção explícita sobre quais impactos se deseja mitigar.

pois uma “prática educativa ambiental participativa e crítica pode contribuir de forma significativa para a emancipação do sujeito e para a transformação social” (FARIAS; PINTO, 2014, s/p).

Assim, o enfrentamento à vulnerabilização socioambiental é um dos caminhos que os PEA percorrem para obter avanços na mitigação de impactos. Considerando processos decisórios que historicamente são centralizados, a Educação Ambiental Crítica voltada para a democratização dos espaços e maior participação e controle social se apresenta como possibilidade para superação de assimetrias e para minimizar a situação de vulnerabilização de determinados grupos sociais (IBAMA, 2005; QUINTAS, 2006).

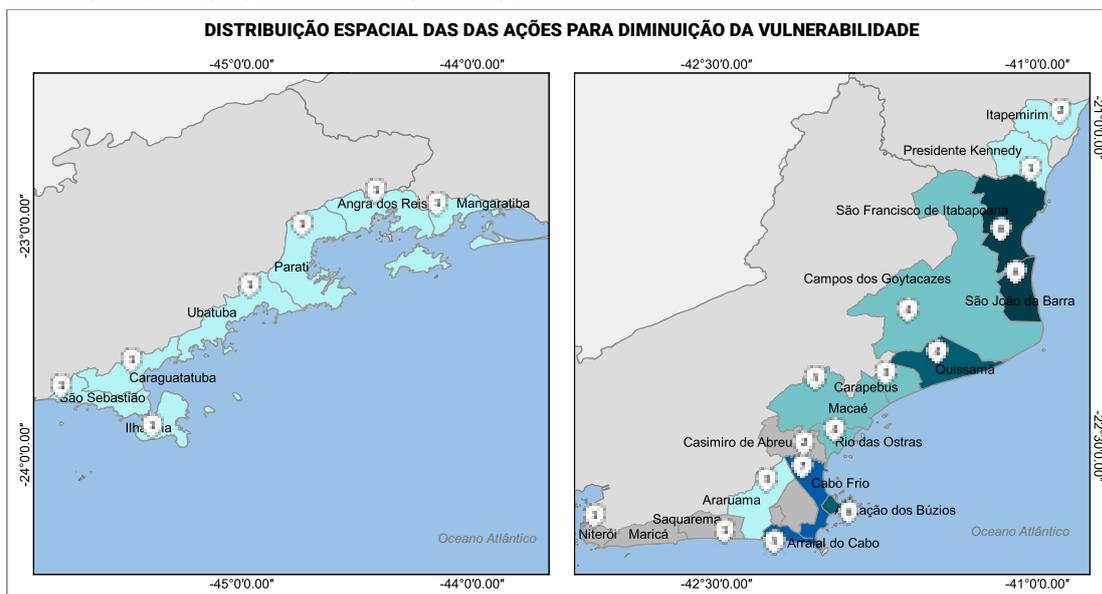
Ao serem consideradas as distintas demandas dos PEA e seus aspectos tangíveis e não tangíveis, os meios de mitigação e o modo de executá-los irão variar no tempo e no espaço, bem como os seus resultados. O que a literatura e a práxis apontam é que, quanto maior o nível de informação, diálogo e participação dos grupos sociais, maiores as suas chances de atuação na gestão ambiental pública, para tornarem o processo de licenciamento ambiental mais democrático. Para evidenciar os resultados dos projetos que contribuem para a mitigação de impactos socioambientais foram definidas duas subcategorias (3.1) diminuição da vulnerabilização socioambiental e; (3.2) mitigação dos impactos associados à cadeia de petróleo e gás.

### **3.1.2.1 Diminuição da vulnerabilização socioambiental**

No contexto do licenciamento ambiental de petróleo e gás, o conceito de vulnerabilidade socioambiental é utilizado como um dos critérios para definir os grupos prioritários, aos quais devem ser destinadas medidas de mitigação de impactos socioambientais negativos causados pelas atividades petrolíferas. A definição utilizada pelo IBAMA na Nota Técnica nº 02/2018 é de que a vulnerabilidade socioambiental se caracteriza por condições de destituição de direitos que são experimentadas por populações predispostas aos maiores riscos e impactos oriundos dos empreendimentos. Neste documento, são citados como exemplos, “baixa renda, insuficiência no acesso a bens ambientais, a serviços públicos e a infraestrutura, maior grau de dependência direta dos recursos naturais, assim como reduzida capacidade de influência sobre o poder regulatório e fiscalizatório.” (IBAMA, 2018, p.2). Enquanto processo relacional (ACSELRAD, 2006) e oriundo de um conceito polissêmico (PORTO, 2012), é relevante destacar que os PEA, ao priorizarem grupos sociais vulneráveis, delinham suas ações intervir sob processos de vulnerabilização socioambiental decorrentes dos impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás (VITOLLA *et al.*, no prelo).

Assim, na Figura 10 é possível visualizar em termos espaciais o alcance das ações empreendidas pelos PEA nos municípios da área de abrangência do PEA/Rio-SP, a esquerda e do PEA/BC, a direita. Salienta-se que não há intenção de comparar as regiões e a divisão em dois mapas foi uma opção para proporcionar maior clareza visual. Ademais, a maior concentração de ações presentes no mapa da direita pode ser explicada ao considerarmos o número de municípios, o número de PEA em execução e o tempo de execução desses PEA naqueles municípios.

**FIGURA 10-** Distribuição Espacial das ações para diminuição da vulnerabilização socioambiental, para o PEA SP/Rio (a esquerda) e para o PEA/BC (a direita).



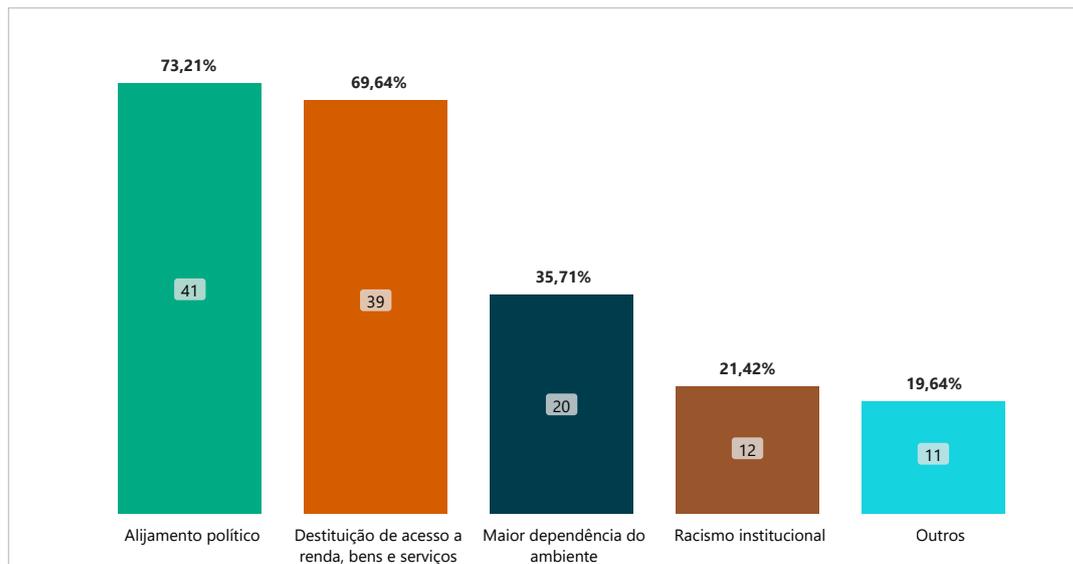
**FONTE:** PARMIS (2023).

Não obstante, processos de vulnerabilização socioambiental estão relacionados à características societárias prévias que, em geral, encontram-se na estrutura da sociedade brasileira. Na literatura que versa sobre a vulnerabilidade socioambiental da cadeia produtiva de petróleo e gás as pesquisadoras (FISCHER; WALTER, no prelo; FISCHER, 2016; WALTER; ANELLO, 2012) destacam quatro fatores estruturais que contribuem com a maior incidência de impactos sobre grupos específicos: i) alijamento político, caracterizado pela dificuldade em intervir coletivamente em processos decisórios; ii) a destituição, que articula a destituição de renda a de acesso à serviços e equipamentos públicos; iii) a ausência de mecanismos de proteção à territórios tradicionais, face à dependência de povos e comunidades tradicionais em relação a estes territórios e; iv) o racismo ambiental, face do racismo institucional que nega o direito ao meio ambiente à determinados grupos.

Posto isto, foi investigado quais são as ações dos PEA (Apêndice 7) que buscam minimizar fatores de vulnerabilidade socioambiental a partir das seguintes categorias: alijamento político; destituição de acesso à renda, bens e serviços; maior dependência do ambiente; racismo institucional; entre outros.

Ao todo, foram citadas 56 ações distribuídas entre PEA e entre municípios, sendo que uma mesma ação pode contribuir com a minimização de mais de um fator de vulnerabilização socioambiental, conforme figura 11.

**FIGURA 11-** Contribuição das ações desenvolvidas em relação a cada fator de vulnerabilização socioambiental dentre um total de 56 ações.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Conforme esperado, o “alijamento político” foi objeto de 73,2% (41) das ações realizadas. Fischer (2016) explica que o alijamento político é a exclusão constante em relação ao sistema político, por exemplo, através da negação da informação, resultando na falta de participação de determinados grupos em processos decisórios, incluindo aqueles que determinam a apropriação de recursos ambientais. Já Walter e Anello (2012) explicam que o afastamento destes grupos tem influência na histórica ocupação dos espaços de poder e decisão por grupos hegemônicos e fortalecidos economicamente, que acabam por definir a agenda pública.

Como este fator diz respeito à histórica falta de influência de grupos sociais em processos decisórios relacionados à sua própria manutenção, os resultados no acesso a espaços de participação, apresentados anteriormente, estão relacionados com uma maior influência destes grupos sociais em espaços de decisão que determinam, por exemplo, o uso e apropriação dos recursos ambientais.

*“Então é uma discussão também que a gente tem acompanhado. E é isso, tentar incluir essas comunidades em vulnerabilidade [...] Esses territórios, que são vulneráveis no plano diretor, além de tentar mitigar também com essa proposição de políticas públicas, como eu descrevi com você, que vai de saneamento, vai da mobilidade urbana, que são as necessidades”.*  
(Coordenação)

Já o fator “destituição de acesso à renda, bens e serviços”, é relacionado à falta de acesso a direitos sociais como trabalho e renda, saúde, educação, proteção social, segurança alimentar e saneamento básico, e aparecem como foco de 70% (39) das ações citadas dos PEA, especialmente em relação ao acesso a direitos e políticas públicas.

*“E quando a gente cobra também acesso a serviços de transporte, de saúde e de educação, eu acho que a gente também consegue mitigar”.*  
(Empresa)

Especificamente em relação à destituição material, diversas ações dos PEA tem contribuído direta e indiretamente para geração de trabalho e renda, tendo como exemplos: apoio na estruturação de projetos de Turismo de Base Comunitária e apoio na luta pela permanência de uma loja de artesanatos, cujos artesãos ficariam sem renda caso fosse desapropriada.

*“E também, uma outra coisa é fortalecer o que a gente está fazendo um pouco mais a fundo nessa fase [...], os arranjos produtivos locais, que é fortalecer o que eles tenham de riqueza tanto na agricultura familiar, quanto no artesanato, manifestações culturais e turismo de base comunitária”.*  
(Empresa)

Pondera-se que com relação à “maior dependência do ambiente”, houve um amadurecimento conceitual ao longo da pesquisa, sendo o fator de vulnerabilização utilizado “ausência de reconhecimento de mecanismos de proteção dos territórios de povos e comunidades tradicionais” e considerando que o fator que provoca ou acentua a vulnerabilização, não é a relação que povos e comunidades tradicionais possuem com o ambiente. Este fator está relacionado com a falta de proteção dos territórios tradicionais por parte do Estado, por exemplo, na demarcação e/ou regularização de terras, considerando as relações que povos e comunidades tradicionais possuem com o ambiente e a característica de maior dependência destes. Em relação aos povos indígenas e comunidades quilombolas, a Constituição de 1988 reconhece sua titularidade, de forma a prever a demarcação de terras, o que, por si só, não tem garantido que este direito seja acessado.

Soma-se o fato de alguns povos e comunidades tradicionais, a exemplo dos pescadores(as) artesanais, caiçaras e ribeirinhos, não serem claramente identificados como tal, o que dificulta a proteção dessas comunidades por não estarem explicitamente citadas em nenhum artigo da Constituição. Na legislação brasileira, o reconhecimento desses grupos segue os parâmetros da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), do qual o Brasil é signatário. Também o Decreto 6040/2007 resultou em avanços em relação ao reconhecimento da identidade dos demais povos e comunidades tradicionais e sobre o direito aos territórios tradicionais, sem, contudo, estabelecer mecanismos de titulação dos territórios.

Para lidar com esse fator, é apontado que os PEA contribuem no fortalecimento da segurança territorial, não só por meio de avanços nos processos organizativos e acesso à espaços de participação e conquistas de direitos, mas também com ações como: apoio na demarcação de terras quilombolas; apoio na demarcação de áreas caiçaras; apoio à implementação e conquistas de cadeiras nos conselhos de Unidades de Conservação, como RESEX; além do embargo

de empreendimentos, destacando conquistas contra a especulação imobiliária e relacionadas ao direito à moradia - tanto em perímetros rurais quanto urbanos. A proposição em torno de atuar sob este fator envolveu 36% (20) das ações destinadas aos fatores de vulnerabilização.

Ainda em relação à este fator de vulnerabilização, as comunidades pesqueiras, principal grupo social impactado pela cadeia de petróleo e gás offshore (WALTER; ANELLO, 2012), sobretudo pelo impacto da perda de território pesqueiro e da diminuição de estoque pesqueiro, figuram entre os SAE de 5 dentre os 7 PEA analisados pelo PARMIS. Assim, existem ações dos PEA relacionadas com a geração de trabalho e renda, como a realização de diversas oficinas e cursos profissionalizantes (aproveitamento da cadeia produtiva do pescado, beneficiamento do pescado, plano de negócios, entre outros), e assessoria aos grupos sociais para acessar PCAPs e editais de fomento, conforme destacado anteriormente.

Observa-se que na coleta de dados os fatores foram citados separadamente, a fim de estabelecer relações diretas entre as ações executadas pelos PEA e o fator de vulnerabilização que a ação se propõe a minimizar. Contudo, na prática, os grupos sociais acumulam situações de vulnerabilidade (FISCHER; WALTER, no prelo), então uma mesma ação pode ter potencial para minimizar mais de um fator.

É o caso de pensar, por exemplo, como o racismo ambiental articula-se com os demais fatores de vulnerabilização social. Estes foram objeto de 21,5% (12) das ações que destinavam-se a atuar sobre processos de vulnerabilização dos sujeitos.

Pondera-se que, ainda que no primeiro momento o termo “racismo institucional” foi utilizado como opção de resposta, face a este ser um conceito mais amplo, tem-se no racismo ambiental a dimensão do racismo institucional que se deseja analisar:

*“Conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais” (HERCULANO, 2006, p. 11).*

Com relação a outros fatores de vulnerabilização cujas ações dos PEA tem potencial de minimizar, alguns dos citados foram: a desvalorização profissional, exclusão de gênero e geracional, exclusão digital, falta de informação e formação, misoginia e patriarcado, e preconceito racial e cultural. Dentre as ações para combater estes fatores aparecem a inclusão digital de SAE e a realização de

cursos e oficinas nos temas: controle social relacionado à saúde; questões de gênero; saúde das mulheres; sensibilização corporal.

Das análises acerca dos dados sistematizados, infere-se que os PEA contribuem para reduzir a vulnerabilização socioambiental aos impactos (sejam eles diretamente ou possivelmente associados aos empreendimentos licenciados), a partir de suas ações junto aos SAE.

### 3.1.2.2 Mitigação dos impactos associados à cadeia de petróleo e gás

As medidas mitigadoras no licenciamento ambiental devem ser capazes de minimizar e/ou evitar os impactos negativos, evitar que novos impactos ocorram ou ainda que os impactos já identificados sejam agravados (IBAMA, 2010). A Educação Ambiental no contexto da mitigação deve apresentar capacidade de constituir sujeitos que consigam estabelecer processos sociais para minimizar os impactos socioambientais oriundos da atividade licenciada, gerando autonomia aos grupos impactados, socializando conhecimento e promovendo o controle social (WALTER; ANELLO, 2012).

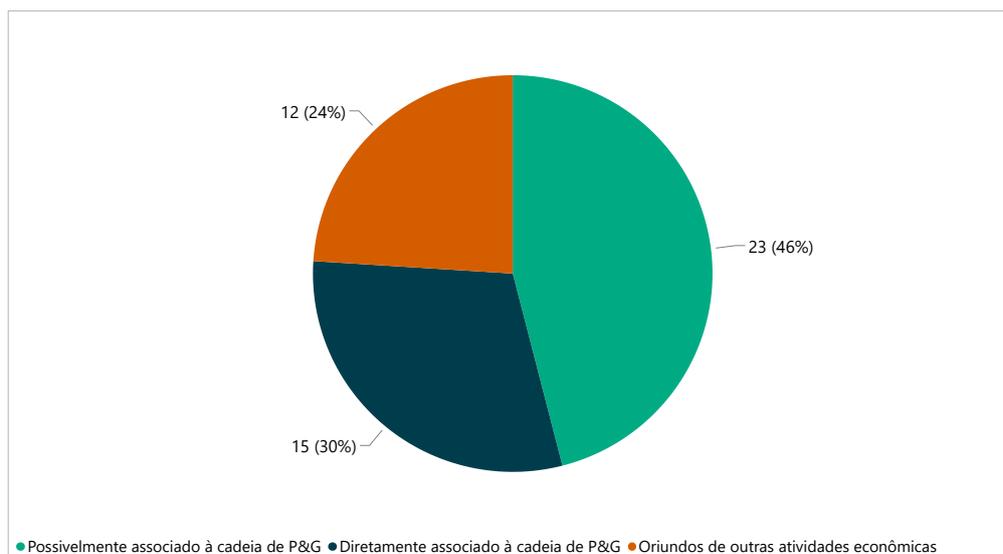
*“Então, nós, como os comunitários, a gente acaba vendo os impactos, alguns são muito gritantes, em cada município, em cada bairro de [...], e a gente traz para cá, a gente discute quais ações a gente pode fazer para algum ponto de melhoria através de um abaixo assinado, através de ofício para gente protocolar. Então o PEA nos auxilia, nos ajuda bastante com essa relação”.*  
(SAE)

Segundo Quintas (2009) e Quintas *et al.* (2006) seu caráter de medida mitigadora demanda diretividade sobre ações necessárias à compreensão por parte dos sujeitos da ação educativa e ao enfrentamento destes impactos, em especial, no âmbito dos espaços de participação social definidos como parte da gestão ambiental pública. Neste sentido, a gestão ambiental pública,

*é um processo social e institucional no qual os conflitos por usos e formas de apropriação dos recursos naturais se explicitam e no qual o Estado, sob controle social, possui o poder de legitimar interesses populares sob premissas públicas, em prol do bem-estar da população, de forma democrática e em favor da justiça social (MATTOS; LOUREIRO, 2011, p. 35).*

Ademais, para obtenção dos dados analisados a seguir, partiu-se de uma lista ampla de impactos, a fim de verificar os vínculos das ações, tanto em relação à mitigação dos impactos da cadeia de petróleo e gás, como de outras atividades econômicas presentes nos territórios, obtendo-se os seguintes resultados: 30% de impactos diretamente associados à cadeia de petróleo e gás, 46% de possivelmente associados à cadeia de petróleo e gás e 24% oriundos de outras atividades econômicas (figura 12). Observa-se que a maior parte dos impactos foram classificados como possivelmente associados à cadeia de P&G, seguido dos diretamente associados e dos oriundos de outras atividades econômicas.

**FIGURA 12-** Percentual dos impactos diretamente associados à cadeia de P&G, possivelmente associados à cadeia de P&G e oriundos de outras atividades econômicas.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Da leitura das respostas, envolvendo a vinculação da ação ao impacto mitigado e origem do impacto, depreende-se que houve grande dificuldade por parte dos interlocutores ao relacionar os impactos, associando “ações meio” e inerentes ao caráter pedagógico à mitigação (Apêndice 8).

Sendo assim, cabe aqui situar o que se entende como “ação que contribui para a mitigação”. Em primeiro, aquelas ações que se destinam a melhorar a qualidade ambiental,

*“[...] Alguns municípios iniciaram a revisão do plano diretor lá atrás. O que a gente está tentando fazer é agregar a ele o que seria possível de mitigar o impacto. Por exemplo, um plano de mobilidade urbana, um plano de saneamento básico. O reconhecimento de alguns territórios que são invisibilizados [...] E a gente está falando é de especulação imobiliária, não é?”.*

*(Coordenação)*

Também as condições sociais dos sujeitos impactados, ou seja, que promovam a transformação das condições de vulnerabilização e da realidade socioambiental, como as citadas no item anterior, e aquelas que decorrem dos avanços nos processos organizativos.

Já as “ações meio”, são entendidas como aquelas que dão suporte a execução do PEA, como revisões bibliográficas e reuniões de planejamento.

No que diz respeito ao processo pedagógico, e que, de modo geral, são o cerne dos PEA, compreendemos como uma ação finalística, contudo, os processos formativos em si não são suficientes à mitigação de impactos.

Não obstante, uma das finalidades de um ato pedagógico na gestão ambiental pública, é “proporcionar condições, por meio de processos pedagógicos diferenciados, para a intervenção qualificada, coletiva e organizada de grupos sociais específicos no ordenamento das práticas de apropriação social dos bens ambientais, que o Estado realiza ou deixa de realizar.” (QUINTAS, 2011, p. 17).

*“Eu acho que a gente está num processo de crescimento da possibilidade de cumprir com o objetivo final do PEA, que era mitigar a desinformação com respeito à renda petrolífera e propiciar formas de controle social municipalizado, comunitário para que elementos que faziam parte do nosso público pudessem acessar competências que lhe permitiriam de alguma forma interferir indiretamente no controle social. Essa proposta teve várias instâncias. Na primeira etapa de sensibilização, como já falamos. A segunda, que já foi mais de intervenção em termos de formação dos núcleos [...] e da apropriação de uma metodologia que nós produzimos que se chama [...] e que se constituía em um conjunto de formas, técnicas e conceitos que estavam em torno da definição de uma nova prática comunitária que estava voltada para promover o acesso à informação basicamente voltada para a questão orçamentária, a possibilidades de um cidadão comum acessar fontes de informação e a partir dessa informação construir uma incidência a partir de uma ação social”.*  
(Coordenação)

Considera-se aqui ações que contemplam o que Quintas (2011) apresenta como procedimentos metodológicos, que em conjunto com o uso de materiais didáticos, são recursos necessários para que os SAE atinjam a autonomia, ou seja, são meios para o seu alcance, pois o objetivo da ação educativa não formal é “fomentar de forma crítica, a participação dos sujeitos impactados” (FARIAS; PINTO, 2014, s/p).

*“Eu acho que a gente consegue mitigar no momento que a gente consegue viabilizar a participação dessas pessoas de forma qualificada nesses espaços. Fazer com que esses grupos consigam incluir pauta em discussões relevantes, para própria comunidade. Seja pesqueira, agrícola, enfim quilombola [...] E encaminhar suas questões junto com esses grupos à medida que eles estão nesses espaços falando de forma qualificada. Que não é falar de forma formal. Não é falar de forma acadêmica. Mas falando de forma apropriada, qualificada e dando legitimidade às suas reivindicações. Ele tem uma fala que é legítima, uma fala que é ouvida. Então eu acho que isso é um grande encaminhamento no projeto e o projeto mitiga à medida que ele possibilita que esse sujeito esteja nesse espaço agindo dessa forma”.*  
(Coordenação)

São mencionados como exemplos dos procedimentos metodológicos utilizados pelos PEA: oficinas, cursos, encontros, reuniões comunitárias, intercâmbio de experiências, mesas redondas, entre outros, em diversos temas.

*“O que o [PEA] trouxe para gente? A primeira coisa, saber o que são royalties, onde aplicar os royalties. Então [município] é um município que tem muito dinheiro em termos de arrecadação desses royalties, e onde se aplica? Como se cobra essa questão de políticas públicas? Essa questão de saber o que é direito, o que é dever social, essa questão do campo social, essa questão social ele é dos projetos, é típico dos projetos. Hoje eu coloco no meu dia a dia essa expressão: a participação e social, o campo social, mas antes eu não sabia. Eu até praticava, mas não sabia o nome que se dá”.*  
(SAE)

Das análises acerca dos dados sistematizados articulados aos diversos relatos, depreende-se que os PEA mitigam impactos socioambientais, sendo esta leitura

mediada pelos propósitos dos PEA. Entretanto, há uma dificuldade em articular as ações dos PEA aos impactos incidentes no território e sua origem associada à cadeia petrolífera. Infere-se que a explicação acerca desta dificuldade deve-se a ausência de diretividade por parte da Nota Técnica neste aspecto, associada a uma supervalorização da concepção de impactos difusos, sem um esforço maior em compreendê-los no contexto das características da tipologia licenciada. Estas questões serão melhor abordadas no tópico das fragilidades.

### **3.1.3. Qualificação da equipe técnica considerando a sua importância na mediação de conteúdos junto aos SAE**

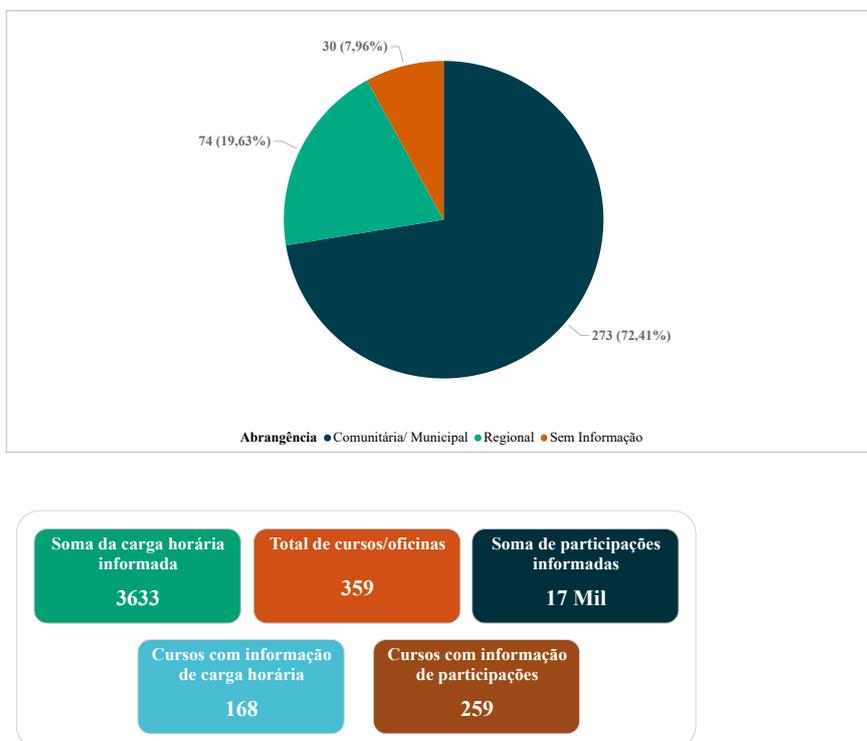
Nos formulários eletrônicos buscou-se captar os esforços dos PEA em processos formativos e entende-se que estes processos qualificam as equipes técnicas e desdobram-se em ações formativas direcionadas aos SAE. O conjunto de questões reuniu informações sobre os processos formativos conduzidos para qualificação da equipe técnica, as quais destaca-se que foram realizados, pelo menos, 198 processos formativos para este perfil, totalizando ao menos 5.847 horas de cursos e oficinas ao longo do tempo. Alguns exemplos de formações citadas são sobre “Limites e possibilidades dos PEA no licenciamento ambiental federal”, “Royalties e orçamento público para o controle social”, “Teoria e prática em mediação de conflitos”, “Conflitos ambientais”.

Destaca-se que, apesar de a formação profissional não figurar como objetivo dos PEA no âmbito da Nota Técnica, as atividades formativas qualificam o trabalho dos PEA. Entre os cursos e oficinas citados, observa-se a intenção de qualificar profissionais para atuar na Gestão Ambiental Pública, ao contribuir na aproximação com conceitos e prática da Educação Ambiental Crítica no licenciamento, e conduzir processos de ensino-aprendizagem direcionados aos SAE. Ainda que, colocado aqui de forma direta, a construção deste processo é complexa e exige o planejamento de um conjunto de ações, envolvendo as equipes técnicas dos projetos para que os resultados previstos sejam alcançados. Este desenho complexo para a construção é exemplificado no texto de Walter *et al.* (2019).

Para sistematizar as informações sobre processos formativos direcionados aos SAE, conduzidos pelos PEA, foram organizados os dados apresentados nos relatórios dos projetos. A figura 13 sistematiza essas informações, apresentando dados sobre abrangência dos cursos e oficinas oferecidos, e contabilizam pelo menos 359 ações formativas, totalizando ao menos 3.633 horas que contaram com pelo menos 17 mil participações de SAE ao longo do período de análise. Exemplos das temáticas abordadas são: - impactos socioambientais; - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); - comunicação comunitária; - turismo de base comunitária; - justiça ambiental; - mediação de conflitos; - políticas públicas; - gestão ambiental; - características, recebimento e aplicação das rendas petrolíferas; - controle social; - administração pública; - orçamento público; - pesca profissional; - filetagem de peixe; - beneficiamento de pescado; - reaproveitamento do pescado; - descarte correto dos rejeitos do pescado; - extrativismo vegetal sustentável; - plantio de mudas- construção de hortas (o excedente da colheita ia para doação); - agroecologia; - culinária; - artesanato; - microempreendedorismo; - soldagem; - primeiros socorros; - audiovisual.

Para além desta lista exemplificativa, destaca-se que há um cuidado na definição do tema em relação aos objetivos do PEA e perfil dos sujeitos da ação educativa. Assim, diversos PEA versam sobre temas comuns, a exemplo de licenciamento ambiental e gestão ambiental pública, mas articulam os temas a conteúdos bastante específicos na proposição de seus objetivos.

**FIGURA 13-** Abrangência dos cursos/oficinas.



**FONTE:** PARMIS (2023)

### 3.1.4. Resultados além dos previstos na Nota Técnica nº 01/2010

A presença e atuação dos PEA no cotidiano das comunidades reflete ainda outros efeitos que não eram previstos quando da formulação das diretrizes orientadoras para sua execução. Neste sentido, destaca-se 2 resultados compilados na pesquisa que extrapolam os objetivos associados aos processos de ensino-aprendizagem basilares ao PEA e o de mitigar impactos socioambientais.

Há um esforço na produção de conhecimento acadêmico/científico, com pesquisas e publicações inéditas, a partir de contextos locais, incluindo a atenção e o incentivo à educação formal das equipes técnicas dos PEA, com estratégias de incentivo às pessoas da equipe técnica para a continuidade de seus estudos.

Também, como resultado, aponta-se a atuação dos PEA no suporte a emergências, exemplificado aqui pelas ações de enfrentamento à pandemia de COVID-19, fato que evidencia o papel do PEA como organização social, constituída de redes estruturadas e com potencial de resposta a eventos críticos (DAS, 1995).

### 3.1.4.1 Produção de conhecimento acadêmico/científico

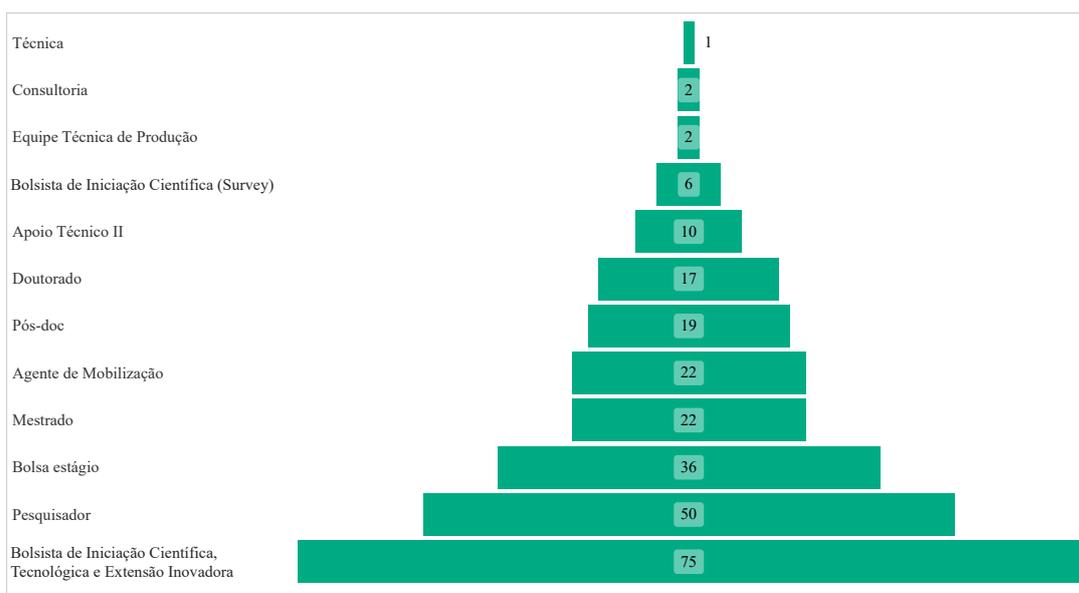
Aponta-se a produção de conhecimento acadêmico/científico pelos PEA também como resultados captados na pesquisa PARMIS, uma vez que o esforço de pesquisa e produção e publicação de conhecimento científico sobre as temáticas e áreas de atuação dos PEA é, em muitos casos, inédito. Alguns exemplos são as pesquisas de graduação, mestrado e doutorado conduzidas por Dias (2018), Pavão (2018), Theis (2018), Pereira (2020), Ribeiro (2020), Saggiomo (2020), que apresentam dados de caracterização de comunidades pesqueiras na Região dos Lagos e Norte Fluminense, ou revelam aspectos culturais que formam a identidade local, ou problematizam a socialização política de jovens nessas comunidades, ou descrevem processos organizativos de grupos de mulheres, ou apontam conflitos de gênero por reconhecimento legal.

Há ainda um considerável conjunto de publicações sobre caracterização de impactos oriundos da atividade petrolífera e incidência destes nos territórios de abrangência dos PEA, bem como resultados a partir da análise do licenciamento ambiental e da utilização da Educação Ambiental na atuação dos PEA (MAGALHÃES; MACHADO, 2013; MACEDO CAMPOS; TIMÓTEO, 2017; ARAÚJO, 2019).

Enfatiza-se que as pesquisas e os temas apontados são alguns exemplos para destacar a produção de conhecimento específico e relevante impulsionado pelos PEA e que esta produção apresenta um arcabouço teórico potencial para subsidiar os Programas propostos para o Plano Macro.

Observa-se que a produção deste conhecimento é impulsionado, por exemplo, a partir do fomento de bolsas de pesquisa, como demonstra a figura 14, a respeito da distribuição de bolsas de diferentes níveis para suas equipes técnicas, distribuídas no período de análise compreendido pelo PARMIS.

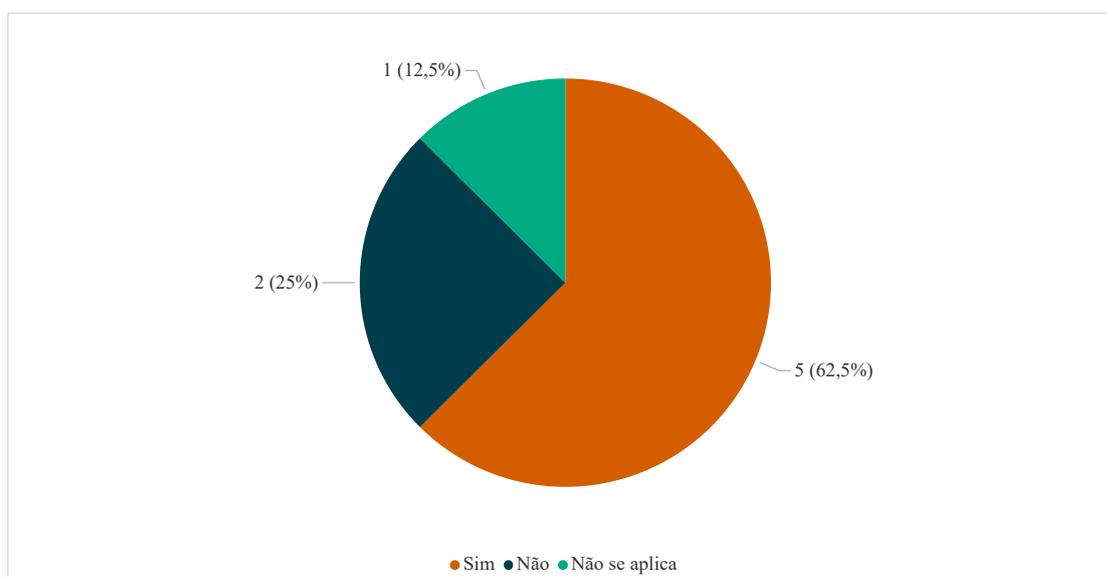
**FIGURA 14-** Distribuição de bolsas por tipo.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Além das bolsas de fomento à pesquisa, na figura 15 observa-se que a maioria dos PEA indicou que incentiva a continuidade dos estudos das pessoas que compõem suas equipes técnicas, e são apontadas as estratégias de incentivo para contribuir na escolarização formal e qualificação profissional de suas equipes. Destaca-se que os PEA que responderam que não contribuem, ou que a questão não se aplica, justificaram que este não é um objetivo acordado no plano de trabalho do referido PEA.

**FIGURA 15-** Estratégias de incentivo para a continuidade dos estudos da equipe técnica do PEA.



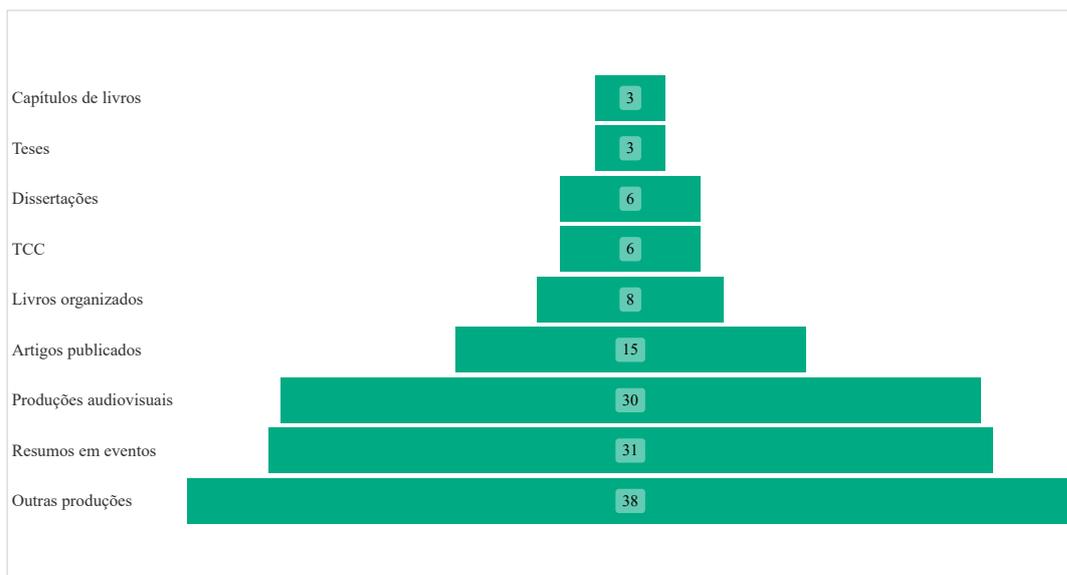
#### Como o PEA incentivou a continuidade dos estudos da equipe técnica

- ▲ Através das formações continuadas, onde são aplicadas a base teórico-conceitual do PEA de modo a qualificar a equipe técnica
- Bolsas para jovens estagiários
- Capacitação contínua sobre temáticas do PEA, que incentivam a equipe a buscar formações em áreas afins
- Flexibilização de horário de trabalho.
- Flexibilização de horários e períodos de atuação para desenvolvimento de pesquisas de mestrado e doutorado
- Formação Continuada da equipe técnica em educação ambiental, educação popular e gestão ambiental pública com comunidades pesqueiras e tradicionais.
- Fornecimento de bolsas em diferentes níveis
- Incentivo a produção de artigos científicos e capítulos de livros.
- Incentivo a produção técnico científica na forma de materiais didáticos.
- Momentos de formação e aperfeiçoamento que despertam o senso crítico e valorização do conhecimento
- Ofertas de cursos de formação e qualificação profissional

**FONTE:** PARMIS (2023).

Como evidência do investimento em pesquisa e produção do conhecimento, a figura 16 apresenta a sistematização do quantitativo de publicações acadêmicas/científicas geradas no âmbito dos PEA.

**FIGURA 16-** Quantitativo de publicações acadêmicas/científicas



**FONTE:** PARMIS (2023).

Observa-se que, além de publicações acadêmicas/científicas, as pesquisas conduzidas no âmbito dos PEA compilam informações sobre as comunidades impactadas pela cadeia de petróleo e gás, tais como dados de organização social, informações culturais e socioprodutivas, com potencial de subsidiar outras publicações, ainda que nem todos os dados estejam publicizados.

Destaca-se que há também um esforço de publicação de material didático-pedagógico elaborado no âmbito dos PEA, que utiliza informações advindas das pesquisas e subsidia processos formativos e informativos na mediação com SAE. Os materiais são produzidos em diversos formatos, para diferentes meios de divulgação (ex.: impresso, digital, áudio e audiovisual) e incluem apostilas, cartilhas, livros, folhetos, podcasts, fanzines, gibis, jogos, spots de rádio, entre outros, citados como respostas ao questionamento realizado.

### 3.1.4.2 Contribuições dos PEA em situação de emergência, considerando a pandemia de Covid-19

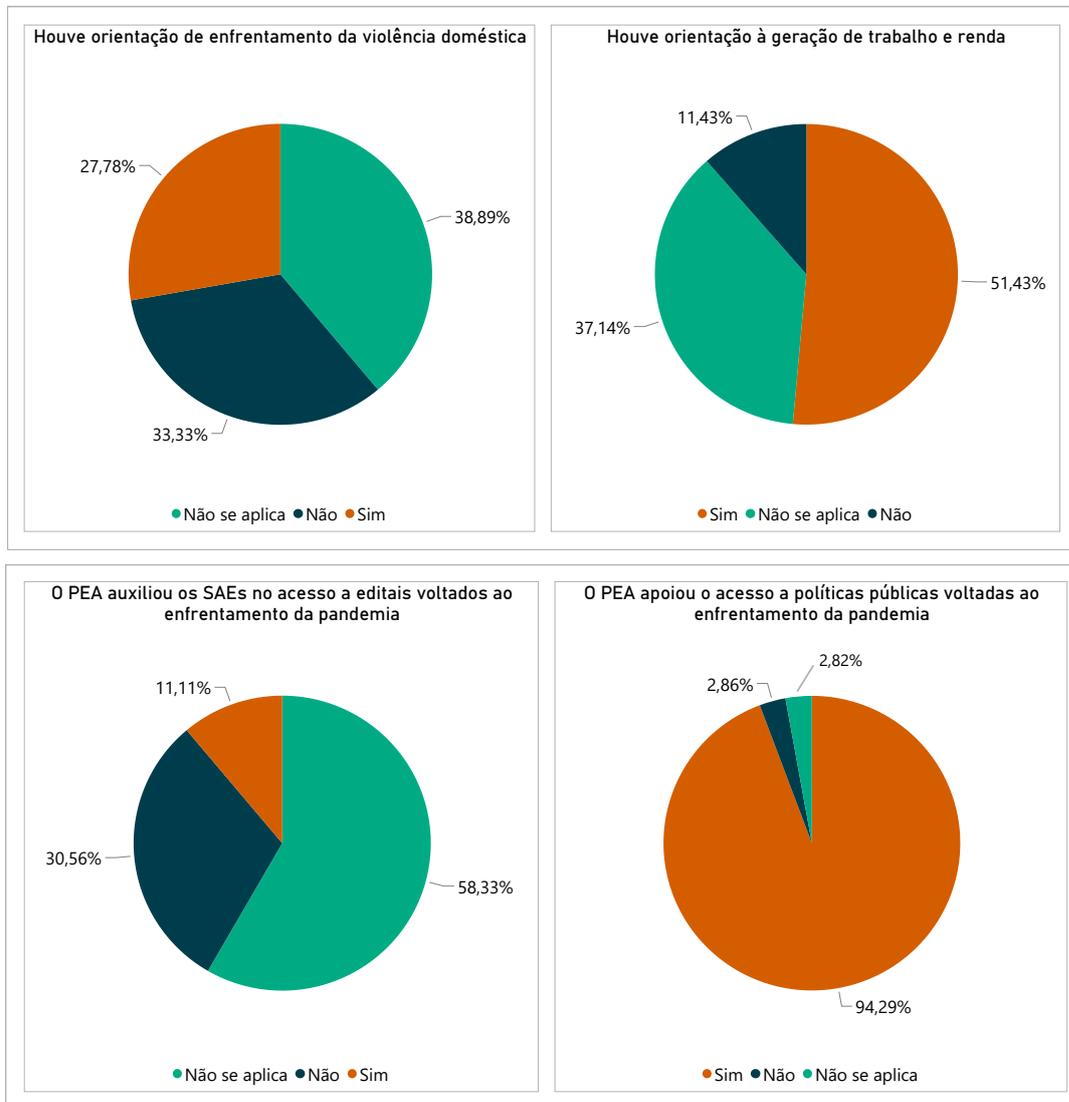
No período pandêmico instaurado pela rápida disseminação da Covid-19<sup>15</sup>, os PEA, enquanto grupos organizados, com uma rede estruturada, tiveram um papel importante nas comunidades em que atuam. Naquele momento, em que a ameaça de contaminação e morte fez do risco palavra recorrente (BECK, 2010), populações já vulnerabilizadas lidavam com uma realidade ainda mais precária em meio a uma gestão de riscos confusa por parte do Governo Federal, que alterava regras a todo instante e lançava decretos baseados em decisões políticas momentâneas (SEGATA, 2020).

O PARMIS utilizou um bloco dos formulários eletrônicos que estavam sendo aplicados neste período para sistematizar as ações desenvolvidas pelos PEA referente a pandemia de Covid-19, bem como as estratégias encontradas para a continuidade do trabalho.

15 Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara a emergência sanitária da disseminação do Coronavírus Sars-Cov-2 como pandemia. Ver: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>.

Na figura 17 observa-se que os PEA fizeram atividades de enfrentamento a pelo menos duas grandes problemáticas sociais agravadas no período pandêmico - o aumento da violência doméstica e a destituição de renda, através de orientação e auxílio no acesso a editais de fomento e de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pandemia.

**FIGURA 17-** Orientação, auxílio e apoio dos PEA para enfrentamento de problemáticas no período pandêmico.



**FONTE:** PARMIS (2023).

Tais ações foram mencionadas nas entrevistas.

*“E foi aí que a gente começou com o projeto de atenção psicossocial que a gente tinha. Numa semana tinha um grupo de mulheres e um grupo de jovens. Numa semana eles tinham atendimento terapêutico e na outra semana o grupo de práticas de autocuidado. Então o contato que a gente tinha com eles era por aí, e pelas ações formativas que eram feitas a distância virtualmente”.*  
(Coordenação)

*“Durante a pandemia, a gente conseguiu expandir isso para os projetos voluntários. [...] a gente teve um projeto terapêutico que atendeu aos grupos dos PEA que a gente atua. Foram 6 meses de atendimento psicoterapêutico e de práticas de autocuidado que eles tiveram. Porque os grupos estavam bem aflitos com tudo que a gente passou. Morte e fome, enfim. E aí a gente também começou esse ano com o projeto de doações de cestas básicas, quentinhas”.*  
(Empresa)

Na figura 18 observa-se as adaptações necessárias e as estratégias encontradas para a continuidade do trabalho junto aos SAE, sobretudo no que tange à readequação financeira dos planos de trabalho aprovados antes de março de 2020. A readequação teve que considerar o novo momento de impossibilidade de contato físico, incorporando com maior intensidade o uso de tecnologias e dispositivos digitais para atividades remotas, por exemplo com a distribuição de computadores, tablets e celulares para equipe técnica e SAE, a possibilitação de acesso à internet, com distribuição de chips, contratação de planos de dados e internet, instalação de antenas etc. Além da distribuição de dispositivos, a instrumentalização de como utilizá-los foi também essencial.

**FIGURA 18-** Estratégias adotadas para a continuidade do trabalho do PEA remotamente, em período pandêmico

<b>Estratégias utilizadas para mobilização dos sujeitos e realização de processos formativos no período</b>	<b>Número de PEA</b>
Comunicação através de aplicativos (WhatsApp)	8
Comunicação em jornais locais (municipais, universitárias, etc), cartazes, murais públicos, etc.	1
Comunicação em rádios locais (municipais, universitárias, etc), carros de som, outros veículos como bicicletas, etc.	2
Criação de páginas e perfis em redes sociais (Facebook, Instagram, etc)	8
Encontros on-line em plataformas da Web (Google Meet; Skype; Microsoft Teams; Zoom, dentre outras)	8
Lives/palestras em plataformas online (Youtube, Facebook etc)	8
Organização de atividades de modo presencial em espaços abertos, com base em protocolos de cuidados	1
Participação em Webconferências, Webnários, entre outros	5
Produção de conteúdo em mídias sociais (vídeo-aulas, etc)	7
Produção de materiais didáticos e informativos em formato digital (Cartilhas, Folders, etc)	8

<b>Estratégias adotadas para contribuir com os sujeitos no que tange ao difícil acesso a tecnologias</b>	<b>Número de PEA</b>
Atividades de campo - visitas às comunidades-, com base em protocolos de cuidados	8
Comunicação através de aplicativos (WhatsApp)	8
Comunicação em jornais locais (municipais, universitárias, etc), cartazes, murais públicos, etc.	8
Comunicação em rádios locais (municipais, universitárias, etc), carros de som, outros veículos como bicicletas, etc.	8
Contratação de plano de internet para uso dos SAE	8
Criação de páginas e perfis em redes sociais (Facebook, Instagram, etc)	8
Disponibilização de equipamentos tecnológicos aos SAE (notebook, tablet, etc.)	8
Encontros on-line em plataformas da Web (Google Meet; Skype; Microsoft Teams; Zoom, dentre outras)	8
Lives/palestras em plataformas online (Youtube, Facebook etc)	8
Organização de atividades de modo presencial em espaços abertos, com base em protocolos de cuidados	8
Orientação/explicação quanto a utilização das plataformas on-line através de encontros em espaços abertos e/ou área grande, respeitando os protocolos de cuidados	8
Orientação/explicação quanto a utilização das plataformas on-line através de encontros nas residências, respeitando os protocolos de cuidados	8
Orientação/explicação quanto a utilização das plataformas on-line através de folhetos/material gráfico	8
Orientação/explicação quanto a utilização das plataformas on-line por meio de telefone, WhatsApp, Facebook ou outros meios digitais	8
Outras estratégias	8
Outros	8
Participação em Webconferências, Webnários, entre outros	8
Produção de conteúdo em mídias sociais (vídeo-aulas, etc)	8
Produção de materiais didáticos e informativos em formato digital (Cartilhas, Folders, etc)	8

**FONTE:** PARMIS (2023).

Os dados sistematizados pelo PARMIS sobre a atuação dos PEA no enfrentamento à pandemia vão além de apontar um diagnóstico de ações realizadas em um momento histórico, pois apresentam o potencial dos PEA para o enfrentamento de eventos críticos e das consequências do sofrimento repentino e inexplicável que quebram o cotidiano (DAS, 1995). Cabe lembrar que a indústria de petróleo e gás é lugar com recorrência de desastres, frequentemente devastadores e impactantes às comunidades dependentes de um ambiente sadio, por exemplo nos derramamentos de óleo. Como aponta Seifert *et al.* (no prelo) no Estado Brasileiro existe um conjunto de normas, planos e programas para prevenção e controle de incidentes com óleo, que esbarra na burocracia e foi precarizado nos últimos anos, mas quando os autores analisam as políticas de resposta às emergências aos desastres ambientais, encontram como resultado a política de ignorar o óleo derramado.

## 3.2. Fragilidades

A análise sobre as fragilidades teve como objetivo compreender os aspectos limitantes de Programas e Projetos de Educação Ambiental que derivam da implementação da Nota Técnica nº 01/2010, considerando tanto os processos técnico-institucionais decorrentes de sua inserção no âmbito do licenciamento ambiental como de seu escopo. Neste sentido, assume-se que, atualmente, a Nota Técnica é o documento normativo que estabelece as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, em interface com a Avaliação de Impacto Ambiental, dada sua intencionalidade em mitigar impactos oriundos de atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás. O licenciamento ambiental federal é o processo administrativo que media essa relação.

Em decorrência, foram concebidas quatro categorias que possuem o intuito de explicar os fenômenos que resultam em fragilidades, intitulados a partir das causas que estabelecem a relação com o licenciamento ambiental (Quadro 4). No interior de cada categoria, foram delimitadas um total de 18 subcategorias a partir dos fenômenos que, associados a estas causas, apontam as fragilidades identificadas a partir das manifestações dos(as) interlocutores(as), consideradas assim, “consequências”. Categorias e subcategorias foram analisadas sob uma lógica de causa e consequência acerca dos fenômenos e, posteriormente, trianguladas com referências bibliográficas e documentais.

Em síntese, cada categoria coteja os aspectos afeitos ao licenciamento ambiental das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás e aqueles relacionados à Avaliação de Impacto Ambiental que conformam a execução dos PEA ao longo do tempo. E, a partir da interação das categorias e subcategorias, no processo de implementação da Nota Técnica, com aspectos e características dos demais atores e condições locais, emergem as fragilidades, destacadas em negrito ao longo do texto.

**QUADRO 4-** Categorias e subcategorias de análise de fragilidades.

<b>Categorias e subcategorias</b>	<b>Descrição</b>
<p><b>1. Delimitação do PEA por empreendimento/ empreendedor ou de PEA por conjunto de empreendimentos/empreendedor</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>› Delimitação dos PEA de forma restrita à Área de Influência;</li><li>› Dinâmica da indústria;</li><li>› Capacidade institucional do IBAMA.</li></ul>	<p>Caracteriza aquelas fragilidades que são decorrentes da implementação dos PEA ocorrer empreendimento a empreendimento, a despeito dos mesmos subsidiarem Programas Regionais</p>
<p><b>2. Gestão dos PEA a partir da relação empresa petrolífera-entidade executora mediada pelo licenciamento ambiental</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>› Relacionamento comunitário;</li><li>› Sobrecarga de trabalho e rotatividade das equipes técnicas;</li><li>› Descontinuidade dos PEA;</li><li>› Centralidade das empresas petrolíferas em torno da condução da mitigação;</li><li>› Rotatividade de perfis profissionais adequados aos PEA nas empresas.</li></ul>	<p>Caracteriza o conjunto de fragilidades em torno das relações contratuais e das características administrativas que envolvem empresas petrolífera e entidades executoras mediadas pelo processo de licenciamento ambiental</p>
<p><b>3. Escopo Programa - Linha de ação - Projetos de Educação Ambiental</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>› Diagnóstico participativo;</li><li>› Linhas de ação;</li><li>› Aspectos teóricos-conceituais ausentes na NT n° 01/2010;</li><li>› Formulação de Programas de Educação Ambiental;</li><li>› Ausência de sistema de monitoramento e avaliação dos resultados.</li></ul>	<p>Articula o conjunto de fragilidades que são decorrentes da proposição da formulação de Programas de Educação Ambiental sustentados por Linhas de Ação que orientam os Projetos de Educação Ambiental.</p>
<p><b>4. Tensionamentos entre educação ambiental e licenciamento ambiental</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>› Institucionalidade do licenciamento ambiental;</li><li>› Senso comum sobre educação ambiental;</li><li>› Tensionamento entre abrangência territorial dos PEA e características da educação popular;</li><li>› Mobilização e permanência de SAE;</li><li>› Utilização de linguagem técnica, não condizente à realidade dos SAE.</li></ul>	<p>Caracteriza as fragilidades que decorrem da complexidade da mitigação de impactos socioambientais que incidem sobre os grupos sociais e necessitam ser tratados no âmbito dos PEA.</p>

**FONTE:** PARMIS (2023)

### 3.2.1. Fragilidades associadas à delimitação de PEA/empreendimento/empreendedor ou de PEA/conjunto de empreendimentos/empreendedor

No Brasil, tanto o Licenciamento Ambiental como a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) são definidos como instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981). Sua interface ocorre quando da implementação de empreendimentos de alto potencial poluidor, em especial, àqueles listados nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e 237/1997, que exigem a realização de um prognóstico de impactos e o gerenciamento das medidas mitigadoras (IBAMA, 1995; SANCHÉZ, 2006; IBAMA, 2019). Este é o caso do licenciamento ambiental das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás, cabendo ao IBAMA a condução do processo de licenciamento ambiental por empreendimento, de forma a avaliar sua viabilidade (pré-licenciamento) e, após o início da implementação das atividades, gerenciar seus impactos (pós-licenciamento). É com base nas características da AIA e na institucionalidade do licenciamento ambiental que decorre uma série de decisões acerca dos PEA enquanto medida mitigadora.

Assim, a despeito da existência de impactos cumulativos, sinérgicos e difusos oriundos do conjunto de empreendimentos em uma mesma região serem comuns quando da implementação de empreendimentos, e da complexidade em torno de seus impactos socioambientais, a delimitação de condicionantes é realizada por licença ambiental concedida empreendimento a empreendimento. Em consequência, os Programas de Educação Ambiental articulam projetos cujo ciclo de execução está associado à dinâmica do planejamento e implementação de empreendimentos específicos, considerando características de cada operadora. Não obstante, a temporalidade dos PEA está circunscrita à dinâmica do empreendimento.

Em termos operacionais, cada PEA está associado a um empreendimento de uma operadora petrolífera ou atrelado a um conjunto de empreendimentos de responsabilidade de uma mesma operadora. Este arranjo (um PEA vinculado a diversos empreendimentos da mesma operadora) foi proposto sob uma perspectiva de qualificar a mitigação de impactos difusos, sinérgicos e cumulativos, estando referenciado em ações integradas e regionais, ao contrário de ações pontuais. A importância desta estratégia desdobra-se das características dos impactos socioambientais gerados pela tipologia licenciada, concentrada nas áreas marítimas com reflexos na dinâmica dos municípios adjacentes (IBAMA, 2005).

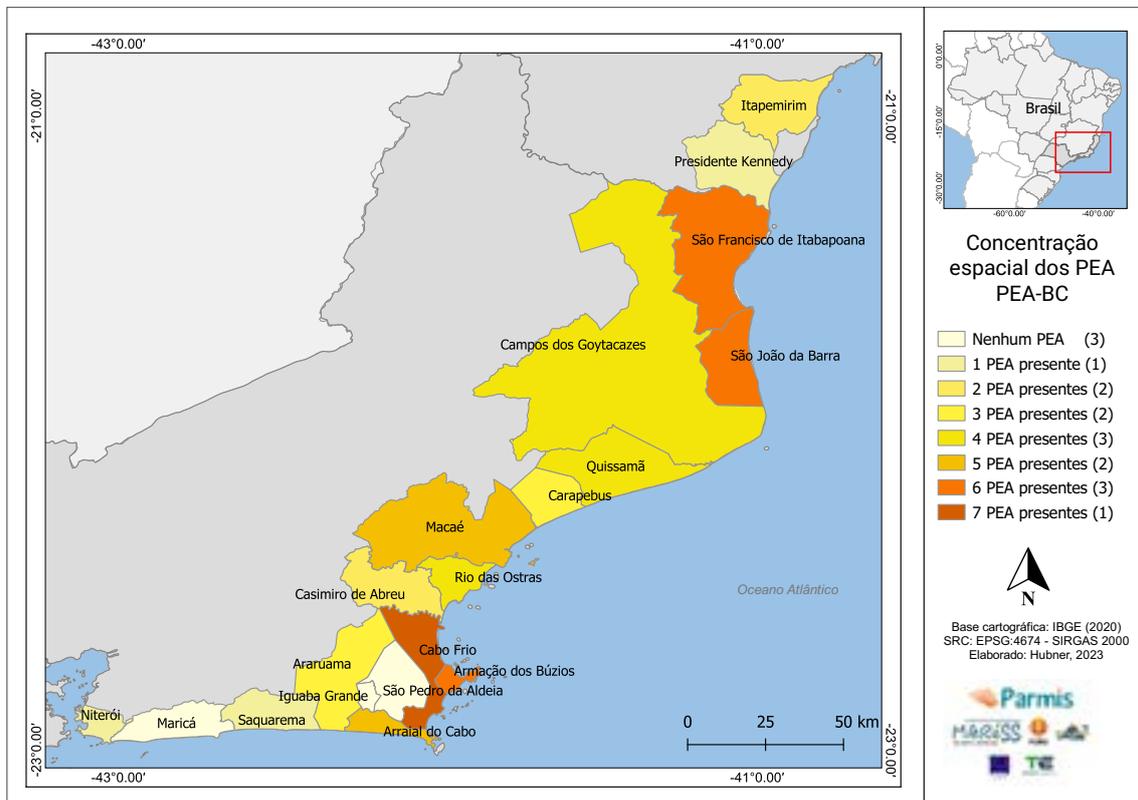
Administrativamente, a proposição de programas regionais para caracterização, monitoramento e mitigação de impactos ocorreu a partir dos anos 2000 como parte dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) junto a Petrobras e guarda relação com o processo histórico desta atividade no país, em que esta empresa possuía monopólio até 1998 (BREDARIOL; D'AVIGNON, 2018). Mesmo após isto, a empresa concentrava a maior parte dos empreendimentos situados na zona marítima. Neste sentido, a adoção de arranjos envolvendo programas ou proje-

tos regionais – que articulam mais de um empreendimento – demonstrou um avanço, em especial no monitoramento e mitigação de impactos cumulativos e sinérgicos (BREDARIOL; D´AVIGNON, 2018).

### 3.2.1.1 Fragilidades decorrentes da delimitação dos PEA de forma restrita à Área de Influência

Apesar da arquitetura em torno de Programas, cada PEA, contudo, mantém suas ações delimitadas pela área de influência do(s) empreendimentos(s) de responsabilidade da operadora, ainda que a área de abrangência do Programa seja distinta. Esta delimitação culmina em **PEA concentrados no território**, conforme se observa na Figura 19, em que se verifica que, dos 17 municípios que compõem o Programa, 53% possui 4 ou mais PEA. Em consequência, há **sobreposição de ações e de sujeitos**, contrapondo a proposição da Nota Técnica.

**FIGURA 19-** Distribuição espacial dos PEA na área de abrangência do PEA/BC.



**FONTE:** PARMIS, 2023

Soma-se a isso o fato de que, segundo os analistas, ocorre uma **universalização dos SAE de forma descolada dos impactos nos territórios**, tratando comunidades e sujeitos diversos, com demandas heterogêneas, de forma homogênea e universal. Foi destacado que essa problemática tem início desde a etapa de elaboração do EIA, e que acaba prejudicando a concepção e execução dos PEA, que acabam tendo também a incumbência de sanar essas lacunas.

Não obstante, há impactos socioambientais que ocorrem fora dos limites da área em que o projeto atua, e por vezes do próprio Programa. Soma-se a esta questão, o fato de cada PEA não atuar sobre a totalidade de impactos gerados pelo(s) empreendimento(s) em que está atrelado, podendo resultar em algum **nível de descolamento da incidência do impacto em relação aos municípios de abrangência do PEA.**

*“Não é todo mundo que consegue fazer esse tipo de construção lógica em termos de justificar no ponto de vista da causalidade do impacto”.*

*(Analista)*

Da formulação de PEA restrita à área de influência dos empreendimentos, depreende-se, inicialmente, a disputa por SAE.

*“Porque às vezes a gente acaba disputando os sujeitos, então não sei, às vezes me dá um pouco essa sensação. Não sei se isso seria uma coisa a mudar, me parece que em alguns momentos a gente trabalha com os mesmos sujeitos sempre dos PEA, aí você sobrecarrega determinadas pessoas [...]”.*

*(Empresa)*

Dentre outros elementos que caracterizam a **competitividade entre projetos.**

*“Também tinha uma cultura, posso dizer assim, meio que já no campo, que é anterior aos projetos, um pouco de disputa de projetos. Quem que está fazendo mais? Quem que é a melhor ação? Quem que é não sei o quê? Tinha um pouquinho isso não explícito, mas já tinha isso pairando no ar, e aí a gente foi tentando quebrar isso”.*

*(Coordenação)*

E cujos reflexos são observados pelos próprios sujeitos.

*“Acontece que é uma relação complicada também... E que a gente não entende quando a gente é comunidade, mas existe uma vaidade entre os PEA que é absurda [...] marcam atividades no mesmo dia, aí a pessoa participa de um e não participa de outro. Aí “ah por que prefere fulano”.*

*(SAE)*

### **3.2.1.2 Fragilidades oriundas da dinâmica da indústria**

A implementação de um PEA articulado à diversos empreendimentos, mesmo que da mesma empresa, torna-se suscetível às mudanças na dinâmica da indústria, que pode se deslocar para outras regiões – o que tem ocorrido, na última década, na Bacia de Campos e no estado do Espírito Santo<sup>16</sup> – ou se desfazer de parte de seus ativos, culminando no ingresso de outras empresas no território. Por ser um instrumento voltado à regulação de atividades poluidoras, o licenciamento ambiental não possui gerência sobre esta questão, ficando a reboque destes processos.

Assim, no escopo atual da Nota Técnica, não há garantias de que o PEA atue continuamente sobre uma área mais ampla ou articule suas ações de forma mais integrada quando parte dos ativos da empresa deixam de ser de sua responsabilidade.

16 No caso da Bacia de Campos, há uma diminuição da produção, em contraponto à Bacia de Santos que tem aumentado sua produção nos últimos dez anos. Em paralelo, há uma diversificação de empresas em ambas as Bacias. Já no estado do Espírito Santo, há uma mudança na dinâmica da produção, migrando do norte para o sul do estado.

*“Em relação a essa questão, por exemplo, a [Empresa] está vendendo ativos. A gente vai ter pequenas empresas aqui. Como é que a gente vai fazer? A gente vai ter vários PEA mitigando pequenos impactos? Impactos que são exclusivos desses empreendimentos?”.*  
(Coordenação)

Os analistas apontam, também, que não tem ocorrido uma análise sobre o enquadramento da realização de um PEA, considerando por exemplo o porte dos empreendimentos, seu tempo de execução ou relevância de impactos, e a abrangência dos PEA exigidos. Com o aumento do número de empresas petrolíferas atuando no território, e em campos menores, é preciso pensar em outros modelos de PEA, ou mesmo outras formas de mitigação, a depender do contexto.

Em síntese, o desenho concebido para os programas regionais de educação ambiental não tem se demonstrado robusto à dinâmica da indústria e pode culminar: i) **descontinuidades nas ações (encerramento/interrupção) de um PEA sem que seus resultados tenham sido alcançados** e, conseqüentemente frustrando os participantes do projeto (equipe técnica e grupos sociais); ii) na demanda por novos PEA, aumentando sua **concentração territorial e pulverização de projetos, de forma a sobrecarregar tanto os SAE como o órgão ambiental na condução dos processos técnico-administrativos**.

*“Provavelmente a gente agora vai adquirir um campo que é da (operadora). Um campo grande. Vai ser um novo PEA? Vai ser uma PEA que vai...? Eu acho que essas possibilidades precisam estar na nota técnica. Por exemplo, uma empresa que já possui seu PEA e adquire novos campos, o que ela faz? Porque, por exemplo, agora a gente vai fazer um orçamento para a aquisição desse outro campo. E aí, eu boto um outro PEA novo? Ou eu tenho que aplicar mais recurso dentro do PEA que a gente já faz? Como é que a gente conduz isso? Eu acho que isso é uma coisa importante que vai acontecer cada vez mais no licenciamento”.*  
(Empresa)

E resulta na flexibilização das diretrizes da Nota Técnica.

*“E isso traz uma série de novas situações que não estavam, nunca se produziram dentro do licenciamento, inéditas. [...] Há uma flexibilização da nota técnica. Há uma flexibilização nas práticas do licenciamento, que têm a ver com este novo momento”.*  
(Coordenação)

### 3.2.1.3 Fragilidades associadas à capacidade institucional do IBAMA

Tanto a pulverização de empreendimentos de diferentes empresas como o aumento de empreendimentos têm reflexos na carga necessária de acompanhamento dos projetos por parte do IBAMA. Somada a esta questão, há uma precarização do órgão, oriunda tanto da insuficiência de orçamento para visitas in loco como da ausência de concursos públicos desde 2014, o que tem refletido na redução do número de analistas que realizam análise socioeconômica (VITOLLA *et al.*, no prelo; BREDARIOL; D’AVIGNON, 2018). A preocupação em torno desta questão foi corroborada pelos(as) educadores(as) quando da roda de conversa.

*"Há uma baixa capacidade, ainda que conjuntural, da COPROD/IBAMA ter maior diretividade em como os PEA são feitos. [...] A ausência de campo dos analistas do órgão é um fato agravante. Para melhorar a participação é necessário aumentar os recursos humanos do IBAMA".*

*(Analista)*

Tais condições refletem na inserção do IBAMA nos projetos, seja em relação às visitas a campo, reuniões, dentre outros, como devido ao escopo dos PEA demandar maior mediação do órgão ambiental.

*"O IBAMA, eu acho que por conta dessa questão aí de... da demanda que eles têm, que é imensa, e o número inclusive de servidores e tal, o acompanhamento deles, eu acho que não consegue, a gente não consegue uma relação mais próxima por conta, eu acho, dessa questão do tempo e da questão... É mais a questão do tempo deles mesmo então. Mas a gente vem dialogando".*

*(Coordenação)*

A **falta de condições estruturais de acompanhamento** associada ao escopo dos PEA, em que os sujeitos possuem participação na construção dos planos de trabalho<sup>17</sup> sem a mediação do IBAMA, culmina em uma **dissociação das demandas dos sujeitos** – projetadas no PEA - **da devida inserção do planejamento do PEA à institucionalidade do licenciamento**. Assim, questões como temporalidade daquele PEA (tratada comumente como infinita), foco das ações na mitigação dos impactos e aspectos associados à dinâmica do empreendimento ficam em segundo plano. Condições que resultam em conflitos entre SAE e IBAMA. Os analistas apontam que não se sabe exatamente se há um excesso de participação dos SAE no planejamento das fases, ou se a participação é mal conduzida, mas que acaba culminando em uma falta de clareza dos limites dos PEA. Ponderam que falta uma incidência mais direta do IBAMA entre as fases, assumindo o papel de gestores com olhar estratégico regional, de modo que decisões locais não acabem suprimindo a atuação da gestão pública.

*"[...] possui bastante dificuldade de executar essa atribuição de ir à campo, eventualmente, a partir de uma análise precária e ficar ditando caminhos. Considera essa situação bem complicada para os/as analistas da equipe técnica da COPROD/IBAMA e afirma que gera desgaste diante das comunidades".*

*(Analista)*

Ademais, para os analistas, a grande diversidade de metodologias – que se tornou uma marca de cada PEA – resulta, além de sobrecarga de trabalho, em uma personificação do acompanhamento, dado que não é trivial a substituição dos analistas no acompanhamento, uma vez que há um grande esforço em se apropriar das especificidades de cada PEA.

Também, é na realidade atual do órgão que se explicitam as consequências da extinção da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM), em 2007,

---

17 A participação dos SAE na elaboração dos planos de trabalho está prevista na Nota Técnica.

responsável pelas formulações que sustentam os PEA como medida mitigadora. Neste sentido, há um vazio institucional, seja no sentido de contribuir com o aprimoramento dos PEA de forma mais específica à mitigação de impactos, como também na formação continuada dos analistas, especialmente considerando a renovação do quadro de técnicos. A institucionalidade do IBAMA na proposição dos PEA, envolvendo a articulação entre a CGEAM e a CGPEG e uma série de processos formativos dos analistas que atuariam no acompanhamento dos PEA constitui-se um aspecto relevante à implementação dos PEA na concepção atual (VITOLLA *et al.*, no prelo). Condição esta inexistente há mais de 15 anos e que deflagra uma série de dificuldades por parte dos analistas na atualidade.

### 3.2.2. Fragilidades associadas à gestão dos PEA, a partir da relação empresa petrolífera-entidade executora mediada pelo licenciamento ambiental

Esta categoria volta-se às fragilidades oriundas das relações contratuais, considerando os arranjos entre empresas petrolíferas e entidades executoras, mediadas pelo processo de licenciamento ambiental, face ao órgão ambiental não ter ingerência sobre tais questões.

De forma geral, cada PEA – mesmo quando gerenciado por uma mesma empresa – pode utilizar diferentes processos de contratação das entidades executoras. Alguns exemplos são: licitação, contratação direta, licitação restrita à execução financeira chamada de “leilão reverso” (o que resulta no envolvimento de mais uma entidade além da empresa petrolífera e da executora). Tais **processos de contratação - especialmente aqueles que valorizam a dimensão financeira em detrimento da técnica e/ ou que envolvem uma instituição intermediária para execução financeira – são bastante criticados por reduzirem a qualidade técnica dos projetos.**

*“Quando a gente tem uma empresa, no caso tinha, uma empresa responsável por essa execução, e a gente percebia muitas vezes que as opções que ela trazia tinham mais a ver com uma redução de custo para execução das atividades, do que com a qualidade”.*  
(Empresa)

Formas de contratação que se reverberam sobre as condições de trabalho da equipe técnica (estabilidade salarial).

*“A gente assumiu essa 2ª fase com um orçamento muito enxuto, que também traz dificuldades até em relação à própria equipe, porque teve perda salarial. Esse é um principal fator de desgaste em relação à equipe da fase anterior. E isso está dentro aí do contexto de desvalorização mesmo. Eu acho. De precarização desse processo todo do licenciamento e tudo mais”.*  
(Coordenação)

Destaca-se que a teoria da administração desenvolveu-se na lógica burocrática, que pode ser compreendida como o “controle da atividade humana por meio da regra, objetivando o aumento da produtividade” (MOTTA; VASCONCELOS, 2006, p.12). O sentido de estabelecer regras é manter o controle e evitar desvios de

comportamento, garantindo alguma previsibilidade. Porém, quando se fala em “produtividade”, no mundo corporativo, a ideia é obter o maior lucro possível com o mínimo dispêndio financeiro. As situações relatadas ao longo da coleta de dados, ilustradas pelos extratos acima, refletem esta lógica. E o problema não é restrito a contratos por licitação ou concorrência pública, pois organizações privadas buscam a mesma produtividade.

Na crítica à teoria da burocracia, um ponto central são as anomalias no funcionamento da gestão - as chamadas disfunções da burocracia (VIEIRA, 2012) - que levam a perdas no processo de perseguir objetivos organizacionais. O leilão reverso, bem como outros mecanismos possíveis a partir da Nova Lei de Licitações - Lei 14.133/2021 (BRASIL, 2021) podem levar à situação de precarização absoluta, gerando contratações por preços irrealistas. Um agravante dessas práticas é que a ausência ou assimetria de informações, bem como a competitividade acirrada, podem levar à chamada “maldição do vencedor”, ou seja, a situação em que o ganhador da licitação trabalha sem lucro ou com prejuízo (SIGNOR *et al.*, 2022). Sem dúvida, em casos de pressão por preços baixos os projetos executados têm seus resultados comprometidos, conforme relato.

*“O processo de contratação da empresa realizadora, digamos assim, da execução, porque o processo de licitação é por menor preço. Tem um nome: leilão reverso. Olha isso! É leilão reverso! Na hora lá, você faz o orçamento e na hora lá, a galera fica baixando o preço do orçamento. Quem dá menos. Então realmente fragiliza demais o processo”.*  
(Coordenação)

### 3.2.2.1 Fragilidades associadas ao relacionamento comunitário

É da relação entre empresa petrolífera e entidade executora que decorrem limites em torno da relação comunitária, especialmente quando envolve a prestação de serviços ou de arranjos locais que são pertinentes aos processos pedagógicos conduzidos pelo PEA.

Destaca-se que a mitigação de impactos por meio de projetos de educação ambiental envolve uma dimensão local, ancorada na valorização de arranjos produtivos comunitários e da prestação de serviços locais (LOUREIRO, 2004; UMPIERRE, 2021). Em geral, os PEA contam com pessoas da comunidade como parte da equipe técnica. Entretanto, é comum os sujeitos da ação educativa demandarem pela valorização dos arranjos produtivos locais no fornecimento de alimentos, aquisição de bens e/ou prestação de serviços.

*“[...] Que elas fizessem os lanches para as nossas reuniões, que era o jeito que a gente tinha de repassar dinheiro para elas [...] Porque a gente ouvia essas reclamações delas e concordava com elas, porque a gente não tinha como repassar dinheiro para elas. Aí então eu pensei: a gente sempre comprava das padarias e dos mercados os lanches, “eu vou comprar delas!”. E aí a gente começou a encomendar, e daí a gente fez o catálogo na tentativa de outros encomendarem também”.*  
(Coordenação)

Em alguns PEA, ao longo do tempo, as práticas de compras locais foram incorporadas.

*"[...] Então eles gastavam com alimentação nos hotéis com a gente, mas eles não gastavam dentro da comunidade. Foi uma briga nossa junto, falava pro pessoal, vamos brigar por isso aí. Hotel as vezes você leva 50 pessoas, ok não tem como alojar dentro da comunidade. Mas eu acho que alimentação, como ali é pertinho, a gente pega uma van, um transporte ali, vai lá e gasta na comunidade da gente".*  
(SAE)

Já, em outros, **as exigências presentes nos contratos entre as operadoras e executoras não permitem ou dificultam a aquisição de bens e serviços locais**. Casos em que coordenações e equipes técnicas não tem autonomia para decidir, o que resulta em conflitos com os(as) sujeitos(as).

*"Por exemplo, para a gente poder se deslocar para outros lugares. Tudo precisa passar por um processo. Aí a burocracia às vezes não é aprovada. Por exemplo, o nosso (menção ao núcleo do PEA) aqui, vocês podem ver ele é antigo, precisa fazer reforma. Aí para a gente fazer reforma nele, tem que passar por um monte de burocracia, tem que contratar empresa, tudo CNPJ. Às vezes não tem muito CNPJ, é mais vendedor local, autônomo. Esse é o único problema que tem, de resto não tive problemas com eles não".*  
(SAE)

### 3.2.2.2 Fragilidades que resultam em sobrecarga de trabalho e rotatividade das equipes técnicas

A segunda questão derivada dos processos de contratação diz respeito à diversidade de condições de trabalho e de salários para as equipes. Nos relatos dos(as) entrevistados(as), corroborado pelo diálogo com os(as) educadores(as), verifica-se que há grandes diferenças nos valores pagos no interior de uma mesma equipe, a depender da função.

*"[há um] desequilíbrio interno às equipes dos PEA, ou seja, tem algumas/alguns consultoras/es, coordenadoras/es de equipes que possuem um pró labore muito maior comparado com quem está trabalhando diretamente nos territórios, nas comunidades que possuem um salário pífio em relação ao que estão desenvolvendo. Essa diferenciação interna das equipes, muitas vezes, faz com que as pessoas que estão ali fazendo o PEA acontecer, não fiquem no projeto, logo que elas têm uma oportunidade mais interessante elas saem".*  
(Analista)

Ao mesmo tempo, há **distinção de salários entre PEA para pessoas que exercem funções muito similares**. Como consequência, há uma **grande rotatividade de educadores(as) nas equipes técnicas**.

*"[...] Então todos os outros projetos têm um salário muito melhor do que o nosso, e as pessoas vão procurar uma condição melhor de trabalho".*  
(Coordenação)

A maior valorização da dimensão financeira dos PEA em detrimento de critérios técnicos resulta, também, na **dificuldade de contratação de coordenadores(as)**. Os relatos apontam que alguns PEA **privilegiam equipes provenientes de fora** dos territórios – especialmente para os cargos de coordenação, contudo estas nem sempre estão apropriadas da realidade local, e tampouco permanecem na região. Condição esta que aumenta a rotatividade da equipe técnica.

Por outro lado, foi destacado que os perfis de coordenação também são responsáveis pela gestão e institucionalidade dos PEA, assim, tem sido um desafio obter profissionais que são apropriados tecnicamente dos elementos necessários à execução de um PEA, de sua institucionalidade, e que são capazes de dialogar com os sujeitos sem gerar reatividade.

*“A gente viu um contraste porque a recepção das comunidades no projeto, que a gente via que era de uma empresa que vem de (menção a uma cidade de fora da região). Até às vezes a coordenação vinha... até o sotaque de fora mesmo. Teve uma dificuldade de entrada por conta disso”.*

*(Empresa)*

O terceiro aspecto mencionado diz respeito às **condições de trabalho da equipe muito diferenciadas entre os PEA**. Enquanto alguns contam com equipe numerosa e mais qualificada, sede e veículos; outros têm condições menos favoráveis, mesmo quando de responsabilidade da mesma empresa.

*“Eles [educadores/as do PEA] vêm para a comunidade às vezes com o seu carro próprio. E não dá para vir com o carro próprio nessa estrada. A manutenção do carro é muito caro. [...] Tem que dar suporte para essas pessoas virem mais para a comunidade. Em comunidades que não tem estrada, acho que tem que ter uma embarcação para eles chegarem a esse território”.*

*(SAE)*

Associado a isto, algumas exigências em relação à gestão contratual e procedimentos administrativos resultam em **sobrecarga de relatórios, de procedimentos administrativos** para compras, dentre outros que refletem no trabalho das equipes.

*“A gente saiu de um relatório trimestral para um relatório mensal. E isso está dando um trabalho para a gente, porque a gente mobiliza a equipe de gestão todo mês para esse relatório. Então antes, o nosso investimento maior, mensal era nas atividades com os grupos. Agora não. A gente tem que reservar um tempo na gestão para poder fazer. E a gente entende que é por conta do modelo da gestão”.*

*(Coordenação)*

Assim, é comum que educadores(as) também contribuam com a logística, com atividades administrativas, dentre outras, sobrecarregando suas atividades. Em síntese, educadores(as) tornam-se “faz tudo”. Esta condição é intensificada face a maior relação com os sujeitos permear práticas extensionistas e pedagógicas características da Educação Ambiental Crítica (QUINTAS, 2006), sendo comum

que integrantes da equipe local sejam demandados pelos sujeitos(as) para outras questões além daquelas restritas ao PEA.

*“As demandas estão atendendo tanto do PEA, com o sujeito e, também, na parte administrativa, ela é longa e ela é cansativa. É notável, em alguns momentos, o cansaço das pessoas, o esgotamento. Porque fisicamente, mentalmente é bem complicado, e fisicamente também porque uma coisa acarreta outra. Então, se tem algo que eu poderia mudar seria aumentar essa equipe, para que as pessoas tivessem melhor qualidade de trabalho”.*  
(SAE)

Ademais, o perfil dos profissionais para atuar em um projeto de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás demanda o domínio de conteúdos bastante específicos, tais como, Educação Ambiental Crítica, licenciamento ambiental, impactos socioambientais, gestão ambiental, políticas públicas, dentre outros a depender do escopo do projeto. Em consequência, há um **alto investimento em formação de equipe, que acaba se perdendo** face a perda de técnicos decorrente das condições salariais e de trabalho.

*“[...] Aí é outra formação, não é? Tem que formar toda equipe de novo. A gente perde quando troca a equipe assim no meio da fase, porque aí tem que formar a pessoa de novo e aí perde um pouco o time [...] A gente tem um investimento grande na formação de... da equipe, e aí quando sai alguém, a gente perde”.*  
(Empresa)

Não obstante, além da rotatividade da equipe, a sobrecarga de trabalho, por vezes associada à falta de recursos para algumas atividades - como atividades de campo - reflete na relação comunitária, na mobilização e manutenção dos(as) SAE. Envolve custo metodológico e engessa a atuação dos educadores(as) naquelas atividades essenciais ao PEA, associadas à educação popular.

*“Essa questão da forma, da entrega dos produtos e os prazos. O quanto isso acaba... orienta o trabalho, mas por outro lado também engessa o nosso trabalho e contradiz um pouco a metodologia do projeto de se trabalhar com educação popular. [...] Uma coisa que acaba interferindo na própria proposta que ele se propõe da metodologia popular, do tempo, da escuta, da construção coletiva, e que isso é atropelado, interrompido por conta de prazos, produtos e entrega e tal”.*  
(Coordenação)

### 3.2.2.3 Fragilidades relacionadas à descontinuidade dos PEA

Também decorre dos processos de contratação, especialmente quando da realização de licitações, as descontinuidades dos PEA. Dentre os 8 PEA analisados, cinco já passaram por interrupções e, em dois projetos, elas ocorreram por duas vezes (como pode ser observado na figura 2, localizada na página 20). **As descontinuidades afetam tanto a manutenção dos integrantes da equipe técnica – em que houve investimentos em qualificá-la e que já possui um vínculo comunitário – como na permanência dos(as) sujeitos(as) da ação educativa.**

*“Então, o que aconteceu? A gente tava lá feliz, porque fomos nos tornando uma família, os integrantes. E aí, ia ter a segunda fase, beleza, a primeira fase terminou e já estava todo mundo no embalo para começar a segunda fase. Eles cortaram! E aí do nada, “poft”, cortou. Aí, ninguém sabia se ia continuar, se não ia, quando ia continuar... [...] ele (SAE) fez um ofício para [empresa petrolífera] perguntando porque que não tinha segunda fase, e falou “nós estamos revoltados, primeiro mobilizam a gente, a gente se sacrifica, vem aqui e nós estamos aqui para quê? Só para vocês ganharem a licença e depois nós somos descartados. A gente está aqui, se dedica, dá o nosso tempo, dá seu esforço, para vocês nos largarem, de repente, do nada, sem nos dizer nem o porquê, e fim?!”.  
(SAE)*

Dentre as consequências da descontinuidade entre fases do PEA, algumas descritas pelas coordenações dos PEA foram: a desmobilização dos SAE; a descontinuidade das ações, com forte implicação para o enfraquecimento da organização e controle social por parte dos grupos envolvidos nas ações do projeto; a desmobilização da equipe técnica, resultando em desperdício de conhecimento e envolvimento do projeto e o aumento da dificuldade para coordenação em manter um grupo coeso no campo de atuação.

#### **3.2.2.4 Fragilidades relacionadas à centralidade das empresas petrolíferas em torno da condução da mitigação**

Por último, os processos de contratação e modelos de gestão dos contratos estabelecidos para execução de condicionantes de licença ambiental têm culminado em **maior centralidade das empresas – que são as poluidoras – nas decisões que envolvem os projetos**. Esta centralidade ocorre sob duas dimensões. A primeira de natureza simbólica, mas permeia as relações comunitárias e o entendimento sobre a mitigação.

*“Isso acho que é um dos problemas traumáticos: a interferência do mitigador... do poluidor na mitigação até no controle do conhecimento que se produz para o processo. Eu acho que esse é um ponto que deve ser dimensionado”.  
(Coordenação)*

Assim, a despeito da Nota Técnica 01/2010 e da IN 02/2012 prever assertivamente critérios para comunicação dos projetos como condicionantes do licenciamento ambiental federal, isto é insuficiente no sentido de estabelecer maior centralidade ao IBAMA na relação com os grupos impactados, enquanto ente responsável por tais projetos no âmbito do licenciamento.

A segunda dimensão é técnica, face às decisões acerca dos PEA serem mediadas pelo empreendedor.

*“É uma questão estrutural a falta de diálogo direto entre as equipes executoras e o órgão ambiental. Acho que isso é um gargalo enorme do licenciamento, porque quem faz o tempo inteiro esse diálogo é a empresa, e a empresa não está no campo, não está na execução. Ela não está nesse lugar. Eu tenho uma crítica [...] porque para mim isso é um grande, uma grande fragilidade dos PEA. A gente não pode falar com o órgão ambiental”.  
(Coordenação)*

### 3.2.2.5 Fragilidades relacionadas à rotatividade de perfis profissionais adequados aos PEA nas empresas

Durante as entrevistas houve relatos acerca da **rotatividade de técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos PEA nas empresas** petrolíferas. Não há subsídios que apontem quais são as causas desta rotatividade. Contudo, ela reflete negativamente no processo institucional envolvendo empresa petrolífera-entidade executora, fato que foi considerada como uma subcategoria desta.

*“As empresas, essas operadoras, têm uma rotatividade de técnicos muito grande. Então a gente às vezes está muito à frente de elaborar metodologia e intervir junto às consultorias do que os responsáveis por essas operadoras. Não estou desmerecendo de forma alguma, nenhum deles não. Mas acho que a demanda lá, aqui temos uma equipe muito maior, uma estrutura muito maior. Às vezes é uma pessoa para licenciamento e responsabilidade social e comunicação social, lá. Então a sobrecarga para eles e a pressão é muito diferente do que aqui na [operadora] e o nível também de capacitação eu acho que também é muito restrita”.  
(Empresa)*

### 3.2.3. Fragilidades associadas ao escopo Programa – Linha de Ação – Projetos de Educação Ambiental

O delineamento em torno do Programa de Educação Ambiental – Linha de Ação – Projetos de Educação Ambiental é o cerne da Nota Técnica nº 01/2010 (NT 01/10). De maneira sintética, destaca-se que o principal objetivo da NT nº 01/2010 é normatizar a implementação de Programas Regionais de Educação Ambiental. Cada Programa tem sua abrangência previamente definida pelo IBAMA, a partir de sua experiência em observância a critérios de definição de Áreas de Influência (IBAMA, 2010). Sua implementação ocorre quando da presença de empreendimentos marítimos de produção e escoamento de petróleo e gás em uma determinada área<sup>18</sup> ou, quando uma bacia sedimentar se torna produtora.

No que tange aos objetivos do Programa, não é mencionado na NT nº 01/2010 um objetivo explícito, sendo possível inferir que o Programa está restrito ao somatório de PEA delineados a partir de linhas de ação. As linhas têm o propósito de organizar os processos educativos preconizados, destinados a promover a participação social qualificada nos espaços de gestão ambiental pública por aqueles grupos sociais que são vulnerabilizados devido aos impactos socioambientais (IBAMA, 2010).

A estruturação do Programa ocorre por meio da realização de um diagnóstico participativo. Com base em seus resultados, cada empresa petrolífera - considerando um ou mais empreendimentos que são objeto de licenciamento ambiental - define seu projeto de educação ambiental envolvendo sujeitos da ação educativa, abrangência territorial, linha de ação, metodologia e indicadores.

18 Diversos municípios da zona costeira já continham sua dinâmica afetada pelas atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás anteriormente à 2005, quando da formulação das diretrizes para Programas e Projetos de Educação Ambiental no Licenciamento de Petróleo e Gás. Inclusive, alguns empreendimentos já executavam PEA, contudo formulados a partir de diretrizes distintas, sem relação à mitigação de impactos.

### 3.2.3.1 Fragilidades que envolvem o diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo envolve um conjunto de procedimentos metodológicos destinados à coleta de dados primários e articula três propósitos. O primeiro é mobilizar os grupos sociais que são vulnerabilizados pelos impactos socioambientais decorrentes da indústria petrolífera, que incidem e/ou incidirão sobre seus modos de vida.

O segundo propósito diz respeito ao processo de ensino aprendizagem por meio de uma reflexão que se destina a compreensão dos problemas e conflitos ambientais que os grupos vivenciam, associados ou não à cadeia produtiva de petróleo e gás, e sobre as potencialidades existentes nas localidades que residem (IBAMA, 2010). O terceiro objetivo é coletar dados primários para subsidiar o planejamento dos PEA que irão compor o Programa, o que envolve: i) a delimitação dos sujeitos da ação educativa que serão priorizados por um determinado PEA; ii) sua abrangência territorial, conforme área de influência do(s) empreendimento(s) licenciado(s); iii) sua linha de ação e; iv) o planejamento do ato pedagógico, ou seja, o conjunto de atividades que orientam o processo de ensino-aprendizagem que se ensaja (IBAMA, 2010).

Para Quintas (2016), o diagnóstico participativo é um elemento estruturante ao ato pedagógico, pois permite aos sujeitos da ação educativa refletirem sobre sua realidade de forma a participarem da construção do projeto. Para o autor, o diagnóstico participativo é “o projeto do projeto” e dará sustentação às etapas posteriores. Ademais, Quintas (2016) defende que a elaboração e o desenvolvimento do diagnóstico participativo articulam a prática científica à prática pedagógica para compreensão de determinadas realidades, fato que contribui para transformá-la.

No caso dos PEA analisados nesta pesquisa, a responsabilidade em elaborar o diagnóstico participativo dos Programas foi da Petrobras (PEA/BC e PEA/SP-Rio). No PEA/BC, o diagnóstico abrangeu 14 municípios e mobilizou diferentes grupos sociais. Suas tratativas iniciaram em 2005 e a publicação do seu relatório ocorreu em 2014 (ver figura 2, página 20).

Já o PEA/SP-Rio envolveu sete municípios, sendo que o diagnóstico dos três municípios do litoral norte de São Paulo ocorreu entre 2011 e 2012 e o dos quatro municípios do sul fluminense, entre 2013 e 2014. Nestes diagnósticos foram mobilizados apenas os grupos identitários que possuem a atividade pesqueira como parte do seu modo de vida.

No caso do PEA/BC, dos sete analisados, **cinco PEA foram formulados ou adequados às diretrizes da NT nº 01/2010 antes do término do diagnóstico participativo** (figura 2, página 20), logo, apenas dois PEA foram elaborados com base no diagnóstico.

*“Não, a gente usou como fonte também, mas não só, até porque também foi um projeto que demorou muito [...] então a gente tinha acesso a algumas informações, mas não eram informações oficiais também, então também tínhamos que buscar outras fontes para poder chegar nesses sujeitos”.*  
(Empresa).

Já o diagnóstico do PEA/SP-Rio subsidiou a elaboração do PEA Costa Verde. Entretanto, houve descontinuidade entre o processo de mobilização e reflexão com os grupos sociais no diagnóstico, sistematização dos resultados, proposição e aprovação do PEA, e início do projeto (ver figura 2, localizada na página 20) .

Segundo os entrevistados, a **descontinuidade entre o final do diagnóstico participativo e a aprovação do plano de trabalho** da 1º fase ocorreu devido (i) ao período de análise e ajustes do relatório dos DPs do PEA-SP e do PEA-RIO, ii) ao período para proposição de Projetos de Educação Ambiental e da respectiva linha de ação, (iii) ao período de contratação para execução e (iv) às mudanças realizadas por solicitação do IBAMA entre a contratação e o início da execução, quando da elaboração e aprovação dos Planos de Trabalho.

Das análises, conclui-se que a independência das etapas, concebidas a partir de uma lógica dependente e contínua, deve-se tanto aos processos de licenciamento ambiental serem autônomos, como às etapas entre diagnóstico, formulação, aprovação de PEA e seu início envolverem processos administrativos e burocráticos por vezes morosos. Assim, **não é possível assegurar a temporalidade entre diagnóstico, planejamento dos PEA e seu início**, podendo haver sobreposição ou defasagem entre ambos. Não obstante, tal condição coloca em xeque os objetivos do diagnóstico, seja no subsídio à formulação dos PEA, como no processo de ensino-aprendizagem e na mobilização dos sujeitos face não ser assegurado que os mesmos sujeitos participem das etapas subsequentes.

Nas entrevistas, a principal ênfase foi dada às dificuldades na fase inicial dos PEA.

*“Então eu acho que o diagnóstico poderia ter contribuído mais nesse sentido de enxergar mais os vínculos entre uma coisa e outra de uma forma mais profunda. [...] Que desse conta de... Aprofundar essas especificidades desses grupos sociais. E como esses impactos realmente chegam nesses grupos. [...] Que é difícil mesmo, mas eu acho que a gente carece um pouco desses entendimentos até para justificar, embasar o que a gente está fazendo nesse território”.*  
(Coordenação).

Uma das consequências mencionadas foi sobre a **definição de sujeitos ocorrer de forma descolada dos impactos nos territórios**.

*“Não muito assim, acho que ele (o diagnóstico) deu uma forma de ter um contexto dos grupos sociais que estavam na Bacia de Campos, estabelecidos ali, mas exatamente isso, você não consegue entender especificidades [...] Não teve uma contribuição suficiente, o público também foi estabelecido anterior a essa, ao diagnóstico”.*  
(Coordenação).

### **E insuficiência do diagnóstico para definir o escopo dos PEA.**

*“É o diagnóstico participativo, ele é importante, mas ele não é a única ferramenta. A gente não consegue só com o diagnóstico [...] fazer uma análise dos impactos na bacia de Campos, que é o que a gente tem”.*  
(Coordenação)

Em consequência, **tem sido comum que os PEA necessitem realizar seus próprios diagnósticos**, tanto para conhecer e se aproximar das comunidades, quanto para compreender os impactos que incidem sobre elas.

*“Na verdade, como o diagnóstico da Bacia de Campos não estava pronto, ela propõe uma fase de inserção comunitária que é um diagnóstico mesmo [...] Os primeiros meses da fase um são todos de inserção comunitária”.*

*(Coordenação)*

Tais diagnósticos – por vezes solicitados pelo IBAMA para readequação das ações do PEA em um município – contribuem ao processo pedagógico e à mobilização dos grupos prioritários. No entanto, estas **informações ficam restritas a cada PEA, sem contribuir em qualificar e/ou atualizar o diagnóstico do Programa.**

*“Olhar para esses dados, já que todo mundo faz um diagnóstico. Eu acho que a nota técnica ajudou nisso, eu acho que ela tem que ser revista nesse sentido de incorporar o que tá vindo dos próprios projetos”.*

*(Coordenação)*

A pesquisa de Longaray *et al.* (no prelo) analisou os diagnósticos participativos do PEA/BC e PEA/Rio considerando as informações necessárias como subsídios ao planejamento dos projetos que envolvem comunidades de pescadores(as). As reflexões das autoras decorrem da sistematização de relatórios e demais documentos que publicizam dados do diagnóstico, considerando sua relevância para compreender o processo de vulnerabilização socioambiental e os subsídios para definição dos SAE. Dentre os aspectos destacados, a falta de direcionamento das informações a serem coletadas e a ausência de fundamentação teórica foi corroborada pelos(as) entrevistados(as). Observa-se, ainda, deficiências conceituais nas categorias “impactos”, “problemas” e “conflitos” e a predominância de informações sistematizadas em escala municipal, em detrimento de análises multi-escalares (comunitária, municipal e regional), que necessitam estar articuladas para maior compreensão dos impactos socioambientais que incidem sobre os grupos sociais, especialmente os impactos cumulativos e sinérgicos.

### 3.2.3.2 Fragilidades que envolvem as linhas de ação

Pautado no diagnóstico participativo, o planejamento do PEA é feito considerando uma das linhas de ação constantes na Nota Técnica nº 01/2010, dentre seis possíveis (Quadro 5), sendo o conjunto de linhas de ação o elemento que delimita um Programa de Educação Ambiental (IBAMA, 2010). Cada linha de ação guarda relação com os objetivos do PEA, e tem como propósito a condução de processos de ensino-aprendizagem destinados a desenvolver nos grupos vulnerabilizados socioambientalmente a capacidade para atuarem de forma organizada na gestão ambiental pública.

**QUADRO 5-** Linhas de ação descritas na NT nº 01/2010.

Linha de Ação	Descrição
A	Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental
B	Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural
C	Apoio à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais
D	A ser proposta pela empresa
E	Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo
F	Apoio à discussão e ao estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades na zona marítima

**FONTE:** NT nº 01/2010 (IBAMA, 2010)

A organização do Programa a partir de linhas de ação tem por objetivo: (i) garantir o alinhamento entre as ações desenvolvidas nos programas de educação ambiental regionais; (ii) direcionar as diferentes linhas de ação e seus processos educativos de modo que venham a convergir para uma efetiva gestão ambiental regional; (iii) garantir que os processos educativos estejam voltados para a mitigação dos impactos da atividade licenciada; (iv) otimizar o processo de licenciamento, esclarecendo quais são os objetivos da CGPEG/IBAMA em relação à construção de um programa de educação voltado para a gestão ambiental regional; e (v) reduzir a criação de expectativas por parte dos grupos sociais envolvidos na realização de diagnósticos participativos (IBAMA, 2010).

Uma leitura cuidadosa das linhas de ação denota uma interface entre a gestão ambiental pública – objeto da educação ambiental – e a incidência de impactos recorrentes em atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás. Considera, ainda: i) a necessidade de contribuir com processos organizativos dos grupos vulnerabilizados para atuarem na gestão ambiental pública (Linha A); ii) possibilitar aos empreendedores a definição de PEA específicos, desde que justificado, (D) e; iii) articular medidas compensatórias, devido à impactos de curto prazo, aos Programas de Educação Ambiental (E).

A despeito da Nota Técnica discorrer sobre os PEA serem organizados por linha de ação, quando da análise do PEA/BC verifica-se uma **maior concentração de projetos na Linha A (5 projetos) e a ausência de projetos na Linha F**. Considerando que o NEA integrou a linha A até 2020 e adicionando o PEA Costa Verde, são 7 projetos cuja linha de ação é a organização comunitária, até 2020, dentre os oitos analisados (Figura 2, localizada na página 20).

Esta condição é prevista na Nota Técnica, entretanto, denota um **desequilíbrio entre as linhas, considerando a complementaridade desejada entre as linhas de ação**,

mitigação de impactos da cadeia petrolífera e espaços da gestão ambiental pública. A ausência de PEA na linha F, que está voltada a gestão compartilhada dos espaços marítimos, se reverbera em preocupações acerca da ausência de mecanismos para mitigação de impactos neste ambiente, especialmente em virtude das características dos impactos dos empreendimentos marítimos de produção e escoamento de petróleo e gás e dos conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais.

Isto não significa que os PEA da linha A não mitiguem impactos e tampouco que não contribuam para atuação dos sujeitos na gestão ambiental pública relacionadas à gestão do espaço marítimo. Contudo, explicita incoerências em relação ao desenho metodológico proposto aos PEA por meio de linhas de ação que vislumbrava uma maior correlação entre projetos e características dos espaços de gestão ambiental face à incidência de impactos socioambientais.

Ademais, os relatos acerca da Linha de Ação A apontam que – ao mesmo tempo em que esta é estruturante de qualquer projeto de educação ambiental – sua formulação é a mais aberta no que tange à participação social na gestão ambiental pública, podendo ocorrer um descolamento dos PEA, mesmo que momentâneo, aos objetivos de mitigar impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás. Também há maior dificuldade dos sujeitos da ação educativa compreenderem seu escopo como parte do licenciamento ambiental de petróleo e gás.

*“A Educação Ambiental pressupõe um nível de participação e vários problemas em relação à participação tinham a ver com a proposta ser aberta e genérica, principalmente os projetos da linha A.”*  
(Analista).

A segunda crítica reportada às linhas de ação refere-se ao caráter estruturante da organização comunitária em relação a todo e qualquer Projeto de Educação Ambiental, mesmo para os PEA que não estão enquadrados na Linha A.

*“[...] Como por exemplo, a separação das linhas de ação. Porque apesar de serem linhas de ação diferentes, a Linha A perpassa todas as outras linhas. [...] era impossível realizar o nosso trabalho sem fazer organização social”.*  
(Coordenação)

E conseqüentemente, seu viés transversal em relação às demais linhas de ação.

*“Eu fico pensando que a linha de ação (A), que é uma linha estruturante, talvez ela não precise mais estar como linha de ação e precise de fato estar de forma transversal em todas as outras linhas, porque na prática, o que eu pude observar é que ninguém ficou muito exatamente naquela Linha A”.*  
(Coordenação)

Ainda sobre a Linha A, algumas das entrevistas enfatizam que é **necessário reconhecer a organização comunitária pré-existente no território**, ou seja, anterior à imple-

mentação de um PEA. Assim, a Linha A atuaria no sentido do fortalecimento das relações comunitárias para a participação na gestão ambiental pública e não na organização comunitária em si.

*“Quem somos nós, digamos assim, para todos aí dentro do licenciamento, para ensinar que elas estão desorganizadas e que elas não dão conta dentro das suas demandas. Muito pelo contrário, talvez a nossa inserção, dentro delas, criaria uma desorganização nesse sentido. Então, internamente a gente brinca um pouco com essa nomenclatura de que talvez seria interessante pensar no fortalecimento das “relações comunitárias” e não das “organizações comunitárias”.*  
(Empresa)

Para Serrão (2012), os principais objetivos das linhas de ação são a convergência para formação de um programa regional com efetividade na gestão ambiental territorial e a garantia “que os processos educativos estejam voltados para a mitigação/compensação dos impactos da atividade licenciada.” (SERRÃO, 2012, p. 217). Contudo, nas entrevistas foi destacada a **necessidade de maior correlação entre linha de ação e impactos que se deseja mitigar.**

*“[...] Então, assim, ser mais direcionado ao impacto, e a gente vê hoje, que não tem isso na nota técnica. Ela não direciona em nada, ela não relaciona o projeto com o impacto que ele está. E a gente vê que é necessário, cada vez mais, a gente mostrar a transparência do que o PEA veio”.*  
(Empresa)

Depreende-se desta questão a leitura acerca da contribuição das ações dos PEA no que tange à mitigação de impactos socioambientais direta e indiretamente associados à cadeia produtiva de petróleo e gás, e referentes aos demais impactos no território, que integra o item dos resultados. De maneira geral, houve muita dificuldade por parte dos respondentes dos formulários em relação a esta articulação. Infere-se, aqui, que parte dos problemas devem-se à nota técnica direcionar **formulações de projetos orientados à mitigação de impactos difusos, cumulativos e sinérgicos sem uma leitura aprofundada sobre quais são estes impactos**, bem como sobre sua dinâmica nos territórios. Em especial, a noção de impactos “difusos” estabelece uma nebulosa sobre estes, possibilitando um descolamento dos processos de aprendizagem ao propósito de mitigar impactos.

Como último aspecto sobre as linhas de ação, destaca-se que a leitura da Nota Técnica associada à análise sobre os resultados obtidos pelos PEA e, sob uma perspectiva de maior diretividade à mitigação de impactos, suscitou questões sobre as Linhas B, C, D e E. No que diz respeito à **linha B e C, verifica-se que há uma sobreposição dos resultados dos PEA que tratam da temática de royalties** (recentemente reconfigurados para rendas petrolíferas), orçamento público e ordenamento territorial. Na prática, tanto o debate sobre orçamento público - independente da origem ser ou não as rendas petrolíferas - como em torno dos planos diretores ocorrem na esfera municipal, culminando em sobreposição das ações do PEA.

Já em relação à **Linha D**, entende-se que, ao longo destes treze anos, houve um acúmulo acerca do conhecimento sobre a incidência dos impactos socioambientais oriundos das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás. Assim, não se justifica, *a priori*, uma linha específica para a proposição de projetos pela empresa, podendo ocorrer a partir da discricionariedade do órgão, quando houver condições específicas.

E no que tange às medidas compensatórias, objeto da Linha E, houve um esforço por parte do IBAMA de revisão das diretrizes que orientam a implementação de PCAP a partir de 2002, culminando na publicação da Nota Técnica nº 07/2020 (COPROD/CGMAC/DILIC), (TAKAHASHI *et al.*, no prelo). Em consequência, a Linha E deixou de ser parte de programas de educação ambiental, fato que não se justifica como parte da Nota Técnica.

### 3.2.3.3 Fragilidades associadas a aspectos teóricos-conceituais ausentes na NT nº 01/2010

Além dos Programas estarem sustentados por Linhas de Ação para delimitação de projetos de educação ambiental, os relatos explicitam dificuldades em torno da **ausência de fundamentação teórica e de conceitos relevantes à condução dos projetos**, o que culmina em distintas interpretações e tensionamentos dentre os(as) envolvidos(as) na execução dos PEA.

*“Hoje talvez, até por conta do próprio avanço dos projetos, talvez precisasse de alguma atualização [da Nota Técnica], sobretudo o que eu por vezes sinto alguma falta é de bases mais teóricas, que subsidiem as nossas ações, exatamente. [...] Então tem uma certa tensão e como não tem um estabelecimento muito claro dessas bases teóricas, dos processos educativos em si, aí falando de educação mesmo, fica muito frágil [...] Tem alguns pressupostos ali, que foram colocados inicialmente, alguns documentos, as orientações pedagógicas, etc., mas mesmo assim eu ainda acho que eles não deixam claro exatamente o que que é essa proposta teórica de educação que está sendo exigida”.*  
(Coordenação)

Estes tensionamentos e dificuldades estão presentes não apenas na esfera interinstitucional, mas também na dinâmica de trabalho da equipe, conforme relatado.

*“E eu acho também que lá atrás, quando cada um de nós entrou nos projetos, a gente teve alguém que explicou isso para gente [...] Então a gente tinha a leitura e entendimento dele. Mas quando ficou por nossa conta explicar isso, cada um tinha um entendimento diferente. Até porque eu e [outro educador do PEA], por exemplo, viemos de formações de PEA diferentes. Então talvez ele tenha recebido uma formação diferente daquela que eu recebi no (PEA). O que me faz concluir que a nota técnica abre essa margem para interpretações dúbias, vamos dizer assim”.*  
(Educador/a)

Um segundo aspecto evidenciado é a falta de profundidade conceitual, dado que as formulações apresentadas na Nota Técnica são restritas a poucos conceitos e os abordam de forma abrangente. Conceitos relevantes à condução dos PEA, de caráter polissêmico, como “organização comunitária” e “participação” não são detalhados.

*[...] Em algum momento de avaliação do nosso processo, não era isso que se pensava ali na nota técnica. Cabe algumas interpretações que, às vezes, a equipe que está na execução interpretando sofre tipo: “Vocês não interpretaram bem isso, porque isso também cabia aquilo”. Se é para ser, tão assim, uma coisa tão sem interpretação de outros grupos que seja melhor direcionado”.*

*(Coordenação)*

As análises de Longaray *et al.* (no prelo) corroboram com tais incursões, destacando problemas conceituais em relação a categorias como impactos, problemas e conflitos relevantes à execução dos PEA. De maneira análoga, a pesquisa de Vitolla *et al.* (no prelo) aponta que o termo vulnerabilidade socioambiental, apesar de constar desde 2005 quando da formulação das “Orientações Pedagógicas”, foi conceituado apenas em 2018, quando da publicação da Nota Técnica nº 02/2018 (IBAMA, 2018).

Entretanto, depreende-se das análises a insuficiência em um glossário no que tange à sua superação. Este contribuiria sobre alguns aspectos, mas seria insuficiente, face às formulações teóricas e conceituais estarem no cerne do PEA, necessitando serem mediadas por reflexões entre teoria e prática. Acredita-se, assim, que a fundamentação teórica e conceitual deveria orientar as ações a partir de processos formativos comuns, concebidos para o Programa de Educação Ambiental e envolvendo as equipes das distintas organizações envolvidas na implementação dos PEA. Tais processos possibilitariam a articulação de distintos saberes e áreas do conhecimento, para além da formulação de conceituação comum nos documentos normativos.

No que diz respeito ao processo de implementação do Plano Macro e a demanda por integração entre Eixos e Programas, depreende-se para a necessidade de um programa destinado à formação continuada.

#### **3.2.3.4 Fragilidades relacionadas à formulação de Programas de Educação Ambiental**

A concepção de “programa”, adotada na Nota Técnica, teve o intuito de estabelecer maior diretividade dos projetos de educação ambiental, por meio das linhas de ação, contudo observa-se que carece de uma estruturação prévia do programa em si. Ou seja, não se encontram delimitados objetivos (geral e específicos), justificativa, atividades, resultados esperados e indicadores que deem sustentação aos “programas de educação ambiental regionais” enquanto parte da política pública ambiental.

Não obstante, quando da formulação das “Diretrizes Pedagógicas”, em 2005, não havia o acúmulo de conhecimento sobre os impactos socioambientais da cadeia

produtiva de petróleo que se tem hoje. E, quando da Nota Técnica, se tinha um intuito de organizar e estabelecer maior diretividade proposta pelas diretrizes, fato que justificava esta formulação. Entretanto, **a ausência de delimitação prévia de componentes dos Programas de Educação Ambiental resulta em limites aos objetivos da Nota Técnica no que diz respeito ao papel dos PEA na gestão ambiental regional, bem como, à perspectiva da não ocorrência de sobreposição de ações e de sujeitos.**

Ainda assim, evidencia-se o esforço do IBAMA na condução de um GT articulador dos PEA no âmbito do PEA/BC e da orientação contundente de os PEA deste Programa não sobreponem suas ações e das equipes atuarem de forma a contribuir com questões comuns.

*“[...] a articulação com os PEAs vem como meta. E isso não era uma coisa que a gente via nos outros projetos. Isso o órgão ambiental então passa a exigir isso. E aí virou meta”.  
(Coordenação)*

Entretanto, na prática, **este esforço tem sido insuficiente no sentido de gerar resultados integrados.** Da leitura da Nota Técnica, observa-se que o Programa não possui atividades estruturadas como tal, sendo apenas o somatório dos projetos. Assim, são poucos os mecanismos de integração dos PEA, restringindo-se a esforços entre projetos e equipes, como convites para participação de seus eventos e não integração de planos de trabalho. Na prática, o Programa é regional, mas os projetos não.

*“[...] a gente não tem interação assim necessariamente, interlocução direta, você pode ter um envolvimento em algum tema, mas não existe, por exemplo, uma construção coletiva com outros PEA”.  
(Empresa)*

### 3.2.3.5 Fragilidades referentes à ausência de sistema de monitoramento e avaliação dos resultados

Outro aspecto derivado da ausência de um escopo no âmbito do Programa, é a dificuldade de monitorar, avaliar e apresentar os resultados aos grupos sociais impactados, e à sociedade como um todo. Infere-se que a estruturação prévia dos Programas contribuiria com maior diretividade e transparência sobre seus resultados. Contudo, a Nota Técnica orienta para uma organização de relatórios circunscrita à descrição das atividades realizadas e seus resultados são pouco publicizados, restritos àqueles que atuam nos PEA e alguns pesquisadores(as) com interesse na temática.

As análises do PARMIS em torno dos resultados gerados pelos PEA esbarraram com a **falta de sistematização prévia das informações em virtude da ausência de orientações na Nota Técnica**, subestimando sua contribuição como parte de Programas associados a uma política pública. Os entrevistados(as) observaram a necessidade de melhorar os mecanismos para coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações relativas às atividades que são realizadas pelos PEA.

*“De fato, dentro desse processo de aprendizado, de avaliação, a gente viu o quanto é importante a gente sistematizar e formalizar esses processos que a gente desenvolve. Até para isso ser publicado, mesmo no futuro e ajudar outros projetos. Não só PEA, mas outras pessoas que tenham interesse nesse trabalho. [...] a gente estava sistematizando isso e eu tive dimensão da quantidade de coisas que a gente fez. É uma produção gigantesca que o (PEA) têm, e eu acho que esse processo de sistematização de tudo o que é feito no projeto. Acho que isso ia ser importante ali, inclusive, para fortalecer o projeto, esses processos de PEA e essa política pública”.*  
(Coordenação)

Os relatos dos(as) entrevistados(as) também apontam para **dificuldades em conseguir apresentar resultados das ações dos PEA de forma objetiva, em especial em relação à Educação Ambiental Crítica, sendo os indicadores utilizados destinados aos processos e não aos resultados.**

*“Então medir essa mitigação, a gente está medindo um processo. Porque existe todo um processo. Existe um esforço, estudo, para apresentar propostas que sejam compatíveis com os entes federados, porque a gente já chegou a nível estadual, nível federal, pontualmente, mas chegou. Mas como fazer isso, como fazer? Ir para execução é um desafio gigantesco, para você alcançar de fato”.*  
(Coordenação)

Contudo, apesar da construção de indicadores de processos educativos ser um desafio (BAUER; SOUSA, 2015), outros programas de políticas públicas que atuam sobre processos sociais contam com objetivos e indicadores delimitados (JANUZZI, 2002).

Em relação às informações financeiras, a **ausência de informações sobre investimentos em projetos ambientais exigidos como medida mitigadora** têm sido uma constante no licenciamento ambiental no país, não sendo restrita à Nota Técnica. Entretanto, para além da ausência de orientações em suas diretrizes, destaca-se a importância de informações acerca dos investimentos dos PEA frente à proposição dos processos de ensino-aprendizagem pretendidos em seu escopo, que destina-se ao controle social no âmbito da gestão ambiental pública.

Sendo o PEA parte da política pública ambiental e estruturado como ação do licenciamento ambiental, faz-se necessário que este também seja objeto de controle social por seus participantes, de forma a estabelecer coerência entre aquilo que se propõe aos SAE junto a outras políticas públicas. Os investimentos necessários à execução dos PEA contribuem - em alguma medida - com a geração de trabalho e renda e com a dinamização da economia por meio da aquisição de bens e serviços nas comunidades e municípios em que se inserem.

Com este propósito, se organizou um bloco específico de questões no formulário eletrônico destinado aos responsáveis nas operadoras por acompanhar os PEA, no qual buscou-se captar informações relativas a investimentos em estrutura, eventos e geração de trabalho e renda (Bloco 4 – Formulário para Empresas). Ressalta-se que desde a apresentação da primeira proposta de coleta de dados

para as coordenações dos PEA e empresas operadoras, houve manifestações da impossibilidade de fornecer as informações na estrutura solicitada pelo PARMIS. Tal estrutura previa que as informações de investimento estivessem discriminadas para cada município de atuação do PEA e organizadas separadamente por valor aplicado em aquisição de equipamentos, em eventos e atividades, em aluguéis e manutenção de sedes e em contratação de serviços locais.

Esta proposta de organização manteve-se na versão final dos formulários, por conta de objetivar a agregação das informações dos diferentes PEA, mas conforme os respondentes alertaram anteriormente, muitos campos ficaram em branco pois, ao longo da execução dos PEA, tais informações não encontravam-se organizadas da forma solicitada e não eram de fácil acesso. Desta forma, ainda que os respondentes tenham feito um esforço de adequar as informações ao detalhamento solicitado pelo PARMIS, os dados totais apresentados certamente subestimam, em muito, os investimentos realizados para operacionalização dos PEA.

*“No formulário pedia por município e nada disso a gente tinha nessa expectativa inicial. A gente às vezes vem assim, gastos com estadia, gastos como montagem de evento, gastos com transporte. Essas coisas a gente conseguia ver a previsão que eles deram. Não que eles vão executar mesmo. E a gente teve essa dificuldade. O que a gente conseguiu tirar dessa expectativa inicial que tinha na licitação, a gente ainda colocou lá para dar uma ideia”.*

*(Coordenação)*

Assim, não foi possível, neste momento, dimensionar os valores direcionados aos municípios onde os PEA atuam, tampouco apontar o montante da contratação de serviços locais. Isto não significa que não há investimentos relevantes nas localidades, conforme depreende-se desta fala:

*“Esse evento é elaborado pelas comunidades, eles entram com a logística e com o repasse de dinheiro. Mas quem elabora do jeito como vai ser, como vai ser a alimentação... Algumas coisas que as comunidades têm elas mesmo levam, no caso vendem pro PEA, o PEA compra sua produção para esse dia de evento. O que não tem na comunidade compra fora, mas se a comunidade tiver banana, aipim, coisas da nossa terra, doces, manteiga, se tiver no dia do evento o PEA compra”.*

*(SAE)*

Entretanto, as lacunas revelam a necessidade em adotar orientações prévias para organizar e padronizar as informações financeiras, contribuindo para a publicização dos resultados, transparência do processo e oportunidade dos sujeitos em exercer o controle social pretendido pelos PEA no âmbito do próprio licenciamento ambiental.

*“É importante, é [saber sobre os valores], mas só que a gente não fica com essa informação. Essa informação fica com a empresa que presta serviço”.*

*(SAE)*

A ausência de um conjunto de elementos prévios e da definição de indicadores, seja em relação aos resultados, seja em relação aos investimentos, dificulta a divulgação das contribuições dos programas e projetos como parte da Política Nacional de Educação Ambiental, de forma mais específica, e da Política Nacional de Meio Ambiente de forma mais ampla. Também limita a leitura sobre a contribuição dos Programas na mitigação de impactos, e das contribuições do licenciamento ambiental junto aos participantes dos Programas nos municípios impactados e para sociedade como um todo.

#### **3.2.4. Fragilidades oriundas dos tensionamentos entre licenciamento ambiental e educação ambiental**

Esta categoria está situada na interface entre educação ambiental e licenciamento ambiental, ou seja, discorre sobre as causas e consequências em torno das fragilidades oriundas de aspectos teóricos e metodológicos que subsidiam a formulação atual dos PEA enquanto medida mitigadora do licenciamento ambiental, assumindo que tanto a Educação Ambiental como o Licenciamento Ambiental envolvem especificidades que são tensionadas pela formulação atual.

O que entendemos como tensionamentos expressa as contradições da gestão ambiental pública como compreendidas por Vasconcellos:

*a gestão ambiental pública é dotada de caráter contraditório, por ter como objetivo a salvaguarda dos recursos naturais para garantir uma vida digna para a coletividade, em um contexto de políticas públicas onde tais recursos são destinados para outros usos, que não o uso comum. Entendo como contradição, pois é inerente à constituição das políticas públicas, onde diferentes interesses são tensionados nos diversos níveis da gestão pública. (VASCONCELLOS, 2012, p. 24)*

A autora destaca, ainda, que as decisões relevantes são tomadas em outras esferas, e ao órgão licenciador resta a atribuição de dar conta de problemas que sequer foram considerados no momento da tomada de decisão (VASCONCELLOS, 2012). Nesse sentido, a decisão do órgão não se dá em termos do que vai (ou não) ser licenciado, mas do que vai ser exigido como condicionante, seguindo a Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental.

Não se trata de desconsiderar a importância e a relevância de tais políticas, mas de reconhecer as limitações da atuação do licenciamento ambiental. Da mesma forma, é necessário reconhecer as potencialidades e destacar as conquistas dos PEA, mas também é preciso reconhecer onde se encontram os seus limites para ir em busca de alternativas que venham a complementar suas importantes ações.

### 3.2.4.1 Fragilidades associadas à institucionalidade do licenciamento ambiental

De forma sintética, a formulação da educação ambiental no processo de gestão ambiental pública, proposta pelo IBAMA a partir da década de 1990, aloca esforços na participação social e atuação cidadã como forma de enfrentamento dos problemas ambientais (WALTER *et al.*, 2021). No caso do licenciamento, o esforço ocorre sobre os problemas oriundos dos impactos socioambientais gerados pelos empreendimentos, envolvendo os grupos vulnerabilizados socioambientalmente (WALTER; ANELLO, 2012). Impactos estes cuja mitigação, comumente, envolve atuar sobre instrumentos da gestão pública de responsabilidade de outros entes, que não o próprio órgão ambiental licenciador. Neste sentido, os PEA são concebidos enquanto uma estratégia (WALTER *et al.*, 2021), consoante aos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental. No entanto, há uma complexidade em relação a ações voltadas a processos de ensino-aprendizagem e à intervenção sobre a incidência destes impactos, no âmbito da gestão pública, o que lhe confere o caráter mitigatório.

Não obstante, a formulação de educação ambiental adotada está referenciada no fortalecimento da atuação organizada da sociedade civil, neste caso dos grupos sociais vulnerabilizados (IBAMA, 2012; WALTER; ANELLO, 2012) e, metodologicamente, encontra-se ancorada na educação popular freiriana (QUINTAS, 2006), o que lhe confere uma ampla valorização do conhecimento local (CALADO, 2014) e da participação popular (BUENDÍA; WALTER; DÔRES, no prelo). Dois são os riscos desta concepção, quando não abordadas adequadamente no âmbito dos PEA: i) atuar sob uma perspectiva de supervalorização do conhecimento popular, sem mediar a relação das ações do projeto com os impactos socioambientais decorrentes da cadeia produtiva de petróleo e gás; ii) desconsiderar os processos político-institucionais que envolvem outros entes do Estado no papel da mitigação dos impactos, que vão para além do licenciamento ambiental.

Assim, a formulação que decorre da educação ambiental no licenciamento, por vezes esbarra nos próprios limites institucionais deste, dada a necessidade de situar suas ações na relação com a mitigação, face à competência do licenciamento ambiental e de compreender o PEA como parte de um processo maior que envolve, inclusive, o conhecimento das demais medidas mitigadoras. É neste sentido que se infere que há uma complexidade em torno desta formulação à mitigação de impactos. Em especial, porque a educação ambiental – mesmo na vertente crítica - migra de uma perspectiva localizada, comunitária, para uma concepção articulada à regulação de empreendimentos poluidores com especificidades em relação à incidência dos impactos e à política ambiental. Contudo, permanece localizada na relação com os(as) sujeitos.

Em termos práticos, são relatadas **dificuldades dos(as) técnicos(as) que trabalham nos PEA, e conseqüentemente dos SAE, em compreenderem os limites institucionais que são colocados pelo licenciamento, muitas vezes gerando expectativas para além de seu escopo.**

*“Há uma falta de compreensão sobre os limites do licenciamento ambiental, inclusive pelas coordenações dos projetos”.*

*(Analista)*

*“Agora, executando o trabalho, foi aí que começaram a aparecer os grandes problemas, porque assim... tínhamos repasse de recurso, tínhamos autonomia dos grupos que era relativa e não era entendida pelos grupos [...] é uma autonomia limitada, não é uma autonomia para fazer o que você quiser, você tá no âmbito do licenciamento do petróleo”. (Empresa)*

Uma outra dimensão em torno dos PEA no âmbito do licenciamento envolve a dificuldade acerca dos **limites da atuação militante pelos(as) técnicos(as) neste arranjo**.

*“Eu acho que problema, dificuldade, é talvez essa confusão de separar o que é movimento social e o que é um projeto de educação ambiental. [...]. Mas, eu acho que é mais a dificuldade dessas lideranças que estão dentro da equipe em diferenciar realmente: isso aqui é um..., cabe ao movimento social”.*

*(Coordenação)*

Ademais, é destacado que metodologicamente os **PEA não lidam com as contradições dos processos participativos**, pois desconsideram os limites institucionais do licenciamento. A situação é agravada pelo fato de não se conhecer outros projetos exigidos pelo licenciamento, nem ser feita relação com outros órgãos, o que tem como consequência o endereçamento incorreto de demandas.

*“As contradições da Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental nos processos educativos, têm um caráter de “participativismo”, [...] não há autonomia plena e é trabalhado com o pouca profundidade com os SAE, e parece estar dissociado da comunidade, não explorando as contradições do processo participativo e a mediação da institucionalidade do licenciamento ambiental”.*

*(Analista)*

Não obstante, as fragilidades em torno dos limites da participação social também foram destacadas anteriormente, devido à ausência de conceituação na Nota Técnica. Contudo, este aspecto extrapola a simples questão conceitual, face ser fundante ao escopo teórico-metodológico dos PEA.

Outra contradição apontada, que está situada na relação com o licenciamento ambiental, deve-se à ampla temporalidade dos empreendimentos marítimos de produção e escoamento de petróleo e gás. Neste sentido, são destacadas – e observadas – narrativas que versam sobre os PEA serem um direito permanente, a ser perpetuado ao longo de toda vida útil do empreendimento e, conseqüentemente, junto aos mesmos sujeitos. Tal perspectiva é contraditória, tanto devido à proposição de emancipação preconizada pela Educação Ambiental Crítica, como pela institucionalidade do PEA, cujas ações necessitam ser planejadas na relação com a dinâmica do empreendimento e com a mitigação de impactos, não sendo um direito dado, tampouco permanente.

Entretanto, tais fragilidades não decorrem da institucionalidade em si, mas da ausência de leitura adequada dos atores envolvidos na proposição e implementação do PEA sobre seus limites, dado que, em qualquer política pública, há um tensionamento decorrente dos aspectos institucionais que a orientam. Ou seja, a problemática não está em torno dos PEA promoverem a participação social na gestão, tampouco dos aspectos institucionais do licenciamento, mas destas questões não serem cotejadas na relação com os(as) SAE.

#### 3.2.4.2 Fragilidades associadas ao senso comum sobre educação ambiental

As formulações teóricas sobre educação ambiental se distinguem a partir da leitura sobre a problemática ambiental, fato que resulta em formulações distintas sobre o ato pedagógico (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Dentre as diversas vertentes, as duas mais comuns envolvem a educação ambiental enquanto sinônimo de conhecimento em Ecologia e a educação ambiental pragmática, voltada a ações individuais e comportamentais (LAYRARGUES, 2006; LAYRARGUES; LIMA, 2014; SANTOS; TOSCHI, 2015). A prevalência destas perspectivas tensiona os PEA formulados a partir da Educação Ambiental Crítica, de forma que **há um senso comum que defende ações restritas a processos formativos em detrimento de ações estruturantes, em especial, quando da estruturação física, sendo estas justificadas apenas em medidas compensatórias como o PCAP.**

*“Você chega lá e o que você faz? Você o ajuda, por exemplo, eles dizem “a gente tá querendo montar uma associação e não consegue” aí a gente vai lá e ajuda, tira as dúvidas, faz palestra. Mas a gente não consegue construir, por exemplo, “vamos construir uma escolinha”, uma coisa mais material, isso é muito difícil. E a comunidade não quer valorizar esse tipo de benefício que não é tão material assim, acham que a gente só fica enrolando”.*

(SAE)

Outro aspecto associado ao senso comum em torno da educação ambiental, especialmente da formulação em torno da Educação Ambiental Crítica enquanto medida mitigadora, é decorrente do poluidor ser o responsável pelo PEA, enquanto os grupos impactados são os sujeitos.

*“Nossa, quando o pescador descobriu essa sigla [referindo-se a (PEA) eles ficaram irados “Como a (Empresa) quer educar nós, se é eles que acabam com o mar?”. E aí sempre tinha um debate na hora”.*

(SAE)

Assim, não é trivial explicar aos grupos sociais os motivos pelos quais eles são contemplados com projetos de educação ambiental, pois este título carrega o estigma e passa a ideia, para as comunidades, de que a operadora – responsável pela incidência dos impactos – é a educada, e as comunidades que carecem de educação ambiental - sendo as “mal-educadas”. Soma-se a esta questão **a ideia de que a educação ambiental não traz resultados concretos - não é palpável - enquanto mitigação de impactos.**

*“Agora está nessa parte de educação ambiental, e a gente sempre está brigando por alguma coisa mais palpável [...]”.*  
(SAE)

*“Mas o PEA ele de certa forma, do meu modo de ver assim, é muito legal, é um programa legal, porque não vem nada palpável que a gente queria uma coisa de palpável, mas vem de educação ambiental [...] É sempre sobre isso, eu sempre cobrando alguma coisa de palpável para gente e a gente fez algumas capacitações, aquele FOFA, várias coisas assim, mas nada assim de concreto, de palpável nada”.*  
(SAE)

**Como também é muito moroso.**

*“Eu acho que um critério que tem que ser pensado é o tempo da mitigação num processo educativo que não pode ser medido tão estritamente. Tem que ter uma certa compreensão de que a mitigação, ela se dá num tempo diferente que o tempo humano e o tempo das pessoas desfavorecidas, que geralmente é o tempo lento. Não é o tempo acelerado da produção, do consumo, do capital”.*  
(Coordenação)

### **3.2.4.3 Fragilidades associadas ao tensionamento entre abrangência territorial dos PEA e características da educação popular**

A abrangência de um PEA, conforme exposto anteriormente, é definida considerando a área de influência do(s) empreendimento(s) em que o projeto é vinculado. Nesse sentido, é comum que os PEA tenham como abrangência um número elevado de municípios. Dentre aqueles analisados, o PEA FOCO era o de menor abrangência – envolvendo 2 municípios até 2020, dado que foi inicialmente proposto como uma experiência piloto. Atualmente possui 5 municípios, organizados em duas áreas descontínuas geograficamente. Já o maior é o NEA/BC, envolvendo 13 municípios (Figura 1).

Por outro lado, os PEA conduzem processos pedagógicos associados à realidade dos(as) SAE, oriundos de grupos populares e, para tal, se utilizam de metodologias concebidas a partir desta realidade, calcadas na educação freireana (QUINTAS, 2009; 2006). Para os(as) educadores(as) ambientais, a concepção de uma única metodologia para toda área de abrangência do PEA, ou seja, a padronização metodológica, é considerada uma fragilidade tendo em vista as especificidades dos grupos trabalhados no interior do município e as diferenças ao longo do território.

Em síntese, os relatos apontam para um **tensionamento entre o delineamento dos PEA a partir da incidência de impactos no território - o que resulta em muitos municípios, em relação ao planejamento do ato pedagógico, cujos sujeitos de cada localidade demandam especificidades**, considerando a diversidade no e entre territórios.

*“A escala dificulta muito a gente priorizar e hierarquizar demandas, e atender especificidades. A gente tem comunidades rurais, a gente tem comunidades super urbanizadas. Tem comunidades enormes e desarticuladas. A gente tem uma comunidade super pequenininha, super bem organizada. Então é muito diferente a relação com cada uma delas, as decisões que são tomadas, o jeito como elas alcançam as suas bases”.*  
(Empresa)

Estes relatos são complementados abordando a necessidade de PEA de maior abrangência terem maior dificuldade de permanência das equipes junto aos SAE, associando assim a questão de padronização com o dimensionamento das equipes e recursos logísticos necessários à sua execução.

Não obstante – ainda que os relatos dos(as) educadores(as) tenham sido descritos a partir de suas experiências – esta não se encontra descolada do debate em torno da implementação do Plano Macro, recentemente formalizado pela IN nº 14/2023, que destaca a padronização metodológica como um elemento a ser considerado quando da inserção de ações em seu escopo.

#### 3.2.4.4 Fragilidades relacionadas à mobilização e permanência de SAE

As fragilidades associadas à mobilização e permanência dos(as) SAE em um PEA aparentam ter causas diversas, dentre as quais, descrevemos aquelas que se associam às formulações adotadas para educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás. Destacamos, contudo, que o engajamento político e a ação coletiva tem sido um desafio na sociedade atual como um todo, permeando outros espaços que se destinam a esta prática, não apenas os PEA. Bonalume (2020), ao estudar as características dos movimentos sociais - com base nas reflexões de Gohn, Canclini e Castells, entre outros - observa que as mudanças sociais das últimas décadas, intensificadas pelo uso da internet, refletem em uma nova cultura política, alterando o perfil dos movimentos sociais. A autora destaca que atualmente há uma pluralidade de pautas pontuais, de resistência tímida e restrita às redes sociais e, como consequência deste processo, os movimentos sociais tradicionais vivenciam uma grande dificuldade de organização, mobilização, proposição e afirmação.

No caso dos PEA, há um desafio adicional face aos(às) SAE serem oriundos de **grupos sociais vulnerabilizados socioambientalmente** – por vezes desprovidos de renda – ou trabalhadores(as) informais e/ou autônomos(as). Esta condição **limita a participação em atividades que disputam horário com sua rotina** que, comumente, já se encontra sobrecarregada.

*“Mas se demorar mais eu não vou conseguir segurar muito tempo porque tá difícil. Eles não vão deixar de receber o salário deles, mas eu vou deixar de receber o meu, porque eu tô tentando a pesca mas R\$100,00 no mês ninguém merece, não é?”.*  
(SAE)

Um grupo relevante são pescadores(as) artesanais. Contudo, especificamente pescadores(as) que atuam embarcados são limitados face à permanência no mar por vários dias.

*“Mas aquele pescador, aquele que sai cotidianamente para pescar, nesses seis anos para trás [...] ele não, não esteve conosco não. Desconfiado, sem disposição para participar [...] Esse pescador, ele deu essa resposta, mas ele não está mobilizado com a gente, ele não vem para as nossas reuniões, ele não comparece”.*  
(Coordenação)

*“Acho que dificuldade é só a questão do tempo dos participantes, que agora a maioria é faculdade, é trabalho... Aí para conseguir juntar todo mundo... aí já é uma coisa mais difícil”.*  
(SAE)

Paralelamente, a participação enquanto sujeito em um PEA é voluntária. Em consequência, tem havido **dificuldade na participação de pessoas em idade economicamente ativa**.

Em especial, foram relatadas **dificuldades em acessar e mobilizar o público jovem**.

*“Teve as reuniões comunitárias, a gente não alcançou, não teve sucesso em trazer, principalmente os jovens. Eram jovens principalmente nas reuniões comunitárias, e a gente não teve sucesso em trazer esses jovens para se interessar pelo projeto. A gente acha que os jovens ficam curiosos em querer saber sobre o projeto, mas a gente acabou não conseguindo”.*  
(SAE).

As dificuldades em relação à mobilização se ampliam considerando a leitura dos integrantes dos grupos sociais de que a educação ambiental não apresenta resultados “concretos” e/ou de que é um processo “lento”, e estes(as) sujeitos(as) e as comunidades possuem demandas mais emergenciais.

*“O projeto é muito demorado. Porque cada vez que demora mais, mais o povo desiste, na nossa comunidade. Porque a gente tinha a casa cheia nesse primeiro tempo. Aí depois [...] já passou o pessoal a não gostar”.*  
(SAE)

Ao mesmo tempo, **a permanência dos sujeitos é dificultada em virtude do excesso de carga horária das atividades, considerada pelos SAE excessivas e/ou demandando maior diretividade**.

*“Porque são muitas reuniões, muitas reuniões, muita... E isso toma o tempo [...]”.*  
(SAE)

E de algumas pessoas e/ou comunidades terem vivenciado experiências em projetos que não atenderam suas expectativas.

*“Isso porque o pescador está cansado de ouvir historinha. Muitos projetos [...] vieram, sugaram informações e depois não mostraram resultados nenhum. Aí o pescador acaba ficando desacreditado, é compreensível, é aceitável. Porque vem sugar a informação e daqui a pouco você some e não fazem nada pela gente. Então já estão cansados”.*  
(SAE)

Um quarto aspecto mencionado – de natureza logística – decorre da **concentração de atividades na sede dos PEA, dificultando o acesso para algumas localidades dos municípios.**

*“Bom, no início eu achei um pouco difícil, pela distância que eu moro do projeto, na área de combate na cidade. E a falta de mobilidade urbana mesmo. Então para mim sempre foi muito difícil, até hoje é. Porque existem atividades que eu não consigo chegar a tempo, até hoje. Então é difícil”.*

(SAE)

Como último fator, está a **distância e limitação do contato das equipes técnicas em relação a algumas comunidades em localidades de difícil acesso:**

*“[...] agora a gente tá começando a ir para as comunidades e isso demora um bocado para você começar a criar um vínculo com a comunidade, e as comunidades são longe para ir, gasta muito dinheiro, porque barco é caro, é muito difícil [...]”.*

(SAE)

E, como superação, maior número de integrantes das comunidades na equipe técnica.

*“[...] eu vou hoje e depois só daqui a dois, três meses, e isso não se cria vínculo, pelo contrário, as pessoas sentem falta, acham que a gente sumiu, só volta daqui a quanto tempo. E isso é muito difícil, é essa coisa mesmo da mobilização, eu acho que tem muitas pessoas que moram dentro mesmo, tem que ser contratadas pessoas que conhecem as comunidades, para ter mais facilidade, porque quando você chega de fora até você ser conhecida e as pessoas confiarem demora [...]”.*

(SAE)

#### **3.2.4.5 Fragilidades associadas à linguagem técnica, não condizente à realidade dos SAE**

É também na relação entre a educação ambiental e o licenciamento que decorrem as fragilidades – ou desafios – na condução dos processos de ensino-aprendizagem, produção de conteúdos diversos. O fato é que **os conceitos que permeiam o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais são de natureza estritamente técnica e normativa, dificultando seu entendimento pelos SAE**, oriundos de grupos populares, cujos conhecimentos envolvem outros saberes. Assim, há uma preocupação contínua em torno da linguagem utilizada.

*“Acho que uma coisa constante que aparece na avaliação deles e na nossa avaliação também é sempre a questão da comunicação em linguagem, em materiais produzidos. E acho que isso é contínuo [...] é uma coisa a ser trabalhada sempre. Melhorar os canais de comunicação, o que a gente produz. Isso acho que é uma coisa que é da existência humana. A gente tem que... É uma coisa que a gente tem que buscar realmente melhorar”.*

(Coordenação)

Os relatos dos SAE apresentam algumas críticas a forma que por vezes são tratados e destacam o cuidado na abordagem junto aos grupos populares.

*“Por exemplo, uma comunicação que chegue mais à população, uma linguagem... porque é uma academia... Porque é muito novo para a gente, o termo royalties, campo social, é novo, então construir, porque quando não é imposta, é construída, uma linguagem que chegue a todos”.*

(SAE)

E relatam a demanda por formas de comunicação e divulgação para além daqueles que integram o PEA.

*“A gente está sentido falta, um pouco de falta de ir mesmo para a rua, fazer mais evento fora, mostrar mais as condições [...] Eu sinto um pouco de falta sobre a divulgação. Eu mesmo estando aqui dentro sinto falta”.*

(SAE)

# 4. Contribuições das análises sobre resultados e fragilidade à consolidação do Plano Macro envolvendo os Programas do Eixo 4.

As análises realizadas denotam que os PEA têm alcançado resultados significativos em relação aos processos organizativos, contribuindo com a mitigação de impactos socioambientais oriundos da cadeia produtiva de petróleo e gás. Destaca-se que ao longo do processo de consolidação da AIA como parte da política ambiental, em distintos países, a mitigação de impactos surge com ênfase sobre processos físicos e biológicos do ambiente, de maneira mais circunscrita ao espaço geográfico (JESUS *et al.*, 2013). Assim, apenas em formulações mais recentes houve proposições mais adequadas sobre a dimensão social da mitigação, para além daqueles impactos que envolvem deslocamento compulsório (AZEVEDO; BARDAL, 2018). Nas formulações atuais, tem sido dada ênfase à participação social e à mediação de conflitos ambientais como parte essencial da mitigação de impactos (JESUS *et al.*, 2013; MALAGODI, 2013; MARTINS; BARROS, 2013).

Neste contexto, a formulação de educação ambiental adotada no âmbito do licenciamento ambiental de petróleo e gás vai ao encontro destas formulações que articulam a participação social e a mediação de conflitos ambientais como parte do escopo da mitigação (SERRÃO; MENDONÇA, 2013).

Ainda que bem-sucedida no que tange a estas dimensões da mitigação, tal formulação não é trivial, em face de que a complexidade em mitigar impactos socioambientais deriva tanto da forma como incidem os impactos na dinâmica dos territórios, que não são facilmente identificáveis empreendimento a empreendimento, como em virtude das características dos grupos sociais e de sua relação com o território (ZHOURI, 2008).

Não obstante, apesar de se constituir em um avanço na mitigação de impactos socioambientais, há uma complexidade entre a incidência do impacto e a responsabilidade sobre sua gestão no território, que demanda uma maior diretividade em torno dos objetivos no PEA quando da associação entre impacto socioambiental e espaços de gestão pública. Esta dificuldade foi constatada na

análise dos resultados e, também, em distintos relatos acerca da Nota Técnica. É relevante romper com a lógica de impactos “difusos” que acaba por justificar ações sobre qualquer demanda. Ademais, a ausência de um adequado cotejamento constitui-se, atualmente, parte das críticas aos PEA, em especial no que diz respeito às expectativas frustradas dos SAE.

As análises deflagram outros resultados, para além daqueles inicialmente previstos no âmbito dos PEA, denotando que as formulações envolvendo os fundamentos da Educação Ambiental Crítica e a implementação de Programas e Projetos de Educação Ambiental por meio das orientações e formulações constantes da Nota Técnica 01/2010 são, de maneira geral, assertivas. No entanto, também deflagram que a ausência de uma maior estruturação de programas e maior diretividade das linhas de ação têm gerado fragilidades aos Programas de Educação Ambiental, dentre as quais, a dificuldade em publicizar suas contribuições – seja no campo da educação ambiental, seja na perspectiva da mitigação de impactos.

Das quatro categorias de fragilidades concebidas a partir do diálogo com os diversos(as) atores(as) sociais envolvidos na execução dos PEA (analistas ambientais, técnicos(as) das empresas, coordenações dos PEA, educadores(as) ambientais e sujeitos da ação educativa), duas **“Fragilidades associadas à delimitação de PEA/empreendimento/empreendedor ou de PEA/conjunto de empreendimentos/empreendedor”** e **“Fragilidades associadas à gestão dos PEA, a partir da relação empresa petrolífera-entidade executora mediada pelo licenciamento ambiental”** apontam limites decorrentes do arranjo oriundo do licenciamento ambiental, focado projeto a projeto e cuja definição dos arranjos contratuais se dão fora da ingerência do IBAMA. Esta condição é estruturante do licenciamento ambiental no país, independente da tipologia, esfera de competência ou das características do projeto ambiental.

No caso dos PEA – face às orientações da Nota Técnica 01/2010 – houve um esforço em torno da regionalização e da integração de ações, buscando complementaridade entre ações de forma a atuar sob o conjunto de impactos difusos, cumulativos e sinérgicos (IBAMA, 2010; SERRÃO, 2012). Entretanto, não houve suficiência em romper com o arranjo PEA/empreendimento(s)/empresa a partir do escopo trivial do licenciamento, resultando em sobreposição de PEA, lacunas em relação à mitigação de impactos, competitividade entre projetos, sobrecarga de trabalho, em especial de educadores(as), limitações no relacionamento comunitário, dentre outros, que refletem em limites dos PEA como medida mitigadora.

É também deste arranjo que decorre um descolamento da gestão ambiental sob uma perspectiva territorializada – protagonizada por programas regionais – da dinâmica da indústria. Neste sentido, a articulação “Programa - Linha de Ação - PEA” delineada pela Nota Técnica não apresentou robustez suficiente para lidar com mudanças ao longo do tempo. Apesar de não se constituírem aspectos intrínsecos à educação ambiental, tais condições também resultam em limitações aos processos de ensino-aprendizagem propostos.

Para romper com este quadro, faz-se necessária uma arquitetura delineada para a complementaridade das ações de mitigação, de forma territorializada. Um arranjo promissor encontra-se delineado na formulação do Plano Macro (IBAMA, 2023), especialmente na proposição de co-financiamento. Neste sentido, da leitura acerca de outros arranjos possíveis – como por exemplo chamadas públicas – infere-se que é oportuno o co-financiamento para implementação dos Programas do Eixo 4.

Entretanto, mesmo no co-financiamento há riscos em torno de arranjos entre rol de empresas petrolíferas-entidades executoras serem engessados, de forma a consubstanciar o quadro de precariedade nas condições de trabalho de alguns PEA, dentre outras fragilidades previamente caracterizadas. Neste sentido, recomenda-se a participação ativa do IBAMA na construção dos termos de referência para contratação das equipes e no processo de definição das entidades executoras. Acredita-se que as fragilidades anteriormente elencadas podem contribuir como um quadro analítico que possibilite a leitura prévia acerca dos cuidados necessários ao processo, com vistas a sua superação.

É das categorias ***“Fragilidades associadas ao escopo Programa – Linha de Ação – Projetos de Educação Ambiental”*** e ***“Fragilidades oriundas dos tensionamentos entre licenciamento ambiental e educação ambiental”***, em diálogo com os analistas ambientais, que são propostos quatro programas para compor o Eixo 4 do Plano Macro<sup>19</sup>. O primeiro aspecto considerado buscou maior diretividade dos objetivos dos Programas em relação aos impactos e aos grupos sociais vulnerabilizados que serão sujeitos(as) de suas ações. Seus objetivos guardam correlação aos resultados gerados pelos PEA, mantendo a Educação Ambiental Crítica como base dos programas.

A proposição de indicadores no âmbito dos Programas contribui com a sistematização de resultados e maior publicização de suas ações. Indicadores concebidos sob uma perspectiva mais robusta, oportunizando maior transparência sobre o licenciamento ambiental. Também foram consideradas as interfaces entre Programas, face ao desafio de integração e articulação proposto pelo Plano Macro.

Apesar das dúvidas em torno de uma “padronização metodológica”, destaca-se que cada Programa deve ser metodologicamente estruturado a partir de uma leitura de seus objetivos em interface aos participantes do Programa. Esta proposta não diverge dos PEA atuais, uma vez que estes também possuem metodologia padronizada, replicando suas ações e contendo metodologia comum em toda sua área de abrangência. Para tal, é relevante que os Programas contem com estrutura adequada e quadro de profissionais condizente em termos de formação e remuneração. Ademais, sob a perspectiva de co-financiamento, é possível padronizar funções e remunerações, equacionando as disparidades atuais.

---

<sup>19</sup> A proposta dos quatro programas se restringe aos objetivos do PARMIS. Em paralelo, o CCI está elaborando o Programa Macrorregional de Educação Ambiental de Trabalhadores (PMEAT).

Não obstante, é importante lembrar que a concepção da Nota Técnica e a organização de Programas de Educação Ambiental por meio de linhas de ação buscavam equacionar a questão de diagnósticos participativos cuja condução aberta resultou em falsas expectativas e descolamento da mitigação de impactos (IBAMA, 2010).

Considerando as fragilidades destacadas na condução de diagnósticos participativos, sugere-se repensar sua contribuição no escopo do Programa de Educação Ambiental e como subsídio à formulação de PEA. Ambos (Programa e Projeto) deveriam ser sustentados pela leitura dos impactos socioambientais territorializados e considerando o acúmulo de informações e conhecimento oriundo do processo de licenciamento ambiental, a partir de informações técnicas consistentes. No caso do Plano Macro, sustentado pelos programas macrorregionais de caracterização e sua análise integrada, objetos dos Eixos 1 e 2.

Contudo, reitera-se o papel do diagnóstico participativo como parte das estratégias de mobilização e da sua relevância ao processo de ensino-aprendizagem e em aprofundar, em conjunto com os sujeitos, o conhecimento sobre sua realidade em relação aos impactos da indústria petrolífera. Não obstante, os programas dos eixos 1 e 2 formulados no âmbito do Plano Macro podem contribuir para esta finalidade, qualificando a leitura acerca dos nexos causais, o que resulta em maior delimitação do escopo da educação ambiental no licenciamento ambiental.

Dentre os quatro programas propostos para o Eixo 4, o destinado ao controle social das rendas petrolíferas, à segurança territorial e à observar a dinâmica da indústria nos municípios, possuem relação com os principais impactos que incidem sobre o meio socioeconômico das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás. As diferenciações decorrem da demanda por maior diretividade sobre os impactos relacionados ao endereçamento de espaços públicos associados às ações de mitigação e ao perfil de participantes. O quarto programa, destinado à formação continuada, destina-se a trabalhar os fundamentos teóricos e os conceitos que são comuns, de forma integrada a todas as equipes do Plano Macro, e estabelecer maior protagonismo do IBAMA no processo. Também visa facilitar a inserção de técnicos do IBAMA, empresas executoras sem novos esforços institucionais, quando da mudança de quadro técnico. Não obstante, cada Programa possui um rol de conteúdos específicos que subsidiam suas ações, mas urge a necessidade de debates mais amplos, bem como maior coesão teórico-metodológica nas equipes que conduzem programas e projetos do Plano Macro.

A superação da maior parte das fragilidades desdobra-se, portanto, de um novo arranjo executivo oportunizado pelo co-financiamento, e da estruturação dos quatro programas propostos, sendo o destinado à formação continuada estratégico a superação das fragilidades afeitas aos limites institucionais decorrentes do licenciamento ambiental.

Por fim, tem-se a tomada de decisão em torno da menção à Educação Ambiental nos títulos dos Programas formulados para o Eixo 4. As análises denotam um esforço adicional neste sentido, frente ao senso comum sobre educação ambiental e sobre os reflexos no âmbito desta como medida mitigadora junto aos grupos sociais vulnerabilizados. Assim, duas decisões são possíveis: i) sustentar a menção nos títulos e acrescer esforços em desconstruir o senso comum ou; ii) rever os títulos, sem contudo, desconsiderar o acúmulo da concepção da educação ambiental no licenciamento e do processo institucional da educação ambiental no processo de gestão ambiental pública, que segue sendo o cerne dos Programas.

Conforme exposto anteriormente, a consolidação deste documento ocorreu de forma concomitante ao amadurecimento dos Programas envolvendo os Analistas Ambientais do IBAMA. Assim, o detalhamento dos Programas está descrito nos Documentos 2 e 3, protocolados junto a este.

# Referências

- › ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. *In: [Anais] II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, 24 de ago. de 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- › ARAÚJO, L. F. de: **A Educação Ambiental Crítica e o projeto de mitigação em comunidades quilombolas**: o caso do projeto QUIPEA. *Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura*. 2019.1/Vol. 06. p. 15-28.
- › AZEVEDO, G. D. D.; BARDAL, D. **Texto para discussão**: deslocamentos compulsórios. Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), 2018.
- › AZEVEDO, P. E.; GANTOS, M. C. Outras formas de participação e mobilização social: a experiência criativa no Núcleo de Vigília Cidadã São João da Barra do PEA Territórios do Petróleo. *In: REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8894/5716>
- › BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** : Rumo a outra modernidade . São Paulo : Editora 34, 2010. 384p.
- › BONALUME, . R. Movimentos sociais: o desafio de mobilizar, propor e afirmar. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 154–186, 2020. DOI: 10.5007/2175-8034.2020v22n1p154. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2020v22n1p154>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- › BRASIL. **Decreto de Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm)> Acesso em: Julho de 2023.
- › \_\_\_\_\_. **Decreto de Lei 4.281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm)> Acesso em: Julho de 2023.
- › \_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em: 18 de julho de 2023.
- › \_\_\_\_\_. Resolução CONAMA nº 01 de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental. Diário Oficial da União 1986;
- › \_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Diário Oficial da União, 1997.

- › \_\_\_\_\_ **Lei 14.133, de 1o. de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm). Acesso em 20.abr.2023.
- › BAUER, A; SOUSA, S. Z. **Indicadores para avaliação de programas educacionais:** desafios metodológicos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 23, p. 259-284, 2015.
- › BREDARIOL, T. D. O; D'AVIGNON, A. L. D. A. **Instituições e Governança Ambiental:** O Caso do Licenciamento de Empreendimentos Offshore de Petróleo e Gás. Ambiente & Sociedade, Vol. 21, 1-22, 2018.
- › BUENDÍA, R. R. **A participação conquistada pelas/os pescadoras/es artesanais por meio da contribuição da educação ambiental no licenciamento de empreendimentos petrolíferos no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) – Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.
- › BUENDÍA, R. R.; WALTER, T.; DÔRES, G. H. **A educação ambiental contribui, de fato, para a participação das pescadoras e dos pescadores sujeitos(os) das ações educativas?.** No prelo
- › CALADO, A. J. F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: CRUZ, P.; VASCONCELOS, A.; SOUZA, P.; TÓFOLI, A.; CARNEIRO, D.; ALENCAR, C. (Orgs.) **Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência.** P. 355-375. João Pessoa. Editora da UFPB, 2014.
- › CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Norma Operacional no 01/2013.** Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil, nos termos do item 5, do Capítulo XIII, da Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Disponível em Norma\_Operacional\_001-2013.pdf (furg.br) Acesso em 20.jan.2021.
- › \_\_\_\_\_ **RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: RESOLUO\_N\_466\_DE\_12\_DE\_DEZEMBRO\_DE\_2012.pdf (furg.br) Acesso em 20.jan.2021
- › \_\_\_\_\_ **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: RESOLUO\_N\_510\_DE\_07\_DE\_ABRIL\_DE\_2016.pdf (furg.br) Acesso em 20.jan.2021.
- › DAS, Veena. 1995. **Critical Events:** An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press. 230 pp.

- › DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo; Cortez; 1988. 176 p.
- › DIAS, Mayra Rosestolato. **Juventude e socialização política - perspectiva dos participantes do projeto de educação ambiental NEA-BC em Farol de São Tomé**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Ciências Sociais. Universidade Federal Fluminense. 2018.
- › FARIAS, J. S. PINTO, V. P. S. **A educação ambiental no licenciamento ambiental**: reflexões teóricas e metodológicas pertinentes, 2014. Disponível em: <https://revistaea.org/artigo.php?idartigo=1891>. Acessado em: jul. 2023
- › FISCHER, J. V. **Mensuração de impactos sociais**: uma análise sobre a vulnerabilidade ambiental de comunidades de pescadores artesanais sujeitas aos impactos de empreendimentos costeiros. 2016. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) – Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.
- › FISCHER, J. V.; WALTER, T. **Contribuições da Ecologia Política à Mensuração de Impactos Socioambientais: reflexões a partir de um estudo de caso na comunidade pesqueira de Vila Nova, São José do Norte, RS**. No prelo.
- › FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p.196.
- › GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S (Org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p.67-80.
- › HERCULANO, S. **Lá como cá**: conflito, injustiça e racismo ambiental. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. 15p.
- › INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Avaliação de Impacto Ambiental**: Agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1995. 124 p.
- › \_\_\_\_\_. **Como o Ibama exerce a educação ambiental**. Brasília: Edições Ibama, 2002.
- › \_\_\_\_\_. **Guia para elaboração dos Programas de Educação Ambiental no licenciamento ambiental federal**. Brasília: IBAMA, 2019. 50p.
- › \_\_\_\_\_. **Guia de Avaliação de Impacto Ambiental**: Relação Causal de Referência de Sistema de Transmissão de Energia. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2019. 37 p.
- › \_\_\_\_\_. **Nota Técnica Nº 01/2010 CGPEG/DILIC/IBAMA**. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2010

- › \_\_\_\_\_ **Instrução Normativa CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 02/2012**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de Março de 2012, Seção I, p. 130.
- › \_\_\_\_\_ **Instrução Normativa Nº 14/2023 MMA/IBAMA**. Institui o Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural e dá outras providências. Brasília: 2023.
- › \_\_\_\_\_ **Nota Técnica Nº 02/2018 COMAR/CGMAC/DILIC**. Subsídios para a aplicação da Instrução Normativa nº 02/2012 (IN 02/2012) para elaboração do Programa de Educação Ambiental (PEA) de empreendimentos no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal (LAF). Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2018.
- › \_\_\_\_\_ **Orientações Pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural**. Brasília, DF: IBAMA/DIGET/DILIQ/CGLIC, 2005.
- › \_\_\_\_\_ **Parecer Técnico Nº 435/2022 COPROD/CGMAC/DILIC**. Parecer Técnico 435/2022 (SEI nº 13724247).
- › JANNUZZI, P. D. M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 1, p. 51 a 72-51 a 72, 2002.
- › JESUS, J.; BINGHAM, C.; CANTER, L.; PARTIDÁRIO, M.; CASHMORE, M.; CROAL, P.; FUGGLE, R.; KESH KAMAT, S. **Mitigation in Impact Assessment**. Fargo, USA: International Association for Impact Assessment, 2013. (Fastips nº 6).
- › LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, v. 1, n. 02, p. 72-103, 2006.
- › LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. D. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014
- › LONGARAY, A.; WALTER, T.; FISCHER, J. V.; VEIGA, K. R.; DÔRES, G. H. S.; TAKAHASHI, N. F.; TRENTIN, G.; HÜBNER, J. C. **Diagnósticos Participativos dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento: um olhar sobre as Bacias Petrolíferas de Campos e Santos**. No prelo.
- › LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora In.: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier (Orgs.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- › \_\_\_\_\_ **Educação Ambiental no Contexto de Medidas Mitigadoras e Compensatórias de Impactos Ambientais: A Perspectiva do Licenciamento**. Centro de Recursos Ambientais – CRA – BA, **Série Educação Ambiental**, Vol.5, 105-146, 2009.

- › \_\_\_\_\_ . **Educação Ambiental no licenciamento ambiental**: cenário atual, caracterização, pressupostos e especificidades. s/a
- › MACEDO CAMPOS, M.; TIMÓTEO, G. M.: **A Degradação das Aguas Continentais Sob a Perspectiva dos Pescadores Artesanais de Bacia de Campos**. BRASILIANA– Journal for Brazilian Studies. Vol. 5, n.2. Julho de 2017.
- › MAGALHÃES, N. **A práxis educativa na gestão ambiental pública: uma análise crítica dos programas de educação ambiental do licenciamento offshore de petróleo na Bacia de Campos (BC), RJ**. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 251 p. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/14304>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- › MAGALHÃES, N.; LOUREIRO, C. F. B.; MACHADO, C. J. S. Além do PEA BC: Os reflexos dos Projetos de Educação Ambiental no licenciamento de petróleo da Bacia de Campos na Gestão Ambiental. *In: VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*, 2015. Disponível em: [http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/178.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/178.pdf). Acesso em: 12 jul. 2023.
- › MAGALHÃES, N.; MACHADO, C. J. S.: **Uma análise dos projetos de educação ambiental no licenciamento off-shore de petróleo da Bacia de Campos**. VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013.
- › MALAGODI, M. A. S. Sobre conflitos ambientais e educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 8, n. 2, p. 31-44, 2013.
- › MARTINS, D. B.; BARROS, M. D. C. A mediação como mecanismo de solução de conflitos ambientais e efetivação do princípio da participação social. *In: CAÚLA, B. Q.; MARTINS, D. B.; ALBUQUERQUE, N. D. M.; Valter M. D. C. (Org). Diálogo ambiental, constitucional e internacional*. Fortaleza: Premium, 2013. p. 146-167.
- › MATTOS, L. M. A; LOUREIRO, C. F. B. Avaliação em educação ambiental: estudo de caso de um projeto em contexto de licenciamento. *In: Pesquisa em Educação Ambiental*. vol. 6. n. 2. p. 33-43, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6241/4586>. Acesso em: Jul. 2023
- › MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P.; SANTOS, N. C. Métodos, técnicas e relações em triangulação. *In: Minayo, M.C.S., Assis, S.G. & Souza, E.R. (Org). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 71-103.
- › MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. **Teoria Geral da Administração**. 3a. edição revista. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
- › OLIVEIRA, N. S. O.; RANGEL, K. L.; JÚNIOR, J. O. S. Caravana Territórios do Petróleo: uma experiência de Educação Ambiental inovadora na Bacia de Campos. *In: RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.998>;

- › PAVÃO, Ana Carolina. **Buscando direitos na terra, conquistando o mar: educação ambiental, extensão universitária e pesca em Cabo Frio.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Ciências Sociais. Universidade Federal Fluminense. 2018.
- › PEREIRA, C. R.; ANELLO, L. F. S.; PEREIRA, M. O. R. Educação ambiental no processo de gestão ambiental: algumas reflexões e possibilidades. *In: RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 2018. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/996/558>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- › PEREIRA, C. R. **Mulheres com voz e vez: a Educação Ambiental Crítica e transformadora no projeto de educação ambiental PEA FOCO.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande, 2020. 132 p. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000013678.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2023.
- › PORTO, M, F, S **Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o global e o local na promoção da saúde e da justiça ambiental.** Rio de Janeiro, 2012. 270 p.
- › PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p.31-58, Junho, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- › QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico.* São Paulo: Editora Cortez, 2009, p. 33-80.
- › \_\_\_\_\_. Educação no processo de gestão ambiental pública: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/Jose\\_S\\_Quintas.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/Jose_S_Quintas.pdf)>. Acessado em: 28/07/2023.
- › \_\_\_\_\_. PEA, DSP e Intencionalidade Pedagógica: percepção ingênua ou desvelamento da realidade?. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 36-45, 2016.
- › \_\_\_\_\_. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. *In: Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.* José Silva Quintas (Org.). - 3ª Ed. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental) Brasília: IBAMA, 2006. 204 p.
- › QUINTAS, J.S.; GOMES, Patrício Melo; UEMA, Elizabeth Eriko. **Pensando e praticando a educação ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento.** 2 ed. rev. e aum. Brasília: IBAMA, 2006. Série Educação Ambiental, 9.

- › RIBEIRO, Natalia Soares. **Guardiãs das tradições pesqueiras: arte, gênero e modo de vida em Arraial do Cabo**. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2020. 190f.
- › SAGGIOMO, Thaís Gonçalves. **A estética do feminino no licenciamento ambiental federal de petróleo e gás: as contribuições da Educação Ambiental Crítica na gestão ambiental pública**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - Rio Grande, 2020. 202f.
- › SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, v. 1. 496 p, 2006.
- › \_\_\_\_\_ . **Avaliação de Impacto Ambiental conceitos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- › SANTOS, J. D. A.; TOSCHI, M. S. Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica. **Fronteiras: journal of social, technological and environmental science**, v. 4, n. 2, p. 241-250, 2015.
- › SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2ª. edição. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- › SEGATA, Jean. Covid 19, biossegurança e antropologia. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020.
- › SEIFERT, C. A.; WALTER, T.; NICOLODI, J. L.; GUGLIANO, A.A. **Derramamentos de óleo na zona costeira e marinha do Brasil**: avanços e retrocessos da institucionalização das políticas públicas de prevenção e controle. No prelo.
- › SERRÃO, M. A. **Remando contra a maré**: o desafio da Educação Ambiental Crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- › SERRÃO, M. A.; MENDONÇA, G. M. D. A educação ambiental enquanto medida mitigadora do licenciamento: o exemplo da Coordenação Geral de Petróleo e Gás CGPEG/DILIC/IBAMA) *In*: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3 Brasília: MMA/DEA, 2013.
- › SIGNOR, R.; MARCHIORI, F. F.; RAUPP, A. B.; MAGRO, R. R.; LOPES, A. O. A nova lei de licitações como promotora da maldição do vencedor. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 176-190, 2022.
- › SILVA, L. O.; SOUZA, J. G. S. S.; PRADO, R. M. Análise dos programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural. *In*: **Ambiente & Educação - Revista de Educação Ambiental**, 2020. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/8558/7750>. Acesso em: 12 jul. de 2023.

- › SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *In: Sociologias*, ano 8, nº 16, 2006, p. 20-45.
- › THEIS, Rafaela. **“Marisqueiras” da Bacia de Campos – relações de gênero e o trabalho da mulher na pesca artesanal no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2018. 144f.
- › TAKAHASHI, N.; WALTER, T.; CALDASSO, L. P. **A trajetória da construção das diretrizes dos Planos de Compensação da Atividade Pesqueira: 2002 a 2021**. No prelo.
- › UMPIERRE, M. B. **A Emancipação, Trabalho e Solidariedade como elementos centrais da Educação Ambiental Crítica com Pescadoras Artesanais**. Tese: Doutorado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2021. 168 p.
- › VASCONCELLOS, L.G. Educação Ambiental no licenciamento de petróleo e gás: entre a gestão pública ambiental e os pescadores artesanais do Recôncavo Baiano. Dissertação: Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2012. 132 p.
- › VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- › VITOLLA, R.; WALTER, T.; CALDASSO, L. P.; TAKAHASHI, N. **A vulnerabilidade socioambiental dos(as) pescadores(as) artesanais enquanto critério de avaliação de impacto ambiental: uma análise situada no licenciamento ambiental de empreendimentos petrolíferos**. No prelo.
- › WALTER, T.; ANELLO, L. F. S. A Educação Ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. *In: Revista Ambiente e Educação*. Vol 17 (1), Rio Grande, 2012, p. 73-98.
- › WALTER, T.; BRITO, C. I.; TIMÓTEO, G. M.; QUINTAS, J. S. A construção do ato pedagógico no PESCARTE: o papel dos processos formativos.. *In: TIMÓTEO, G. M. (Org.). Pescarte: Arte e vida, Trabalho e Poesia* (E-book). 1.ed. Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019, v. 1, p. 90-101.
- › WALTER, T.; FISCHER, J.; ROSA, N.; BUENDÍA, R. **A história dos PEAs: um olhar sobre os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás**. São Lourenço do Sul, RS: Ed. dos Autores, 2021.
- › ZHOURI, A. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: Desafios para a Governança Ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2008. Vol. 23 (68), p.97-107.

## TERMO DE ESCLARECIMENTO E LIVRE CONSENTIMENTO

\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 202\_\_.

Este Termo é um convite que você tem plena liberdade para aceitar ou recusar. Caso aceite, você irá participar de uma pesquisa que tem o potencial de contribuir para o aprimoramento do Licenciamento Ambiental da indústria marítima de petróleo e gás no Brasil, conduzida por pesquisadores vinculados ao Laboratório Interdisciplinar Maréss da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que desenvolvem o Projeto Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação Socioambiental (PARMIS). A coordenação geral do Projeto é da Professora Tatiana Walter, tendo a participação das professoras Márcia Borges Umpierre; Liandra Peres Caldasso; Gracieli Trentin e Cristiane Simões Netto Costa, que orientam um grupo de pesquisadores e pesquisadoras. Caso você queira qualquer informação ou deseje conversar com a coordenação, pode dirigir-se à professora Tatiana Walter pelo email [parmis.coordenacao@gmail.com](mailto:parmis.coordenacao@gmail.com); à pesquisadora Naila Takahashi pelo email [nailaft@gmail.com](mailto:nailaft@gmail.com) ou à pesquisadora Patricia Tometich pelo email [ptometich@gmail.com](mailto:ptometich@gmail.com) ou whatsapp (51) 98209 7297.

O PARMIS tem como objetivo geral contribuir com a consolidação do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), por meio de fundamentação teórica e metodológica. E como objetivos específicos o PARMIS pretende: i) sistematizar resultados e fragilidades dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs) exigidos como condicionante das licenças ambientais de empreendimentos petrolíferos; ii) analisar a relação dos PEAs com outras medidas mitigadoras, envolvendo tanto a potencialidade entre projetos já exigidos como a carência de medidas necessárias à mitigação dos impactos socioeconômicos gerados pela indústria do petróleo; iii) elaborar fundamentação teórico-metodológica do processo de revisão das ações de mitigação analisadas; iv) elaborar indicadores de resultados e contribuir com a definição de instrumentos para acompanhamento dos PEAs, tendo como referência o Eixo 4 do Plano Macro; e v) assessorar teórica e tecnicamente a elaboração de novas diretrizes metodológicas por parte do IBAMA para o desenvolvimento de projetos de mitigação de impactos socioambientais.

Tal projeto atua sob a premissa de analisar os resultados e fragilidades dos Projetos de Educação Ambiental (PEA) exigidos no âmbito do licenciamento ambiental de petróleo e gás, considerando sua relação com a mitigação dos impactos. Também sobre a compreensão da relação dos PEAs com as demais medidas destinadas aos impactos socioambientais. Nesta perspectiva, o PARMIS possui fundamentação em três aspectos teórico-analíticos, organizados de forma transversal à pesquisa: i) a pesquisa-ação: sendo um método que orienta as indagações dos participantes da pesquisa, contribuindo para o processo de diálogo e coletivo entre sujeitos e pesquisadores(as), para responder as questões; ii) a indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino: além da pesquisa associada aos objetivos do projeto, bem como a extensão, na qual envolve o aprimoramento da gestão ambiental pública, o PARMIS estabelece relação com o ensino, visto que pesquisadores(as) envolvidos também são sujeitos, também pelo fato dos resultados gerados visam contribuir com a formação de outros estudantes de graduação e pós-graduação da FURG, para além da equipe técnica.; iii) a perspectiva crítica: tal processo tem como referência o fato de pesquisadores(as) e participantes

### \_apêndice 1

# Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

da pesquisa questionarem e indagarem aspectos que são comumente naturalizados na sociedade, como a incidência desigual dos impactos.

A coleta de dados para alimentar a pesquisa será realizada com uso de alguns instrumentos: (1) análise de documentos; (2) formulário de preenchimento eletrônico direcionado a representantes das empresas responsáveis e para coordenadores dos PEAs; (3) entrevistas com sujeitos da ação educativa participantes de (pelo menos) um dos seguintes PEAs - Projeto Núcleo de Educação da Bacia de Campos (NEA\_BC); Quilombos no Projeto da Educação ambiental (QUIPEA); Observação; Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária (FOCO); Rede de Estudos em Meio Ambiente (REMA); Territórios do Petróleo; Pescarte; Costa Verde; (3) Participação em eventos regionais de apresentação dos resultados dos PEAs.

Caso você concorde, sua participação na pesquisa será por meio de entrevista concedida a pesquisadores vinculados ao PARMIS.

A participação na pesquisa envolve risco mínimo, que se refere à possibilidade de constrangimento com algum questionamento feito durante a entrevista. Salientamos que todas as informações que forem fornecidas durante as entrevistas serão tratadas com sigilo e confidencialidade. Também esclarecemos que você poderá desistir de participar e/ou interromper a conversa a qualquer momento e, neste caso, você tem o direito de retirar o seu consentimento aqui registrado. Garantimos o esclarecimento de todas as suas dúvidas e questões, bem como o acesso aos resultados da pesquisa. Garantimos assistência gratuita em caso de alguma ocorrência durante a sua participação na pesquisa. Garantimos, ainda, o ressarcimento e a indenização ao participante em casos de prejuízos e/ou danos causados direta ou indiretamente pela pesquisa.

Além do risco, há os benefícios em participar da pesquisa, que no caso do PARMIS se referem à construção de possibilidades para a melhoria no processo de mitigação dos impactos socioambientais oriundos da produção marítima de petróleo e gás.

O PARMIS foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FURG, que tem por finalidade defender os interesses dos participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados, baseados nos princípios, universalmente aceitos, de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Você pode manter contato com o CEP pelo email [cep@furg.br](mailto:cep@furg.br), facebook <https://web.facebook.com/cepfurg.comitedeetica.3>, na Universidade Federal do Rio Grande, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPESP - Unidade Carreiros, Avenida Itália Km 8, Carreiros, Rio Grande RS, CEP 96201-900, ou pelo telefone (53) 3237.3013.

Ao concordar em participar da pesquisa você receberá uma via do presente documento.

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_  
declaro que li o presente convite e concordo em participar da pesquisa, que fui esclarecido(a) acerca dos objetivos da entrevista e cedo os direitos autorais de minha participação na entrevista ( ) gravada em áudio; ( ) filmada; ( ) fotografada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ para pesquisadores do Projeto: Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais – PARMIS, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## \_apêndice 2

# Tutoriais dos formulários eletrônicos

# Tutorial para o formulário: \_caracterização dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs)

**Coordenação**

## \_índice

Apresentação .....	3
Síntese das etapas da pesquisa .....	4
Como preencher o formulário .....	7
Estrutura dos blocos de questões .....	8
Orientações sobre cada questão e exemplos de respostas .....	9
Bloco 1 - Dados do(a) informante .....	9
Bloco 2 - Caracterização básica do Projeto de Educação Ambiental (PEA) .....	9
Bloco 3 - Alterações no PEA ao longo do tempo .....	13
Bloco 4 - Resultados do PEA nos processos organizativos dos Sujeitos da Ação Educativa .....	16
Bloco 5 - Caracterização da equipe técnica do PEA .....	25
Bloco 6 - Perfil das pessoas que participam ou participaram do PEA ao longo do tempo ....	35
Bloco 7 - Contribuições do PEA na mitigação de impactos da cadeia produtiva de P&G e na diminuição da vulnerabilidade .....	41
Bloco 8 - Impactos da COVID-19 nas ações do PEA e sua atuação no enfrentamento da pandemia .....	43
Bloco 9 - Considerações e contribuições .....	47

## \_apresentação

Este documento visa orientar e sanar possíveis dúvidas dos(as) colaboradores(as) quando do preenchimento do formulário “*Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental<sup>1</sup> - Coordenação*”.

Tal formulário é parte da primeira etapa da coleta de dados da pesquisa “*Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais – Parmis*” e visa sistematizar os resultados dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs), a partir de 2010, com o intuito de:

- i) realizar um levantamento sobre os resultados dos PEAs que integram o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA/BC) e o Projeto de Educação Ambiental Costa Verde, pertencente à Bacia de Santos;
- ii) quantificar e qualificar seus resultados na perspectiva da Educação Ambiental no Licenciamento;
- iii) quantificar e qualificar seus resultados enquanto medida mitigadora de impactos da indústria petrolífera;
- iv) quantificar e qualificar os resultados gerados nos municípios onde são desenvolvidos;
- v) quantificar e qualificar outros resultados gerados, que são pouco explicitados (formação de recursos humanos, escolarização, pesquisa, produção técnica e acadêmica etc.);
- vi) identificar os impactos da pandemia COVID-19 sobre os PEAs.

As questões devem ser respondidas de acordo com as informações disponíveis, não sendo obrigatório o preenchimento de todos os itens. Contudo, para que os objetivos sejam alcançados, é imprescindível a sua colaboração.

Junto ao envio do email contendo o link-convite para o Coletum e orientações de acesso, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que você, além de ser esclarecido sobre a pesquisa, tem a liberdade de participar ou não da mesma.

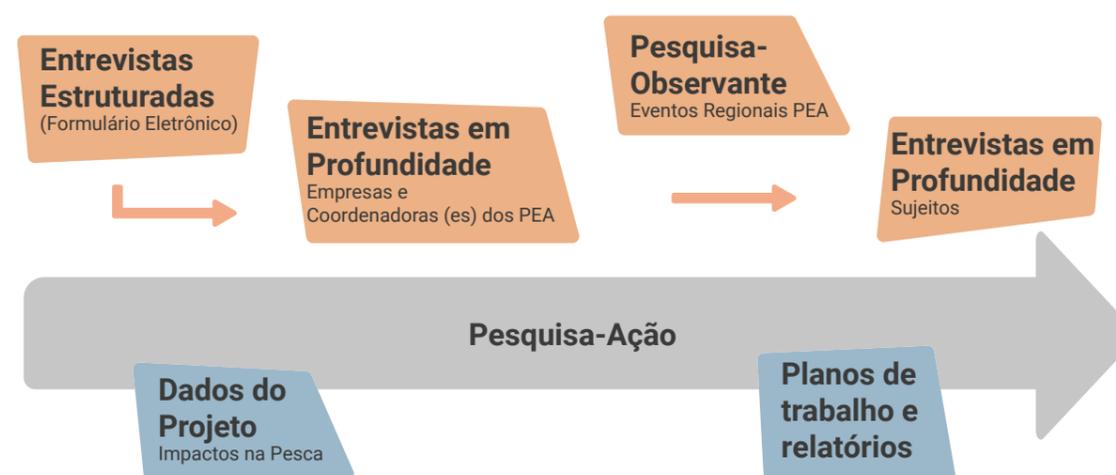
A seguir, é apresentada uma síntese das etapas da pesquisa para uma maior compreensão em relação à participação dos responsáveis pelos PEAs nas empresas como colaboradores. Posteriormente são descritas as orientações para preenchimento do formulário.

<sup>1</sup> Projeto de Educação Ambiental será apresentado com a sigla “PEA” no decorrer do referido documento.

## \_síntese das etapas da pesquisa

Antes de abordar os itens que compõem o formulário, é apresentada uma síntese acerca das etapas da pesquisa, de forma que o(a) colaborador(a) compreenda a importância desta etapa em relação às demais. Destaca-se que a execução do PARMIS está prevista para um período de três anos, tendo iniciado em 15 de Janeiro de 2021, e cujas coletas de dados ocorrem principalmente ao longo dos anos de 2021 e 2022.

Na figura abaixo, são apresentadas, de forma geral, as etapas que compõem a pesquisa.

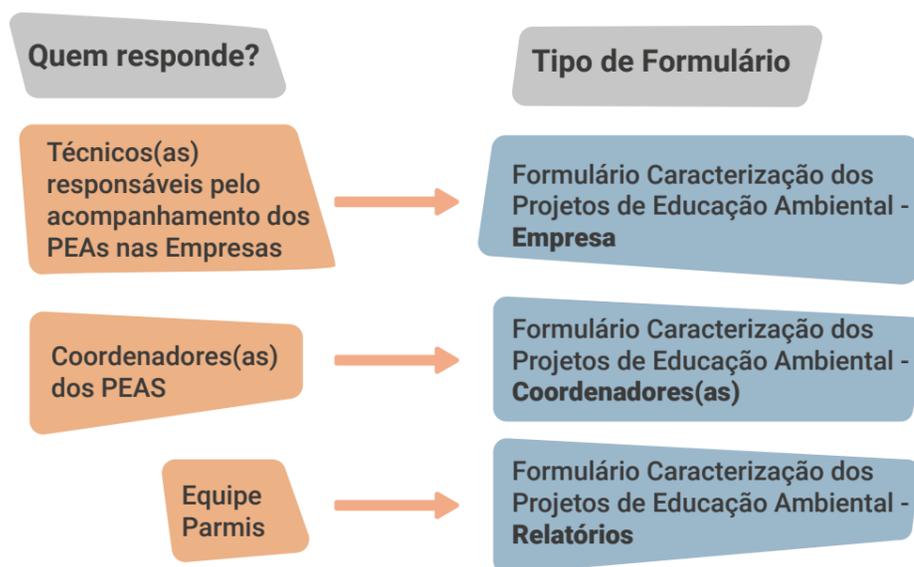


Destaca-se que a análise documental, seja relacionada aos resultados gerados no âmbito do projeto de pesquisa “*Impactos na Pesca<sup>2</sup>*”, que antecipou este, seja em relação à análise de Planos de Trabalho e Relatórios ocorrem ao longo de toda pesquisa.

As entrevistas estruturadas, as quais são definidas por meio de questões fechadas (estruturadas) por meio deste formulário eletrônico, destinam-se a sistematizar informações de natureza quali-quantitativa. Parte destas informações será coletada por meio da colaboração dos(as) técnicos(as) responsáveis pelos PEAs nas empresas. Outra parte será coletada por meio da colaboração dos(as) coordenadores(as) dos PEAs que são objeto de análise. A terceira parte será coletada por meio de análise documental, pela equipe técnica do PARMIS, a partir do Plano de Trabalho e Relatórios dos PEAs. Assim, foram concebidos três formulários, específicos para cada um dos grupos, de forma a se complementarem.

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa “*Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro – IMPACTOS NA PESCA*” foi executado no período de março de 2017 a outubro de 2020. A pesquisa, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), é oriunda do Termo de Ajustamento de Conduta do Campo de Frade, de responsabilidade da PETRORIO, tendo sido exigido pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Seus resultados estão disponíveis em [www.maress.furg.br](http://www.maress.furg.br), no item “*Projetos Concluídos*”.

### Etapa 1 – Entrevistas Estruturadas (Formulário Eletrônico)

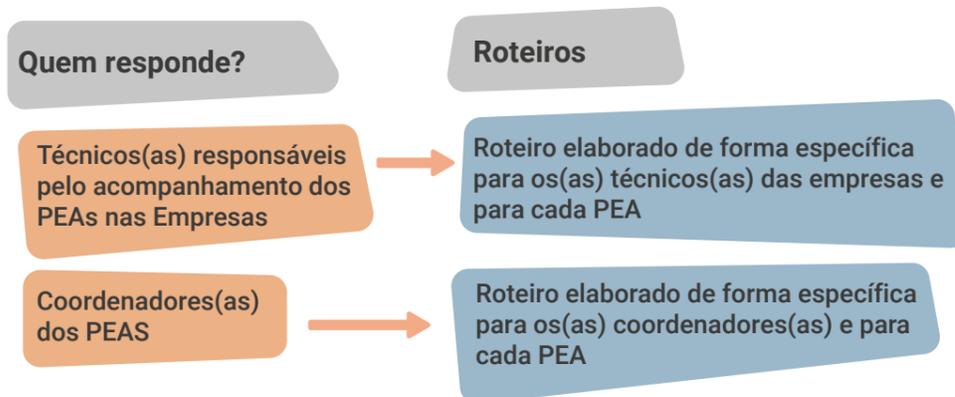


A segunda etapa da pesquisa envolve a realização de entrevistas em profundidade, quando serão abordados aspectos qualitativos, em especial, aqueles não tangíveis e que versam sobre fragilidades e potencialidades dos PEAs. As entrevistas ocorrerão, em um primeiro momento, junto aos técnicos(as) responsáveis pelo acompanhamento dos PEAs nas empresas e aos coordenadores(as) dos PEAs.

Para cada PEA será elaborado um roteiro específico, diferenciado entre técnico responsável pelo PEA na empresa e coordenador(a), uma vez que os respondentes se relacionam institucionalmente de forma diferenciada, bem como os PEAs possuem metodologias e resultados distintos.

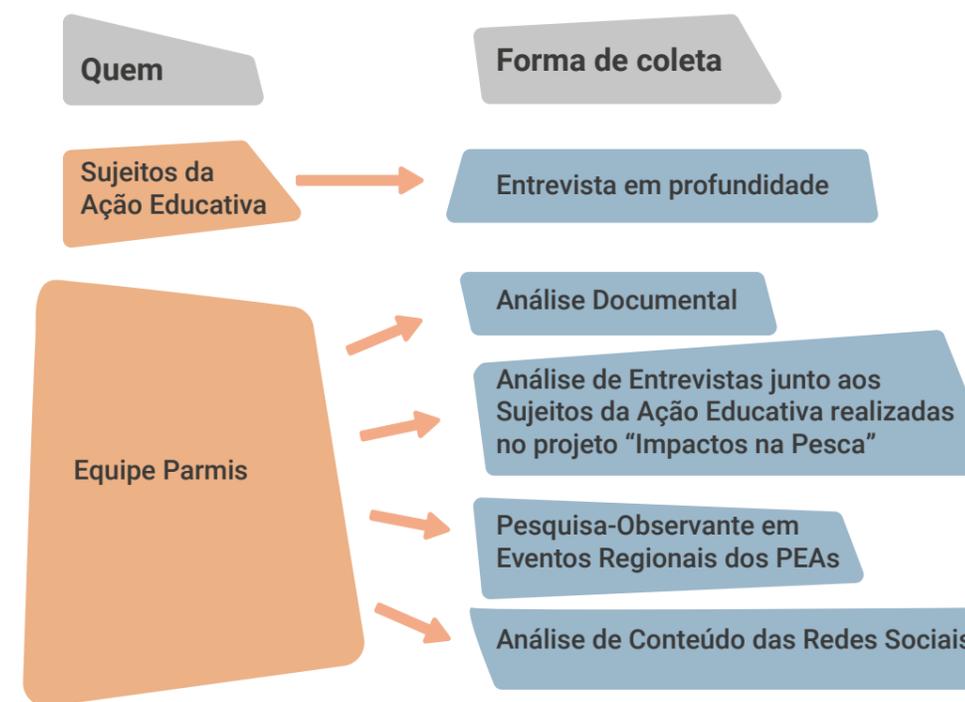
Os roteiros serão definidos a partir dos resultados obtidos na Etapa 1 (composta pelos dados oriundos dos 3 formulários). No caso daqueles PEAs cujos(as) coordenadores(as) foram entrevistados(as) no âmbito do Projeto "Impactos na Pesca", os roteiros também irão considerar a entrevista anterior, de forma a não sobrepor aquelas informações que foram coletadas naquele momento. As entrevistas em profundidade serão agendadas junto a cada coordenador(a) e representante da empresa, após findada a etapa de recebimento dos formulários.

### Etapa 2 – Entrevistas em Profundidade



A terceira etapa da pesquisa destina-se a compreender as atividades e resultados dos PEAs na relação com os Sujeitos da Ação Educativa, considerando tanto os processos formativos conduzidos como aqueles associados à práxis em torno da participação e da organização. Para tal, a terceira etapa envolve a coleta de dados por meio: i) de entrevistas em profundidade junto a Sujeitos da Ação Educativa que participam de ao menos um PEA; ii) da pesquisa observante em eventos regionais dos PEAs (presencial ou online); iii) da pesquisa documental em relatórios dos PEAs; iv) da pesquisa de conteúdo nas redes sociais; v) da categorização de entrevistas em profundidade realizadas em 2018 junto aos sujeitos da ação educativa, no âmbito do Projeto "Impactos na Pesca".

### Etapa 3



Por fim, é relevante destacar que por se tratarem de etapas complementares, optou-se por focar, neste momento, em questões fechadas e sintéticas. Uma leitura mais aprofundada acerca destes resultados, em especial aqueles aspectos qualitativos e/ou intangíveis serão abordados por meio das entrevistas em profundidade.

## \_como preencher o formulário

O formulário “Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental - Coordenação” está estruturado em **9 blocos** de questões em uma plataforma *online* denominada *Coletum*, acessível através do login e senha que você recebeu. Existe a possibilidade de preencher parte do formulário e salvar para continuar em outro momento. Para isto, você deve ir ao final do formulário e clicar no botão “Enviar”, então os dados preenchidos estarão salvos. Reforçamos que para atingirmos um resultado satisfatório, a sua compreensão e colaboração é extremamente importante.

Enviamos, junto ao convite para preenchimento do formulário, um vídeo com instruções sobre a forma de acesso ao *Coletum*, que pode ser acessado pelo link: [youtu.be/tqFBM-vuOGQ](https://youtu.be/tqFBM-vuOGQ).

O formulário apresenta, sempre que possível, opções de resposta fechadas para facilitar o seu preenchimento. Contudo, algumas respostas são específicas, necessitando de um preenchimento personalizado. Em tais questões, o campo de resposta está aberto para que você preencha com a resposta mais adequada.

Em diversos momentos do formulário, você vai encontrar as funcionalidades “Remover item do grupo” (seguido do ícone de lixeira) e “+ adicionar mais um item dentro de...”.

“+ Adicionar mais um item dentro de...” é o recurso utilizado na ferramenta *Coletum* para incluir respostas em um mesmo bloco de questões, mas referentes a algo que ainda não foi registrado. É um recurso que será utilizado com frequência, para incluir respostas sobre outra fase, ou sobre outro município.

“Remover item do grupo” pode ser utilizado quando um bloco de questões foi incluído sem necessidade, por exemplo, quando você utilizou o recurso “+ adicionar mais um item dentro de...” mas percebeu que já havia fornecido todas as respostas. Caso tenha removido um item por engano, basta clicar em “+ adicionar mais um item dentro de...” que o campo voltará.

Ao término, o responsável pelo preenchimento deverá clicar em “*Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do PARMIS e concordo em participar da pesquisa cedendo os dados para uso, desde que mantidos os compromissos éticos firmados no Termo*”, e enviar o formulário.

Lembramos a você que, em caso de qualquer dúvida durante o preenchimento, estaremos com um serviço de orientação disponível durante todo o período destinado ao preenchimento, o qual poderá ser imediatamente contatado. Nossos canais: e-mail: [formularioparmis.peas@gmail.com](mailto:formularioparmis.peas@gmail.com) ou [53\) 99154 1610](https://api.whatsapp.com/send?phone=53991541610) (WhatsApp).

## \_estrutura dos blocos de questões

O formulário “Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental - Coordenação” está estruturado em 9 blocos de questões. São eles:

### **Bloco 1 - DADOS DO(A) INFORMANTE**

Contendo as questões 1.1 a 1.3

### **Bloco 2 - CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA)**

Contendo as questões 2.1 a 2.7

### **Bloco 3 - ALTERAÇÕES NO PEA AO LONGO DO TEMPO**

Contendo as questões 3.1 a 3.3

### **Bloco 4 - RESULTADOS DO PEA NOS PROCESSOS ORGANIZATIVOS DOS SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA**

Contendo as questões 4.1 a 4.8

### **Bloco 5 - CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO PEA**

Contendo as questões 5.1 a 5.4

### **Bloco 6 - PERFIL DOS SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA QUE PARTICIPAM OU PARTICIPARAM DO PEA AO LONGO DO TEMPO**

Contendo as questões 6.1 a 6.5

### **Bloco 7 - AÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES DO PEA NA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS DA CADEIA PRODUTIVA DE P&G E NA DIMINUIÇÃO DA VULNERABILIDADE**

Contendo as questões 7.1 a 7.2

### **Bloco 8 - IMPACTOS DA COVID-19 NAS AÇÕES DO PEA E SUA ATUAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA**

Contendo as questões 8.1 a 8.2. exclusivamente para a fase atual do PEA, considerando a readequação de atividades devido à pandemia de COVID-19

### **Bloco 9 - CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES**

Contendo as questões 9.1 a 9.3

# \_orientações sobre cada questão e exemplos de respostas

## Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental

### \_bloco 1: dados do(a) informante

#### 1.1. Nome do(a) responsável pelo preenchimento:

Escrever o nome da pessoa que está responsável por preencher o formulário.

#### 1.2. E-mail:

Escrever o e-mail da pessoa que está responsável por preencher o formulário para que, caso a equipe do PARMIS tenha dúvidas, seja possível contatá-la.

#### 1.3. Telefone:

Escrever o número do DDD e telefone da pessoa que está responsável por preencher o formulário para que, caso a equipe do PARMIS tenha dúvidas, seja possível contatá-la.

### \_bloco 2: caracterização básica do Projeto de Educação Ambiental (PEA)

#### 2.1. Selecione o PEA

Marcar na lista de opções o nome do PEA referente ao preenchimento do formulário.

#### 2.2. Quando efetivamente a primeira fase do PEA teve início?

Escrever por extenso mês e ano (mês/ano) em que a primeira fase do referido PEA teve início de fato, independente do previsto no Plano de Trabalho, visto que pode haver divergências entre o período previsto e o de execução.

##### 2.2.1. Se o ano de início é anterior a 2010, informe quando o PEA foi adequado à Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010 (NT 01/2010):

Se o PEA teve data de início (indicada na questão 2.2) anterior ao ano de 2010, escrever por extenso o mês e ano (mês/ano) em que o PEA foi adequado à NT 01/2010.

#### 2.3. Em qual fase o PEA se encontra atualmente?

Marcar na lista de opções a fase atual do PEA. Caso a resposta seja “Não está ativo”, avance para a questão 2.4.

##### 2.3.1. Quando a fase atual foi efetivamente iniciada?

Escrever por extenso mês e ano (mês/ano) em que a atual fase do PEA teve início de fato, independentemente do previsto no Plano de Trabalho.

##### 2.3.2. Quando a fase atual está prevista para finalizar?

Escrever por extenso mês e ano (mês/ano) em que a atual fase do PEA tem previsão de ser finalizada.

##### 2.3.3. Em qual Linha de Ação o PEA está atuando na fase em curso?

Marcar na lista de opções a Linha de Ação (NT 01/2010) em que a fase atual do PEA se enquadra.

#### 2.4. Preencher, para cada fase ainda não informada anteriormente, o período (mês/ano) em que ela ocorreu efetivamente e sua respectiva Linha de Ação.

Esta questão busca confirmar o período de execução efetiva de cada fase do PEA, bem como seu enquadramento nas Linhas de Ação previstas na NT 01/2010. Assim, solicitamos o preenchimento da data (mês/ano) inicial e final em que efetivamente ocorreu cada fase, além da Linha de Ação respectiva. Observamos que tem sido comum o período de execução ser distinto daquele previsto no Plano de Trabalho aprovado, portanto solicitamos a informação referente à execução.

Para cada fase o(a) colaborador(a) deverá clicar em “Adicionar mais um item dentro de 2.4 Preencher, para cada fase ainda não informada anteriormente, o período (mês/ano) em que ela ocorreu efetivamente e sua respectiva Linha de Ação” para responder aos questionamentos.

##### 2.4.1. Fases

Selecione na lista de opções a fase do PEA a que as informações se referem.

##### 2.4.2. Quando a fase foi efetivamente iniciada?

Escrever o mês e ano (mês/ano) de início da execução de cada fase.

##### 2.4.3. Quando a fase foi efetivamente concluída?

Escrever o mês e ano (mês/ano) de fim da execução de cada fase.

##### 2.4.4. Linha de Ação

Selecionar na lista de opções em qual Linha de Ação prevista na NT 01/2010 o PEA atuou durante a fase selecionada.

#### 2.5. Houve descontinuidade no PEA entre uma fase e outra?

Esta questão busca registrar a existência ou não de períodos de paralisação do desenvolvimento dos projetos, assim como os motivos e as medidas para evitar ou amenizar os impactos

desses períodos na dinâmica de atividades propostas junto aos Sujeitos da Ação Educativa e no atendimento às exigências do IBAMA.

Selecionar a opção “sim” quando houver descontinuidade ou “não” quando não houver registro de descontinuidade. Para cada descontinuidade entre as fases o (a) colaborador(a) deverá clicar em “Adicionar mais um item dentro de 2.5.1 Se sim, informe entre quais fases e os principais motivos da descontinuidade” para responder aos questionamentos.

### 2.5.1. Se sim, informe quando ocorreu e os principais motivos da descontinuidade.

#### 2.5.1.1. Quando ocorreu o atraso/interrupção?

Selecionar na lista de opções o período de interrupção, como no exemplo: “Entre a aprovação do Plano de Trabalho e o início da 1ª Fase”; “Entre 1ª e 2ª Fase” e assim sucessivamente.

#### 2.5.1.2. Motivos

Descrever qual ou quais foram os motivos que ocasionaram a descontinuidade do PEA entre uma fase e outra.

#### 2.5.1.3. Foram tomadas medidas para evitar ou amenizar possíveis impactos dessa descontinuidade?

Selecionar na lista de opções “Sim”, se houve medidas para evitar ou amenizar possíveis consequências da descontinuidade no PEA, ou “Não,” se não houve medidas.

#### 2.5.1.4. Se sim, quais foram essas medidas?

Listar as medidas para evitar ou amenizar os impactos da descontinuidade do PEA.

## 2.6. Qual a abrangência do PEA na fase atual?

Esta questão busca identificar quais são os municípios e as comunidades/localidades, bem como os Sujeitos da Ação Educativa abrangidos pelo PEA na fase atual e a motivação na escolha das comunidades/localidades e sujeitos.

A questão está estruturada por município. Portanto, para cada município abrangido pelo PEA, o(a) colaborador(a) deverá clicar em “Adicionar mais um item dentro de 2.6. Qual a abrangência do PEA na fase atual?” e responder aos questionamentos que se desdobram.

Se o PEA não estiver ativo, marque a opção “Não se aplica” e avance para a questão 2.7.

### 2.6.1. Município

Selecionar na lista de opções o município abrangido pelo PEA.

### 2.6.2. Comunidade e/ou localidade

Selecionar na lista de opções as comunidades e/ou localidades abrangidas pelo PEA no município em questão. Se a comunidade/localidade não estiver entre as opções disponíveis selecionar a opção “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

### 2.6.3. Sujeito(s) da Ação Educativa

Selecionar as opções de Sujeito(s) da Ação Educativa definidos para participar do PEA. Se as opções disponíveis para seleção não corresponderem à realidade do PEA, selecionar a opção “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

## 2.7. Quais macroimpactos identificados no Diagnóstico Participativo definiram a escolha dos sujeitos e localidades?

Selecionar na lista de opções quais macroimpactos afetam os sujeitos e suas localidades, de forma a defini-los como prioridade enquanto sujeitos do PEA. Se a definição dos sujeitos e localidades não tiver sido embasada em tais impactos, selecione a opção “Outros” e escreva por extenso no campo “Cite outros” os impactos que determinaram sua escolha para o PEA em questão.

Destaca-se que os macroimpactos constituem uma categoria concebida no âmbito do Diagnóstico Participativo do PEA/BC destinada a organizar os impactos a partir de uma origem comum, devido a características recorrentes, mas nem sempre exclusivas, da indústria de petróleo e gás (P&G). Mesmo que os PEAs sejam posteriores ao Diagnóstico Participativo, devem utilizá-lo como referência para o preenchimento.

Apesar de esta categoria não ter sido utilizada no âmbito do PEA Costa Verde, é possível que as escolhas dos sujeitos se relacionem a estes macroimpactos, em caso positivo a questão pode ser respondida com as opções disponíveis, em caso negativo selecionar a opção “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

### 2.7.1. Quais os impactos oriundos da cadeia produtiva de P&G que desdobram-se dos macroimpactos de forma a sustentar a escolha dos sujeitos e localidades/comunidades?

Selecionar na lista de opções quais impactos resultam dos macroimpactos (elencados na questão anterior) e que embasaram a escolha dos Sujeitos da Ação Educativa e localidades/comunidades. Observa-se ainda que, mesmo que o(a) colaborador(a) não saiba responder sobre o macroimpacto que motivou a escolha, é possível responder sobre os impactos, face aos mesmos terem sido elaborados a partir de uma lista exaustiva, sem agrupá-los. Esta lista possui interface com os impactos identificados no Diagnóstico Participativo do PEA Costa Verde.

Para responder à questão, não se faz necessário ter como referência o estudo de impacto, mas sim reconhecer os impactos que levam à escolha dos sujeitos.

Se as opções disponíveis para seleção não corresponderem à realidade do PEA, selecionar a opção “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

### 2.7.2. Observações e/ou dúvidas

Caso entenda ser necessário detalhar melhor a relação entre os impactos da cadeia produtiva de P&G com a escolha dos Sujeitos da Ação Educativa em cada comunidade/localidade, utilize este campo para inserir suas considerações.

Este campo pode ser utilizado também para descrição de alguma dúvida ou dificuldade encontrada pelo(a) colaborador(a) para responder à questão.

## **\_bloco 3: alterações no PEA ao longo do tempo**

### **3.1. Houve alteração nos municípios que são abrangidos pelo PEA ao longo do tempo?**

**Não - avance para 3.2**

**Sim - detalhe**

Esta questão busca captar se houve alterações (inclusão ou exclusão) de municípios abrangidos pelo PEA. Selecionar uma das opções para indicar se houve ou não alteração de município em que o PEA atua ou atuou ao longo do tempo, incluindo a etapa do Diagnóstico Participativo.

No caso de alterações de municípios em mais de uma fase, há a opção de selecionar o comando "+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize" ao final da questão, para adicionar as demais informações por fase.

#### **3.1.1. Fase**

Selecionar na lista de opções a fase do PEA a que as informações se referem.

##### **3.1.1.1. Qual(is) foi(ram) o(s) município(s) incluído(s)?**

Selecionar na lista de opções o município que foi incluído na abrangência do PEA. Se houver mais de um município incluído na mesma fase e pelo mesmo motivo, selecionar todos os que foram incluídos. Caso o município não conste na lista, selecione a opção "Outros" e escreva por extenso qual o município incluído no campo "Cite outros".

##### **3.1.1.2. Motivação**

Escrever o motivo que levou à inclusão do município.

##### **3.1.1.3. Qual(is) foi(ram) o(s) município(s) excluído(s)?**

Selecionar na lista de opções o município que foi excluído da abrangência do PEA. Se houver mais de um município excluído na mesma fase e pelo mesmo motivo, selecionar todos os que foram excluídos. Caso o município não conste na lista, selecionar a opção "Outros" e escrever por extenso qual o município excluído no campo "Cite outros".

##### **3.1.1.4. Motivação**

Escrever o motivo que levou à exclusão do município.

### **3.2. Houve alteração de comunidades/localidades de um mesmo município que são abrangidas pelo PEA ao longo do tempo?**

**Não - avance para 3.3**

**Sim - detalhe**

Essa questão busca captar se houve alterações (inclusão ou exclusão) de comunidades/localidades abrangidas pelo PEA. Sendo assim, selecione uma das opções para indicar se houve ou não alteração de comunidades/localidades em que o PEA atua ou atuou ao longo do tempo, incluindo a etapa do Diagnóstico Participativo.

Se houve alteração de comunidades/localidades em mais de uma fase de execução e/ou município abrangido pelo PEA e, da mesma forma, para incluir informações sobre outras comunidades/localidades, clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize" para incluir novas informações.

#### **3.2.1. Fase**

Selecionar na lista de opções a fase do PEA a que as informações se referem.

##### **3.2.1.1. Município**

Selecionar na lista o município ao qual pertence a comunidade/localidade incluída ou excluída.

##### **3.2.1.2. Qual(is) a(s) comunidade(s)/localidade(s) incluída(s)?**

Selecionar na lista de opções a(s) comunidade(s)/localidade(s) incluída(s) na abrangência do PEA. Se houver mais de uma comunidade/localidade incluída na mesma fase, selecionar todas as que foram incluídas. Caso a comunidade/localidade não conste na lista, selecione a opção "Outros" e escreva por extenso qual a comunidade/localidade no campo "Cite outros".

##### **3.2.1.3. Motivação**

Escrever o motivo que levou à inclusão da comunidade, se possível relacionando comunidade e motivação.

##### **3.2.1.4. Qual(is) foi(ram) a(s) comunidade(s)/localidade(s) excluída(s)?**

Selecionar na lista de opções a(s) comunidade(s)/localidade(s) excluída(s) da abrangência do PEA. Se houver mais de uma comunidade excluída na mesma fase e pelo mesmo motivo, selecionar todas as que foram excluídas. Caso a comunidade/localidade não conste na lista, selecione a opção "Outros" e escreva por extenso qual a comunidade/localidade no campo "Cite outros".

##### **3.2.1.5. Motivação**

Escrever o motivo que levou à exclusão da comunidade, se possível relacionando comunidade e motivação.

### **3.3. Houve alteração nos grupos prioritários de um mesmo município que são abrangidos pelo PEA ao longo do tempo?**

**Não - avance para 3.4**

**Sim - detalhe**

Esta questão busca captar se houve alterações (inclusão ou exclusão) de grupos prioritários do PEA em algum município ao longo do tempo de execução do projeto. Selecionar uma das opções para indicar se houve ou não alteração dos Sujeitos da Ação Educativa do PEA ao longo do tempo, incluindo a etapa do Diagnóstico Participativo.

Se houve alteração nos grupos prioritários em mais de uma fase de execução e/ou município abrangido pelo PEA e, da mesma forma, para incluir informações sobre outros grupos prioritários, clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize" para incluir novas informações.

### 3.3.1. Fase

Selecionar na lista de opções a fase do PEA a que as informações se referem.

#### 3.3.1.1. Município

Selecionar na lista o município ao qual pertence o grupo prioritário incluído ou excluído.

#### 3.3.1.2. Quais grupos prioritários foram incluídos?

Selecionar na lista de opções o grupo prioritário que foi incluído na abrangência do PEA. Se houver mais de um grupo incluído na mesma fase, selecionar todos os que foram incluídos. Caso o grupo prioritário não conste na lista, selecionar a opção “Outros” e escrever por extenso qual o grupo no campo “Cite outros”.

#### 3.3.1.3. Motivação

Escrever o motivo que levou à inclusão do grupo prioritário, se possível relacionando grupo e motivação.

#### 3.3.1.4. Quais os grupos prioritários excluídos?

Selecionar na lista de opções o grupo prioritário que foi excluído da abrangência do PEA. Se houver mais grupos excluídos na mesma fase, selecionar todos os que foram excluídos. Caso o grupo prioritário não conste na lista, selecionar a opção “Outros” e escrever por extenso qual o grupo no campo “Cite outros”.

#### 3.3.1.5. Motivação

Escrever o motivo que levou à exclusão do grupo prioritário, se possível relacionando grupo e motivação.

### 3.4. O PEA realizou algum Diagnóstico Participativo e/ou atualizações ao longo do tempo?

- Não - avance para 4  
 Sim - detalhe

Essa questão busca captar se o PEA realizou algum Diagnóstico Participativo ao longo do tempo. Para responder esta questão, qualquer esforço de diagnóstico realizado pelo PEA junto com os Sujeitos da Ação Educativa deve ser considerado, inclusive quando tratar-se de atualização do Diagnóstico Participativo do PEA da Bacia correspondente.

Clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Caracterize para cada fase em que foi feito Diagnóstico Participativo” para responder sobre cada fase em que houve diagnóstico participativo e/ou atualizações.

#### 3.4.1. Qual a fase?

Selecionar na lista de opções a fase em que foi realizado Diagnóstico Participativo pelo PEA.

#### 3.4.1.1. Quais as motivações para a realização do Diagnóstico Participativo?

Escrever por extenso quais foram as motivações para o PEA realizar um Diagnóstico Participativo.

## **\_bloco 4: resultados do PEA nos processos organizativos dos sujeitos da ação educativa**

### **4.1. Resultados do PEA nos processos organizativos dos Sujeitos da Ação Educativa**

#### **4.1.1. Houve participação dos Sujeitos da Ação Educativa na concepção dos Planos de Trabalho do PEA?**

- Não - avance para 4.2  
 Sim - detalhe

A questão visa compreender a qualificação dos processos organizativos dos grupos prioritários da ação educativa através da participação dos sujeitos na concepção de cada uma das fases do projeto materializadas em seu Plano de Trabalho.

##### **4.1.1.1. Em qual(is) fase(s)?**

Selecionar na lista de opções em qual(is) fase(s) do projeto houve participação dos Sujeitos da Ação Educativa na concepção do Plano de Trabalho.

##### **4.1.1.2. Descreva como se deu a participação dos SAEs na elaboração do Plano de Trabalho**

Escrever de forma sucinta como se deu a participação dos SAEs na elaboração do Plano de Trabalho na(s) fase(s) selecionadas na questão “4.1.1.1”.

### **4.2. O PEA contribuiu para a criação/regularização/estruturação física de entidades representativas dos Sujeitos da Ação Educativa nos municípios?**

- Não se aplica - justifique abaixo, se desejar  
 Não - avance para 4.3  
 Sim - detalhe

**Se a resposta for “Não se aplica”, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

A questão visa identificar a contribuição do PEA para a criação, regularização e/ou estruturação física de entidades representativas dos Sujeitos da Ação Educativa com abrangência municipal - em municípios em que o projeto atua. Entende-se como exemplos de “entidade representativa” associações, colônias, cooperativas, sindicatos etc.

Nesse sentido, são articulados questionamentos com objetivo de identificar desde o ano em que ocorreu a criação, regularização e/ou estruturação física das organizações representativas dos sujeitos até os objetivos/finalidade estatutária e as contribuições do PEA junto de tais entidades.

Se houver criação, regularização e/ou estruturação física de mais de uma entidade ao longo das fases de execução do PEA entre os vários municípios de atuação, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize as contribuições por entidade” ao final da questão para adicionar informações de outras entidades.

Para preenchimento da questão, selecionar na lista de opções se foram criadas entidades representativas dos sujeitos ou não.

Se sim, caracterize as contribuições por entidade

#### 4.2.1. Como contribuiu?

Criação  Regularização  Estruturação

#### 4.2.2. Qual o nome da entidade?

Escrever por extenso o nome da entidade representativa dos sujeitos.

#### 4.2.3. Em qual fase foi criada/regularizada/estruturada?

Selecionar na lista de opções em qual fase do PEA foi criada, regularizada e/ou estruturada a entidade representativa.

#### 4.2.4. Em qual município?

Selecionar na lista de opções o município em que foi criada, regularizada e/ou estruturada a entidade representativa.

#### 4.2.5. Ano de criação

Escrever por extenso o ano que corresponde à criação da entidade representativa. Nos casos de regularização ou estruturação física, deve-se responder o ano de criação da entidade representativa.

#### 4.2.6. Finalidade estatutária

Escrever por extenso qual a finalidade/objetivos da construção da entidade representativa dos sujeitos.

#### 4.2.7. A entidade permanece ativa?

Selecionar na lista de opções “sim” quando a entidade estiver ativa; “parcialmente” em casos que a entidade não estiver funcionando em sua totalidade, levando em consideração a permanência de parte da entidade como ativa e “não” quando a entidade não estiver ativa.

#### 4.2.8. Descrever as principais conquistas da entidade.

Escrever por extenso qual ou quais foram as principais conquistas da entidade desde sua criação até o atual momento, referindo-se a processos que trouxeram ganhos para a sua criação, bem como para o desenvolvimento das atividades/pautas e objetivos desta.

#### 4.2.9. Descrever as principais dificuldades enfrentadas.

Escrever por extenso qual ou quais foram as principais dificuldades enfrentadas pela entidade desde sua criação até o atual momento, referindo-se a processos que trouxeram dificuldade para a sua criação, bem como para o desenvolvimento das suas atividades/pautas e objetivos.

#### 4.2.10. Descrever como o PEA tem apoiado a entidade.

Escrever por extenso de que maneira o PEA tem dado suporte para a entidade, ou seja, quais ações/atividades desenvolvidas pelo PEA que contribuíram com a manutenção da entidade.

#### 4.2.11. Houve envolvimento de outros PEAs no apoio à organização da entidade?

Selecionar na lista de opções “Sim” se houve envolvimento de outros PEAs e “Não” quando não houve.

##### 4.2.11.1. Se sim, quais?

Indicar na lista os nomes dos outros PEAs que apoiam ou já apoiaram a entidade. Se o nome não constar na lista, selecionar “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

#### 4.3. O PEA contribuiu para a criação/regularização/estruturação física de entidades representativas em nível regional, estadual e/ou nacional?

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 4.4

Sim - detalhe

**Se a resposta for “Não se aplica”, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

A questão visa identificar a contribuição do PEA para a criação, regularização e/ou estruturação física de entidades representativas dos sujeitos em nível regional (abrangendo mais de um município), estadual e/ou nacional. Nesse sentido, são articulados questionamentos com objetivo de identificar, desde o ano de criação, regularização e/ou estruturação física de organizações representativas dos sujeitos até os objetivos/finalidade estatutária de tais entidades e as contribuições do PEA junto às mesmas.

Se houver criação, regularização e/ou estruturação de mais de uma entidade de abrangência regional ao longo das fases de execução do PEA, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize as contribuições por entidade” ao final da questão.

Para preenchimento da questão, selecionar na lista de opções se foram criadas, regularizadas e/ou estruturadas entidades representativas dos sujeitos ou não.

Se sim, caracterize as contribuições por entidade:

##### 4.3.1. Como contribuiu?

Criação  Regularização  Estruturação

##### 4.3.2. Qual o nome da entidade?

Escrever por extenso o nome da organização representativa dos Sujeitos da Ação Educativa de abrangência regional.

##### 4.3.3. Em qual(is) fase(s) foi criada/regularizada/estruturada?

Selecionar na lista de opções em qual(is) fase(s) do PEA foi criada, regularizada e/ou estruturada a entidade representativa dos Sujeitos da Ação Educativa de abrangência regional, estadual ou nacional.

#### 4.3.4. Abrangência

Selecionar na lista de opções a escala de abrangência da entidade: regional, estadual ou nacional.

**4.3.4.1. Se for de abrangência regional ou estadual, indique os municípios contemplados. Se for de abrangência nacional, indique os estados no campo cite outros.**

Em caso de abrangência regional ou estadual, selecionar os municípios na lista. Caso houver outros municípios que não estão listados, selecione "Outros" e escreva o nome dos municípios no campo "Cite outros".

#### 4.3.5. Ano de criação

Indicar o ano de criação da entidade representativa. Nos casos de regularização ou estruturação física, deve-se responder o ano de criação da entidade representativa.

#### 4.3.6. Finalidade estatutária

Escrever por extenso qual a finalidade/objetivos da entidade conforme seu estatuto.

#### 4.3.7. A entidade permanece ativa?

Selecionar na lista de opções "sim" quando a entidade estiver ativa; "parcialmente" em casos que a entidade não estiver funcionando em sua totalidade, levando em consideração a permanência de parte da entidade como ativa; e "não" quando a entidade não for mais ativa.

#### 4.3.8. Descrever as principais conquistas da entidade

Escrever por extenso qual ou quais foram as principais conquistas da entidade desde a sua criação, referindo-se a processos que trouxeram ganhos para a sua criação, bem como para o desenvolvimento das atividades/pautas e objetivos desta.

#### 4.3.9. Descrever as principais dificuldades enfrentadas

Escrever por extenso qual ou quais foram as principais dificuldades enfrentadas pela entidade desde a sua criação, referindo-se a processos que trouxeram dificuldade para a sua criação, bem como para o desenvolvimento das suas atividades/pautas e objetivos.

#### 4.3.10. Descrever como o PEA tem apoiado a entidade

Escrever por extenso de que maneira o PEA tem dado suporte para a entidade, ou seja, processos relacionados às ações/atividades desenvolvidas pelo PEA para contribuir com a manutenção da entidade.

#### 4.3.11. Houve envolvimento de outros PEAs no apoio à organização da entidade?

Selecionar na lista de opções "Sim" se houve envolvimento de outros PEAs e "Não" quando não houve.

##### 4.3.11.1. Se sim, quais?

Selecionar na lista os nomes dos outros PEAs que apoiam ou já apoiaram a entidade. Se o nome não constar na lista, selecionar "Outros" e escrever por extenso no campo "Cite outros".

#### 4.4. O PEA contribuiu para a articulação dos Sujeitos da Ação Educativa com movimentos sociais representativos de suas pautas?

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 4.5

Sim - detalhe

**Se a resposta for "Não se aplica", justifique aqui se desejar [campo aberto]**

Selecionar na lista de opções se houve articulação dos Sujeitos da Ação Educativa com movimentos sociais representativos de suas pautas ou não. Se "sim", responda as questões abaixo.

A questão visa abordar os processos relacionados à articulação dos sujeitos em movimentos sociais, como, por exemplo, se esses persistiram ou não no decorrer do tempo. Em caso negativo, quais os motivos para que eles tenham sido interrompidos. Também, busca-se refletir sobre os ganhos e as dificuldades enfrentadas pelos Sujeitos da Ação Educativa para a construção e manutenção de articulações. Ademais, busca-se a compreensão sobre as contribuições do PEA nesse processo.

Para preencher as informações sobre a articulação dos SAEs com cada movimento social representativo, o(a) colaborador(a) deverá clicar em "Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize as contribuições por movimento social" para preencher as informações solicitadas.

Se sim, caracterize as contribuições por movimento social

##### 4.4.1. Movimento social com o qual houve articulação

Escrever por extenso o nome movimento social com o qual houve articulação dos Sujeitos da Ação Educativa.

##### 4.4.2. Municípios

Selecionar na lista de opções qual(is) o(s) município de abrangência do PEA em que ocorreram as articulações com os movimentos sociais. Caso houver outros municípios que não estão listados, selecione "Outros" e nomeie os municípios no campo "Cite outros".

##### 4.4.3. Fase(s)

Selecionar na lista de opções em qual fase do PEA houve articulação dos Sujeitos da Ação Educativa com movimentos sociais representativos de suas pautas.

##### 4.4.4. Sujeitos da Ação Educativa

Selecionar na lista de opções qual ou quais foram os Sujeitos da Ação Educativa.

##### 4.4.5. A articulação persiste no tempo?

Selecionar na lista de opções "Sim" quando a articulação persiste ao longo do tempo de execução do PEA e "Não" quando a articulação foi descontinuada.

##### 4.4.5.1. Se não, por quê?

Escrever por extenso a justificativa do motivo que levou às interrupções na articulação dos Sujeitos da ação Educativa com o movimento social no decorrer do tempo.

#### 4.4.6. Houve envolvimento de outros PEAs no apoio à articulação com os movimentos sociais?

Selecionar na lista de opções “Sim” se houve envolvimento de outros PEAs ou selecionar “Não” quando não houve apoio.

##### 4.4.6.1. Se sim, quais?

Indicar na lista os nomes dos outros PEAs que apoiam ou já apoiaram a articulação com os movimentos sociais. Se o nome não constar na lista, selecione “Outros” e escreva por extenso no campo “Cite outros”.

#### 4.5. Ao longo do tempo, houve direitos sociais e/ou políticas públicas que tenham sido acessados pelos Sujeitos da Ação Educativa de cada município por meio de ações do PEA?

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 4.6

Sim - detalhe

**Se a resposta for “Não se aplica”, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

A questão busca identificar a contribuição do PEA no acesso a direitos sociais e/ou políticas públicas pelos sujeitos. Nesse sentido, tais questionamentos visam registrar os tipos de direitos e/ou políticas públicas acessados e os principais desdobramentos/repercussões decorrentes de tais acessos, bem como as ações do PEA que contribuíram na conquista de tais direitos.

Para cada direito e/ou política pública acessado pelos Sujeitos da Ação Educativa, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de “Se sim, caracterize as contribuições por cada direito e/ou política pública acessado” para preenchimento das informações solicitadas.

Se sim, caracterize as contribuições por cada direito e/ou política pública acessado:

##### 4.5.1. Qual foi o direito e/ou política pública?

Escrever por extenso quais foram as leis, decretos e/ou políticas públicas que os Sujeitos da Ação Educativa tiveram acesso por meio das ações do PEA.

##### 4.5.2. Em qual(is) fase(s) ocorreu?

Selecionar na lista de opções a fase a qual os Sujeitos da Ação Educativa tiveram acesso aos direitos sociais e/ou às políticas públicas por meio de ações do PEA.

##### 4.5.3. Município

Selecionar na lista de opções em qual ou quais municípios houve acesso a direitos e políticas pelos Sujeitos da Ação Educativa por meio de ações do PEA.

##### 4.5.4. Principais desdobramentos relacionados à conquista

Escrever por extenso quais foram as principais repercussões geradas a partir do acesso aos direitos sociais e/ou às políticas públicas.

#### 4.5.5. Houve envolvimento de outros PEAs no apoio à conquista de direitos e políticas públicas?

Selecionar na lista de opções “sim” quando houve participação de outros PEAs e “não” quando não houve envolvimento de outros PEAs.

##### 4.5.5.1. Se sim, quais?

Selecionar na lista de opções os nomes desses outros PEAs que apoiam ou já apoiaram a conquista de direitos e/ou políticas públicas. Se o nome não constar na lista, selecione “Outros” e escreva por extenso no campo “Cite outros”.

#### 4.6. Ao longo do tempo, houve propostas de Projetos de Lei que tenham sido acessados pelos Sujeitos da Ação Educativa de cada município por meio de ações do PEA?

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 4.7

Sim - detalhe

**Se a resposta for “Não se aplica”, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

A questão busca registrar se houve propostas de Projetos de Lei (PLs) acessadas pelos Sujeitos da Ação Educativa, considerando as ações do PEA. Neste sentido, são solicitadas informações sobre os tipos de propostas de PL que tenham sido organizadas no âmbito do PEA e quais os desdobramentos dessas propostas, assim como registrar como as ações do PEA contribuíram com estas conquistas e se houve mais de um PEA envolvido.

Para cada fase em que houve PL(s) acessado(s) pelos Sujeitos da Ação Educativa, clicar em “Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize” para preencher as informações relacionadas.

##### 4.6.1. Quais proposições foram organizadas no âmbito do PEA?

Escrever por extenso quais as propostas de PL foram desenvolvidas no contexto do PEA.

##### 4.6.2. Quais propostas foram conquistadas?

Escrever por extenso quais propostas daquelas citadas na questão 4.6.1 foram de fato conquistadas.

##### 4.6.3. Em qual fase ocorreu?

Selecionar na lista de opções a fase em que foram propostos os PLs acessados pelos Sujeitos da Ação Educativa.

##### 4.6.4. Município

Selecionar na lista de opções em qual município ocorreram as propostas.

##### 4.6.5. Houve envolvimento de outros PEAs no apoio à proposição de Projetos de Lei?

Selecionar na lista de opções “sim” quando houve participação de outros PEAs e “não” quando não houve envolvimento de outros PEAs na proposição dos PLs.

**4.6.5.1. Se sim, quais?**

Selecionar na lista de opções os nomes dos outros PEAs que apoiam ou já apoiaram a proposição dos PLs. Se o nome não constar na lista, selecionar “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

**4.7. Ao longo do tempo, houve conquista de assentos em espaços de participação pelas entidades criadas por meio do PEA ou por entidades representativas dos Sujeitos da Ação Educativa?**

Não se aplica – justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 4.8

Sim – detalhe

**Se a resposta for “Não se aplica”, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

Selecionar na lista de opções se foram conquistados assentos em nível municipal, regional, estadual e/ou nacional pelas entidades criadas, como por exemplo Conselhos, Fóruns, Comitês etc. ou não. Se “sim”, responda as questões abaixo.

A questão busca identificar se houve conquistas de assentos em espaços de participação social como Conselhos, Fóruns, Comitês etc. pelas entidades que tenham sido criadas a partir do PEA e/ou entidades de representação dos sujeitos que tenham envolvimento com o PEA. Dessa forma, solicitamos o preenchimento de informações relacionadas aos espaços de participação aos quais os sujeitos tiveram acesso e o número de assentos acessados; as conquistas derivadas da atuação nesses espaços de participação; e as principais dificuldades encontradas pelos sujeitos no decorrer do processo de participação em tais espaços.

Para cada espaço de participação em que houve conquista de assentos, clique em “+Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracteriza as conquistas dos espaços de participação” para preenchimento das informações solicitadas.

Se sim, caracterizar as conquistas dos espaços de participação

**4.7.1. Espaço de participação**

Escrever por extenso qual foi o espaço de participação (ex.: Conselhos, Fóruns, Comitês etc).

**4.7.2. Nível de abrangência**

Selecionar na lista de opções o nível de abrangência do espaço de participação: municipal, regional, estadual ou nacional.

**4.7.2.1. Se regional, quais municípios abrange**

Selecionar na lista de opções quais municípios abrangem o espaço. Caso haja outros municípios não listados selecionar “Outros” e escrever quais municípios no campo “Cite outros”.

**4.7.2.2. Se municipal, qual município abrange**

Selecionar na lista de opções qual município abrange o espaço. Caso houver outro município não listado selecionar “Outros” e descrever qual município no campo “Cite outro”.

**4.7.3. Entidade representativa**

Escrever por extenso o nome da entidade representativa que conquistou a participação em assentos nos Conselhos, Fóruns, Comitês etc.

**4.7.3.1. Município sede da entidade representativa**

Selecionar na lista de opções o município ao qual pertence a entidade representativa dos Sujeitos da Ação Educativa que conquistou a participação em assentos nos Conselhos, Fóruns, Comitês etc. Caso houver outro município não listado, ou outra configuração geográfica para a localização da sede (ex.: mais de um município) selecionar “Outros” e descrever qual no campo “Cite outros”.

**4.7.4. Número de assentos**

Escrever o número de assentos conquistados para a participação nos Conselhos, Fóruns, Comitês etc.

**4.7.5. Principais conquistas oriundas da participação neste espaço ao longo do tempo**

Escrever por extenso qual ou quais foram as principais conquistas referentes à participação no espaço listado na questão 4.7.1.

**4.7.6. Houve envolvimento de outros PEAs no apoio à conquista de assentos nos espaços de participação?**

Selecionar na lista de opções “sim”, quando houve participação de outros PEAs, e “não”, quando não houve envolvimento de outros PEAs no apoio à conquista de assentos nos espaços de participação

**4.7.6.1. Se sim, quais?**

Selecionar na lista de opções os nomes de outros PEAs que apoiam ou já apoiaram os Sujeitos da Ação Educativa na conquista de assentos em espaços de participação. Se o nome do PEA não constar na lista selecionar “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

**4.8. O PEA qualificou ou contribuiu com a organização dos Sujeitos da Ação Educativa para a participação na proposição e implementação de projetos socio-ambientais em PCAPs?**

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 5.1

Sim - detalhe

**Se a resposta for “Não se aplica”, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

Selecionar “Não se aplica” em caso de o PEA não estar relacionado às atividades pesqueiras. Selecionar “Não”, se o PEA estiver relacionado a atividades pesqueiras, mas sem ter contribuído com a organização dos Sujeitos da Ação Educativa em Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAPs). Selecionar “Sim” se o PEA contribuiu com a organização dos Sujeitos da Ação Educativa em PCAPs. Neste último caso, responder às próximas questões.

Para cada fase em que houve contribuição do PEA, clicar em “+Adicionar mais um item dentro de 4.8.1 Se sim, caracterizar as contribuições do PEA por fase” para preenchimento das informações solicitadas.

#### **4.8.1. Se sim, caracterizar as contribuições do PEA por fase.**

Responder às próximas questões quando a resposta da questão 4.8 for “Sim”.

##### **4.8.1.1. Fase em que ocorreu**

Selecionar na lista de opções em qual fase do referido PEA se deram as contribuições em questão com a proposição e implementação do PCAP.

##### **4.8.1.2. Qual(is) o(s) PCAP(s)?**

Escrever por extenso o(s) nome(s) do(s) PCAP(s) com o(s) qual(is) o PEA contribuiu para que houvesse a organização e/ou mobilização dos sujeitos a fim de que participassem em sua proposição e implementação.

##### **4.8.1.3. Em quais municípios?**

Selecionar na lista de opções os municípios em que o PEA contribuiu para a proposição e/ou implementação do PCAP.

##### **4.8.1.4. Como ocorreu a contribuição do PEA ao PCAP?**

Escrever como se deu a contribuição do PEA em questão com a proposição e implementação do PCAP.

## **\_bloco 5: caracterização da equipe técnica do PEA**

5. Geração de trabalho e renda, formação e produção acadêmica da equipe técnica do PEA

Neste item, o objetivo é levantar informações sobre a equipe técnica responsável pela execução do projeto, com intuito de caracterizá-la e compreender o impacto do PEA na geração de trabalho e renda em sua área de abrangência.

### **5.1. Selecione a Fase**

Selecione na lista de opções a fase sobre a qual serão respondidas as questões.

#### **5.1.1. Quais as funções exercidas pela equipe técnica no projeto?**

Selecionar na lista de opções a função exercida por profissional da equipe técnica envolvida na execução do projeto, sobre a qual serão inseridas as demais informações solicitadas. Em caso de haver outras funções não listadas, selecionar “Outros” e descrever no campo “Cite outros”.

Para cada função exercida pela equipe técnica durante a fase selecionada, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Geração de trabalho e renda, formação e produção acadêmica da equipe técnica do PEA”, comando disponível ao final do item.

#### **5.1.1.1. Quais as responsabilidades desta função?**

Escrever por extenso as responsabilidades da função selecionada no item 5.1.1

#### **5.1.1.2. Qual o número total de profissionais exercendo esta função no PEA na fase selecionada?**

Preencher a quantidade de profissionais que exercem a função selecionada no item 5.1.1.

#### **5.1.1.3. Qual a remuneração desta função no PEA na fase selecionada?**

Selecionar na lista de opções a faixa salarial correspondente à função selecionada anteriormente. Há também a opção “Não sabe informar”.

Detalhando por município

#### **5.1.1.4. Em quais municípios residem os profissionais que exercem esta função?**

Selecionar na lista de opções o município de residência durante a fase selecionada do PEA dos profissionais que integram a equipe técnica do PEA.

Clicar em “+ Adicionar mais um item dentro de Detalhando por município” para cada município que seja considerado como área de residência dos profissionais que atuam na equipe técnica. Se o município de residência dos profissionais não figurar na lista, selecionar “Outros” e escrever no campo “Cite outros”.

#### **5.1.1.4.1. Quantos profissionais que executam esta função residem neste município na fase selecionada do PEA?**

Preencher a quantidade de profissionais que residem no município selecionado no item 5.1.1.4 e exercem função selecionada no item 5.1.1.

#### **5.1.1.4.2. Quantos destes profissionais são oriundos dos grupos sociais prioritários?**

Preencher a quantidade de profissionais contratados para atuar na execução do projeto que é oriunda dos grupos sociais prioritários e reside no município selecionado, exercendo função selecionada no item 5.1.1.

### **5.2. Resultados do PEA na formação e escolarização da equipe técnica**

#### **5.2.1. Informe o nível de escolaridade da equipe técnica envolvida no PEA na fase atual.**

Esta questão busca captar a escolaridade e formação da equipe técnica do PEA na fase vigente. Informe, para cada nível de escolaridade, o número de técnicos correspondente. Se o PEA não estiver ativo, marque a opção “Não se aplica” e avance para a questão 5.2.2.

##### **5.2.1.1. Ensino fundamental incompleto**

Indicar o número de técnicos que possuem ensino fundamental incompleto ou em andamento.

##### **5.2.1.2. Ensino fundamental completo**

Indicar o número de técnicos que possuem ensino fundamental completo.

**5.2.1.3. Ensino médio incompleto**

Indicar o número de técnicos que possuem ensino médio incompleto ou em andamento.

**5.2.1.4. Ensino médio completo**

Indicar o número de técnicos que possuem ensino médio completo.

**5.2.1.5. Formação técnica incompleta**

Indicar o número de técnicos que possuem formação técnica incompleta ou em andamento.

**5.2.1.6. Formação técnica completa**

Indique o número de técnicos que possuem formação técnica completa.

**5.2.1.7. Ensino superior incompleto**

Indicar o número de técnicos que possuem ensino superior incompleto ou em andamento.

**5.2.1.8. Ensino superior completo**

Indicar o número de técnicos que possuem ensino superior completo.

**5.2.1.9. Especialista**

Indicar o número de técnicos que possuem especialização.

**5.2.1.10. Mestre**

Indicar o número de técnicos que possuem mestrado.

**5.2.1.11. Doutor**

Indicar o número de técnicos que possuem doutorado.

**5.2.2. Informar qual o investimento realizado pelo PEA, por fase, em processos formativos para a equipe técnica.**

Esta questão busca captar quanto foi investido em processos formativos para a equipe técnica do PEA, para cada fase. Se houver investimentos desse gênero em outras fases é necessário clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de 5.2.2 Informar qual o investimento realizado pelo PEA, por fase, em processos formativos para a equipe técnica", e informar a fase e o valor correspondente.

**5.2.2.1. Fase**

Selecionar na lista de opções a fase do projeto em que ocorreram investimentos.

**5.2.2.2. Investimento na formação da equipe técnica**

Indicar qual o valor investido em processos formativos da equipe técnica, em reais (R\$).

**5.2.2.2.1. Justificativa**

Quando a resposta for "Não se aplica" ou "Não sabe informar", utilizar este campo para justificar a resposta.

**5.2.3. Liste, por fase, quais processos formativos foram conduzidos para qualificação da equipe técnica.**

Esta questão busca captar quais foram os processos formativos voltados para a qualificação da equipe técnica, seja da totalidade ou de parte da equipe, e se houve investimentos na realização de cursos específicos que não são ofertados pelo PEA. Sendo assim, indique quais foram esses processos formativos, por fase.

Para cada fase em que houve processos formativos para qualificação da equipe técnica, você deverá clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de 5.2.3 Liste, por fase, quais processos formativos foram conduzidos para qualificação da equipe técnica". Listar, por fase, quais processos formativos foram conduzidos para qualificação da equipe técnica para adicionar mais informações.

**5.2.3.1. Fase**

Selecionar entre as opções a fase em que ocorreu o processo formativo.

**5.2.3.2. Processos formativos**

Escrever por extenso o nome do processo formativo ocorrido na fase sobre a qual estiver respondendo.

Caso haja mais de um processo formativo em cada fase, você deverá clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de Caracterize o processo formativo" para responder sobre um novo processo formativo.

**5.2.3.2.1. Carga horária**

Indicar a carga horária atribuída ao processo formativo, ou seja, sua duração em horas.

**5.2.3.2.2. O processo formativo foi realizado pelo próprio PEA ou foi externo?**

Selecionar a opção "Interno" para formações que são internas ao PEA, ou seja, quando organizada pela sua equipe pedagógica, mesmo contando com consultores ou convidados externos. Selecionar "Externo" para indicar formações externas ao projeto (que não são oferecidas pelo PEA).

**5.2.3.2.3. Número de participantes da equipe técnica do PEA**

Indicar o número de técnicos do PEA que participaram do processo formativo.

**5.2.3.2.4. Houve certificação?**

Indicar se houve ou não emissão de certificado para quem participou do processo formativo em questão.

**5.2.4. O PEA contribui para a continuidade da escolarização e formação acadêmica da sua equipe técnica?**

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 5.3

Sim - detalhe

Se a resposta for "Não se aplica" justifique aqui se desejar: [campo aberto]

Essa questão busca captar se há incentivo do PEA para que a equipe técnica invista em estudos e maiores níveis de escolaridade, ou seja, se existe continuidade à formação da equipe por influência do PEA. Sendo assim, você deverá selecionar uma das opções para indicar se houve ou não esse incentivo.

#### **5.2.4.1. Em caso positivo, descreva como se dá o incentivo (ex: bolsa de estudo e/ou auxílio, pagamento de mensalidade e flexibilização de horário de trabalho).**

Escrever por extenso como ocorreu o incentivo do PEA para a continuação da formação acadêmica da equipe técnica. Exemplos: fornecer bolsas de estudo ou alguma espécie de auxílio financeiro, pagamento de mensalidades, flexibilização de horário de trabalho etc.

Para cada tipo de incentivo dado, você deverá clicar em "+ Adicionar resposta" e descrever o incentivo.

#### **5.2.5. Informe, para cada município, quantos integrantes da equipe técnica retornaram aos estudos durante o envolvimento com o PEA.**

Esta questão busca captar, por município, quantos integrantes da equipe técnica do PEA, que haviam interrompido ou abandonado a formação escolar e/ou acadêmica, retornaram aos estudos durante sua atuação junto ao PEA.

Para cada município a ser preenchido, você deverá clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de 5.2.5 Informe, para cada município, quantos integrantes da equipe técnica retornaram aos estudos durante o envolvimento com o PEA" e adicionar as informações.

##### **5.2.5.1. Município**

Selecionar na lista de opções o município no qual os integrantes que retornaram aos estudos atuam.

**1. Integrantes da equipe que voltaram a estudar ou que puderam dar continuidade aos estudos durante envolvimento com o PEA, por nível de ensino:**

##### **5.2.5.2. Ensino fundamental**

Indicar o número de integrantes da equipe técnica que puderam ingressar ou dar continuidade ao ensino fundamental após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao ensino fundamental, e caso não saiba se houve, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **5.2.5.3. Ensino médio**

Indicar o número de integrantes da equipe técnica que puderam ingressar ou dar continuidade ao ensino médio após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao ensino médio, e caso não saiba se houve, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **5.2.5.4. Ensino superior**

Indicar o número de integrantes da equipe técnica que puderam ingressar ou dar continuidade ao ensino superior após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso

saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao ensino superior, e caso não saiba, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **5.2.5.5. Curso técnico**

Indicar o número de integrantes da equipe técnica que puderam ingressar ou dar continuidade ao curso técnico após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao curso técnico, e caso não saiba se houve, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **5.2.5.6. Pós-graduação**

Indicar o número de integrantes da equipe técnica que puderam ingressar ou dar continuidade à pós-graduação após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos à pós-graduação e, caso não saiba se houve, marcar a opção "Não sabe informar".

### **5.3. Resultados de Pesquisa e Produção Acadêmica**

#### **5.3.1. O PEA realiza ações de incentivo à pesquisa?**

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 5.4

Sim - detalhe

**Se a resposta for "Não se aplica" justifique aqui se desejar: [campo aberto]**

Esta questão busca captar se há incentivo à pesquisa através da execução do PEA. Escolher entre as opções "Sim", "Não" ou "Não se aplica".

Para cada fase do projeto, clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize os incentivos à pesquisa por fase" para preencher as informações solicitadas.

Se sim, caracterize os incentivos à pesquisa por fase:

##### **5.3.1.1. Fase**

Selecionar entre as opções a fase do PEA em que houve incentivo à pesquisa.

##### **5.3.1.1.1. Liste as linhas de pesquisa que o PEA desenvolve**

Escrever por extenso quais são as linhas de pesquisa trabalhadas pelo PEA.

##### **5.3.1.1.2. Valor total aplicado em bolsas**

Indicar o valor total direcionado ao pagamento de bolsa(s) durante a fase selecionada.

Detalhando por tipo de bolsa

Registrar mais alguns detalhes sobre as ações de pesquisa

##### **5.3.1.1.3. Tipo de bolsa**

Selecionar entre as opções o tipo de bolsa que os(as) pesquisadores(as) estão (ou estiveram) vinculados(as). Em caso de haver outro tipo de bolsa não listada, selecionar "Outros" e descrever no campo "Cite outros".

Clicar em “+ Adicionar mais um item dentro de Detalhando por tipo de bolsa” para preencher as informações.

#### **5.3.1.1.3.1. Quantas bolsas deste tipo foram oferecidas nesta fase?**

Indicar o número de bolsas oferecidas para cada tipo de bolsa disponível na fase.

#### **5.3.1.1.3.2. Qual o investimento em atividades associadas à produção acadêmico-científica por fase?**

Essa questão busca captar a quantidade de investimento associada à produção acadêmico-científica.

##### **5.3.1.1.3.2.1. Fase**

Selecionar entre as opções a fase em que houve o investimento.

##### **5.3.1.1.3.2.2. Produção bibliográfica**

Indicar o valor aplicado na fase (em R\$) em produções bibliográficas.

##### **5.3.1.1.3.2.3. Incentivo à participação em eventos**

Indicar o valor aplicado na fase (em R\$) em incentivo à participação em eventos, como pagamento de inscrição, alimentação, transporte e hospedagem.

##### **5.3.1.1.3.2.4. Aquisição de equipamentos**

Indicar o valor aplicado na fase (em R\$) na aquisição de ferramentas e equipamentos associados à produção acadêmico-científica.

##### **5.3.1.1.3.2.5. Financiamento de atividade de campo**

Indicar o valor aplicado na fase (em R\$) em financiamento de atividades de campo associados à produção acadêmico-científica.

##### **5.3.1.1.3.2.6. Outros**

Indicar o valor aplicado na fase (em R\$) em outros tipos de atividade associados à produção acadêmico-científica.

#### **5.3.1.1.3.3. Quais as instituições que têm ou tiveram pesquisadores bolsistas vinculados ao PEA ao longo do tempo?**

Escrever por extenso a(s) instituição(ões) que têm ou tiveram pesquisadores(as) vinculados ao PEA ao longo do tempo.

#### **5.3.2. Quantifique e referencie a produção acadêmica associada ao PEA ao longo de sua execução**

Esta questão busca captar se há e quais são as produções acadêmicas associadas ao PEA, como monografias, artigos e resumos, durante qualquer uma das fases, podendo ser de pesquisadores vinculados ou não à equipe responsável pelo PEA.

Detalhe a produção acadêmico-científica já publicada, indicando o número de cada tipo de produção.

Para indicar as produções acadêmicas de outras fases, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de 5.3.2” e complete as demais informações.

Produção

#### **5.3.2.1. Número de Monografias/Trabalhos de Conclusão de Curso/Relatórios Final de Curso**

Indicar o número de monografias/trabalhos de conclusão de curso/relatórios final de curso produzidos na fase em questão.

##### **5.3.2.1.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links para acesso às monografias, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

##### **5.3.2.2. Número de Dissertações**

Indique o número de dissertações produzidas na fase em questão.

##### **5.3.2.2.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links para acesso às dissertações, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

##### **5.3.2.3. Número de Teses**

Indique o número de teses produzidas na fase em questão.

##### **5.3.2.3.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links para acesso às teses, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

##### **5.3.2.4. Número de Artigos publicados em revistas científicas**

Indicar o número de artigos publicados em revistas científicas durante a fase em questão.

##### **5.3.2.4.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links desses artigos publicados em revistas científicas, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

##### **5.3.2.5. Número de Resumos ou artigos publicados em anais de evento**

Indicar o número de resumos ou artigos publicados em anais de evento durante a fase em questão.

##### **5.3.2.5.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links de acesso aos resumos ou artigos publicados em anais de evento, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

##### **5.3.2.6. Número de Livros organizados**

Indicar o número de participações em organização de livros ocorridos na fase em questão.

**5.3.2.6.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links de acesso aos livros, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

**5.3.2.7. Número de capítulos em livros não organizados no âmbito do PEA**

Indicar o número de participações na construção de capítulos de livros não organizados no âmbito do PEA durante a fase em questão.

**5.3.2.7.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links de acesso aos livros não organizados no âmbito do PEA, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

**5.3.2.8. Número de produções audiovisuais**

Indicar o número de produções audiovisuais da fase em questão.

**5.3.2.8.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links de acesso às produções audiovisuais, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

**5.3.2.9. Número de outras produções**

Indicar outros tipos de produção associadas ao PEA.

**5.3.2.9.1. Links (ou faça o upload das cópias ao final da questão)**

Indicar os links das produções, quando houver, clicando no “+” para incluir mais de uma.

Espaço para upload das cópias

[Campo de upload]

Se houver publicações não disponíveis em meio eletrônico, favor usar o campo “Espaço para upload das cópias” para enviar os arquivos. O campo oferece a opção de arrastar ou selecionar os arquivos, escolher o procedimento e enviar os arquivos, selecionando ou arrastando um a um.

**5.3.3. Os resultados oriundos da produção acadêmica foram/são apresentados aos Sujeitos da Ação Educativa?**

Esta questão busca captar se os resultados oriundos das produções acadêmicas, como teses, artigos, resumos e materiais audiovisuais são apresentados e trabalhados com os Sujeitos da Ação Educativa.

**5.3.3.1. Se sim, descreva como:**

Relatar de forma sucinta como foi a apresentação desses resultados, apontando questões como a percepção dos sujeitos acerca desses trabalhos. Por exemplo, se os Sujeitos da Ação Educativa concordam com os resultados ou tecem críticas a eles.

**5.3.4. As publicações associadas ao PEA encontram-se organizadas e disponíveis em páginas ou plataforma na Web?**

Esta questão busca captar se há publicações associadas ao PEA que se encontram disponíveis

em páginas ou plataformas na Web. Podendo ser em forma de acervo digital, com possibilidade de estarem hospedados em diversas plataformas.

**5.3.4.1. Se sim, identifique o local e link de endereço:**

Indicar o local e link do endereço, quando houver, para acesso a esses documentos. Clique no “+ Adicionar resposta” para incluir mais de uma página ou plataforma na Web.

**5.3.5. Existe produção de conteúdo didático-pedagógico a partir da pesquisa acadêmica?**

Esta questão busca captar se há produções oriundas da pesquisa acadêmica com temática didático-pedagógica; se a partir das pesquisas surgiram livros, cartilhas, apostilas ou outro material não listado. Selecionar entre as opções Não ou Sim.

**5.3.5.1. Em caso positivo, liste as produções decorrentes:**

Se a resposta anterior for positiva, escrever no campo aberto quais as produções.

**5.4. Produção de material didático-pedagógico****5.4.1. O PEA produz material didático-pedagógico?**

Não - avance para 6.1

Sim - detalhe

A questão busca captar se o PEA produz material didático-pedagógico destinado aos Sujeitos da Ação Educativa.

Para cada tipo de material didático-pedagógico produzido, você deve clicar em “+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize tipos de materiais pedagógicos produzidos”.

Se sim, caracterize tipos de materiais pedagógicos produzidos

**5.4.1.1. Qual o tipo de material?**

Selecionar na lista de opções o tipo de material produzido. Se o material não estiver na lista de opções, selecionar “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite Outros”.

**5.4.1.2. Qual a temática do material produzido?**

Escrever por extenso qual foi o tema abordado no material selecionado na questão anterior. Se houver mais do que um tema, selecionar “+ Adicionar resposta” para incluir cada um dos temas.

**5.4.1.3. Qual a quantidade produzida deste material?**

Escrever por extenso o número total de materiais pedagógicos produzidos conforme o que foi selecionado anteriormente.

**5.4.1.4. Qual o meio de acesso a este material?**

Selecionar na lista de opções qual é o principal meio de acesso ao material selecionado anteriormente: impresso, digital ou outros. Se houver outro meio de acesso, clicar na opção “Outros” e descrever no campo “Cite outros”.

## **\_bloco 6: perfil dos Sujeitos da Ação Educativa que participam ou participaram do PEA ao longo do tempo**

### **6.1. O PEA possui algum levantamento do perfil social dos Sujeitos da Ação Educativa que participam ou já participaram do PEA em fases anteriores?**

- Não - avance para 6.2  
 Sim

Esta questão busca identificar o número de pessoas que participa ou participou do PEA a partir de suas características sócio identitárias (por exemplo: dados sobre sexo, idade e raça/cor). Marcar na lista de opções se o PEA possui ou não algum levantamento deste tipo, na fase atual e/ou nas anteriores.

#### **6.1.1. Se sim, anexar os documentos disponíveis**

Anexar os documentos, da fase atual e fases anteriores usando o campo abaixo da questão para enviar os arquivos. O campo oferece a opção de arrastar ou selecionar os arquivos, escolher o procedimento e enviar os arquivos, selecionando ou arrastando um a um.

### **6.2. Contribuições do PEA sobre o processo de escolarização dos Sujeitos da Ação Educativa**

#### **6.2.1. Houve Sujeitos da Ação Educativa que reingressaram no ensino formal a partir do contato e/ou experiência com o PEA, ao longo do tempo?**

- Não sabe informar - avance para 6.3  
 Não - avance para 6.3  
 Sim - detalhe

A questão visa registrar se houve reingresso de Sujeitos da Ação Educativa ao ensino formal a partir do contato e/ou experiência com o PEA. Selecione "Sim", "Não" ou "Não sabe informar" para responder à questão. Caso a resposta seja não ou não sabe informar, siga o preenchimento a partir da questão 6.3. Se sim, caracterize as contribuições do PEA no processo de escolarização por município de atuação.

Para cada município em que ocorreu reingresso de Sujeitos da Ação Educativa ao ensino formal, clicar em "+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize as contribuições do PEA no processo de escolarização por município de atuação" e responder às questões.

#### **6.2.1.1. Município**

Selecionar na lista de opções o município de atuação do projeto em que houve registros de reingresso de sujeitos ao ensino formal - durante qualquer uma das fases de execução do PEA.

#### **6.2.1.2. Sujeitos da Ação Educativa**

Selecionar na lista de opções os Sujeitos da Ação Educativa do projeto no município em questão.

#### **6.2.1.3. Número de Sujeitos da Ação Educativa que retornaram ao ensino formal, por nível de ensino**

Preencher a quantidade de Sujeitos da Ação Educativa do projeto que retornaram ao ensino formal. Em caso de inexistência de retorno utilizar o número zero para indicação, e, quando não houver registros sobre tais informações, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **6.2.1.3.1. Ensino Fundamental**

Indicar o número de sujeitos da ação educativa que puderam ingressar ou dar continuidade ao ensino fundamental após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao ensino fundamental, e caso não saiba, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **6.2.1.3.2. Ensino médio**

Indicar o número de sujeitos da ação educativa que puderam ingressar ou dar continuidade ao ensino médio após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao ensino médio, e caso não saiba, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **6.2.1.3.3. Ensino superior**

Indicar o número de sujeitos da ação educativa que puderam ingressar ou dar continuidade ao ensino superior após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao ensino superior, e caso não saiba, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **6.2.1.3.4. Curso técnico**

Indicar o número de sujeitos da ação educativa que puderam ingressar ou dar continuidade ao curso técnico após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos ao curso técnico, e caso não saiba, marcar a opção "Não sabe informar".

##### **6.2.1.3.5. Pós-graduação**

Indicar o número de sujeitos da ação educativa que puderam ingressar ou dar continuidade à pós-graduação após seu envolvimento com o PEA. Usar o número "0" caso saiba que não houve integrantes da equipe reingressos à pós-graduação e, caso não saiba, marcar a opção "Não sabe informar".

### **6.3. O PEA contribuiu para a realização de intercâmbios, resultando na formação de coletivos e redes de articulação entre as comunidades participantes?**

- Não se aplica - justifique abaixo se desejar  
 Não - avance para 6.4  
 Sim - detalhe

**Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

Marcar a opção “Sim” caso o PEA tenha contribuído na realização de intercâmbios que resultaram em formação de coletivos e redes de articulação, ou “Não” no caso de não ter ocorrido.

Se sim, caracterize a contribuição em intercâmbios por fase.

Para cada fase do PEA em que foram realizados intercâmbios, clicar em “+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize a contribuição em intercâmbios por fase” para adicionar mais informações.

### 6.3.1. Qual a fase?

Selecionar na lista de opções, a fase em que ocorreram os intercâmbios.

#### 6.3.1.1. Quantidade de intercâmbios nesta fase

Escrever a quantidade de intercâmbios realizados na fase selecionada na questão 6.3.1.

#### 6.3.1.2. Liste os intercâmbios realizados na fase

Escrever o nome dos intercâmbios, selecionando “+ Adicionar resposta” para cada intercâmbio realizado na fase selecionada na questão 6.3.1.

## 6.4. Contribuições e resultados do PEA sobre a renda dos Sujeitos da Ação Educativa

### 6.4.1. O PEA contribuiu para geração de renda aos Sujeitos da Ação Educativa?

Não se aplica - justifique abaixo se desejar

Não - avance para 6.5

**Sim - detalhe**

**Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

A questão objetiva compreender se ao longo da execução do PEA houve geração de trabalho e renda aos Sujeitos da Ação Educativa. A questão se destina inclusive àqueles projetos que não têm como escopo a geração de trabalho e renda, ou seja, considera-se registrar outras formas de geração de renda na região, como por exemplo, contratação de serviços gerais e aquisição de gêneros alimentícios para subsidiar as ações dos projetos.

#### 6.4.1.1. Se sim, quantos Sujeitos da Ação Educativa em cada município e comunidade estão envolvidos/as e a partir de quais estratégias:

Se a resposta à questão 6.4.1 for positiva, identificar a quantidade de sujeitos que tiveram renda oriunda da execução do projeto em cada uma das suas fases, municípios e comunidades/localidades de atuação.

Dessa forma, para cada fase, município e comunidades/localidades de atuação do projeto, clicar em “+ Adicionar mais um item dentro de 6.4.1.1 Se sim, quantos Sujeitos da Ação Educativa em cada município e comunidade estão envolvidos/as e a partir de quais estratégias” para informar sobre a geração de renda aos sujeitos da ação educativa.

Enquanto “estratégias” descritas no enunciado da questão 6.4.1.1, são consideradas algumas categorias de atividades compreendidas como geradoras de renda, como “aquisição de gêneros

alimentícios; renda oriunda de atividades finalísticas do PEA; execução de serviços gerais (contrato ou em regime CLT ou diária)”.

Após preencher a fase, município, comunidade e Sujeitos da Ação Educativa, o(a) colaborador(a) verificará um campo descritivo disponível para preenchimento do número de sujeitos que tiveram acesso à renda através de cada uma das categorias propostas. Ao final, há a opção “Outros” para inserção de outras atividades que não tenham sido listadas.

### 6.4.1.1.1. Fase

Selecionar a fase do projeto em que foi registrada geração de renda para os Sujeitos da Ação Educativa.

### 6.4.1.1.2. Município

Selecionar na lista de opções o município em que foi registrada geração de renda para os Sujeitos da Ação Educativa durante a fase selecionada no item 6.3.1.2.

### 6.4.1.1.3. Comunidade/localidade

Selecionar na lista de opções a qual(is) comunidade(s)/localidade(s) pertencem os Sujeitos da Ação Educativa que tiveram acesso à renda gerada através da execução do PEA. Se houver outra comunidade/localidade que não consta na lista de opções, selecionar “Outros” e descrever no campo “Cite outros”.

### 6.4.1.1.4. Sujeitos da Ação Educativa

Selecionar a qual(is) grupo(s) de Sujeitos da Ação Educativa pertencem os sujeitos que tiveram acesso à renda gerada através da execução do projeto durante a fase selecionada no item 6.4.1.1.1, no município e comunidade(s)/localidade(s) indicados nas questões anteriores.

### 6.4.1.1.5. Número de Sujeitos da Ação Educativa que tiveram renda advinda da execução do PEA

A partir desse item, solicita-se o preenchimento da quantidade de sujeitos que tiveram acesso à renda através da execução do projeto, para a fase, município e comunidade/localidade indicadas nos itens 6.4.1.1.1, 6.4.1.1.2 e 6.4.1.1.3 respectivamente.

#### 6.4.1.1.5.1. Aquisição de gêneros alimentícios

A categoria “aquisição de gêneros alimentícios” é proposta com base em registros de alguns projetos que adquirem alimentos produzidos pelos(as) sujeitos(as) da ação educativa para fornecer durante as atividades executadas pelo projeto.

Havendo registro de tais ações no projeto, preencher a quantidade de Sujeitos da Ação Educativa que tiveram acesso à renda através da aquisição de gêneros alimentícios por parte do PEA durante a fase, município e comunidades indicadas nos itens anteriores.

Em caso de inexistência de tal ação, o campo descritivo deve ser preenchido com o número zero. Há também a opção de seleção da caixa “Não sabe informar”.

#### **6.4.1.1.5.2. Renda oriunda de atividades econômicas propostas como objetivo do PEA**

Esta categoria diz respeito às atividades relacionadas à geração de trabalho e renda que integram o escopo dos projetos, ou seja, foram planejadas como finalidade das ações do projeto e com estratégias pedagógicas associadas ao objetivo do PEA.

Em caso de inexistência de tal ação, o campo descritivo deve ser preenchido com o número zero. Há também a opção de seleção da caixa “Não sabe informar”.

#### **6.4.1.1.5.3. Serviços gerais (contrato ou carteira)**

Como “serviços gerais” são consideradas atividades de limpeza e manutenção do ambiente de trabalho das sedes dos projetos, assim como transporte, manutenção de equipamentos, cuidado com crianças/filhos dos Sujeitos da Ação Educativa enquanto eles participam das atividades, entre outras atividades que possam ser registradas.

Preencher a quantidade de Sujeitos da Ação Educativa que tiveram acesso à renda atuando como profissionais responsáveis por serviços gerais através de contrato ou em regime CLT.

Em caso de inexistência de tal ação, o campo descritivo deve ser preenchido com o número zero. Há também a opção de seleção da caixa “Não sabe informar”.

#### **6.4.1.1.5.4. Serviços gerais (diária)**

Como “serviços gerais” são consideradas atividades de limpeza e manutenção do ambiente de trabalho das sedes dos projetos, assim como transporte, manutenção de equipamentos, cuidado com crianças/filhos dos Sujeitos da Ação Educativa enquanto eles participam das atividades, entre outras atividades que possam ser registradas.

Nesse caso, preencher a quantidade de Sujeitos da Ação Educativa que tiveram acesso à renda pela atuação como profissional remunerado através de diárias.

Em caso de inexistência de tal ação, o campo descritivo deve ser preenchido com o número zero. Há também a opção de seleção da caixa “Não sabe informar”.

#### **6.4.1.1.5.5. Outros**

Em caso de existência de outras opções além daquelas sugeridas, pode ser incluído no campo “Outros” o tipo de atividade, descrevendo-a no campo em branco e indicando o número de sujeitos que tiveram renda oriunda desta outra atividade.

### **6.5. Contribuições e resultados do PEA quanto às estruturas na sua área de abrangência**

#### **6.5.1. O PEA disponibiliza estruturas para os Sujeitos da Ação Educativa?**

Não se aplica - justifique abaixo se desejar

Não - avance para 7.1

Sim - detalhe

**Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

Esta questão busca identificar que tipo de estruturas os Sujeitos da Ação Educativa possuem acesso através da execução do PEA em cada município. O objetivo é identificar as estruturas

disponibilizadas até o momento, independentemente das restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Dessa forma, identificar nos campos abaixo que tipo de estruturas e equipamentos são disponibilizados para uso dos Sujeitos da Ação Educativa através do projeto.

#### **6.5.1.1. m qual município?**

Selecionar na lista de opções o município em que estão disponíveis estruturas e equipamentos para uso dos Sujeitos da Ação Educativa.

#### **6.5.1.1.1. Informe a quantidade de estruturas e equipamentos**

Para cada um dos subitens abaixo, deve ser descrita a quantidade de estruturas/equipamentos por município destinada para os sujeitos da ação educativa. Observe-se que os subitens foram agrupados conforme a finalidade do equipamento (como projeção) e não em uma lista exaustiva. Assim, o que se deseja é compreender quais são os equipamentos e estruturas disponíveis aos sujeitos para uma determinada finalidade. Portanto a quantidade deve ser descrita tendo como perspectiva um conjunto de equipamentos para um determinado uso. Por exemplo, um conjunto (ou kit) contemplando filmadora ou máquina fotográfica, independentemente de ter cartões de memória, tripé etc., deve ser pensado a partir da disponibilidade de os sujeitos captarem imagens. Logo, contabiliza-se na resposta a quantidade de câmeras fotográficas e/ou filmadoras disponíveis.

##### **6.5.1.1.1.1. Quantidade de sedes equipadas com móveis e eletrodomésticos**

Preencher a quantidade de sedes equipadas com os móveis e os eletrodomésticos disponíveis para uso dos Sujeitos da Ação Educativa.

##### **6.5.1.1.1.2. Quantidade de equipamentos para projeção (projektor)**

Preencher a quantidade de equipamentos para projeção (projektor e acessórios) disponíveis para uso dos Sujeitos da Ação Educativa. Quantificar a partir do número de projetores.

##### **6.5.1.1.1.3. Quantidade de equipamentos audiovisuais (filmadora, máquina fotográfica)**

Preencher a quantidade de equipamentos audiovisuais (filmadora, máquina fotográfica e acessórios) disponíveis para uso dos Sujeitos da Ação Educativa. Quantificar a partir do número de filmadoras e máquinas fotográficas disponíveis.

##### **6.5.1.1.1.4. Quantidade de equipamentos de informática (computador, laptop e tablet)**

Preencher a quantidade de equipamentos de informática (computador desktop, laptop, tablet) disponíveis para uso dos Sujeitos da Ação Educativa. Quantificar a partir do número de equipamentos (desktops, laptops, tablets) disponíveis.

##### **6.5.1.1.1.5. Quantidade de cozinhas pedagógicas equipadas**

Preencher a quantidade de cozinhas pedagógicas equipadas disponíveis para uso dos Sujeitos da Ação Educativa.

#### 6.5.1.1.1.6. Cite Outros

Em caso de haver outras estruturas e equipamentos diferentes daquelas apresentadas até aqui, descreva no campo “Cite outros” qual estrutura/equipamento o PEA disponibiliza para os Sujeitos da Ação Educativa, informando a quantidade.

Para equipamentos e dispositivos adquiridos para as atividades dos PEAs devido à pandemia de COVID-19, o mesmo deverá ser preenchido no Bloco 8.

## \_bloco 7: contribuições do PEA na mitigação de Impactos da cadeia produtiva de P&G e na diminuição da vulnerabilidade

### 7.1. Quais ações desenvolvidas pelo PEA contribuíram para a mitigação de impactos da cadeia produtiva de P&G?

Este bloco de questões busca identificar as ações desenvolvidas pelo PEA com objetivo de contribuir para a mitigação dos impactos da cadeia de P&G. Na questão 7.1.1 você deverá identificar uma ação para detalhar nas questões seguintes (7.1.2 a 7.1.6). Caso houver mais de uma ação de contribuição à mitigação de impactos da cadeia de P&G desenvolvida pelo PEA, selecionar “Adicionar resposta” ao final do bloco de questões para incluir um novo bloco descritivo.

#### 7.1.1. Descreva a ação do PEA que contribuiu para a mitigação de impactos

Escrever por extenso uma ação desenvolvida pelo PEA com objetivo de contribuir para a mitigação dos impactos da cadeia de P&G.

#### 7.1.2. Em qual(is) fase(s) ocorreu esta ação?

Selecionar na lista de opções de resposta a(s) fase(s) de atuação do PEA em que a ação de mitigação ocorreu.

#### 7.1.3. Em qual(is) município(s) ocorreu esta ação?

Selecionar na lista de opções de resposta em qual(is) município(s) ocorreu a ação do PEA de contribuição para a mitigação dos impactos da cadeia de P&G.

#### 7.1.4. Em qual(is) comunidade(s)/localidade(s) ocorreu esta ação?

Selecionar na lista de opções de resposta em qual(is) comunidade e/ou localidade ocorreu a ação do PEA de contribuição para a mitigação dos impactos da cadeia de P&G. Em caso de haver outras comunidades e/ou localidades que não foram listadas, selecionar “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite outros”.

#### 7.1.5. Quais Sujeitos da Ação Educativa foram contemplados com esta ação?

Selecionar na lista de opções de resposta quais os Sujeitos da Ação Educativa que foram

contemplados pela ação desenvolvida pelo PEA de contribuição para a mitigação dos impactos da cadeia de P&G.

Impacto relacionado à ação de mitigação

#### 7.1.6. Qual impacto a ação mitigou?

Selecionar na lista de opções qual impacto a ação mitigou. Em caso de haver outros impactos mitigados que não foram listados, selecionar “Outros” e escrever por extenso no campo “Cite Outros”.

#### 7.1.7. Este impacto é:

diretamente associado à cadeia de P&G

possivelmente associado à cadeia de P&G

oriundos de outras atividades econômicas presentes no território

não sei informar

Escolher uma das opções de resposta. Entende-se como impacto diretamente associado à cadeia de P&G aqueles impactos que são identificados pela equipe técnica e/ou pelos sujeitos, naquela localidade, como decorrentes da cadeia produtiva de P&G. Já os possivelmente associados, não há certeza de sua relação direta à indústria de P&G, mas podem estar correlacionados a outros. A terceira opção “oriundos de outras atividades econômicas presentes no território” volta-se à mitigação de impactos que foram demandas dos e são relevantes aos sujeitos, mas não possuem interface direta ou indireta com a cadeia produtiva de P&G.

Para responder sobre outro impacto relacionado a mesma ação de mitigação, selecionar “+ Adicionar mais um item dentro de Impacto relacionado a ação de mitigação”

### 7.2. Quais outras ações desenvolvidas pelo PEA contribuíram para a diminuição da vulnerabilidade?

Este bloco de questões busca identificar outras ações desenvolvidas pelo PEA que tiveram como objetivo contribuir para diminuir a vulnerabilidade socioambiental dos Sujeitos da Ação Educativa, mas que não são desenvolvidas para mitigar os impactos da cadeia de P&G. Na questão 7.2.1 você deverá identificar uma ação para detalhar nas questões seguintes (7.2.2 a 7.2.6). Caso houver mais de uma ação de contribuição à diminuição de vulnerabilidade, selecionar “+ Adicionar mais um item dentro de 7.2 Quais outras ações desenvolvidas pelo PEA contribuíram para a diminuição da vulnerabilidade?”, ao final do bloco de questões, para incluir um novo bloco descritivo.

#### 7.2.1. Descreva a ação do PEA que contribuiu com a diminuição da vulnerabilidade

Escrever por extenso a ação desenvolvida pelo PEA com objetivo de contribuir para a diminuição da vulnerabilidade.

#### 7.2.2. Em qual(is) fase(s) ocorreu esta ação?

Selecionar na lista de opções de resposta a(s) fase(s) de atuação do PEA em que a ação de contribuição para a diminuição da vulnerabilidade ocorreu.

**7.2.3. Em qual(is) município(s) ocorreu esta ação?**

Selecionar na lista de opções de resposta em qual (is) município(s) ocorreu a ação do PEA de contribuição para a diminuição da vulnerabilidade.

**7.2.4. Em qual (is) comunidade(s)/localidade(s) ocorreu esta ação?**

Selecionar na lista de opções de resposta em qual (is) comunidade(s) e/ou localidade(s) ocorreu a ação do PEA de contribuição para a diminuição da vulnerabilidade. Em caso de haver outras comunidades e/ou localidades que não tenham sido listadas, escrever por extenso no campo "Cite Outros".

**7.2.5. Quais Sujeitos da Ação Educativa foram contemplados com esta ação?**

Selecionar na lista de opções de resposta quais os Sujeitos da Ação Educativa que foram contemplados pela ação desenvolvida pelo PEA de contribuição para a diminuição da vulnerabilidade.

**7.2.6. Qual(is) fator(es) de vulnerabilidade a ação minimizou?**

Selecionar na lista de opções de resposta qual(is) o(s) fator(es) de vulnerabilidade que a ação desenvolvida pelo PEA contribui para diminuir. Em caso de haver outro fator que não tenha sido listado, selecionar "Outros" e escrever por extenso no campo "Cite Outros".

## **\_bloco 8: impactos da covid-19 nas ações do PEA e sua atuação no enfrentamento da pandemia**

### **8.1. Durante a pandemia da COVID-19, mantiveram-se atividades junto aos Sujeitos da Ação Educativa?**

Não se aplica - justifique abaixo se desejar

Não - avance para 9.1

Sim - detalhe

**Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

Selecionar na lista a opção de resposta sobre as atividades do PEA junto aos Sujeitos da Ação Educativa durante a pandemia de COVID-19.

**8.1.1. Houve necessidade de reformulação/adequação do Plano de Trabalho?**

Selecionar na lista a opção de resposta sobre a necessidade de reformulação do Plano de Trabalho já apresentado ao IBAMA.

**8.1.2. Alguma meta/ação prevista no Plano de Trabalho não poderá ser executada no formato virtual e precisará ser postergada?**

Não - avance para 8.1.3

Sim - detalhe

**8.1.2.1. Qual(is) a(s) meta(s)?**

Informar se alguma das metas e/ou ações previstas no Plano de Trabalho não poderá ser executada durante o período da pandemia de Covid-19 em formato virtual, de modo a ser postergada.

**8.1.3. Quais foram as estratégias utilizadas para mobilização dos sujeitos e realização de processos formativos neste período de pandemia?**

Selecionar todas as opções de resposta que serviram como estratégias para mobilização de Sujeitos da Ação Educativa e realização de processos formativos durante a pandemia. Escrever por extenso outras ações estratégicas utilizadas e que não foram listadas como opções de resposta na questão anterior, quando houver, no campo "Cite outros".

**8.1.4. Quais têm sido as dificuldades relacionadas à dinâmica das atividades neste período de pandemia?**

Selecionar todas as opções de resposta que caracterizam dificuldades relacionadas à dinâmica das atividades durante a pandemia. Escrever por extenso no campo "Cite outros" outras dificuldades relacionadas à dinâmica das atividades durante a pandemia que não foram listadas como opções de resposta na questão anterior, quando houver.

**8.1.5. Quais as estratégias adotadas para contribuir com os sujeitos no que tange ao difícil acesso a tecnologias como computador, redes sociais, canais online e internet?**

Selecionar todas as opções de resposta que foram adotadas como estratégias para contribuir com o acesso dos sujeitos às tecnologias para o acompanhamento das atividades do PEA. Caso não tenha havido esta necessidade selecione "Não se aplica". Caso houver outro meio de acesso, clique na opção "Outros" e descreva no campo "Cite outros". Escrever por extenso no campo "Cite outros" outras estratégias para contribuir com o acesso dos sujeitos às tecnologias, que não tenham sido listadas como opções de resposta na questão anterior.

**8.1.6. Que estratégias adotadas durante a pandemia têm previsão de serem internalizadas na dinâmica do PEA após a pandemia?**

Selecionar na lista as opções de resposta destacadas como ações estratégicas adotadas pelo PEA durante a pandemia, respondidas nas questões 8.1.3 e 8.1.5, que poderão vir a ser internalizadas e utilizadas no desenvolvimento do PEA após o controle da COVID-19.

**8.2. O projeto atuou junto aos sujeitos no enfrentamento da pandemia de COVID-19?**

Não se aplica - justifique abaixo se desejar

Não - avance para 9.1

Sim - detalhe

**Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar [campo aberto]**

Selecionar na lista a opção de resposta sobre as atividades do PEA junto aos Sujeitos da Ação Educativa durante a pandemia de COVID-19.

**Tipo de ação por município:****8.2.1. Em qual município**

Selecionar na lista de opções o município em que ocorreram ações de enfrentamento da pandemia de COVID-19 junto aos Sujeitos da Ação Educativa.

Para cada município em que o PEA atuou junto aos sujeitos no enfrentamento da pandemia de COVID-19, clique em "+Adicionar mais um item dentro de *Tipo de ação por município*" para preenchimento das informações.

**8.2.2. Em caso de elaboração de material gráfico/folheto para orientação quanto a situação da pandemia, informe o número de cópias distribuídas**

Caso tenha havido a distribuição do material indicado no enunciado da questão, indicar a quantidade.

**8.2.3. Em caso de elaboração de vídeos/ estratégias na web para orientação quanto a situação da pandemia, informe o tipo e quantidade.**

Caso tenha havido o compartilhamento de material digital sobre protocolos de cuidados, indicar o tipo e quantidade.

**8.2.4. Em caso do PEA ter feito doação de máscaras de proteção, informe a quantidade doada.**

Caso tenha havido a distribuição do material indicado no enunciado da questão, indicar a quantidade.

**8.2.5. Em caso do PEA ter feito doação de produtos de higiene (ex: álcool gel; sabão líquido etc.) informe produto(s) e quantidade(s).**

Caso tenha havido a distribuição de material(is) de higiene, descrever qual(is) produto(s) e respectiva(s) quantidade(s).

**8.2.6. O PEA doou cestas básicas para o enfrentamento da insegurança alimentar durante a pandemia de Covid-19**

Caso tenha havido a distribuição do material indicado no enunciado da questão, indicar a quantidade.

**8.2.7. O PEA disponibilizou serviços de auxílio psicológico? Em caso positivo, informe o número de atendimentos proporcionados.**

Caso tenha havido a promoção de auxílio psicológico com profissionais da área, indicar o número de pessoas atendidas.

**8.2.8. Houve orientação de enfrentamento da violência doméstica**

- Não se aplica - justifique abaixo se desejar  
 Não  
 Sim

Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar  
 [campo aberto]

Escolher uma das opções para indicar se houve orientação no que tange ao enfrentamento da violência doméstica.

**8.2.9. Houve orientação à geração de trabalho e renda.**

- Não se aplica - justifique abaixo se desejar  
 Não  
 Sim - detalhe

Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar  
 [campo aberto]

Se sim, Quais?

Escolher uma das opções para indicar se houve orientação no que tange à geração de trabalho e renda. Se a resposta for "Sim – detalhe", explique qual(is) escrevendo por extenso. Ex: subsídios para confecção de máscaras.

**8.2.10. O PEA auxiliou os SAEs no acesso a editais voltados ao enfrentamento da pandemia. Quais?**

- Não se aplica - justifique abaixo se desejar  
 Não  
 Sim - detalhe

Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar  
 [campo aberto]

Se sim, Quais?

Escolher uma das opções para indicar se houve auxílio no que tange ao apoio de informações e acessos a editais referentes à COVID-19. Se a resposta for "Sim – detalhe", explique qual(is) escrevendo por extenso.

**8.2.11. O PEA apoiou o acesso a políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pandemia (ex: auxílio emergencial)?**

- Não se aplica - justifique abaixo se desejar  
 Não  
 Sim - detalhe

Se a resposta for não se aplica, justifique aqui se desejar  
 [campo aberto]

Se sim, quais?

Escolher uma das opções para indicar se houve auxílio no que tange ao apoio de informações e acessos a políticas públicas referentes à COVID-19. Se a resposta for "Sim – detalhe", explique qual(is) escrevendo por extenso.

### 8.2.12. Descreva outras ações de enfrentamento da pandemia executadas pelo PEA.

Se houve outra(s) forma(s) de atuação, aponte qual(is).

## **\_bloco 9: considerações e contribuições**

Este bloco de questões serve para captar as contribuições e considerações do/a colaborador/a sobre este formulário de caracterização dos PEAs.

### **9.1. Considerando a possibilidade de alguns dos campos passarem a integrar os relatórios dos PEAs, você gostaria de deixar alguma contribuição? Caso positivo, descreva abaixo.**

Escrever por extenso suas contribuições em relação à formulação dos enunciados, abrangência e pertinência das questões abordadas neste formulário. Suas contribuições serão consideradas, inclusive para definição das questões que possam vir a integrar os relatórios dos PEAs.

### **9.2. Indique quais questões acima você considera pertinentes para compor o relatório anual do PEA?**

Selecionar na lista de opções todas as questões que você considera pertinentes para compor o relatório anual do PEA.

### **9.3. E quais questões você considera pertinentes para compor o relatório relativo ao término de cada fase do PEA?**

Selecionar na lista de opções todas as questões que você considera pertinentes para compor o relatório final de cada fase do PEA.

Você chegou ao final do preenchimento do formulário de “Caracterização dos PEAs - Coordenação”. Para concluir a sua contribuição e enviar o formulário: é obrigatório selecionar o botão correspondente à declaração de uso dos dados para a presente pesquisa *“Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do PARMIS e concordo em participar da pesquisa cedendo os dados para uso, desde que mantidos os compromissos éticos irradados no Termo”*.

Lembramos que, junto do e-mail contendo o login e senha para acesso ao *Coletum*, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que você, além de ser esclarecido sobre a pesquisa, tem a liberdade de participar ou não da mesma.

Após a seleção da declaração de consentimento sobre o uso dos dados para a presente pesquisa, é necessário clicar no botão “Enviar”. Assim, você conclui seu preenchimento e envio do formulário para a equipe do projeto PARMIS.

Agradecemos sua participação como colaborador(a) no preenchimento do formulário de “Caracterização dos PEAs - Coordenação”!

A realização do Plano de Avaliação e Mitigação de Impactos Sociambientais é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

## \_contato

Em caso de dúvidas ou para maiores informações contate-nos:

@ formularioparmis.peas@gmail.com

(53) 99154 - 1610

Parmis – Projeto Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais  
Laboratório MARéSS - Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade  
Universidade Federal do Rio Grande - FURG Campus São Lourenço do Sul - Prédio 3 - 3º Andar  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1290. CEP - 96170-000

(maress.furg.br)

# Tutorial para o formulário: \_caracterização dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs)

## Empresa

## \_índice

Apresentação .....	3
Síntese das etapas da pesquisa .....	4
Como preencher o formulário .....	7
Estrutura dos blocos de questões .....	8
Orientações sobre cada questão e exemplos de respostas .....	9
Bloco 1 - Dados do(a) informante .....	9
Bloco 2 - Caracterização básica do Projeto de Educação Ambiental (PEA) .....	9
Bloco 3 - Alterações no PEA ao longo do tempo .....	11
Bloco 4 - Resultados do PEA: investimentos em estrutura, eventos e geração de trabalho e renda .....	13
Bloco 5 - Impactos da COVID-19 nas ações do PEA e sua atuação no enfrentamento da pandemia .....	16
Bloco 6 - Considerações e contribuições .....	17

## \_apresentação

Este documento visa orientar e sanar possíveis dúvidas dos(as) colaboradores(as) quando do preenchimento do formulário “*Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental<sup>1</sup> - Empresa*”.

Tal formulário é parte da primeira etapa da coleta de dados da pesquisa “*Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais – Parmis*” e visa sistematizar os resultados dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs), a partir de 2010, com o intuito de:

- i)** realizar um levantamento sobre os resultados dos PEAs que integram o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA/BC) e o Projeto de Educação Ambiental Costa Verde, pertencente à Bacia de Santos;
- ii)** quantificar e qualificar seus resultados na perspectiva da Educação Ambiental no Licenciamento;
- iii)** quantificar e qualificar seus resultados enquanto medida mitigadora de impactos da indústria petrolífera;
- iv)** quantificar e qualificar os resultados gerados nos municípios onde são desenvolvidos;
- v)** quantificar e qualificar outros resultados gerados, que são pouco explicitados (formação de recursos humanos, escolarização, pesquisa, produção técnica e acadêmica etc.);
- vi)** identificar os impactos da pandemia COVID-19 sobre os PEAs.

As questões devem ser respondidas de acordo com as informações disponíveis, não sendo obrigatório o preenchimento de todos os itens. Contudo, para que os objetivos sejam alcançados, é imprescindível a sua colaboração.

Junto ao envio do email contendo o link para o Coletum e orientações de acesso, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que você, além de ser esclarecido sobre a pesquisa, tem a liberdade de participar ou não da mesma.

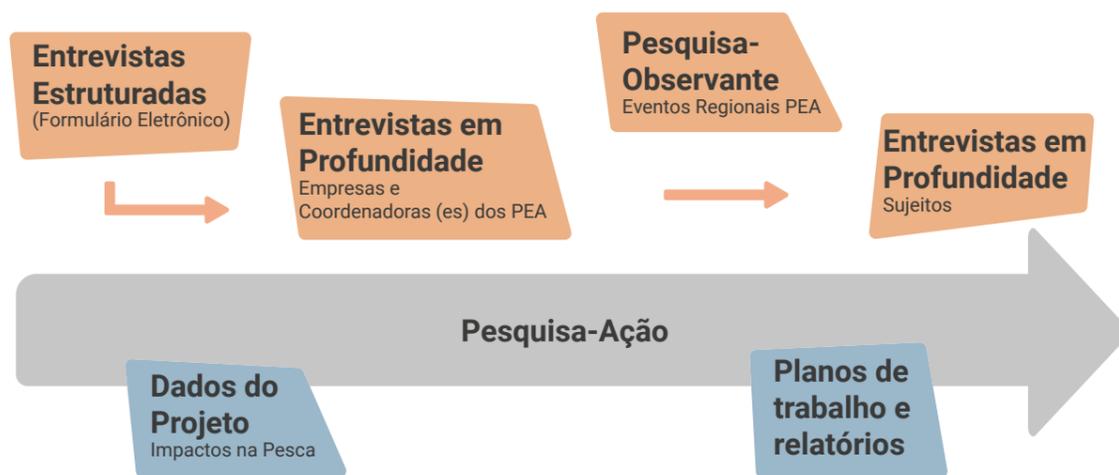
A seguir, é apresentada uma síntese das etapas da pesquisa para uma maior compreensão em relação à participação dos responsáveis pelos PEAs nas empresas como colaboradores. Posteriormente são descritas as orientações para preenchimento do formulário.

<sup>1</sup> Projeto de Educação Ambiental será apresentado com a sigla “PEA” no decorrer do referido documento.

# \_síntese das etapas da pesquisa

Antes de abordar os itens que compõem o formulário, é apresentada uma síntese acerca das etapas da pesquisa, de forma que o(a) colaborador(a) compreenda a importância desta etapa em relação às demais. Destaca-se que a execução do PARMIS está prevista para um período de três anos, tendo iniciado em 15 de Janeiro de 2021, e cujas coletas de dados ocorrem principalmente ao longo dos anos de 2021 e 2022.

Na figura abaixo, são apresentadas, de forma geral, as etapas que compõem a pesquisa.

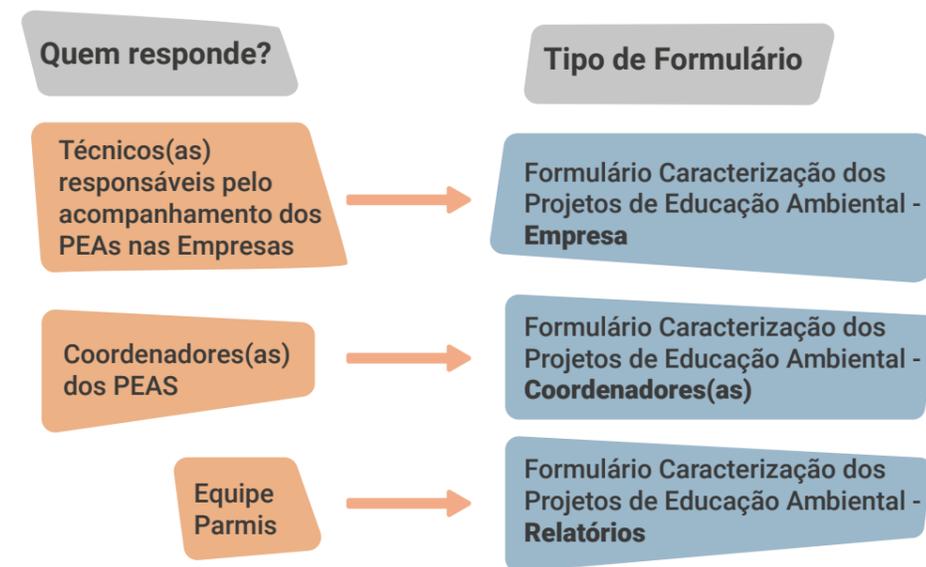


Destaca-se que a análise documental, seja relacionada aos resultados gerados no âmbito do projeto de pesquisa "Impactos na Pesca<sup>2</sup>", que antecipou este, seja em relação à análise de Planos de Trabalho e Relatórios ocorrem ao longo de toda pesquisa.

As entrevistas estruturadas, as quais são definidas por meio de questões fechadas (estruturadas) por meio deste formulário eletrônico, destinam-se a sistematizar informações de natureza quali-quantitativa. Parte destas informações será coletada por meio da colaboração dos(as) técnicos(as) responsáveis pelos PEAs nas empresas. Outra parte será coletada por meio da colaboração dos(as) coordenadores(as) dos PEAs que são objeto de análise. A terceira parte será coletada por meio de análise documental, pela equipe técnica do PARMIS, a partir do Plano de Trabalho e Relatórios dos PEAs. Assim, foram concebidos três formulários, específicos para cada um dos grupos, de forma a se complementarem.

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa "Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro – IMPACTOS NA PESCA" foi executado no período de março de 2017 a outubro de 2020. A pesquisa, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), é oriunda do Termo de Ajustamento de Conduta do Campo de Frade, de responsabilidade da PETRORIO, tendo sido exigido pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Seus resultados estão disponíveis em [www.maress.furg.br](http://www.maress.furg.br), no item "Projetos Concluídos".

## Etapa 1 – Entrevistas Estruturadas (Formulário Eletrônico)

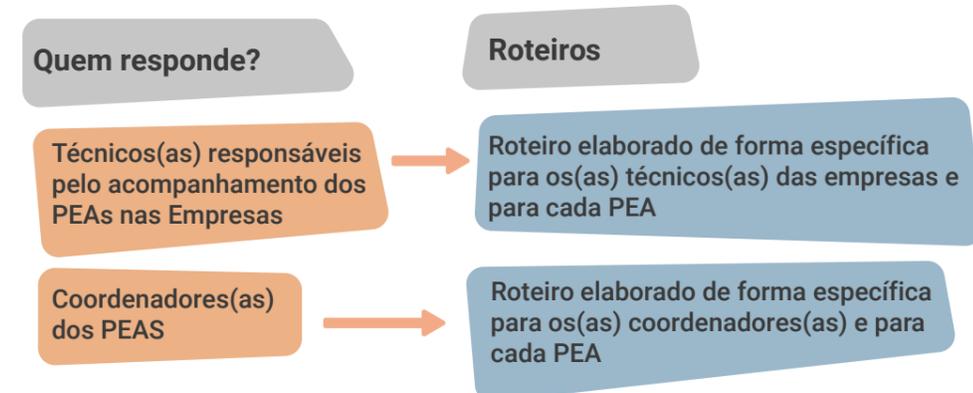


A segunda etapa da pesquisa envolve a realização de entrevistas em profundidade, quando serão abordados aspectos qualitativos, em especial, aqueles não tangíveis e que versam sobre fragilidades e potencialidades dos PEAs. As entrevistas ocorrerão, em um primeiro momento, junto aos técnicos(as) responsáveis pelo acompanhamento dos PEAs nas empresas e aos coordenadores(as) dos PEAs.

Para cada PEA será elaborado um roteiro específico, diferenciado entre técnico responsável pelo PEA na empresa e coordenador(a), uma vez que os respondentes se relacionam institucionalmente de forma diferenciada, bem como os PEAs possuem metodologias e resultados distintos.

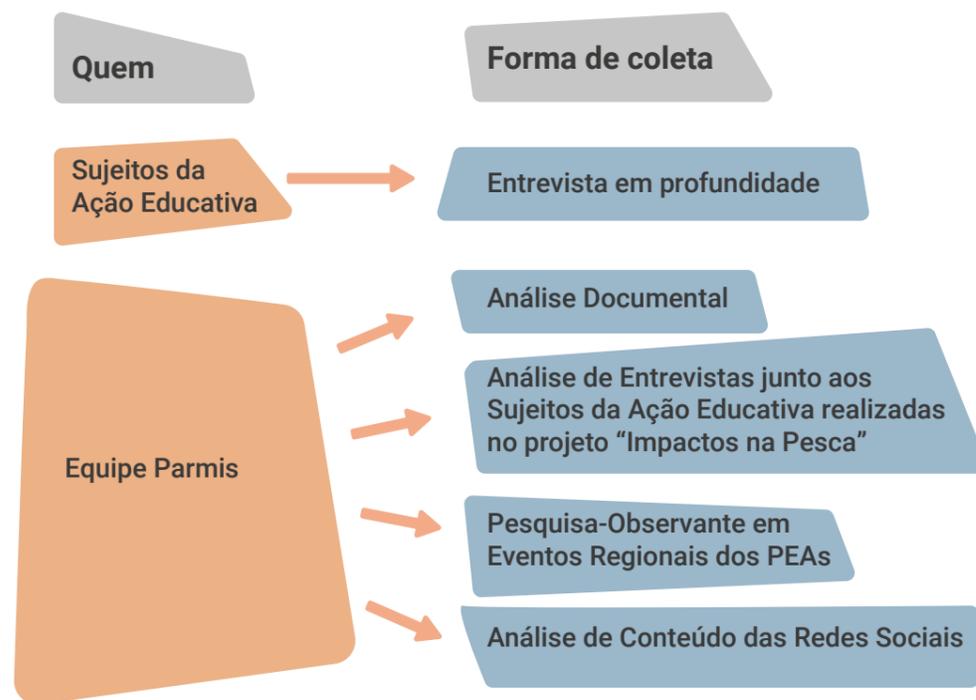
Os roteiros serão definidos a partir dos resultados obtidos na Etapa 1 (composta pelos dados oriundos dos 3 formulários). No caso daqueles PEAs cujos(as) coordenadores(as) foram entrevistados(as) no âmbito do Projeto "Impactos na Pesca", os roteiros também irão considerar a entrevista anterior, de forma a não sobrepor aquelas informações que foram coletadas naquele momento. As entrevistas em profundidade serão agendadas junto a cada coordenador(a) e representante da empresa, após findada a etapa de recebimento dos formulários.

## Etapa 2 – Entrevistas em Profundidade



A terceira etapa da pesquisa destina-se a compreender as atividades e resultados dos PEAs na relação com os Sujeitos da Ação Educativa, considerando tanto os processos formativos conduzidos como aqueles associados à práxis em torno da participação e da organização. Para tal, a terceira etapa envolve a coleta de dados por meio: i) de entrevistas em profundidade junto a Sujeitos da Ação Educativa que participam de ao menos um PEA; ii) da pesquisa observante em eventos regionais dos PEAs (presencial ou online); iii) da pesquisa documental em relatórios dos PEAs; iv) da pesquisa de conteúdo nas redes sociais; v) da categorização de entrevistas em profundidade realizadas em 2018 junto aos sujeitos da ação educativa, no âmbito do Projeto “Impactos na Pesca”.

### Etapa 3



Por fim, é relevante destacar que por se tratarem de etapas complementares, optou-se por focar, neste momento, em questões fechadas e sintéticas. Uma leitura mais aprofundada acerca destes resultados, em especial aqueles aspectos qualitativos e/ou intangíveis serão abordados por meio das entrevistas em profundidade.

## \_como preencher o formulário

O formulário “Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental - Empresa” está estruturado em **6 blocos** de questões em uma plataforma *online* denominada *Coletum*, acessível através do login e senha que você recebeu. Existe a possibilidade de preencher parte do formulário e salvar para continuar em outro momento. Para isto, você deve ir ao final do formulário e clicar no botão “Enviar”, então os dados preenchidos estarão salvos. Reforçamos que para atingirmos um resultado satisfatório, a sua compreensão e colaboração é extremamente importante.

Enviamos, junto ao convite para preenchimento do formulário, um vídeo com instruções sobre a forma de acesso ao *Coletum*, que pode ser acessado pelo link: [youtu.be/tqFBM-vuOGQ](https://youtu.be/tqFBM-vuOGQ).

O formulário apresenta, sempre que possível, opções de resposta fechadas para facilitar o seu preenchimento. Contudo, algumas respostas são específicas, necessitando de um preenchimento personalizado. Em tais questões, o campo de resposta está aberto para que você preencha com a resposta mais adequada.

Em diversos momentos do formulário, você vai encontrar as funcionalidades “Remover item do grupo” (seguido do ícone de lixeira) e “+ adicionar mais um item dentro de...”.

“+ Adicionar mais um item dentro de...” é o recurso utilizado na ferramenta *Coletum* para incluir respostas em um mesmo bloco de questões, mas referentes a algo que ainda não foi registrado. É um recurso que será utilizado com frequência, para incluir respostas sobre outra fase, ou sobre outro município.

“Remover item do grupo” pode ser utilizado quando um bloco de questões foi incluído sem necessidade, por exemplo, quando você utilizou o recurso “+ adicionar mais um item dentro de...” mas percebeu que já havia fornecido todas as respostas. Caso tenha removido um item por engano, basta clicar em “+ adicionar mais um item dentro de...” que o campo voltará.

Ao término, o responsável pelo preenchimento deverá clicar em “*Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do PARMIS e concordo em participar da pesquisa cedendo os dados para uso, desde que mantidos os compromissos éticos firmados no Termo*”, e enviar o formulário.

Lembramos a você que, em caso de qualquer dúvida durante o preenchimento, estaremos com um serviço de orientação disponível durante todo o período destinado ao preenchimento, o qual poderá ser imediatamente contatado. Nossos canais: e-mail: [formularioparmis.peas@gmail.com](mailto:formularioparmis.peas@gmail.com) ou [53\) 99154 1610](https://www.whatsapp.com/channel/002991541610) (WhatsApp).

## \_estrutura dos blocos de questões

O formulário “Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental - Empresa” está estruturado em 6 blocos de questões.

### **Bloco 1 - DADOS DO(A) INFORMANTE**

Contendo as questões 1.1 a 1.3

### **Bloco 2 - CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA)**

Contendo as questões 2.1 a 2.3

### **Bloco 3 - ALTERAÇÕES NO PEA AO LONGO DO TEMPO**

Contendo as questões 3.1 a 3.3

### **Bloco 4 - RESULTADOS DO PEA: INVESTIMENTOS EM ESTRUTURA, EVENTOS E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Contendo as questões 4.1 a 4.2

### **Bloco 5 - IMPACTOS DA COVID-19 NAS AÇÕES DO PEA E SUA ATUAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA**

Contendo a questão 5.1, exclusivamente para a fase atual do PEA, em contexto pandêmico

### **Bloco 6 - CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES**

Contendo as questões 6.1 a 6.3

## \_orientações sobre cada questão e exemplos de respostas

### Caracterização dos Projetos de Educação Ambiental

#### **\_bloco 1: dados do(a) informante**

##### **1.1. Nome do(a) responsável pelo preenchimento:**

Escrever por extenso o nome do(a) técnico(a) responsável pelo PEA na empresa que está preenchendo o formulário.

##### **1.2. E-mail:**

Escrever o e-mail do(a) técnico(a) responsável por preencher o formulário, para que caso a equipe do PARMIS tenha dúvidas, seja possível entrar em contato.

##### **1.3. Telefone:**

Escrever o telefone do(a) técnico(a) responsável por preencher o formulário, para que caso a equipe do PARMIS tenha dúvidas, seja possível entrar em contato.

#### **\_bloco 2: caracterização básica do Projeto de Educação Ambiental (PEA)**

##### **2.1. Selecione o PEA**

Selecionar na lista de opções o nome do PEA referente ao preenchimento do formulário.

##### **2.1.1. Qual instituição (empresa de consultoria, universidade ou associação) é responsável pela execução técnica do PEA atualmente?**

Selecionar na lista de opções qual a instituição responsável pela execução técnica do PEA (exemplos de instituições: empresa de consultoria, universidade ou associação). Se o PEA não estiver ativo, marcar “Não se aplica”.

## 2.2. Quando efetivamente a primeira fase do PEA teve início?

Indique o mês e o ano (mês/ano) em que a primeira fase do referido PEA teve início de fato, independentemente do previsto no Plano de Trabalho, visto que pode haver divergências entre o período previsto e o de execução.

### 2.2.1. Se o ano de início é anterior a 2010, informe quando o PEA foi adequado à Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010 (NT 01/2010):

Se o PEA teve data de início indicada na questão 2.2 anterior ao ano de 2010, indique o mês e o ano (mês/ano) em que o referido PEA foi adequado à NT 01/2010.

## 2.3. Houve descontinuidade no PEA entre uma fase e outra?

Esta questão busca registrar a existência ou não de períodos de paralisação do desenvolvimento dos projetos, assim como os motivos e medidas para evitar ou amenizar impactos desses períodos na dinâmica de atividades propostas. Selecionar a opção “sim” quando houver descontinuidade ou “não” quando não houver registro de descontinuidade. Para cada período de descontinuidade o (a) colaborador(a) deverá clicar em “Adicionar mais um item dentro de 2.3.1 Se sim, caracterize cada descontinuidade” para responder aos questionamentos.

### 2.3.1. Se sim, caracterize cada descontinuidade.

#### 2.3.1.1. Quando ocorreu a descontinuidade (atraso/interrupção)?

Selecionar na lista de opções o período de interrupção, como exemplo: “Entre o final do Diagnóstico Participativo e a aprovação do Plano de trabalho da 1ª Fase”, “Entre a aprovação do Plano de Trabalho e o início da 1ª Fase”; “Entre a 1ª e 2ª Fases” e assim sucessivamente.

#### 2.3.1.2. Número de meses em que o projeto ficou paralisado

Escrever o número de meses.

#### 2.3.1.3. Motivos

Descrever qual ou quais foram os motivos que ocasionaram a descontinuidade do PEA entre uma fase e outra.

#### 2.3.1.4. Foram tomadas medidas para evitar ou amenizar possíveis impactos dessa descontinuidade?

Selecionar “Sim”, se houve medidas para evitar ou amenizar consequências da descontinuidade no PEA, ou “Não”, se não houve.

##### 2.3.1.4.1. Se sim, quais foram essas medidas?

Descrever qual ou quais foram as medidas para evitar ou amenizar os impactos da descontinuidade do PEA.

## \_bloco 3: alterações no PEA ao longo do tempo

### 3.1. Ao longo do tempo, houve mudança da empresa responsável (operadora) pelo PEA?

Não - avance para 3.2

Sim - detalhe

Essa questão busca captar se houve ou não mudança de empresa responsável pelo PEA ao longo do tempo.

Para cada alteração na empresa responsável pelo PEA o (a) colaborador(a) deverá clicar em “Adicionar mais um item dentro de 3.1.1 Se sim, caracterize cada alteração” para responder aos questionamentos.

#### 3.1.1. Se sim, caracterize cada alteração:

Em caso afirmativo, responder às seguintes questões, para cada alteração de empresa responsável pelo PEA.

##### 3.1.1.1. Empresa anterior

Escrever por extenso o nome da empresa responsável pelo PEA que foi substituída.

##### 3.1.1.2. Data de alteração

Escrever o mês/ano de alteração da empresa responsável pelo PEA.

##### 3.1.1.3. Empresa posterior

Escrever por extenso o nome da empresa responsável pelo PEA após a substituição.

##### 3.1.1.4. Observação

Escrever por extenso qualquer observação sobre mudanças na empresa responsável, incluindo mudanças internas e reestruturações na operadora, como alocação das equipes que acompanham o Licenciamento Ambiental. Exemplo: a empresa responsável sempre foi a mesma, mas houve alteração no nome.

### 3.2. Ao longo do tempo, houve mudança da empresa de consultoria e/ou instituição responsável pela execução técnica do PEA?

Não - avance para 3.3

Sim - detalhe

Essa questão busca captar se houve ou não mudança de empresa de consultoria ou instituição responsável pela execução técnica do PEA ao longo do tempo.

Para cada alteração na empresa de consultoria ou instituição responsável pela execução técnica do PEA o (a) colaborador(a) deverá clicar em “+ Adicionar mais um item dentro de 3.2.1 Se sim, informe o período de vigência de cada instituição responsável pela execução técnica e motivação da mudança” para responder aos questionamentos.

### 3.2.1. Se sim, informe o período de vigência de cada instituição responsável pela execução técnica e motivação da mudança:

Em caso afirmativo, responder às seguintes questões, para cada consultoria ou instituição que foi ou está responsável pela execução técnica do PEA.

#### 3.2.1.1. Instituição responsável

Escrever por extenso o nome da consultoria ou instituição responsável pela execução técnica do PEA.

#### 3.2.1.2. Data inicial

Escrever o mês/ano em que a consultoria ou instituição passou a ser responsável pela execução técnica do PEA.

#### 3.2.1.3. Data final

Escrever o mês/ano em que a consultoria ou instituição deixou de ser responsável pela execução técnica do PEA.

#### 3.2.1.4. Motivação

Descrever a motivação da mudança. Caso não saiba informar, selecionar “Não sabe informar”

### 3.3. Houve alteração nos municípios que são abrangidos pelo PEA?

Não - avance para 3.4

Sim - detalhe

Essa questão busca captar se houve alterações (inclusão ou exclusão) de municípios abrangidos pelo PEA. Sendo assim, selecione uma das opções para indicar se houve ou não alteração nos municípios abrangidos pelo PEA. No caso da existência de alterações de municípios em mais de uma fase, há a opção de selecionar o comando “+ Adicionar mais um item dentro de Indique a alteração de municípios por Fase” ao final da questão para adicionar as demais informações.

Indique a alteração de municípios por Fase

#### 3.3.1. Fase

Selecionar na lista de opções a Fase do PEA a que as informações se referem, incluindo a etapa do Diagnóstico Participativo.

##### 3.3.1.1. Qual(is) foi(ram) o(s) município(s) incluído(s)?

Selecionar na lista de opções o município que foi incluído na abrangência do PEA. Se houver mais de um município incluído na mesma fase e pelo mesmo motivo, selecionar todos os que foram incluídos. Caso a motivação seja diferente para cada município incluído na fase, responda um de cada vez. Caso o município não conste na lista, selecionar a opção “Outros” e escrever por extenso qual o município incluído no campo “Cite outros”.

##### 3.3.1.2. Motivação

Descrever o motivo que levou à inclusão do município.

##### 3.3.1.3. Qual(is) foi(ram) o(s) município(s) excluído(s)?

Selecionar na lista de opções o município que foi excluído da abrangência do PEA. Se houver mais de um município excluído na mesma fase e pelo mesmo motivo, selecionar todos os que foram excluídos. Caso a motivação seja diferente para cada município excluído na fase, responda um de cada vez. Caso o município não conste na lista, selecione a opção “Outros” e escreva por extenso qual o município incluído no campo “Cite outros”.

##### 3.3.1.4. Motivação

Descrever o motivo que levou à exclusão do município.

## \_bloco 4: resultados do PEA: investimentos em estrutura, eventos e geração de trabalho e renda

### 4.1. Investimentos em estruturas e eventos

#### 4.1.1. Informe o investimento realizado pela empresa por fase de execução do PEA

Esta questão procura captar quanto a empresa responsável investiu no PEA, em reais (R\$), indicando o valor total investido e detalhando o valor aplicado para compra de equipamentos e em eventos/atividades, em cada fase de execução.

Ao final da questão, selecionar o comando “+ Adicionar mais um item dentro de 4.1.1 Informe o investimento realizado pela empresa por fase de execução do PEA” para adicionar as demais informações.

##### 4.1.1.1. Fase

Selecionar na lista de opções a fase do PEA a qual as informações se referem.

##### 4.1.1.2. Valor total aplicado na fase

Indicar qual o valor investido na fase atual do PEA, em reais (R\$).

##### 4.1.1.3. Valor aplicado na aquisição de equipamentos

Indicar qual o valor, em reais (R\$), investido na compra de equipamentos eletrônicos (computadores, notebooks, tablets, celulares etc.), bem como outro bem físico adquirido para o desenvolvimento das atividades do PEA, tanto para uso pela equipe técnica, quanto pelos Sujeitos da Ação Educativa. Por exemplo: carro.

##### 4.1.1.4. Valor aplicado em eventos/atividades

Indicar qual o valor total investido em eventos/atividades do PEA, em reais (R\$). Incluir os valores investidos em eventos regionais (por exemplo, seminários), eventos municipais (por exemplo, oficinas) que envolvam os Sujeitos da Ação Educativa.

Detalhando investimentos em eventos/atividades por município

Entre os valores aplicados em eventos/atividades, detalhar os investimentos, em reais (R\$), por município onde ocorreram os eventos.

Para cada município, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Detalhando investimentos em eventos/atividades por município” para inserir as informações.

#### 4.1.1.4.1. Município

Selecionar na lista de opções o município.

##### 4.1.1.4.1.1. Valor total investido em eventos no município

Informar o valor total estimado, em reais (R\$), investido em eventos promovidos pelo PEA com objetivo de integração dos Sujeitos da Ação Educativa, assim como formação e devolutiva. Esta última (devolutiva), refere-se a ações de avaliação dos processos relacionados às ações dos PEAs, como reuniões que envolvam diversos aspectos, como a entrega e/ou lançamento de material produzido pelo PEA, apresentação de documentos formais etc.

#### 4.1.2. Houve investimento em aluguel de sedes para desenvolvimento das atividades do PEA?

Esta questão procura captar quanto a empresa responsável investe no PEA, em reais (R\$), indicando o valor total direcionado ao aluguel das sedes. Selecione a opção “Não se aplica”, se o PEA não aluga sedes. Nesse caso, se desejar, use o campo aberto para justificar sua resposta.

Iniciar respondendo, preferencialmente, para a fase atual e, ao final da questão, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Se sim, caracterize” para adicionar informações.

Não se aplica - justifique abaixo, se desejar

Não - avance para 4.2

Sim - detalhe

Se a resposta for “Não se aplica”, justifique aqui se desejar [campo aberto]

Se sim, caracterize o investimento em aluguel de sedes

##### 4.1.2.1. Fase

Selecionar na lista de opções a fase do PEA em questão.

##### 4.1.2.2. Município

Selecionar na lista de opções o município local da sede. Para cada município, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Detalhando por município” para adicionar informações.

##### 4.1.2.2.1. Valor aplicado em aluguel de sede

Indicar o valor total, em reais (R\$), aplicado em aluguel de sede.

#### 4.1.2.2.2. Valor despendido com serviços para manutenção de sedes

Indicar o valor total, em reais (R\$), aplicado em serviços de manutenção do espaço físico prestados por pessoas físicas e/ou jurídicas e valores relacionados a gastos como energia elétrica, serviço de internet e abastecimento de água.

### 4.2. Geração de trabalho e renda a partir do PEA

#### 4.2.1. Caracterização da equipe técnica da empresa responsável que acompanha o PEA por fase e função.

Essa questão tem como objetivo captar quantos profissionais da empresa responsável pelo PEA têm sido alocados para acompanhar sua execução, em quais municípios estão sediados e atuando, e se são dedicados exclusiva ou parcialmente às medidas mitigadoras socioambientais.

##### 4.2.1.1. Fase

Selecionar na lista de opções a fase do PEA correspondente com as respostas. Após responder todas as informações referentes à fase selecionada, utilize “+ adicionar mais um item dentro de 4.2.1 Caracterização da equipe técnica da empresa responsável que acompanha o PEA por fase e função.” para selecionar outra fase e responder sobre ela.

##### 4.2.1.1.1. Função do profissional alocado

Escrever por extenso a função do profissional da empresa que tem sido alocado para acompanhar a execução do PEA. Após responder todas as informações referentes à função descrita, utilize “+ adicionar mais um item dentro de Detalhando por função” para incluir outra função e responder sobre ela.

##### 4.2.1.1.1.1. Quais as responsabilidades desta função?

Escrever por extenso as responsabilidades da função descrita.

##### 4.2.1.1.1.2. Qual o número total de profissionais exercendo esta função?

Indicar a quantidade de profissionais que exercem a função descrita.

##### 4.2.1.1.1.3. Os profissionais são dedicados exclusivamente ou parcialmente às medidas mitigadoras socioambientais?

Selecionar na lista de opções “Dedicação exclusiva”, se os profissionais foram exclusivamente dedicados às medidas mitigadoras socioambientais, ou selecionar “Parcial”, se os profissionais se dedicarem parcialmente, ou seja, se esses profissionais atuam em outras funções além das ações destinadas às medidas mitigadoras socioambientais.

##### 4.2.1.1.1.4. Os profissionais que executam esta função estão sediados em quais municípios?

Selecionar na lista de opções os municípios em que os profissionais da empresa responsáveis por acompanhar o PEA estão sediados. Caso o município não conste na lista, selecione a opção “Outros” e escreva por extenso qual o município onde estão sediados no campo “Cite outros”.

#### 4.2.1.1.5. Os profissionais que executam esta função residem em quais municípios?

Selecionar na lista de opções os municípios em que os profissionais da empresa responsáveis por acompanhar o PEA residem. Caso o município não conste na lista, selecione a opção “Outros” e escreva por extenso qual o município onde estão sediados no campo “Cite outros”. Caso não saiba informar, selecione “Não sabe informar”.

#### 4.2.2. Qual o investimento realizado pelo PEA em contratação local de serviços gerais por fase e município?

Essa questão tem como objetivo registrar o valor investido em contratação de serviços gerais na área de abrangência do PEA, buscando identificar a relação com geração de trabalho e renda. Entende-se como “serviços gerais” atividades como manutenção de equipamentos, serviços de instalação de internet e telefone, limpeza do ambiente, cuidado com crianças ou idosos em eventos do PEA, transporte etc., realizadas por pessoa física ou jurídica (Sujeito da Ação Educativa ou não) residente nos municípios de atuação do PEA. O intuito é captar os investimentos que permanecem no município. Assim, serviços relacionados ao fornecimento de água e luz, entre outros que não permanecem no município, não devem ser contabilizados.

Após responder todas as informações referentes à fase selecionada, utilize “+ adicionar mais um item dentro de 4.2.2 Qual o investimento realizado pelo PEA em contratação de serviços gerais por fase e município?” para selecionar outra fase e responder sobre ela.

##### 4.2.2.1. Fase

Selecionar na lista de opções a fase do PEA.

##### 4.2.2.2. Município

Selecionar na lista de opções o município. Para cada município, clique em “+ Adicionar mais um item dentro de Detalhando por município” para adicionar informações.

##### 4.2.2.2.1. Qual o valor total investido em serviços neste município?

Indicar o valor total, em reais (R\$), investido em serviços gerais no município durante a fase selecionada.

## \_bloco 5: impactos da covid-19 nas ações do PEA e sua atuação no enfrentamento da pandemia

### 5.1. O projeto atuou junto aos sujeitos da ação educativa no enfrentamento da pandemia de COVID-19?

- Não - avance para 6.1  
 Sim - detalhe

Selecionar na lista de opções “Sim”, se o PEA pelo qual a empresa é responsável promoveu

ações, ou selecionar “não”, caso não tenham sido promovidas ações de enfrentamento da pandemia COVID-19.

### 5.1.1. Se sim, qual o valor total empregado até o momento nas ações de enfrentamento da pandemia?

Indicar o valor total, em reais (R\$), gasto nas ações de enfrentamento da pandemia COVID-19 até o momento do preenchimento deste formulário. Esta questão tem o intuito de captar o valor total investido pelas empresas responsáveis em ações de enfrentamento da pandemia desenvolvidas pelo PEA. O detalhamento das ações, incluindo aquelas que não dependem de investimento financeiro, serão respondidas pelos coordenadores de PEAs no formulário destinado a eles.

### 5.1.2. Houve ações direcionadas aos Sujeitos da Ação Educativa realizadas exclusivamente pela empresa, sem intermédio do PEA?

- Não - avance para 6.1  
 Sim - detalhe

#### 5.1.2.1. Quais?

Caso haja ações desenvolvidas exclusivamente pela empresa responsável, sem intermédio da coordenação do PEA, descrever no campo “Quais”. Para cada ação, clique em “+ Adicionar resposta”.

## \_bloco 6: considerações e contribuições

### 6. Considerações e contribuições

#### 6.1. Considerando a possibilidade de alguns dos campos passarem a integrar os relatórios dos PEAs, você gostaria de deixar alguma contribuição? Caso positivo, descreva abaixo.

Escrever suas contribuições ao formulário (p.ex. em relação à formulação dos enunciados, abrangência e pertinência das questões). Suas contribuições serão consideradas na proposição de questões que possam vir a integrar os relatórios dos PEAs.

#### 6.2. Indique quais questões você considera pertinentes para compor o relatório anual do PEA.

Selecionar na lista de opções todas as questões que você considera pertinentes para compor o relatório anual do PEA.

#### 6.3. Indique quais questões você considera pertinentes para compor o relatório final de cada fase do PEA.

Selecionar na lista de opções todas as questões que você considera pertinentes para compor o relatório final de cada fase do PEA.

Você chegou ao final do preenchimento do formulário de “Caracterização dos PEAs - Empresa”. Para concluir a sua contribuição e enviar o formulário: é obrigatório selecionar o botão correspondente à declaração de uso dos dados para a presente pesquisa *“Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do PARMIS e concordo em participar da pesquisa cedendo os dados para uso, desde que mantidos os compromissos éticos firmados no Termo”*.

Lembramos que, junto do e-mail contendo o login e senha para acesso ao Coletum, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que você, além de ser esclarecido sobre a pesquisa, tem a liberdade de participar ou não da mesma.

Após a seleção da declaração de consentimento sobre o uso dos dados para a presente pesquisa, é necessário clicar no botão “Enviar”. Assim, você conclui seu preenchimento e envio do formulário para a equipe do projeto PARMIS.

Agradecemos sua participação como colaborador(a) no preenchimento do formulário de “Caracterização dos PEAs - Empresa”!

**A realização do Plano de Avaliação e Mitigação de Impactos Sociambientais é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA**

## \_contato

Em caso de dúvidas ou para maiores informações contate-nos:

@ [formularioparmis.peas@gmail.com](mailto:formularioparmis.peas@gmail.com)

(53) 99154 - 1610

Parmis – Projeto Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais  
Laboratório MARéSS - Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade  
Universidade Federal do Rio Grande - FURG Campus São Lourenço do Sul - Prédio 3 - 3º Andar  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1290. CEP - 96170-000

([maress.furg.br](http://maress.furg.br))

# Tutorial para o formulário: \_caracterização dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs)

## Formulário Interno

## \_apresentação

Este instrumento destina-se a coletar e sistematizar dados secundários dos PEAs a partir de documentos disponíveis, tais como planos de trabalho, relatórios e anexos. O objetivo principal é o levantamento de informações que não foram contempladas nos formulários de “Caracterização dos PEAs” organizados para coleta de dados junto aos técnicos representantes das empresas responsáveis pela execução dos mesmos e seus coordenadores.

A questão que será feita no Coletum está em **negrito**.

### \_bloco 1: dados do(a) informante e identificação do PEA

Neste bloco, vamos identificar quem está preenchendo o formulário e sobre qual PEA são as informações que serão preenchidas.

#### 1.1: Nome do(a) responsável pelo preenchimento:

Escrever por extenso o nome da pessoa que está responsável por preencher o formulário.

#### 1.2: Selecione o PEA

Marcar na lista de opções o nome do PEA referente ao preenchimento do formulário.

#### DE QUE FASE ESTAMOS FALANDO?

Essa questão busca identificar sobre qual Fase do PEA serão respondidas as questões dos blocos 2, 3 e 4.

Marque na lista de opções a fase correspondente. Ao final do formulário, incluir o “+” para responder sobre a próxima fase, e assim sucessivamente.

### \_bloco 2: caracterização básica do Projeto de Educação Ambiental (PEA)

Esse bloco de questões busca identificar os objetivos da fase, as atividades vinculadas a eles, as licenças e os blocos/empreendimentos que o PEA está vinculado na fase selecionada.

Atividades por objetivo específico

Clicar em “+ Adicionar mais um item dentro de Atividades por objetivo específico” para detalhar as atividades referentes a um novo objetivo específico.

**2.1: Liste cada objetivo específico da Fase**

[campo descritivo]

**2.1.1: Quais as atividades vinculadas a este objetivo?**

[campo descritivo - listar todas as atividades para um mesmo objetivo]

[+] para preencher sobre um novo objetivo

**2.2: A quais licenças ambientais o PEA está vinculado?**

Selecionar na lista de opções as licenças que o referido PEA está vinculado.

**2.2.1: Observações**

[campo descritivo]

Escrever por extenso quais licenças foram desvinculadas e/ou vinculadas ao processo de licenciamento ao qual o PEA está vinculado, quando houver.

**2.3: A quais empreendimentos (campo, bloco etc.) o PEA está vinculado:**

Selecionar na lista de opções os empreendimentos ao qual o PEA está vinculado. (Exemplos de empreendimentos: campo, bloco etc.)

**2.3.1: Observações**

[campo descritivo]

Escrever por extenso quais empreendimentos foram excluídos e/ou incluídos no processo de licenciamento ao qual o PEA está vinculado, quando houver.

**2.4: Qual a fonte desta informação?**

[marcar na lista os documentos consultados para as respostas às questões do Bloco 2 - múltipla escolha]

**\_bloco 3: cursos de formação para SAE**

Este bloco busca sistematizar os cursos oferecidos pelo PEA aos Sujeitos da Ação Educativa (SAE), incluindo informações sobre o tema do curso, abrangência, carga horária e número de participantes. Busca-se também entender como os objetivos de aprendizagem do curso contribuem para as ações do PEA e as relações do tema do curso com o licenciamento ambiental e os impactos da cadeia produtiva de P&G.

Perguntas para cada curso oferecido pelo PEA para SAE ao longo da Fase:

[“+” ao final do bloco, para responder sobre um novo curso]

**3.1: Nome do curso/oficina**

[campo aberto - preencher por extenso]

**3.2: Assunto/tema do curso**

[basear-se no nome do curso para responder - lista pré-definida baseada nos temas descritos - múltipla escolha]

 Educomunicação; Audiovisual; Educação Ambiental; Gestão Ambiental Pública e Licenciamento Ambiental; Impactos da cadeia de Petróleo e Gás; Participação e Controle Social; Economia Solidária; Outros

[campo descritivo]

**3.3: Abrangência do curso** Comunitária/Municipal  Regional**3.4: Carga Horária por curso**

[campo numérico]

**3.5: Número total de participantes**

[campo numérico - somar todas as edições do mesmo curso, ofertadas em diferentes locais]

**3.6: Houve certificação?** Sim  Não**3.7: Objetivos de aprendizagem?**

[campo descritivo]

**3.8: Como o tema se relaciona com o licenciamento ambiental?**

[campo descritivo] - Descrever a relação se estiver explícita no relatório ou anexos.

**3.9: Como o tema se relaciona com os impactos da cadeia produtiva de P&G?**

[campo descritivo] - Descrever a relação se estiver explícita no relatório ou anexos.

**3.10: Como o tema se relaciona com as ações do PEA em si?**

[campo descritivo] - Descrever a relação se estiver explícita no relatório ou anexos.

**3.11: Qual a fonte desta informação?**

[marcar na lista os documentos consultados para as respostas às questões do Bloco 3 múltipla escolha]

[+] para preencher sobre um novo curso

## **\_bloco 4: formação da equipe técnica**

Este bloco busca identificar como é composta, em termos de formação acadêmica, a equipe técnica do PEA e como cada profissional atua ao longo das fases.

Estas informações devem ser buscadas preferencialmente nos Relatórios (ou anexos), pois nos interessa saber a formação de fato da equipe que executou a fase. Quando não for possível ter esta informação nos relatórios, preencher com a formação desejada nos Planos de Trabalho.

### **4.1: Nome do profissional**

[escrever por extenso o nome da pessoa - esta informação será confidencial no Banco de Dados, mas que servirá para 'rastreamos' a qualificação do profissional ao longo das fases]

### **4.2: Qual o grau de formação deste profissional?**

[lista: Ensino Fundamental; Ensino Médio; Formação Técnica; Ensino Superior; Especialista; Mestre; Doutor]

### **4.3: Qual a área de formação / titulação deste profissional?**

[escrever por extenso a formação que consta no relatório]

### **4.4: Qual a função deste profissional?**

[Selecionar na lista de opções a função exercida pelo profissional da equipe técnica envolvida na execução do projeto. Se necessário, utilizar o campo "Cite outros".]

[+] para preencher sobre um novo profissional

### **4.5: Qual a fonte desta informação?**

[marcar na lista os documentos consultados para as respostas às questões do Bloco 4 múltipla escolha]

**A realização do Plano de Avaliação e Mitigação de Impactos Sociambientais é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA**

## **\_contato**

Em caso de dúvidas ou para maiores informações contate-nos:

**@ formularioparmis.peas@gmail.com**

**(53) 99154 - 1610**

Parmis – Projeto Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Sociambientais  
Laboratório MARéSS - Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade  
Universidade Federal do Rio Grande - FURG Campus São Lourenço do Sul - Prédio 3 - 3º Andar  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1290. CEP - 96170-000

(maress.furg.br)

Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais –PARMIS  
 Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais –PARMIS

**Roteiro de entrevista: Instrumento quali-quantitativo para a coleta de dados sobre os resultados/potencialidades e fragilidades dos Projetos de Educação Ambiental(PEAs)**

**Público: Representantes de Empresas Executoras dos Projetos de Educação Ambiental**

**1. Informações para contato do(a) responsável pelo preenchimento**

- Nome:
- Telefone/celular:
- E-mail:
- Instituição e/ou empresa:

**2. Informações relacionadas ao Projeto de Educação Ambiental(PEA)**

- Nome do PEA:
- Ano de início do PEA:
- Fase atual do PEA:
- Região de abrangência do PEA:
- Municípios que fazem parte do projeto (quando possível inserir localidades/comunidades):
- Processo do IBAMA:
- Licença(s) e empreendimento(s) vinculado(s):

**3. Equipe técnica**

- Qual o número de profissionais atuando na execução do PEA (considerar Plano de trabalho vigente/ano)?
- Quais as funções exercidas pela equipe técnica no projeto? Considerar o preenchimento com a identificação das funções, descrição das responsabilidades e o número de pessoas envolvidas em cada uma.

Função	Responsabilidades	Nº de profissionais

**\_apêndice 3**

**Roteiro geral (coordenações e responsáveis pelas operadoras)**


- Durante a execução do projeto ocorreram mudanças na equipe técnica (admissão/demissão de profissionais ou consultoria contratada)? Em caso positivo, descrever qual(uais) foi(foram) a(s) mudança(s) ocorrida(s), e se houve interferências sobre a execução de atividades previstas no plano de trabalho do projeto. (A questão orienta a compreensão sobre a frequência da rotatividade de consultoria e/ou equipe de profissionais para a elaboração das atividades do PEA)

- Número de pessoas com função remunerada moradoras da área de influência do empreendimento (da Ficha de caracterização - COPROD/IBAMA)

- Dentre os profissionais que compõem a equipe técnica, quantos fazem parte do grupo prioritário da ação educativa?

#### 4. Investimento financeiro

-Qual valor investido para o desenvolvimento do PEA (valor/ano ou fase?; montante investido no Plano de trabalho vigente, ou durante todo o projeto?)?

-Qual o montante investido em equipamentos/serviços/aluguéis para a manutenção das atividades do PEA?

-Qual o valor investido em atividades pedagógicas relacionadas às formações/cursos/oficinas?

- Qual o valor investido em remuneração para a equipe técnica executora do projeto: considerar o preenchimento do quadro a seguir para sistematização das informações (por ano de trabalho?).

Função do(a) funcionário(a)	Escolaridade	Sexo	Salário	Região /município de origem	Integra grupo prioritário? [S/N]	Em caso positivo, identificar:		
						Município	Localidade	Grupo social prioritário

Aspectos relevantes (discussões e orientações levantadas em reuniões de trabalho)

- Em relação aos municípios de realização dos PEAs. Qual a contribuição anual em termos de investimento para cada município de realização do projeto, levando em consideração os salários e outros investimentos?

- Sobre aspectos relacionados a indicadores de impacto financeiro dos PEAs nas regiões em que atua. Verificar qual o montante gasto com folha de pagamento por município, através dos valores de remuneração dos profissionais da equipe técnica. Com vistas a registrar os valores que se somam à dinâmica nos municípios da área de influência dos empreendimentos licenciados, através da execução dos PEAs. Perguntas por PEA/município. Comparar as remunerações e a renda média do município (dados PNAD/IBGE).

**Obs:** Plano de Trabalho: “Para aqueles projetos que iniciaram antes do ano de 2010, serão dimensionados alguns de seus resultados (investimento em infraestrutura, formação de recursos humanos, dentre outros).” NEA-BC e HumanoMar/OBA (considera-se 2011).

#### 5. Execução do PEA

- As atividades de execução do PEA foram paralisadas em algum momento? Se sim, descreva:

Motivos:

Período de paralisação:

Consequências (interferências nas atividades dos PEAs, notificações do IBAMA)

- Houve mudança de empreendedor ao longo do desenvolvimento do PEA? ( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo, preencher:

Responsáveis por período: \_\_\_\_\_

Responsável atual: \_\_\_\_\_

Que tipo de interferências decorreram da mudança de empreendedor responsável?

- Houve mudança de equipe executora (consultoria, universidade e/ou ONG) ao longo do desenvolvimento do PEA? ( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo, preencher:

Responsáveis por período: \_\_\_\_\_

Responsável atual: \_\_\_\_\_

Que tipo de interferências decorreram da mudança de equipe executora?

## 6. Relação institucional

- Aspectos que orientam: PT 189/2020 Ibama orienta busca de compreensão quanto a problemas relacionados ao “(iii) processo de licenciamento (relação consultoria-empresa-Ibama/prazos/diretrizes).”

- Como se dá a relação do órgão executor do licenciamento ambiental e a empresa responsável pela execução do PEA?

- Como foi o processo de diálogo e comunicação entre o órgão executor do licenciamento ambiental e a empresa responsável pela execução do PEA?

- Ocorreu em algum momento tensão entre o IBAMA e a empresa responsável pela execução do PEA? Em caso positivo, que tipo de tensão ocorreu?

- No que se refere às questões das bases e diretrizes para o planejamento e desenvolvimento das ações dos PEAs, o IBAMA orientou de maneira clara e eficiente? Ocorreu determinadas falhas nesse processo de diretrizes? Que fatores comprovam os aspectos de deficiências relacionados às bases e diretrizes?

## 7. Educação Ambiental e COVID-19 (“bloco pandemia”)

- A empresa (através do PEA) promoveu ações de enfrentamento à pandemia? [S/N]
- Quais ações foram promovidas? [Dimensionar as respostas com quantidades p. ex.: 100 cestas básicas; 20 consultas psicológicas]
- Qual o valor total foi empregado (2020) nas ações de enfrentamento à pandemia?
- Há plano de alguma das ações promovidas ser contínua? Quais?
- Se ocorreu alguma perda nos sujeitos das ações, a empresa realizou algum tipo de amparo às famílias?

Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais –PARMIS

## **Roteiro: Instrumento quali-quantitativo para a coleta de dados sobre os resultados/potencialidades e fragilidades dos Projetos de Educação Ambiental(PEAs)**

### **Público: Coordenação de Projetos de Educação Ambiental**

#### **1. Informações para contato do(a) responsável pelo preenchimento**

-Nome:

-Telefone/celular:

-E-mail:

-Instituição (consultoria/universidade):

#### **2. Caracterização do Projeto de Educação Ambiental (PEA)**

- Nome do PEA: (colocar no Coletum as opções?)

- Programa de EA que pertence: ( ) PEA BC ( ) PEA Bacia de Santos

(abrem os municípios que pertencem ao PEA)

- Mês/Ano de início do PEA: (primeiro Plano de trabalho aprovado)

- Ciclo atual de execução do PEA - identificar em qual se encontra

-Municípios que fazem parte do projeto na fase atual: (abrir aba no Coletum com as opções de municípios costeiros e adjacentes)

- Listar comunidades/localidades em que trabalham nos municípios;

- Questões sobre comunidade em que os PEAs trabalham, se houve deslocamento de participantes para outras comunidades, motivos, incorporação de pessoas de outras comunidades e municípios;...

#### **3. Caracterização dos ciclos de execução do PEA (Lembrar: perguntas sobre os PEAs serão respondidas por ciclo)**

Ciclo de execução do PEA: ( ) I ( ) II ( ) III ....

Resumo:

Período: Mês/Ano de início e término

Municípios integrantes;

Houve descontinuidade? ( ) Sim ( ) Não;

Em caso positivo, descrever: Período, Motivos e Consequências da descontinuidade na execução (o que modificou nas atividades previstas; se houve fragilidades na execução do ciclo decorrente da descontinuidade)

- Houve mudança de empreendedor ao longo do ciclo? ( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo, preencher:

Responsável anterior: \_\_\_\_\_

Responsável atual: \_\_\_\_\_

Que tipo de interferências decorreram da mudança de empreendedor responsável?

- Houve mudança de equipe executora (consultoria, universidade e/ou ONG) ao longo do ciclo? ( ) Sim ( ) Não

Em caso positivo, preencher:

Responsáveis anterior: \_\_\_\_\_

Responsável atual: \_\_\_\_\_

Que tipo de interferências decorreram da mudança de equipe executora?

- Sujeitos da Ação Educativa (SAEs): abrir opção para cada município no Coletum (vai ter opção de caixa no Coletum para identificarem com quais sujeitos e comunidades/localidades trabalham em cada município)

(Caso ocorrer sujeitos prioritários de diferentes grupos sociais, abordar esses de acordo com a região/município)

- Linha de ação do PEA: ( ) A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) E

-Número de participantes do PEA: abrir no Coletum caixas para preenchimento por município.

- Percentual de participantes do PEA entre faixas:

< 18 anos

18 – 29 anos (o que entende por juventude, faixa etária)

30 – 40 anos

40– 50 anos

50 - 60 anos

Acima de 60 anos

- Percentual de participantes por Gênero (OBS: abrir caixas no Coletum para preenchimento por município - quais serão as faixas de percentual?; ter opção ( ) não sei informar)

- Percentual de participantes brancos/negros (OBS: abrir caixas no Coletum para preenchimento por município - quais serão as faixas de percentual?; ter opção ( ) não sei informar)

#### 4. Participação social

##### Ideias compartilhadas:

i) Quais os resultados que evidenciam os avanços nos processos organizativos? (questão proposta no PT 189/2020)

Questões levantadas nas reuniões da equipe: ii) O PEA proporciona aos sujeitos conhecimentos e habilidades para participação junto às questões socioambientais?; iii) De que forma o PEA contribuiu para maior participação das/os sujeitas/os em espaços de gestão ambiental pública (ou outras questões relevantes aos sujeitos da ação. p. ex.: em conselhos municipais)?; iv) Quais resultados evidenciam a qualificação dos sujeitos em relação à participação social no âmbito da implementação desses projetos?

Compreender por município; se conquistas são relacionadas a atuação dos PEAs, ou mais por característica da comunidade.

- O projeto contribuiu no acesso à alguma política pública por parte dos sujeitos prioritários? Se sim, qual? E de que forma?
- O projeto qualifica e contribui com a organização dos sujeitos para a participação na proposição e implementação de projetos socioambientais(Exemplo: PCAP) de mitigação e compensação ambiental?

- O projeto incentivou a criação de organização representativa dos grupos sociais prioritários? Em caso positivo, qual?
- Quantos assentos foram conquistados em espaços de cidadania como conselhos municipais, fóruns, entre outros, via organização (associação, grupos ou coletivos) constituída pelo(s) PEAs? Listar as conquistas associadas.

Abrir no Coletum opções de espaços como Conselho de UC; Conselhos Municipais: caixa para descrever nome; Instâncias regionais; com espaço para colocar o número de assentos, e qual entidade acessou. Abrir espaço também para listas de conquistas associadas à participação em tais espaços de cidadania.

- Quantos assentos foram conquistados em espaços de cidadania a partir de entidades que se relacionam com o PEA (no caso de Colônias e Associações anteriores aos PEAs? Listar as conquistas associadas.

Abrir no Coletum opções de espaços como Conselho de UC; Conselhos Municipais: caixa para descrever nome; Instâncias regionais; com espaço para colocar o número de assentos, e qual entidade acessou. Abrir espaço também para listas de conquistas associadas à participação em tais espaços de cidadania.

- Quais conquistas foram decorrentes da participação? (/ciclo) Listar todos espaços e conquistas associadas (/ciclo e município)

## 5. Formações

- Como se deu a elaboração dos processos formativos?
- Houve a participação dos sujeitos da ação educativa na definição de processos formativos?
- Quais cursos formativos com certificados o PEA promoveu?

## 6. Produção acadêmica vinculada a cada PEA.

- Quantas teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos, livros foram produzidos associados à execução dos PEAs?

## 7. Formação/Educação

- Qual o nível de escolaridade dos Sujeitos da Ação Educativa?

Nº \_\_ Ensino de Jovens e Adultos

Nº \_\_ Ensino Fundamental

Nº \_\_ Ensino Médio

Nº \_\_ Ensino Superior

Nº \_\_ Pós Graduação

- Em relação aos Sujeitos da Ação Educativa, qual o número de indivíduos que retornaram e/ou avançaram em relação à vida acadêmica/estudos?

Nº \_\_ Ensino de Jovens e Adultos

Nº \_\_ Ensino Fundamental

Nº \_\_ Ensino Médio

Nº \_\_ Ensino Superior

Nº \_\_ Pós Graduação

- Qual o número de técnicos participantes do projeto que são oriundos dos grupos sociais considerados como Sujeitos da Ação Educativa?

- Desses técnicos oriundos e/ou que já participaram como Sujeitos da Ação Educativa, qual o nível de escolaridade atual?

Nº \_\_ Ensino de Jovens e Adultos

Nº \_\_ Ensino Fundamental

Nº \_\_ Ensino Médio

Nº \_\_ Ensino Superior

Nº \_\_ Pós Graduação

- Quais as ações que contribuíram

## 8. Impactos econômicos/financeiro

- O projeto contribuiu com a construção de estruturas (ex: sedes de colônia, associação, arenas de discussão etc.) e/ou disponibilização de equipamentos que auxiliem em processos produtivos (como por exemplo, unidades de beneficiamento e comercialização do pescado) nas localidades em que estão inseridos? Em caso positivo, descrever o que foi disponibilizado à localidade/município e quantidade.

- Quanto a investimento em bens/equipamentos na localidade/município/região quais são os resultados positivos decorrentes? E quais aspectos negativos?

- Os recursos investidos na contratação de equipes foram suficientes para a organização das atividades planejadas de campo? Como ocorreu o planejamento desta etapa? Esse planejamento foi desenvolvido de modo eficiente?

- Quais as possíveis falhas no planejamento e investimentos?
- Os recursos investidos, tanto financeiros em materiais, como em equipe foram suficientes para a organização dos processos formativos? (Que resultados evidenciam esses aspectos?)
- Qual o investimento em atividades associadas à produção acadêmica-científica (bolsas, produção bibliográfica, incentivo à participação em eventos)?

**Questões a serem consideradas em análise:** Relações estabelecidas entre o Projeto e a economia local (várias possibilidades. ex. se houve abertura de novos negócios, se o custo de vida aumentou, se a oferta de trabalho aumentou)

### 9. Equipe técnica e Público do projeto

- Os processos de mobilização ocorreram de modo concreto? Quais são as estratégias (instrumentos de divulgação e comunicação) e qual é a frequência das ações de mobilização dos grupos prioritários?
- Qual a motivação dos sujeitos para participar do projeto?
- Quais os entraves que se fizeram presentes na etapa de mobilização? Quais os efeitos desses entraves no desenvolvimento e resultados do PEA?
- No decorrer do desenvolvimento do PEA, como se manteve a relação entre o público do projeto?
- Em algum momento/período surgiu a presença de conflitos internos entre o público do PEA? Quais os conflitos que ocorreram no decorrer do processo de desenvolvimento do projeto?
- Em relação aos conflitos internos entre os sujeitos, quais as consequências que essas tensões trouxeram ao projeto? Que fatores evidenciam as consequências que as tensões ocasionaram ao desenvolvimento do PEA?
- Em relação a equipe técnica que faz parte da condução das ações dos PEAs, ocorreram determinados entraves que culminaram em fatores negativos com o desenvolvimento das atividades?
- A equipe técnica possui uma formação interdisciplinar? As trocas de experiências ocorreram de modo eficiente no decorrer das ações?
- Na equipe técnica, houve mudanças de profissionais? Qual a mudança em termos de perfil dos profissionais?

Qual a frequência da rotatividade de equipe? ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Outra: \_\_\_\_\_

- Como se deu a relação do órgão executor do licenciamento ambiental e a consultoria responsável pela realização das atividades do PEA?
- O diálogo e comunicação entre o órgão executor do licenciamento ambiental e a empresa/consultoria responsável pela realização das atividades do PEA ocorreu de modo eficiente? Qual a frequência?
- Ocorreu em algum momento tensão entre o IBAMA e a consultoria responsável pelo PEA? Em caso positivo, que tipo de tensão ocorreu?
- Os prazos estabelecidos pelo IBAMA para a realização das atividades e resultados do PEA, foram suficientes para o desenvolvimento das ações por parte da equipe? Que fatores revelam a ocorrência de entraves e/ou não devido às consequências dos prazos?
- No que se refere às questões das bases e diretrizes para o planejamento e desenvolvimento das ações dos PEAs, o IBAMA orientou de maneira clara e eficiente? Ocorreu determinadas falhas nesse processo de diretrizes? Que fatores comprovam os aspectos de deficiências relacionados às bases e diretrizes?

### 10. Educação Ambiental e COVID-19 (“bloco pandemia”)

- O projeto de educação ambiental promoveu ações de enfrentamento à pandemia? [S/N] Se sim, que tipo de ações foram promovidas?
- Quais foram as estratégias utilizadas para a realização de processos formativos neste período de pandemia?

### 11. Contribuição dos PEAs na mitigação de impactos da cadeia produtiva P&G (sobre a ordem - colocar ao final do questionário):

**Ideias compartilhadas:** i) Quais as ações que são realizadas para mitigar os impactos diagnosticados? ii) São verificados avanços na mitigação de impactos claramente associáveis à cadeia de produção de petróleo e gás? Quais resultados, indicadores evidenciam tais avanços? (Cabe lembrar alguns dos impactos da indústria petrolífera identificados no Diagnóstico Participativo PEA-BC: cinco macroimpactos - ocupação do espaço marinho; uso e ocupação do solo; dinâmica demográfica; pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; royalties)

- Quais impactos da indústria P&G se reverberam sobre os sujeitos? (/município)
- Quais contribuições do PEA para mitigar os impactos?

**Objetivos da entrevista:** i) compreender resultados, fragilidades e potencialidades dos PEA; e ii) investigar as relações entre impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás e ações de mitigação.

**Perfil de entrevistados/as:** SAE envolvidos/as com os PEA que fazem parte do escopo do PARMIS, que estejam participando do mesmo atualmente, e que participem desde período anterior a 2021. Dentro deste perfil, consideramos a pluralidade de SAE, como quilombolas, agricultores familiares, lideranças comunitárias, pescadores artesanais, entre outros, priorizando os grupos de SAE que não foram inseridos na coleta de dados executada no âmbito do Projeto Impactos na Pesca.

### Roteiro de entrevista

#### 1. APRESENTAÇÃO

- a) Realizar a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e solicitar que a/o entrevistada/o assine, entregando uma via ao mesmo.
- b) Pedir o contato do/a entrevistado/a (telefone e/ou email):

#### 2. INFORMAÇÕES GERAIS

- a) Nº entrevista:
- b) Entrevistadoras/es:
- c) Data:
- d) Hora:
- e) Local:
- f) Município:
- g) Comunidade/Localidade:

#### 3. SOBRE O/A ENTREVISTADO/A

- a) Solicitar autodescrição da/o entrevistada/o (Pesquisador/a inicia fazendo sua autodescrição como exemplo). Ex: Nome, Gênero, Cor, Idade.

#### 4. TRAJETÓRIA DO/A ENTREVISTADO/A

Solicitar a/o entrevistada/o que conte um pouco da sua história (para compreender a relação com a comunidade, território e sua atividade produtiva).

- a) Local de nascimento
- b) Local de moradia atual
- c) Quem é o responsável pela renda
- d) Qual o tamanho da família

## \_apêndice 4

# Roteiros de entrevistas com os SAE

- e) Há quanto tempo mora na localidade
- f) Onde e com o que trabalha
- g) Se participa de alguma associação ou semelhantes

#### 5. RELAÇÃO COM PEA:

- a) De qual ou quais PEA você participa ou participou?
- b) Como você conheceu o PEA?
- c) Por quanto tempo vem participando (ou participou)?
- d) Por que você participa dos PEA?
- e) Quais atividades você participa/participou no PEA?
- f) Pode descrever como ocorre/ocorreu essa participação?
- g) Você considera que os PEA trouxeram conquistas e melhorias para sua comunidade? (Se sim) Poderia citar algumas?
- h) Quais são os problemas e dificuldades dos PEA? O que você acha que poderia melhorar?

#### 6. COMPREENSÃO SOBRE OS IMPACTOS/MITIGAÇÃO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA:

- a) A atividade petrolífera causa impactos e/ou problemas na região em que você mora? Se sim, qual/quais?
- b) Antes do seu envolvimento com o PEA, você já percebia estes impactos e/ou problemas?
- c) Como o PEA tem trabalhado com esses impactos e/ou problemas?

#### 7. CONTRIBUIÇÃO DOS PEA NA QUALIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- a) Você participa de outros projetos (além de PEA), conselhos, associações, movimentos sociais ou outro espaço de decisão? Se sim, quais?
- b) O que é tratado nestes espaços?
- c) Antes do seu envolvimento com o PEA, você já participava destes espaços?
- d) Como os PEA apoiam essa participação? (Abordar do ponto de vista da qualificação da participação – conteúdos e facilitação - apoio/logística).

#### 8. QUESTÕES ESPECÍFICAS DAS SUBLINHAS

- a) PGTR (Apenas para PEA FOCO, PESCARTE e Costa Verde)

Você poderia nos contar como o PEA contribui para melhorar a sua renda?

Tem alguma perspectiva de contribuir para melhorar a sua renda?

*[Seja enquanto acontecimento concreto (já obteve alguma renda) ou potencial para o futuro (conhecimento / relações / contatos que ampliem seus horizontes de trabalho / organização comunitária / criação ou fortalecimento de empreendimentos)]*

#### b) Accountability

Qual o seu conhecimento sobre a empresa petrolífera (nome) e o quanto ela investe (gasta) em termos de recursos financeiros (dinheiro) no PEA daqui da sua região?

Fale sobre como são feitos os investimentos (gastos) e como essas informações retornam para a comunidade. Você gostaria de obter mais informações? De que maneira você acha que essas informações deveriam ser tratadas junto com vocês, que são SAE?

#### 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Você gostaria de falar algo mais sobre este tema? Tem alguma pergunta?

#### 10. OBSERVAÇÕES PÓS-ENTREVISTA

a) Como você se sentiu em relação a/o entrevistada/o em geral? Percebeu mudanças no comportamento dela/dele? (incluir aqui linguagem corporal ou não-verbal de participantes)

b) O que funcionou e o que não funcionou bem durante a entrevista? (dificuldade em alguma questão?)

c) Pontos principais mencionados durante a entrevista

d) Há alguma fala/tema muito importante que você se lembre? Por que pode ser importante para a pesquisa?

e) Observações além da entrevista? (sensação de segurança, movimentação na rua, acontecimentos especiais etc.)

f) Observações livres

## ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM EVENTOS DOS PEA

**Objetivo da participação:** compreender a dinâmica dos PEA, envolvendo a relação com as empresas, entidades executoras, órgãos ambientais e sujeitos/as da ação educativa, além de compreender resultados dos PEA na mitigação dos impactos socioambientais da cadeia de petróleo e gás, a fim de complementar a análise documental dos planos de trabalho e relatórios.

**Apresentação:** O Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS) foi pensado para compreender a contribuição dos PEA, valorizando as ações executadas ao longo desses 10 anos para a mitigação dos impactos da cadeia de petróleo e gás com a intenção de melhorar a gestão ambiental pública no contexto do licenciamento. Assim, estamos observando os eventos regionais dos PEA para auxiliar o IBAMA nessa construção de melhorias, a exemplo da necessidade ou não de ações/projetos complementares. A fase atual é de coleta e análise de dados e os resultados do PARMIS serão divulgados ao seu término e divulgados nos nossos canais de comunicação (tanto os institucionais como as redes sociais).

### \_apêndice 5

# Roteiro de Observação Participante

#### 1. Identificação

a) Nome do evento	
b) Data	
c) Objetivo do evento	
d) Atividades observadas	
e) Nome pesquisador(a) participante	
f) Local do evento (se online, registrar plataforma utilizada)	
g) Meios de divulgação e/ou mobilização do evento	

2. Informações: Caso não haja identificação por crachá ou alguma forma visível de identificar quem é SAE e quem é membro da equipe técnica, solicitar informações à

coordenação. Solicitar autorização para digitalizar lista de presença (fotografar ou escanear com celular).

3. Elementos a observar:

a) Como as(os) participantes são acolhidas(os) no evento?
b) Quantos participantes há no evento? Quem são e/ou quais instituições representam? i) Indicar o número aproximado de participantes que são SAE dos PEA; ii) Indicar quantos profissionais técnicos do PEA estavam envolvidos na atividade; iii) Indicar a participação de representantes do órgão ambiental licenciador, e quem; iv) Indicar, quando for o caso, nome de palestrantes.
c) Há uma metodologia definida para as atividades? Se sim, como ela é socializada?
d) Como se dá a interação entre palestrantes e/ou ministrantes de conteúdo e participantes do evento?
e) Como se dá a interação entre os distintos participantes do evento?
f) Há incentivo para que participantes se manifestem? Se sim, de que forma?
g) As dúvidas e/ou manifestações dos participantes são acolhidas e tratadas? De que forma?
h) Quem está se manifestando/participando mais frequentemente? E como (ex: comentários em chat, solicitação de fala)?
i) Quais os principais temas, conceitos e referenciais teóricos debatidos no evento?
j) Há discussão ou discordância dos participantes em relação ao conteúdo abordado no evento? Se sim, como é feita a mediação?
k) Há material didático produzido para o evento? Se sim, como é distribuído?
l) Há avaliação/checagem ao final do evento? Se sim, qual a metodologia usada?

m) O evento correspondeu à agenda proposta (guia orientador)? (quando houver e tivermos acesso prévio)

n) Outros elementos observados que entenda serem interessantes para a pesquisa PARMIS?

i) Debates e/ou relatos sobre a efetividade das medidas mitigadoras executadas e a integração entre as mesmas.

ii) Debates e/ou relatos sobre desafios enfrentados pelos PEA, potencialidades e resultados alcançados.

iii) Debates e/ou relatos sobre indicadores e/ou métodos de avaliação utilizados para o acompanhamento dos PEA.

iv) Outras questões específicas do(s) evento(s)/atividade(s).

4. Observação: Anexar panfletos, listas de presença e outros materiais coletados durante o evento.

## 1. Principais conquistas da entidade representativa

As informações apresentadas correspondem às respostas de quatro coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo projeto Parmis. Foram registradas nas respostas um total de 69 conquistas de entidades representativas dos SAE em nível municipal, listadas no Quadro 1.

**Quadro 1.** Conquistas de entidades representativas dos SAE em nível municipal

Município	Principais conquistas da entidade representativa
Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eventos para mobilização de estudantes.</li> <li>• Promoção de turismo consciente e contribuições para o ecoturismo no município;</li> <li>• Desenvolvimento de parcerias com comunidades tradicionais e com o governo municipal.</li> </ul>
Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legalização da entidade representativa;</li> <li>• Reconhecimento da entidade tanto pela comunidade quanto pelo poder público municipal;</li> <li>• Diálogo e parcerias com o poder público municipal;</li> <li>• Assessoria jurídica que presta serviços gratuitamente para a Associação, e para os associados, oferecendo orientações em causas pessoais uma vez por semana.</li> <li>• Constituição da entidade com mobilização da comunidade.</li> </ul>
Saquarema	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização do 1º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas;</li> <li>• Debate sobre os rumos da educação no Brasil.</li> <li>• Realização de Cines debates no município;</li> <li>• Realização de um evento com apresentações de artes nas praças públicas do município.</li> </ul>
São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização e organização para ocupação das mulheres em espaços de representação institucional municipais, como Conselhos;</li> <li>• Inserção de pautas das mulheres em atividades e ações de políticas públicas municipais;</li> <li>• Mobilização entre núcleos da associação e comunidades do PEA para discussão e encaminhamento de demandas a órgãos públicos do município;</li> <li>• Atuação como representante legítima em conferências, audiências públicas e fóruns;</li> <li>• Conquista de agente de saúde para comunidade;</li> <li>• Conquista de ambulância 24h para comunidade;</li> <li>• Pavimentação de via de acesso principal para localidade;</li> <li>• Transporte coletivo para localidade;</li> <li>• Criação da Secretaria Municipal da Pesca (em articulação com outros PEA);</li> <li>• Roda de conversa com setor da educação previdenciárias do INSS;</li> <li>• Realização de cursos de planejamento e vendas, associativismo e cooperativismo;</li> <li>• Cozinha pedagógica equipada através de um PCAP;</li> <li>• Kit eventos composto por cadeiras, tenda e mesas;</li> <li>• Articulação com Colônia de Pesca para realização de ações sociais.</li> </ul>

## \_apêndice 6

# Principais Conquistas

Município	Principais conquistas da entidade representativa
São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização e organização para ocupação das mulheres em espaços de representação institucional municipais, como Conselhos;</li> <li>• Inserção de pautas das mulheres em atividades e ações de políticas públicas municipais;</li> <li>• Mobilização entre núcleos da associação e comunidades do PEA para discussão e encaminhamento de demandas a órgãos públicos no município;</li> <li>• Atuação como representante legítima em conferências, audiências públicas e fóruns;</li> <li>• Conquista de escola noturna (EJA) para comunidade;</li> <li>• Conquista de atendimento odontológico para comunidade;</li> <li>• Manutenção da estrada de via de acesso de localidade à sede do município;</li> <li>• Transporte coletivo para duas comunidades;</li> <li>• Realização de cursos de planejamento e vendas, associativismo e cooperativismo;</li> <li>• Cozinha pedagógica equipada através de um PCAP;</li> <li>• Kit eventos composto por cadeiras, tenda e mesas;</li> <li>• Articulação com Colônia de Pesca para realização de ações sociais.</li> <li>• Manutenção e ampliação da participação qualificada em espaços deliberativos;</li> <li>• Participação na destinação de PCAPs.</li> </ul>

Município	Principais conquistas da entidade representativa
Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legitimação de lideranças através da eleição;</li> <li>• Integração de comunidades de pesca que não dialogavam de forma sistematizada;</li> </ul>
Cabo Frio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em espaços de tomada de decisão sobre seus territórios;</li> </ul>
Campos dos Goytacazes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quota para participação de mulheres para enfrentamento à invisibilidade feminina no setor da pesca artesanal;</li> <li>• Reunião com lideranças de pesca municipal;</li> <li>• Reunião com comunidades de pesca locais;</li> </ul>
Macaé	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de grupos focais;</li> <li>• Aplicação de censo;</li> </ul>
Quissamã	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões constantes para debate sobre o contexto da pesca e os objetivos do projeto;</li> </ul>
São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de cursos de letramento digital I e II, de economia solidária e de licenciamento ambiental;</li> <li>• Encontros regionais com os grupos gestores dos sete municípios;</li> </ul>
São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação qualificada em Audiência Pública de Termo de Ajustamento de Conduta, através da leitura prévia do RIMA e organização</li> <li>• Inclusão de novos municípios na área de abrangência do PEA após participação qualificada em Audiência Pública</li> <li>• Fortalecimento da organização social, garantindo legitimidade na escolha dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda;</li> <li>• Georreferenciamento das comunidades e localidades de pesca;</li> <li>• Grupos de trabalhos voltados à projetos de geração de trabalho e renda;</li> <li>• Eventos microrregionais e reuniões regionais;</li> <li>• Eleição do grupo de acompanhamento de obras de Projetos de Geração de Trabalho e Renda;</li> <li>• Realização de cursos de economia solidária, cooperar para bem viver, produção audiovisual, mediação de conflitos, gestão democrática do meio ambiente, gestão de negócios, redes de economia solidária e elaboração de projetos;</li> <li>• Visitas técnicas em empreendimentos de geração de trabalho e renda no setor da pesca;</li> <li>• Articulações com diversos atores sociais nas esferas municipais, estaduais e federais;</li> <li>• Assembleias comunitárias para devolutivas das ações da entidade e do PEA;</li> <li>• Ações da entidade nas comunidades de pesca locais, para manutenção e fortalecimento da organização social;</li> <li>• Questionamentos de forma qualificada junto à Comitê de Bacias e à FAO sobre período de defeso de corpo hídrico;</li> <li>• Intervenção política junto ao Comitê de Bacias e empresa de saneamento básico sobre poluição de corpo hídrico;</li> <li>• Realização de audiência pública e abertura de uma CPI sobre poluição de corpo hídrico;</li> <li>• Inserção de pautas do setor de pesca artesanal no orçamento público municipal;</li> <li>• Conquista de terreno junto às prefeituras para implementação dos projetos de geração de trabalho e renda.</li> <li>• Manutenção e ampliação da participação qualificada em espaços deliberativos;</li> <li>• Participação na destinação de PCAP</li> </ul>

Fonte: PARMIS, 2023

## 2. Principais dificuldades enfrentadas pela Entidade Representativa

As informações apresentadas correspondem às respostas de cinco coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo projeto Parmis. Foram registradas as principais dificuldades enfrentadas pelas entidades representativas dos SAE em nível municipal, listadas no Quadro 2.

**Quadro 2.** Dificuldades enfrentadas pelas entidades representativas dos SAE

Município	Principais dificuldades enfrentadas pela entidade representativa
Angra dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trâmites Burocráticos; Mobilização Comunitária.</li> </ul>
Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Questões burocráticas;</li> <li>Garantir o cumprimento da legislação.</li> </ul>
São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morosidade de órgãos competentes;</li> <li>Dificuldade de encontrar assessoria jurídica e contábil adequada ao perfil da entidade;</li> <li>Pouca escolarização das associadas e integrantes da diretoria;</li> <li>Interferência de religiões;</li> <li>Interferências político-partidárias nas comunidades;</li> <li>Dificuldades de deslocamento e acesso entre as comunidades e com a sede do município;</li> <li>Pobreza e precarização dos serviços públicos das comunidades;</li> <li>Violência e opressão de gênero;</li> <li>Racismo estrutural;</li> <li>Doenças crônicas e psíquicas da mulher;</li> <li>Fragilidade da rede de atendimento à assistência social e saúde da mulher;</li> <li>Dificuldade de relacionamento com a rede básica de educação</li> </ul>
São João da Barra	
Saquarema	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulações políticas;</li> <li>Interesses distintos dos integrantes.</li> <li>Dificuldades de acesso a materiais e equipamentos para realização de eventos</li> </ul>

Município	Principais dificuldades enfrentadas pela entidade representativa
Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização comunitária;</li> <li>Descrédito/desconfiança dos grupos sociais em relação à projetos envolvendo empresas petrolíferas;</li> <li>Dificuldade em explicar o desenho institucional do PEA como política pública e projeto de mitigação compulsório para empresas de petróleo e gás;</li> <li>Projetos anteriores de responsabilidade social que deixaram rastros problemáticos para implementação do PEA;</li> <li>Descrédito por parte das comunidades em relação as instituições do Estado;</li> <li>Descrédito por parte das comunidades em relação à órgãos ambientais em nível municipal, estadual e federal</li> <li>Mobilização comunitária para composição da entidade;</li> <li>Interrupções entre as fases do PEA, causando desmobilização;</li> <li>Necessidade de entendimento das lideranças de pesca com relação ao tempo necessário para o estudo de viabilidade e implementação dos empreendimentos de geração de trabalho e renda;</li> <li>Contexto de agudização da insegurança alimentar relatado nas comunidades</li> </ul>
Cabo Frio	
Campos dos Goytacazes	
Macaé	
Quissamã	
São Francisco de Itabapoana	
São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trâmites Burocráticos</li> </ul>
São Sebastião	
Ilhabela	

Fonte: PARMIS, 2023

### 3. Como o PEA tem apoiado as Entidades Representativas dos SAE

As informações apresentadas no Quadro 3 correspondem às respostas de cinco coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo projeto.

**Quadro 3.** Ações de apoio a entidades representativas dos SAE

Município	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
Angra dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à reativação de entidade;</li> <li>• Apoio à reativação e regularização de entidade;</li> <li>• Apoio à mudança de estatuto de entidade para incluir pescadores/as e marisqueiras;</li> <li>• Apoio no fortalecimento de entidade;</li> <li>• Articulação e intercâmbios entre entidades;</li> <li>• Esclarecimento de dúvidas, orientação e indicação de documentos e processos necessários para regularização;</li> <li>• Realização de ações formativas</li> </ul>
Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de formação Pró Lideranças, a partir do qual os jovens líderes locais foram estimulados a fundar a entidade;</li> <li>• Apoio, incentivo e sugestões para reuniões.</li> <li>• Auxílio em conhecimentos técnicos sobre leis e formas de organização para maior articulação entre associados.</li> </ul>
Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações e ações formativas do PEA, que tem integrantes associados à entidade.</li> <li>• Processo de formação da instituição, redação do estatuto e edital referente ao processo eleitoral.</li> </ul>
Squarema	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empréstimo de espaço físico para realização de reuniões.</li> <li>• Empréstimo de equipamentos;</li> <li>• Desenvolvimento de saberes relacionados à temática.</li> </ul>
São Francisco de Itabapoana São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessoria técnica processual para autonomia da associação;</li> <li>• Apoio logístico para participação em feiras e eventos;</li> <li>• Assessoria contábil para manutenção da regularidade previdenciária, jurídica e contábil;</li> <li>• Apoio financeiro, por meio de contrato específico, para manutenção da sede da entidade e dos equipamentos e licenças sanitárias para cozinhas pedagógicas.</li> </ul>
São Sebastião	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação e intercâmbios entre as entidades;</li> <li>• Esclarecimento de dúvidas, orientação e indicação de documentos e processos necessários para regularização;</li> <li>• Realização de ações formativas.</li> </ul>

Município	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes Macaé Quissamã São Francisco de Itabapoana São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização para participação na entidade;</li> <li>• Eleição dos representantes;</li> <li>• Realização das assembleias comunitárias da entidade</li> </ul>
Ilhabela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação e intercâmbios entre as entidades;</li> <li>• Esclarecimento de dúvidas, orientação e indicação de documentos e processos necessários para regularização;</li> <li>• Realização de ações formativas.</li> <li>• Apoio à reativação de entidade.</li> </ul>

Fonte: Parmis, 2023.

#### 4. Principais conquistas da entidade representativa

As informações apresentadas correspondem às respostas de duas coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo projeto Parmis. Foram registradas nas respostas 7 conquistas de entidades representativas dos SAE em nível regional/estadual, listadas no Quadro 4.

**Quadro 4. Conquistas entidades representativas dos SAE em nível Regional/Estadual**

Município	Abrangência	Principais conquistas da entidade representativa
São Francisco de Itabapoana São João da Barra	Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de brindes para divulgação de Cozinhas pedagógicas no I Seminário dos PEA (PCS articulado da Bacia de Campos);</li> <li>• Sistematização de informações sobre as comunidades;</li> <li>• Participação efetiva na organização e realização do II e III Encontros de mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca artesanal;</li> <li>• Mobilização e organização para inserção da pauta das mulheres no desenvolvimento das atividades e ações de políticas de abrangência regional;</li> <li>• Articulação com o Ministério da Pesca e Aquicultura para acesso ao Registro Geral da Pesca</li> </ul>
Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes Macaé Quissamã São Francisco de Itabapoana São João da Barra	Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre entidades para intervir politicamente em busca de melhorias no saneamento básico e abastecimento na região;</li> <li>• Articulação com instituições públicas e privadas na reivindicação de estudos para alternativas para o saneamento na região</li> </ul>

Fonte: PARMIS, 2023

#### 5. Principais dificuldades da entidade representativa

As informações apresentadas correspondem às respostas de duas coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo projeto Parmis. Foram registradas as principais dificuldades enfrentadas pelas entidades representativas dos SAE em nível regional/estadual, listadas no Quadro 5.

**Quadro 5. Dificuldades entidades representativas dos SAE em nível regional/estadual**

Município	Abrangência	Principais dificuldades da entidade representativa
São Francisco de Itabapoana São João da Barra	Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deslocamento das associadas entre os municípios;</li> <li>• Descontinuidade de política públicas;</li> <li>• Limitação financeira do grupo;</li> <li>• Morosidade dos órgãos competentes;</li> <li>• Pouca escolarização das associadas e integrantes da diretoria;</li> <li>• Interferência de religiões;</li> <li>• Interferências de má política-partidária nas comunidades;</li> <li>• Violência e opressão de gênero;</li> <li>• Racismo estrutural;</li> <li>• Doenças crônicas e psíquicas da mulher;</li> <li>• Fragilidade da rede de atendimento à assistência social e saúde da mulher.</li> </ul>
Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes Macaé Quissamã São Francisco de Itabapoana São João da Barra	Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interrupções entre as fases do PEA, causando desmobilização;</li> <li>• Contexto de agudização da insegurança alimentar relatado nas comunidades.</li> </ul>

Fonte: PARMIS, 2023

## 6. Como o PEA tem apoiado a Entidade Representativa

As informações apresentadas correspondem às respostas de duas coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo projeto Parmis.

**Quadro 6.** Ações do PEA para apoio a entidades representativas dos SAE em nível regional/estadual

Município	Abrangência	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
São Francisco de Itabapoana São João da Barra	Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio logístico para as atividades regionais;</li> <li>• Assessoria técnica para planejamento e acompanhamento da execução das atividades;</li> <li>• Processos formativos em temas relacionados à entidade.</li> </ul>
Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes Macaé Quissamã São Francisco de Itabapoana São João da Barra	Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização e realização das assembleias comunitárias da entidade.</li> </ul>

Fonte: Parmis, 2023.

## Avanços nos processos organizativos dos SAE

## 7. Direitos e/ou políticas públicas conquistados e seus desdobramentos de acordo com os municípios

As informações apresentadas no Quadro 7 correspondem às respostas das oito coordenações dos PEA analisados pelo PARMIS. Foi elencado um total de 114 no que tange a direitos e/ou políticas públicas conquistados e respectivos 140 desdobramentos, sendo que 21 municípios foram envolvidos, representando os três estados e as duas bacias sedimentares. O município de Macaé se destaca como o que teve mais conquistas nesse quesito, seguido de São João da Barra, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Cabo Frio.

**Quadro 7.** Conquistas dos SAE em termos de direitos e/ou políticas públicas

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
Araruama	• Participação no Conselho Municipal de Meio Ambiente	• Apoio logístico à participação ativa de pescador em audiência pública na ALERJ sobre a poluição da Lagoa de Araruama
	• Participação no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João	• Preparação dos pescadores e outros membros do Observatório para intervenção durante a audiência pública referente à ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino
	• Participação em audiência pública para ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino	• Inclusão de pautas no CBHLSJ como poluição da Lagoa de Araruama e falta de transparência no licenciamento do ferry boat • Acionamento do Ministério Público Estadual em relação ao licenciamento do ferry boat
	• Plano Diretor	• Inclusão de informações no Plano Diretor acerca dos resíduos de cemitério (necrochurume e gases)
	• Política pública de meio ambiente	• Retorno das atividades do Conselho de Meio Ambiente, paralisadas até o momento da solicitação, por parte do GGL, e realização de conferência municipal do meio ambiente afim de debater o retorno do espaço colegiado
Armação dos Búzios	• Participação no Conselho Municipal de Meio Ambiente	• Reconhecimento da comunidade quilombola na área do empreendimento Aretê consolidado pela consulta prévia à comunidade, exigida pelo Ministério Público Federal
	• Participação em audiências públicas periódicas para negociação do terreno	• Organização e apoio logístico para reivindicação de direitos e contato com o Ministério Público Federal
	• Participação no Conselho Gestor da APA do Pau-Brasil	• Acordo com o empreendimento Aretê de doação do terreno a partir da organização do quilombo e da intervenção do Ministério Público Federal
	• Participação na audiência pública para ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino (2019)	• Atualização do Plano de Manejo da APA Pau-Brasil, via Conselho Gestor, para incluir informações sobre a comunidade quilombola na área da APA • Autorreconhecimento do Núcleo Zebina enquanto comunidade quilombola a partir do conflito envolvendo a comunidade e a APA Pau-Brasil

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política municipal de saneamento básico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção dos capítulos de controle social e regulação dos serviços de saneamento básico no município com base em minuta elaborada anteriormente pelo NEA-BC em parceria com o SOS Saneamento na Política Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilidade urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retorno das atividades do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, paralisadas até então</li> </ul>
Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação no Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Arraial do Cabo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formalização da Cooperativa de Trabalho Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Artesãs da Prainha: Sol, Salga e Arte através de pagamento de consultoria contábil e jurídica e de taxas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação em audiência pública para ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino (2019)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção e aprovação do Plano de Manejo da RESEX através da participação no Conselho Deliberativo</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na audiência pública do Plano Diretor da Cidade (2019)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação das falas e do embasamento documental para a inclusão do município de Arraial do Cabo na área de abrangência do Projeto de Educação Ambiental FOCO como solicitação durante a audiência pública referente à ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de Fórum Permanente de discussão sobre o Plano Diretor a partir da parceria entre o NEA-BC e a Câmara Municipal de Arraial do Cabo com levantamento das demandas da comunidade e disseminação de informações sobre o Plano Diretor</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação Social; Plano Diretor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de audiência pública do Plano Diretor no distrito de Pernambuco, viabilizando a participação da sociedade civil sobre as legislações urbanísticas;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social nas políticas públicas de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A partir da solicitação do GGL nas reuniões do Conselho de Saúde, foi realizada a divulgação e convocação da sociedade civil para participar da Conferência Municipal da Saúde.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Diretor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A partir da solicitação do GGL foi realizada uma terceira audiência pública de revisão do Plano Diretor a fim de que a população conhecesse as propostas deliberadas.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social e orçamento participativo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de audiências públicas do orçamento após envio de ofícios às instâncias relacionadas às leis orçamentárias. Foram feitos diálogos com o poder público e com o MPRJ.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de meio ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização da Conferência Municipal de Meio Ambiente</li> <li>Após diálogo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi estabelecido o regimento interno para a I Conferência Municipal de Meio Ambiente</li> </ul>
Cabo Frio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação no Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Mico Leão Dourado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento do Observatório por entidades locais como uma entidade representativa dos pescadores do Chavão</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação de verba, no âmbito do CBHLSJ, para a estatística pesqueira a ser realizada pela FIPERJ</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na Câmara Técnica de Pesca no CBHLSJ</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulações com órgãos estratégicos como ICMBio e a FIPERJ na gestão da APA do Rio São João</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na audiência pública para ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino (2019)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Logística de ida de um pescador do Chavão, compondo uma comitiva de pescadores de Cabo Frio que foi para Brasília em 2018 debater sobre a Portaria Ibama 82/03. Como desdobramento, houve visita técnica de um representante do ICMBio ao Chavão para estudar a alteração na Portaria</li> <li>Logística de intercâmbio com comunidades tradicionais em UCs (APA de Guapimirim/RJ e RESEX de Canavieiras/BA, ambos em 2019)</li> <li>Construção do Plano de Gestão Local (PGL) da APA da Bacia do Rio São João</li> <li>Parceria com o "Projeto Guaiamum: Biotecnologia e Etnoconhecimento para Conservação", contemplado pela chamada de projeto do Funbio</li> <li>Articulação com ICMBio para inclusão de informações sobre o guaiamum e a comunidade pesqueira no Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Mico Leão Dourado</li> <li>Preparação dos pescadores para intervenção e colocação de dúvidas durante a audiência pública referente à ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública ligada ao saneamento básico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Conselho Diretor da Agenersa aplicou multa à Prolagos equivalente a 0,04% do faturamento da Concessionária nos 12 meses anteriores à prática da infração. A Agenersa definiu ainda que 50% do recurso para Educação Ambiental de 2019 fosse direcionado para a recuperação ambiental da Praia do Siqueira e auxílio dos profissionais da pesca diretamente prejudicados com a poluição. Também foi decidido que a concessionária deverá apresentar em 30 dias estudos para a realização dos investimentos necessários à implementação da rede separativa de esgotos no entorno da ETE Praia do Siqueira e de seis em seis meses apresentar análises físico-químicas e bacteriológicas em pelo menos três pontos da Praia do Siqueira, bem como teste de toxicidade em organismos aquáticos vivos provenientes do corpo hídrico do Siqueira.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de meio ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi incluída a possibilidade de participação de instituições diversas da sociedade civil no GT do Plano Municipal de Educação Ambiental de Cabo Frio a partir da solicitação dos integrantes do NEA-BC</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de educação ambiental e participação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oficialização do GT para a construção do Plano Municipal de Educação Ambiental por meio de um decreto, a partir do qual as atividades do GT passariam a ser deliberativas</li> </ul>
Macaé	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Denúncia sobre elevatória aberta na rua de escola do bairro</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação no Conselho Consultivo do PARNA da Restinga de Jurubatiba</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação em audiência pública de esclarecimento da procedência da água que abastece a escola do bairro Lagomar;</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na audiência pública da Lei Orçamentária Anual (LOA) tribuna cidadã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação em audiência pública de criação da creche, acatada em 2018</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência pública com a CEDAE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Denúncia sobre ineficiência da CEDAE em tribuna cidadã na Câmara dos Vereadores. A denúncia anterior se desdobrou em audiência pública para esclarecimento realizada em XX</li> <li>Estabelecimento de comunicação direta com a empresa BRK Ambiental, responsável pelo abastecimento de água no bairro Lagomar</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Diretor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O GGL e uma comissão formada com demais grupos da sociedade civil reivindicaram a ampliação do bairro da Virgem Santa no Plano Diretor do município. Após várias reuniões, o executivo incorporou a proposta do grupo e ampliou em cinco vezes o território planejado inicialmente, mantendo a identidade e o território do bairro</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social no orçamento público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A partir da solicitação encaminhada à Câmara Municipal de Macaé, foi realizada de uma segunda audiência pública com o objetivo de debater o projeto de da Lei de Diretrizes Orçamentárias com a comunidade seguindo a diretriz de participação popular firmada na Constituição Federal de 88. Não houve, na primeira audiência, convocação da sociedade civil.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de saneamento básico e participação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de audiências públicas prévias para realizar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico em seis subdistritos e no primeiro distrito de Macaé</li> <li>Realização de nova audiência pública prévia de Revisão do Plano de Saneamento Básico de Macaé no Distrito Sede</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documentação RGP/POP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização e auxílio para inscrição e acesso a direitos como defeso e segurado especial</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização e transporte dos SAE</li> <li>Solicitação de nova audiência pública em articulação com os PEA Territórios do Petróleo e NEA-BC</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação nas reuniões do COMMADS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização e transporte dos SAE para participação como ouvintes em reuniões do COMMADS</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência Pública da UTE Nossa Senhora de Fátima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização e transporte dos SAE</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>PCAP PGS da Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima no Bloco BM-C-7</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização, transporte e espaço da sede para a realização da reunião do PCAP da PGS Investigação Petrolífera</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência Pública Tartaruga Verde Mestiça</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação, mobilização e transporte</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
Campos dos Goytacazes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza de portos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi realizada articulação entre pescadores, INEA, Secretarias Municipais de Agricultura e de Obras que resultou na limpeza de seis portos na localidade de Ponta Grossa dos Fidalgos</li> </ul>
Rio das Ostras	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da agricultura familiar</li> <li>Aproximação com o poder público</li> <li>Reforma para ampliação do posto de saúde de Cantagalo</li> <li>Implementação de uma escola agrícola em Cantagalo</li> <li>Reativação da cabine de polícia de Cantagalo</li> <li>Consolidação do Observatório como uma instituição representante dos agricultores familiares no município</li> <li>Inclusão de pauta dos direitos dos agricultores familiares em relação ao ICMS verde no âmbito do Conselho</li> <li>Indicação do diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (forte influência do Observatório nessa indicação)</li> <li>Participação exclusiva da agricultura familiar na Festa do Feijão</li> <li>Articulação para realização dos seguintes cursos: mulheres no campo, empreendedorismo rural, negócio certo rural, curso de trator e microtrator, beneficiamento do aipim, curso de galinha caipira, secretariado e auxiliar administrativo para jovens</li> <li>Articulação entre Observatório, UFRJ e Sindicato de agricultores e agricultoras familiares de Rio das Ostras possibilitou o diagnóstico sobre agricultura familiar</li> <li>Fortalecimento do Coletivo Andorinhas</li> <li>Retomada das negociações com INCRA e início do processo de regularização fundiária em Cantagalo após mais de 30 anos</li> <li>Apoio no cadastramento de 3000 famílias para regularização fundiária previsto para iniciar na segunda quinzena de março de 2021. A participação do Observatório nos espaços políticos tem levado a uma percepção dos agricultores familiares, conforme relatado pelos participantes do projeto durante as atividades, de que o processo de descaracterização do território rural é desacelerado em função do controle social exercido</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de saneamento básico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A proposta realizada na Conferência da Cidade e encaminhada à prefeitura municipal de Rio das Ostras resultou na criação do serviço autônomo de água e esgoto (SAAE), uma autarquia cujo objetivo é gerenciar o saneamento básico do município.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de meio ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração do Regimento Interno da 10ª Conferência Municipal de Meio Ambiente no que diz respeito à modificação da metodologia de votação para a sua nova grade e o prazo de entrega da documentação das instituições eleitas</li> <li>Alteração do regimento interno do conselho de meio ambiente, no que diz respeito a melhor transparência das ações do Conselho, regras para criação de Câmaras Técnicas e orientações para organização do trabalho</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei de Zoneamento Urbano</li> <li>Política pública de meio ambiente e legislações territoriais</li> <li>Política pública de meio ambiente</li> <li>Políticas públicas de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Moção de repúdio às constantes alterações na Lei Municipal nº 027/2011 (Código de Zoneamento Urbano) que tem sido feitas nos últimos anos sem a participação da sociedade civil. A moção consta no relatório do evento, que foi publicado no Jornal Oficial edição 1043 de 15/05/2019</li> <li>Moção de repúdio à existência do chamado Programa de Regularização de Edificações, que possibilita que edificações irregulares possam ser aprovadas mediante Processo Administrativo, contrariando os padrões edilícios da cidade e podendo gerar situações adversas às ações de preservação ambiental, principalmente no que diz respeito ao lençol freático</li> <li>Alteração do regimento interno da 11ª Conferência Municipal de Meio Ambiente no que diz respeito à prorrogação do prazo para entrega da documentação das instituições eleitas para compor a grade do CMMA. Durante a Conferência, o documento foi apresentado com a modificação supracitada.</li> <li>Alteração do regimento interno do Conselho de Saúde abordando pontos que priorizem a participação social e as deliberações coletivas</li> </ul>
Saquarema	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transparência pública e participação social</li> <li>Plano Diretor e participação social</li> <li>Plano Diretor, transparência e participação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserção da pauta e o expediente do dia de duas sessões no site da Câmara de Saquarema, a partir da qual a sociedade civil pôde conhecer a agenda do dia</li> <li>Colocar o PL da LDO 2018 no site da Câmara para disponibilizar para a população</li> <li>A pedido do GGL na reunião do Conselho de Meio Ambiente, foram convidadas as secretarias com temas afins a demandas do meio ambiente para esclarecimentos e informações</li> <li>Colocar o PL da LDO 2019 no site da Câmara para disponibilizar para a população</li> <li>Atualização do Portal da Transparência Municipal quanto aos relatórios fiscais referentes à prestação de contas quadrimestral, de forma a participar a sociedade civil dos gastos públicos</li> <li>Publicação de edital para inscrição nas oficinas de elaboração do Plano Diretor e para o Conselho/Comitê Gestor para que as regras sejam claras e públicas solicitação do GGL em audiência pública</li> <li>Disponibilização de espaço virtual para consulta popular com o propósito de receber propostas da população sobre o Plano Diretor ao mesmo tempo em que estas sejam acessíveis a todos</li> <li>A solicitação de adiamento do processo de revisão do Plano Diretor foi atendida. A proposta é que a atividade acontecesse após o período eleitoral, de forma que sua convocação possa ser feita de acordo com a legislação pertinente, garantindo um processo participativo, já que há diversas restrições nesse período</li> </ul>
São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo de Trabalho de Pesca da Câmara Municipal com participação dos PEA</li> <li>Audiência pública sobre o Plano Plurianual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requerimento para realização de audiência pública sobre o desassoreamento do Rio Itabapoana em articulação com PESCARTE</li> <li>Participação expressiva de pescadores em audiência se desdobrou em criação de um GT da pesca no âmbito da câmara municipal</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias</li> <li>Audiência pública sobre a Lei Orçamentária Anual</li> <li>Audiência pública sobre o licenciamento ambiental Porto Central em Presidente Kennedy</li> <li>Políticas públicas de juventude</li> <li>Políticas pública da juventude</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de containers nas comunidades pesqueiras para coleta dos resíduos do pescado</li> <li>Reativação do Selo de Inspeção Municipal (SIM)</li> <li>Desmembramento das Secretarias de Agricultura e Pesca</li> <li>Elaboração de proposta de um mercado municipal para beneficiar pescadores e agricultores, atualmente em construção</li> <li>Construção da proposta de criação do Conselho Municipal da Pesca</li> <li>Criação do Conselho Municipal da Juventude</li> <li>Retomada das reuniões e atividades do Conselho Municipal da Juventude após diálogo com a Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Humano de São Francisco de Itabapoana</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social e orçamento público</li> <li>O PEA Pescarte promoveu reuniões com temáticas sobre direitos sociais e políticas públicas. Foram feitos esclarecimentos e orientações referentes aos principais direitos sociais direcionados aos trabalhadores da pesca como: defeso, DAP, RGP, POP e MAC</li> <li>Diversos ofícios foram protocolados na Secretaria de Meio Ambiente reivindicando uma solução para o descarte adequado dos resíduos oriundos do beneficiamento do pescador, principalmente dos frigoríficos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi implementado o orçamento participativo no município após solicitação do GGL em audiência pública do orçamento</li> <li>Criação da Secretaria de Pesca</li> <li>Orçamento para a Secretaria de Pesca</li> <li>Energia trifásica na comunidade de Lagoa Feia</li> <li>Recolhimento dos resíduos de pescados pela empresa Patense</li> <li>Construção do mercado municipal</li> </ul>
São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</li> <li>Conselho Consultivo do Parque Estadual da Lagoa do Açú (PELAG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inclusão de pautas no Conselho do PELAG como reconhecimento dos grupos tradicionais no plano de manejo e o desassoreamento da boca da barra do Açú</li> <li>Limpeza do Canal Quitungute por parte da prefeitura com maquinário adequado e organização dos pescadores para manutenção constante do Canal</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência pública referente à limpeza do Canal Quitingute</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência pública de diretrizes orçamentárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência pública sobre a erosão costeira em Atafona</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiências públicas referentes à expansão da infraestrutura necessária ao Porto do Açú, como linhas de transmissão, oleodutos e rodovias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Políticas públicas de saúde e participação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O NEA-BC propôs ao Conselho Municipal de Saúde de São João da Barra fazer no ano corrente de 2017 reuniões ordinárias itinerantes nos distritos do município para aproximar as necessidades da comunidade local com a gestão central da saúde do município</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiências públicas referentes à expansão da infraestrutura necessária ao Porto do Açú, como linhas de transmissão, oleodutos e rodovias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Políticas públicas de saúde e participação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O NEA-BC propôs ao Conselho Municipal de Saúde de São João da Barra fazer no ano corrente de 2017 reuniões ordinárias itinerantes nos distritos do município para aproximar as necessidades da comunidade local com a gestão central da saúde do município</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de meio ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Após solicitação do NEA-BC, o Conselho Municipal de Meio Ambiente avaliou as ocupações irregulares às margens do rio Paraíba do Sul e o despejo irregular de esgoto perto da captação de água. O Conselho autuou as ocupações irregulares e solicitou a retirada das mesmas</li> <li>Reestruturação do dique de São João da Barra que se desgastou por conta da erosão</li> <li>Após análise do tipo de pesticida utilizado na capina pública, o GGL fez uma denúncia na reunião do Conselho de Meio Ambiente e solicitou sua suspensão. O pleito foi atendido e a aplicação do veneno suspensa. A poda passou a ser realizada por máquinas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização das reuniões do Conselho de Meio Ambiente na modalidade on-line de forma que a sociedade civil possa participar de suas atividades no período da pandemia. A demanda ocorreu após a solicitação do GGL via ofício</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limpeza dos rios e canais do 5º distrito por meio do Programa Limpa Rio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O primeiro intervalo/transição de atividades do PEA, por meio da organização de SAE e Grupo Gestor intitularam-se “Pescadores em Ação”, e em articulação com os PEA NEA-BC e Observação houve intervenção no Orçamento Participativo, no qual foram aprovadas algumas demandas da classe, como a limpeza dos rios e canais do 5º distrito. A execução foi mediante parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Pesca e Programa Limpa Rio, o qual é execução do INEA, ligado à Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade. Cabe ressaltar que o processo promoveu o fortalecimento das articulações junto ao poder público e outros PEA</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforma de uma praça da comunidade, com objetivo de utilizar esse espaço como local de lazer, através de ofício protocolado na câmara de vereadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
Quissamã	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerenciamento da Casa de Arte e Memorial de Machadinho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão e contratação de quilombolas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social no orçamento público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conforme previsto na Constituição de 88 e demais legislações referentes ao tema, após solicitação realizada junto à Secretaria de Fazenda, foi realizada Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual (LOA), a partir da qual a sociedade civil pôde colocar suas prioridades no OP.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transparência pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Publicização dos atos da prefeitura no Diário Oficial e site da prefeitura após o encaminhamento de ofícios à prefeitura solicitando esclarecimentos sobre a ausência de publicações no site da prefeitura, bem como a não publicação de notas públicas no DO. O Ofício solicitou o retorno das publicações.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transparência pública e participação social no orçamento público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abertura de canal para participação no orçamento público (orçamento participativo) no site da Prefeitura.</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de mobilidade urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Municipalização do transporte público coletivo intramunicipal e municipalização do trânsito</li> <li>Acesso da população às políticas públicas de mobilidade urbana, pensando o espaço da cidade e as particularidades de uma cidade de pequeno porte.</li> <li>Adesivamento dos transportes municipais com a lei e artigo do estatuto do idoso que garante a gratuidade a todos os idosos a partir de 65 anos. Alinhamento com todos os motoristas e donos de empresa de transporte credenciadas.</li> <li>Realizada licitação para contratação de empresa que realizará um diagnóstico sobre as demandas da mobilidade urbana e do transporte urbano para posterior elaboração do plano de mobilidade urbana.</li> <li>Após proposta apresentada em audiência pelo GGL, foi aplicada a tarifa única de R\$2,00 para o município</li> <li>Realização de audiência do transporte nos bairros de Santa Catarina e Barra do Furado</li> <li>Criação do Órgão Municipal de Trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infração JARI. O GGL também contribuiu com a elaboração e regulamentação da organização interna da JARI</li> <li>Criação do Plano Municipal de Transporte</li> <li>Criação de uma coordenadoria especial de segurança pública e trânsito para tratar da proteção da população</li> <li>Contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento por câmeras (instalação, manutenção e treinamento) e sinalização das vias públicas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Diretor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Quissamã a partir da solicitação realizada nas audiências públicas do orçamento.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de mobilidade urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de ciclofaixas e ciclovias a fim de promover a mobilidade e acessibilidade ao espaço da cidade por meio de bicicleta.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social e políticas públicas territoriais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração temporária no formato de reuniões do Conselho Municipal de Urbanismo que passaram a acontecer na modalidade on-line durante o período de distanciamento social em função da pandemia causada pela Covid-19. As reuniões nesse formato permitiram que a sociedade civil participasse do espaço colegiado</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiências públicas na Câmara</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização do grupo para assuntos relacionados à classe pesqueira e despertar para importância da participação nos espaços deliberativos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na construção da proposta de mobilidade urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Luta pela garantia de acesso à mobilidade urbana (ampliação do trajeto dos coletivos, proposta de novas empresas que prestam serviços de transporte coletivo) e audiência pública sobre valor a ser cobrado no transporte municipal</li> </ul>
Carapebus	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilidade urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em Carapebus, após uma reunião com seu o prefeito, o grupo alcançou a reivindicação da implementação de uma linha de transporte público entre a área rural do Fundão e o centro da cidade</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de mobilidade urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Após diálogo com a Secretaria Municipal de Transportes, Serviços Públicos e Fiscalização de Carapebus e a Empresa de transporte coletivo Quissatur, foi realizada a regularização e extensão das linhas de ônibus que atendem ao bairro Fundão</li> </ul>
Presidente Kennedy	<ul style="list-style-type: none"> <li>A creche do quilombola de Graúna foi instituída pelo poder público como quilombola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratação de professores quilombolas e promoção de ensino quilko</li> </ul>
Itapemirim	<ul style="list-style-type: none"> <li>Subsídio para óleo diesel</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
Ubatuba	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação nas atividades relacionadas à proposta de criação do Parque Estadual Marinho no entorno da Ilha Anchieta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A equipe do PEA vem atuando na mobilização de comunidades de Ubatuba para participação nas atividades e debates relacionados à proposta de criação do Parque</li> </ul>
Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes, Carapebus Macaé Quissamã Rio das Ostras	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os membros do NVC e técnicos dos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Rio das Ostras estão participando da construção da Política Municipal de Educação Ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Política Nacional de Meio Ambiente, tanto de Cabo Frio quanto de Arraial do Cabo e Rio das Ostras, segue em processo de construção coletiva</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em Quissamã, os membros do NVC receberam técnicos da Transpetro para compreender melhor sobre a localização dos dutos abaixo das residências e foram realizados diversos esclarecimentos para os SAE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os membros do NVC continuam acompanhando a implementação do Plano de Saneamento Básico junto à Secretaria em Carapebus.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em Carapebus, os membros receberam em diversas reuniões o subsecretário da Secretaria de Meio Ambiente para dialogar a respeito do Plano Municipal de Saneamento, expondo as necessidades das comunidades e buscando compreender os prazos para o atendimento do plano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A maioria dos municípios que protocolou as propostas de PPA aguarda resposta. Apenas o Coordenador Geral de Gestão Fiscal e a Secretária Municipal de Fazenda de Cabo Frio já responderam ao Ofício com as propostas, confirmando a inserção do Programa de Orçamento Participativo (proposta do Territórios do Petróleo, do NEA-BC e do Pescarte). Quanto ao Conselho Municipal de Fiscalização de Aplicação dos Royalties, foi sinalizado que eles entendiam não ser o PPA o instrumento para sua implementação</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em Cabo Frio, Macaé, Carapebus, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras os membros dos NVCs enviaram proposta para o Plano Plurianual. Em Macaé, eles também encaminharam propostas para a Lei Orçamentária Anual. Desta forma, as políticas públicas acessadas foram:</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política municipal de meio ambiente/educação ambiental</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política municipal de saneamento básico</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de saúde</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política de educação</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política de cultura</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política municipal de transporte</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política de segurança pública</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política municipal de pesca</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política de esporte e lazer</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propostas no PPA para implementação de um Programa de Orçamento Participativo Municipal em Cabo Frio.</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proposta no PPA para a criação/operacionalização de um Conselho Municipal de Fiscalização da Aplicação dos Royalties em Cabo Frio e Macaé.</li> </ul>	•

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propostas na LOA e no PPA para Operacionalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Políticas Agrícolas; Reestruturação da Central de Abastecimento (Ceasa) em Macaé.</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propostas no PPA de Rio das Ostras abordaram o gerenciamento de resíduos; desenvolvimento rural sustentável; saneamento básico; ampliação de infraestrutura, construindo áreas de lazer; implementação de serviços de saúde que não são ofertados no município; instalação de guaritas de segurança; iluminação de vias públicas; melhoria no sistema de transporte público; preservação do meio ambiente</li> </ul>	•
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propostas no PPA de Carapebus solicitaram a reabertura de escolas municipais de educação de jovens e adultos; pavimentação e manutenção de estradas; inclusão de transporte público para zona urbana e rural; iluminação das vias públicas; elaboração e implementação de um plano municipal de esporte e lazer; preservação do meio ambiente; coleta seletiva de lixo; criação do centro de apoio à mulher vítima de violência</li> </ul>	•

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
Cabo Frio Campos dos Goytacazes Itapemirim Quissamã São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Priorização da vacinação dos quilombolas e acesso ao auxílio emergencial do governo federal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Auxílio financeiro aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados como proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela Covid-19</li> </ul>
São Francisco de Itabapoana São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso e manutenção do Registro Geral de Pesca para as mulheres pescadoras</li> <li>Acesso ao direito previdenciário (aposentadoria e auxílio maternidade)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso a seguro-defeso e reconhecimento profissional</li> </ul>
Angra dos Reis Rio das Ostras	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política pública de saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Moção de repúdio à reforma da previdência na 13ª Conferência Municipal de Saúde. A moção consta no relatório do evento, que foi publicado no Jornal Oficial edição 1043 de 15/05/2019</li> </ul>
Araruama Armação dos Búzios Arraial do Cabo Cabo Frio Saquarema	<ul style="list-style-type: none"> <li>Políticas públicas da juventude</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de um grupo de trabalho de juventude no espaço do Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago São João</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
Armação dos Búzios Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes Carapebus Macaé Quissamã Rio das Ostras São Francisco de Itabapoana São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>Orçamento público – LOA ou LDO (Fase 2 e 3)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes Macaé Quissamã São João da Barra São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>CEDRUS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização, transporte e ocupação de cadeira no CEDRUS</li> </ul>
Angra dos Reis, Caraguatatuba, Ilhabela, Mangaratiba, Paraty, São Sebastião e Ubatuba	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seguro-defeso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ação Formativa com a temática “demandas dos pescadores por habilitações, RGP, dificuldades de receber defeso e aposentadoria”, possibilitando a formação dos SAE no que diz respeito aos seus direitos e à política pública em questão</li> </ul>

Municípios	Direito e/ou política pública	Principais desdobramentos relacionados à conquista
Sem informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Audiência Pública do TEPOR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo do RIMA</li> <li>Preparação para a Audiência Pública do TEPOR</li> <li>Participação no Conselho do Parque de Jurubatiba para discussão do RIMA do TEPOR</li> <li>Mobilização e transporte dos SAE</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Auxílio emergencial da pandemia da Covid-19</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>

Fonte: PARMIS, 2023

## 8. Proposições organizadas e propostas conquistadas

As informações apresentadas no Quadro 8 correspondem às respostas de cinco coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo PARMIS. Foi elencado um total de 157 no que tange a proposições organizadas no âmbito dos PEA e respectivas 32 propostas conquistadas, sendo que oito municípios foram envolvidos, representando dois estados (RJ e SP) e as duas bacias sedimentares. O município de Campos de Goytacazes se destaca como o que apresentou mais proposições. No entanto, conquistou somente duas das 83. Já o município de São João da Barra foi o que teve mais propostas conquistadas: 21

**Quadro 8.** Proposições e propostas conquistadas no âmbito dos PEA

Município	Abrangência	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
Arraial do Cabo	Elaboração de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, cujo objetivo é reivindicar a destinação de parte dos recursos das rendas petrolíferas ( <i>royalties</i> e participação especial) recebidos no município para a comunidade de pesca. A equipe do PEA auxiliou com os trâmites necessários, inclusive com apoio de advogadas que eram técnicas do projeto. A elaboração do texto do Projeto de Lei foi concluída e as assinaturas começaram a ser recolhidas.	
	Regulamentação de permissão para que a população possa se banhar na Lagoa de Araruama, na região dos distritos de Arraial do Cabo	Criação da Lei nº 2.247 de 13/03/2020 que trata do acesso a sítios naturais públicos
Arraial do Cabo Cabo Frio	Propostas para Cabo Frio: Colocar no calendário do município 29/06 a comemoração do padroeiro dos pescadores São Pedro; Taxa de desembarque de pescado no município de Cabo Frio no valor de 0,3% revertido para entidade de pesca (embarcações acima de 20 AB); Revitalização do Mercado de Peixe no Jardim Esperança; Destinar 0,1% dos royalties do município de Cabo Frio para entidade legalizada da pesca; Construção de 1 cais de embarque e desembarque de pescado no Pontal de Santo Antônio (2º distrito); Revitalização, urbanização das praças dos bairros Passagem, Centro, Praia do Siqueira e Manoel Corrêa; Criar um canal via rádio de comunicação para os pescadores de Tamoios; Criar uma frente de trabalho com os catadores de guaiamum e caranguejo de Tamoios; Academia especial para atender às pessoas portadoras de deficiência física; Criar um festival de crustáceo no 2º distrito; Dragagem do Canal Itajurú nos pontos específicos levantada pela comunidade;	Para que este Projeto de Lei possa ser apresentado à Câmara Municipal, é preciso que haja manifestação de interesse de pelo menos 5% do eleitorado. No entanto, o quantitativo de assinaturas de eleitores não foi alcançado. Um dos fatores que impactou na ação foi a interrupção dos projetos.

Município	Abrangência	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
	Orçamento para a superintendência da pesca;Desenvolvimento de um programa de saúde do trabalhador da pesca;Embarcação de apoio para os pescadores artesanais;Construção de um cais de embarque e desembarque de pescados na Gamboa;Conceder um local adequado e próximo das praias para o armazenamento dos carrinhos dos ambulantes trabalhadores; Retorno do apoio com a infraestrutura no festival do camarão na Praia do Siqueira;Em suporte ao projeto Territórios, o PEA Pescarte ajudou no processo de elaboração do Projeto de Lei de Iniciativa Popular, intitulado Fundo Municipal de Apoio à Pesca Artesanal de Arraial do Cabo (FUNPESCA). Além disso, o PEA ajudou na divulgação e mobilização para coletar assinaturas na tentativa de colocar a PLIP em votação na casa legislativa municipal. Esta lei pretende realizar a criação de um fundo que absorva 2% das rendas petrolíferas mensais do município para serem dedicadas à comunidade da pesca.	
Cabo Frio	Participação dos jovens na construção de emendas para alteração de lei do CMDC, referente à criação de cadeira ligada à cultura da pesca artesanal; Participação dos jovens na alteração da lei municipal do COMJUV para a criação de cadeira dedicada às comunidades tradicionais;	
Quissamã	Solicitação de elaboração e implementação da política pública de mobilidade urbana.	Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana
	Propostas para LOA:Melhoria na rede de distribuição de água na comunidade de Beira da Lagoa; Construção de unidade de tratamento de esgoto em Beira de Lagoa;Limpeza dos bueiros nas localidades de Piteiras e Auto Alegre;Aporte na saúde;Aquisição de ônibus;Limpeza do canal Campos-Macaé;Aporte na educação;Distribuição contínua do kit de primeiros socorros aos pescadores;Contratação de serviços de limpeza dos rios, canais e praias de Barra do Furado;Pavimentação das ruas de Barra do Furado;Construção de uma área de esporte e lazer para comunidade de Barra do Furado;Projeto Casa de Vidro.	Limpeza do Canal Campos x Macaé;Aquisição de ônibus e limpeza dos bueiros nas localidades de Piteiras e Auto Alegre.
Rio das Ostras	Solicitação de institucionalização de autarquia para regular a prestação de serviços de saneamento básico.	Foi criada de uma autarquia para gerenciar o saneamento básico do município.
São Francisco do Itabapoana	Criação do Conselho Municipal de Juventude, em articulação com o NEA-BC, após inúmeros processos formais de reivindicação;	Conselho Municipal de Juventude

Município	Abrangência	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
	Criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM);Secretaria de Pesca;Audiências Públicas do Orçamento (PPA, LDO e LOA);Orçamento participativo e construção participativa dos pescadores (as) no Projeto de Lei de criação do Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura.	A partir da criação do grupo de trabalho na Câmara de Vereadores (desdobramento da Audiência Pública sobre o desassoreamento do Rio Itabapoana e Paraíba do Sul), os pescadores passaram a ter acesso aos espaços públicos de discussão. O grupo de trabalho tinha como objetivo discutir as demandas das comunidades de pesca e criar estratégias parasolucioná-las

Município	Abrangência	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
São João da Barra	<p>Propostas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017: Retorno do passe estudantil para todos os estudantes do município (rede privada e pública)Retorno do cartão universitário com cobertura de 80% do valor da passagemMelhorar a infraestrutura, insumos, exames e contratação de médicos do centro de emergência e de postos de saúdePavimentar e/ou recuperar as estradas de acesso e ramais dos distritos polos da agricultura familiar no municípioLimpeza e manutenção dos rios e canais fluviais do 5º distritoArborização para todo município de São João da BarraPropostas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018: Retorno do passe estudantil para todos os estudantes do município (rede privada e pública)Retorno do cartão universitário com cobertura de 80% do valor da passagemDragagem da Foz do Rio Paraíba do Sul, com a construção do molhe de pedra (execução do projeto do INPH)Proposta encaminhada à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018:Retorno do passe estudantil para todos os estudantes do município (rede privada e pública)Retorno do cartão universitário com cobertura de 80% do valor da passagemDragagem da Foz do Rio Paraíba do Sul, com a construção do molhe de pedra (execução do projeto do INPH)Propostas encaminhadas ao Plano Plurianual (PPA) 2018-2021:Construção de um hospital de média complexidade para o municípioImplantação do Centro de Especialidade Odontológica (CEO)Contratualização de 3 ambulâncias UTI para atender o distrito sede, Cajueiro e Mato EscuroCriação de um sistema de prontuário eletrônicoEsgotamento sanitário e abastecimento de água potável para todo o municípioPavimentação e/ou recuperação das estradas de acesso a ramais dos distritos polos de agricultara familiar no municípioRetorno do passe estudantil para todos os estudantes do município (rede privada e pública)Retorno do cartão universitário com cobertura de 80% do valor da passagemSinalização e frota com veículos que atendam todos os distritos de São João da Barra e ônibus de qualidade intermunicipalPropostas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020:Construção/implantação de uma praça pública interativa no Açupavimentação e/ou recuperação da Rua Maria Clarina – Açu (Creche, CRAS, ESF)Sinalização das ruas, do trânsito e dos pontos de ônibus do municípioReforma dos abrigos de ônibus do municípioReforma da praça pública localizada no Distrito de BarcelosProposta encaminhada à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020:Construção/implantação de uma praça pública interativa no Açupavimentação e/ou recuperação da Rua Maria Clarina – Açu (Creche, CRAS, ESF)Sinalização das ruas, do trânsito e dos pontos de ônibus do municípioReforma dos abrigos de ônibus do municípioReforma da praça pública localizada no Distrito de Barcelos</p>	<p>Retorno e manutenção do passe estudantil para alunos da rede pública e privada;Limpeza e manutenção dos rios e canais fluviais do 5º distrito;Arborização do município de São João da BarraRetorno do cartão universitário de 80%Contratualização de médicos;Aquisição aparelho ureterorenolitrotipsia;Reforma da estrutura da policlínica;Reformas dos postos de saúde;Contratação de ambulâncias;Reabertura da UPA;Reabertura da maternidade;Pavimentação e/ou recuperação das estradas de acesso e ramais dos distritos polos da agricultura familiar no município;Sinalização e circulação de ônibus nos distritos de São João da Barra;Reabertura do Centro Municipal de Emergência Dr. Pedro Otávio Enes Barreto;Melhoria da infraestrutura e insumos na saúde;Aquisição de medicamentos;Exames e contratação de médicos na Rede Municipal de Saúde;Abertura de um centro de fisioterapia que comporte a demanda de todos os distritos do município de São João da Barra; Contratualização de 3 ambulâncias UTI;Inserção de sistema de Prontuário Eletrônico nas Unidades de Saúde;Circulação do transporte municipal.</p>
	Proposição para criação do Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura.	A proposta foi acatada pela gestão da Secretaria de Pesca. Entretanto, está em tramitação na procuradoria do município.

Município	Abrangência	Como o PEA tem apoiado a entidade representativa
	Articulações com a Secretaria de Pesca e intervenção no orçamento participativo com propostas de melhoria para a classe pesqueira e município.	Inclusão de Barcelos e Atafona (Vila Esperança) no cronograma de limpeza dos rios e canais; Em Barcelos, houve a construção de um local de embarque e desembarque na margem do rio Paraíba do Sul.
São Sebastião	Projeto de Iniciativa Popular do Fundo Emergencial de São Sebastião.	Até o Final da Fase I, a proposta tinha sido apresentada a um vereador e seria apresentada ao presidente da Câmara de Vereadores.

Fonte: PARMIS, 2023

## 9. Conquistas espaços participação

As informações sobre conquistas de assentos em espaços de participação, apresentadas no Quadro 9, correspondem às respostas de seis coordenações dos PEA, dentre os oito analisados pelo projeto Parmis. De acordo com as respostas, foram conquistados um total de 106 assentos por entidades representativas com o apoio do PEA. Destes, 61 são em Conselhos Municipais, 15 em Conselhos de UCs, 7 em Comitês de Bacia Hidrográfica, 4 em Câmaras Municipais e 19 em outros tipos de espaço de participação. Com relação às conquistas a partir destes assentos, as informações apresentadas correspondem às respostas de cinco coordenações dos PEA, e aparecem em 33 dos espaços de participação citados. Considerando que em alguns espaços há mais de uma conquista, foram descritas ao total 70 conquistas

**Quadro 9.** Espaços de participação e conquistas dos SAE

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
Araruama	Conselho Municipal de Meio Ambiente	• Sem informação
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	• Retomada de atividades de Conselho Municipal
Armação dos Búzios	Conselho Municipal de Meio Ambiente	• Modificação do Plano Diretor
	Conselho Municipal de Educação	• Construção de quadra coberta; Auxílio Emergencial aos estudantes durante a pandemia; Manutenção do ensino médio municipal; Reformas de unidades educacionais
	Conselho Municipal de Saúde	• Não soube informar
	Conselho Municipal de Alimentação Escolar	• Não soube informar
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	• Solicitação aprovada de elaboração de minuta para Política Municipal de Saneamento Básico
Arraial do Cabo	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEX)	• Participação na construção e aprovação de Plano de Manejo de UC
	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEX)	• Participação na construção e aprovação de Plano de Manejo de UC
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	• Não soube informar
	Conselho Municipal de Saúde	• Não soube informar
	Conselho Municipal de Segurança Pública	• Não soube informar

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
	Conselho Municipal de saúde	• Proposta solicitando ampla divulgação e convocação da sociedade civil para participação em Conferência Municipal de Saúde
	Conselho da RESEX-Mar de Arraial do Cabo	• Sem informação
Cabo Frio	Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Mico Leão Dourado	• Inclusão de informações relevantes para comunidade pesqueira em Plano de Manejo de UCs
	Conselho Municipal de Mobilidade Urbana	• Não soube informar
	Conselho de Meio Ambiente da OAB	• Não soube informar
	Conselho de Proteção aos animais da OAB	• Não soube informar
	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	• Oficialização para a construção de decreto estabelecendo o Plano Municipal de Educação Ambiental; • Realização de diagnóstico participativo para o Plano Municipal de Educação Ambiental; Inclusão de instituições da sociedade civil na discussão do Plano Municipal de Educação Ambiental
	Conselho Municipal da Juventude	• Sem informação
	Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Educação Ambiental	• Sem informação
	Conselho Municipal da Criança e adolescentes (CMDCA)	• Sem informação
	Conselho Municipal de Cultura (CMDC)	• Sem informação
	Conselho Municipal de Juventude (COMJUV)	• Sem informação
	Fórum De Juventudes Cabo-frienses	• Sem informação
	Conferência Municipal de Juventudes	• Sem informação
	Audiências Públicas do Plano Participativo de Mobilidade Urbana	• Sem informação
	Câmara Municipal de Cabo Frio	• Sem informação
	Macaé	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Municipal de Meio Ambiente		• Não soube informar

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
	Conselho Municipal de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de pré-audiências públicas de revisão de Plano Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>
	Câmara Municipal de Macaé	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
	Fórum Municipal de Juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
	Audiência Pública realizada pela empresa Equinor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
Rio das Ostras	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesca	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de Escola Agrícola em localidade;</li> <li>• Inclusão de pauta dos direitos dos agricultores familiares; Indicação do diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável;</li> <li>• Participação exclusiva da agricultura familiar em festividade municipal; Articulação para realização de cursos voltados à agricultura familiar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Participativo de Orçamento Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposta para criação de uma autarquia para gerenciar saneamento básico municipal;</li> <li>• Alteração do Regimento Interno para modificação da metodologia de votação e prazo de entrega da documentação das instituições eleitas para o Conselho Municipal;</li> <li>• Proposta de apoio técnico, financeiro e jurídico, por parte do Poder Público, para catadores de materiais recicláveis se formalizarem como cooperativas ou associações;</li> <li>• Proposta de alteração do regimento interno de Conselho Municipal para maior transparência das ações do mesmo; Proposta de regras para criação de Câmaras Técnicas e orientações para organização do trabalho;</li> </ul>
	Conselho Municipal de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
	Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
	Comissão Técnica para elaboração e acompanhamento do Projeto de Lei do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro de Rio das Ostras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
São Francisco de Itabapoana	Grupo de Trabalho (GT) de Pesca da Câmara Municipal, com participação dos PEA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposição de um mercado municipal para beneficiar pescadores e agricultores; Projeto de Lei para criação do Conselho Municipal da Pesca e Aquicultura; Representatividade de pescadores na Secretaria de Pesca; Implantação de containers nas comunidades pesqueiras para coleta de resíduos do pescado; Reativação do Selo de Inspeção Municipal</li> </ul>
	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação na elaboração e envio de carta de repúdio a violência contra a mulher; Participação na visita e vistoria em reforma de hospital</li> </ul>
	Conselho Municipal da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção de boletim COVID do município</li> </ul>
	Conselho Municipal da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação para realização de reuniões online durante a pandemia Covid-19</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação para a retomada de atividades de Conselho Municipal</li> </ul>
	Conselho Municipal de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação na Comissão de Políticas Públicas e Orçamento; Realização de "live" com assistente social do município sobre violência contra a mulher.</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
	Conselho Municipal de Juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diálogo com o poder público para solicitar a criação de conselho de juventude;</li> <li>• Diálogo com poder público para criação de estratégias para a mobilidade urbana do município;</li> <li>• Diálogo com poder público para solicitar a criação de conselho de meio ambiente;</li> <li>• Apresentação de minuta para criação do Conselho da Juventude; Formação do Conselho da Juventude</li> </ul>
	Conselho municipal de juventude (COMJUV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
	Câmara Municipal de São Francisco de Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
	Conselho Municipal de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
	Conselho Municipal de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>
Secretaria da Pesca	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>	

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
São João da Barra	Conselho Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação para reestruturação de dique desgastado por conta da erosão;</li> <li>Proposta para tomada de providências em relação a ocupação irregular as margens de corpo hídrico e para erradicação de despejo de esgoto;</li> <li>Solicitação da erradicação do uso de veneno na capina pública realizada nas ruas do município;</li> <li>Solicitação para requerer devolutiva de uma empresa sobre as medidas compensatórias que serão implementadas em localidade;</li> <li>Solicitação de criação de Projeto para controle populacional de cães e gatos;</li> <li>Solicitação do controle de vetores em localidade; Esclarecimento sobre contratação de empresa especializada para serviços de limpeza, higienização, coleta de amostras de água e análise bacteriológica</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio e defesa de ampliação das obras fluviais e compra de maquinário para limpeza de corpos hídricos; Participação e organização da semana do Meio Ambiente; Participação na discussão sobre a limpeza dos canais do município;</li> </ul>
	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Conselho Municipal da Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na criação de Lei de Patrimônio da Cultura; Participação na discussão para aquisição de espaço para sediar questões correlacionadas à cultura municipal; Participação na ação de reintegração de posse de patrimônio cultural municipal</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da organização dos pescadores artesanais; Maior visibilidade da organização dos pescadores artesanais junto ao poder público local</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Câmara Municipal de São João da Barra	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Quissamã	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Moradia e Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Urbanismo-CONQUISS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de reuniões on-line de Conselho Municipal</li> </ul>
	Conselho Municipal da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Campos dos Goytacazes	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Comitê Gestor do Projeto Orla	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Conselho Municipal de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho Municipal de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Conselho Municipal das Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Casimiro de Abreu	Conselho Municipal de Segurança Alimentar;	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
	Conselho de Habitação, Saneamento e Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Conselho de Políticas Culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Carapebus	Conselho Municipal de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Saquarema	Conselho Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Comitê Gestor para revisão do Plano Diretor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Mangaratiba	APA Boto Cinza	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Arraial do Cabo	Comitê Hidrográfico de Bacias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
Cabo Frio		
Casimiro de Abreu		
Carapebus; Macaé; Quissamã	*Conselho do Parque Nacional de Jurubatiba	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
Carapebus; Quissamã; São Francisco de Itabapoana; São João da Barra; Trajano de Moraes; Conceição de Macabu; Santa Maria Madalena; Campos dos Goytacazes; São Fidélis	*Comitê do Vale do Baixo do Paraíba do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>
Mesquita	*Associação Mistas dos Produtores Rurais de Agricultura Familiar de Mesquita	<ul style="list-style-type: none"> <li>Intercâmbio com trocas para criação de Associação em Assentamento</li> </ul>
Campos dos Goytacazes; São João da Barra	*Conselho Consultivo do PELAG	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inclusão de artesãs e melhora no diálogo entre comunidade e UC; Participação na discussão sobre o Plano de Manejo de UC; Participação e organização da semana do Meio Ambiente; Participação na organização e desenvolvimento de feira da agricultura familiar; Participação na organização e desenvolvimento de feira das artesãs; Participação na organização e desenvolvimento de atividade do projeto de arborização; Participação na organização da limpeza de UC</li> </ul>
Araruama; Arraial do Cabo; Cabo Frio	*Conselho Consultivo da APA de Massambaba	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Macaé e Rio das Ostras	*Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação em Câmaras Técnicas relacionadas à Gestão Ambiental</li> </ul>
Carapebus, Macaé e Quissamã	*Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba PARNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Saquarema	*Comitê Bacia Hidrográfica Lagos São João	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de um GT de juventude no Comitê; Coordenação do GT de juventude; Participação em Subcomitês</li> </ul>
Campos dos Goytacazes; São João da Barra	*Conselho do Parque Estadual da Lagoa do Açú (PELAG)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Discussões com representante de UC para encaminhamento de novos estudos de avaliação e necessidade de fomento para desenvolvimento de pesquisas; Autorização legal para grupo de pescadores realizar fechamento de canal onde havia desvio de curso de água</li> </ul>
Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Rio das Ostras	*Comitê de Bacias Lagos São João	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Armação dos Búzios; Cabo Frio	*Conselho Gestor da APA Pau-Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação na atualização de Plano de Manejo de UC</li> </ul>

Municípios (municipal/regional)	Espaço de participação	Conquistas a partir dos assentos em espaços de participação
Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Saquarema; Araruama; São Pedro da Aldeia	*Conselho do Parque Estadual Costa do Sol	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não houve conquistas</li> </ul>
Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Macaé; Niterói; Rio das Ostras; São João da Barra	*Audiência pública para ampliação do sistema de produção de petróleo no Campo de Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inclusão de município na área de abrangência de PEA</li> </ul>
Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Casimiro de Abreu; Maricá; Rio das Ostras; Saquarema. Parcialmente: Silva Jardim; Iguaba Grande; São Pedro da Aldeia; Rio Bonito; Cachoeira de Macacu	*Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação de verba para estatística pesqueira da FIPERJ</li> </ul>
Carapebus; Macaé; Quissamã	*Conselho Consultivo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não houve conquistas</li> </ul>
Caraguatatuba; Ilhabela; São Sebastião; Ubatuba	*Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha do Litoral Norte de São Paulo (APAMLN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Nacional	Conselho de Meio Ambiente e Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Comitê de Bacias Hidrográficas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
Estadual	Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Parque Estadual da Lagoa do Açú – PELAG	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>
	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proposta de criação da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura</li> </ul>
	União de Federações e Federação de Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não soube informar</li> </ul>

\* Entidades em nível regional  
 Fonte: PARMIS, 2023.

## 1. Ações desenvolvidas pelos PEA para redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE

Os dados relacionando ações conduzidas pelos PEA e redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE foram levantados em questão que iniciava por campo aberto para a descrição da ação. Em seguida, a partir da lista disponibilizada com base na literatura, o(a) respondente escolhia o fator de vulnerabilidade, com possibilidade de escolher mais de um, como pode ser observado no Quadro 1. Além dos fatores listados, havia a possibilidade de mencionar “outros”, informando ação e fator endereçado, esses dados estão sistematizados no Quadro 2. Dos 8 PEA em análise pelo PARMIS, 7 responderam.

Quadro 1. Fatores de vulnerabilidade socioambiental e ações dos PEA

Fatores de vulnerabilidade	Ações
Alijamento político	Preparação e aumento dos grupos tradicionais foco do monitoramento do projeto em espaços públicos de decisão.
	As reuniões comunitárias têm desdobrado em outras ações importantes para as comunidades envolvidas. Um exemplo foi a que aconteceu em Campos dos Goytacazes, na localidade de Dores de Macabu, um dia após a audiência pública da empresa GNA. As pessoas presentes estavam muito preocupadas com o novo empreendimento e a equipe precisou escutar as demandas antes do NVC apresentar o projeto e seus objetivos. A equipe se comprometeu em ler o RIMA para voltar a dialogar com a comunidade. Ao perceber que o empreendimento abrangia outros municípios, ampliou a análise e o convite para os outros NVCs. A segunda reunião mais de 30 pessoas dos cinco municípios de influência do empreendimento. Como resultado, as pessoas criaram um grupo de WhatsApp, elaboraram um documento com assinatura de nove instituições, solicitando novas audiências, com ampla divulgação, visto que tinha comunidade, como o caso de um Assentamento atravessado pelo empreendimento onde ninguém ficou sabendo da audiência. O INEA se manifestou em resposta informando que está em análise. O grupo de manteve em contato para monitoramento de outros processos de licenciamento.
	Oficina de identidade de gênero.
	Garantia de transporte e alimentação adequados para filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Desenvolvimento de trabalho pedagógico e de arte educação com as filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Sensibilização corporal.
	Oficina com a temática "Oficina de Controle Social do SUS e Conselho municipal de saúde: Qual o papel do conselheiro de saúde?", reunindo todas as 9 comunidades do PEA.
	Retomada das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente, inativo até então.
Realização de Audiências Públicas para elaboração das leis orçamentárias.	

### \_apêndice 7

# Relação Ações PEA X Vulnerabilidade socioambiental

Fatores de vulnerabilidade	Ações
	Lançamento de receitas e despesas realizadas pela gestão municipal no Portal da Transparência, conforme prevê a Lei de transparência.
	Inclusão de informações no Plano Diretor acerca dos resíduos de cemitério (necrochurume e gases) com relação a seu despejo e manuseio.
	Retorno das Atividades do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, paralisadas até então.
	Informe aplicado aos transportes municipais em forma de adesivo explicitando a lei e artigo do Estatuto do Idoso que garante a gratuidade a esta categoria, a partir de 65 anos.
	Licitação e contratação de empresa para o desenvolvimento e implementação de pesquisa sobre as demandas da mobilidade e do transporte urbano no município.
	Após proposta apresentada em audiência pelo GGL, foi aplicada a tarifa única de R\$2,00 para o município.
	Realização de audiência do transporte nos bairros de Santa Catarina e Barra do Furado.
	Criação do Órgão Municipal de Trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI.
	Criação da Regulamentação Interna da JARI.
	Criação do Plano Municipal de Transporte.
	Contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento por câmeras (Instalação, manutenção e treinamento) e sinalização das vias públicas.
	Municipalização do transporte público coletivo intramunicipal e municipalização do trânsito.
	Processos Formativos.
	Formação do Grupo Gestor.
	Formação do Grupo de Acompanhamento de Obras.
	Identificação e Combate e racismo institucional
	Desenvolvimento de Projetos de Geração de Trabalho e Renda.
	Articulações com Poder Público, Privado e com Sociedade Civil Organizada.
	Todas as atividades de organização, formação e de fortalecimento das identidades e culturas quilombolas, foram realizadas como meio de empoderar politicamente para atuarem na defesa dos seus direitos e assim pode contribuir para a diminuição das vulnerabilidades desses sujeitos.
	Viabilização de Transporte e Alimentação para participação das mulheres nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Inclusão Digital das mulheres.

Fatores de vulnerabilidade	Ações
	Oficinas com temática referente ao Outubro Rosa.
	Oficinas com temática referente ao Março Lilás.
	O Projeto também apoiou a permanência da loja de artesanato em Juquehy, que estava sob risco de ser desapropriada pela Prefeitura de São Sebastião. Esse apoio se realizou por meio da participação conjunta em atos e atividades pautando a permanência do ponto, bem como pela participação em reuniões com a prefeitura e com comunitários. Utilizam essa loja de artesanato em torno de 5 artesãos.
	O Projeto apoiou a demarcação (por meio da Resolução n.28/2020 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de SP) de vinte e quatro áreas de roça caiçara na Baía de Castelhanos (Ilhabela), em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de SP. As roças objetivam a produção de alimentos para subsistência, mas a mandioca plantada também é utilizada para produção de farinha, que eventualmente é vendida na própria comunidade. Produzem e vendem farinha, em Castelhanos, em torno de cinco mulheres caiçaras.
	Apoio a implementação de Unidades de Conservação (Resex de Castelhanos) que demarcam os territórios de uso comum das comunidades, como uma estratégia de redução de vulnerabilidades vinculadas à criminalização de práticas tradicionais, e vinculadas à grilagem de terras. No caso específico da Resex de Castelhanos, o Projeto apoiou a construção de uma proposta comunitária para a composição do Conselho Deliberativo da Resex, um passo importante para sua efetivação.
<b>Destituição de acesso a renda, bens e serviços</b>	Plano de Negócios das Cozinhas Pedagógicas.
	Oficina de cupcake.
	Garantia de transporte e alimentação adequados para filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Oficina sobre beneficiamento de resíduos do pescado realizado pela FIPERJ, devido à ausência de destinação e tratamento adequados a resíduos da pesca (carcaça de peixes).
	Desenvolvimento de trabalho pedagógico e de arte educação com as filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Realização de Audiências Públicas para elaboração das leis orçamentárias.
	Inclusão no Plano Plurianual - PPA e na Lei Orçamentária Anual - LOA da implantação de rede de Estação e tratamento de Esgoto na localidade da Vila dos Pescadores e Lagoa do Sapo.
	Disponibilização de contêiner para recepção de resíduos do pescado, contemplando parte da proposta do GGL apresentada na LOA 2020 que trata do Beneficiamento dos Resíduos do Pescado.
	Informe aplicado aos transportes municipais em forma de adesivo explicitando a lei e artigo do Estatuto do Idoso que garante a gratuidade a esta categoria, a partir de 65 anos.
	Licitação e contratação de empresa para o desenvolvimento e implementação de pesquisa sobre as demandas da mobilidade e do transporte urbano no município

Fatores de vulnerabilidade	Ações
	Após proposta apresentada em audiência pelo GGL, foi aplicada a tarifa única de R\$2,00 para o município.
	Realização de audiência do transporte nos bairros de Santa Catarina e Barra do Furado.
	Criação do Órgão Municipal de Trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI.
	Criação da Regulamentação Interna da JARI.
	Criação do Plano Municipal de Transporte.
	Contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento por câmeras (Instalação, manutenção e treinamento) e sinalização das vias públicas.
	Municipalização do transporte público coletivo intramunicipal e municipalização do trânsito.
	Retorno e manutenção do passe estudantil para alunos da rede pública e privada conforme proposta do GGL no orçamento público.
	Contratação de médicos, aquisição aparelho ureterorrenolitrotipsia, reforma da estrutura da policlínica, reformas dos postos de saúde, contratação de ambulâncias, reabertura da UPA, reabertura da maternidade conforme indicação do GGL no orçamento público após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público.
	Melhorias na infraestrutura, aquisição de insumos, medicamentos, realização de exames e contratação de médicos na Rede Municipal de Saúde.
	Abertura de um centro de fisioterapia que comporte a demanda de todos os distritos do município de São João da Barra.
	Contratação de 3 ambulâncias UTI após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público.
	Inserção de sistema de Prontuário Eletrônico nas Unidades de Saúde após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público.
	Processos Formativos.
	Formação do Grupo Gestor.
	Formação do Grupo de Acompanhamento de Obras.
	Identificação e Combate de racismo institucional.
	Desenvolvimento de Projetos de Geração de Trabalho e Renda
	Articulações com Poder Público, Privado e com Sociedade Civil Organizada.
	Realização de intercâmbios entre as comunidades e de ações formativas agrupadas, promovendo grande articulação e troca de experiências e saberes entre as comunidades. As comunidades da Ilha Grande, por exemplo, após uma ação formativa agrupada entre as associações da Ilha Grande, formaram um GT para discutir seus principais problemas, propor soluções e cobrar as autoridades competentes, o qual está se mostrando bastante atuante e já obteve conquistas para os pescadores.

Fatores de vulnerabilidade	Ações
	Todas as atividades de organização, formação e de fortalecimento das identidades e culturas quilombolas, foram realizadas como meio de empoderar politicamente para atuarem na defesa dos seus direitos e assim pode contribuir para a diminuição das vulnerabilidades desses sujeitos.
	Viabilização de Transporte e Alimentação para participação das mulheres nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Inclusão Digital das mulheres.
	Curso Alternativas para melhor aproveitamento da cadeia produtiva dos pescados.
	Oficinas com temática referente ao Outubro Rosa.
	Oficinas com temática referente ao Março Lilás.
	O Projeto apoiou a estruturação de iniciativas de TBC na comunidade da Cocanha (Caraguatatuba), principalmente vinculadas ao Rancho da MAPEC (Associação de Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha). Isso foi feito por meio da realização de reuniões de base comunitária sobre o tema, e da Partilha de TBC. No TBC da Cocanha, estão envolvidos em torno de dez comunitários.
	O Projeto apoiou a permanência da loja de artesanato em Juquehy (São Sebastião), que estava sob risco de ser desapropriada pela Prefeitura de São Sebastião. Esse apoio se realizou por meio da participação conjunta em atos e atividades pautando a permanência do ponto, bem como pela participação em reuniões com a prefeitura e com comunitários. Utilizam essa loja de artesanato em torno de 5 artesãos.
	O Projeto apoiou a demarcação (por meio da Resolução n.28/2020 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de SP) de vinte e quatro áreas de roça caiçara na Baía de Castelhanos (Ilhabela), em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de SP. As roças objetivam a produção de alimentos para subsistência, mas a mandioca plantada também é utilizada para produção de farinha, que eventualmente é vendida na própria comunidade. Produzem e vendem farinha, em Castelhanos, em torno de cinco mulheres caiçaras.
	Apoio a implementação de Unidades de Conservação (Resex de Castelhanos) que demarcam os territórios de uso comum das comunidades, como uma estratégia de redução de vulnerabilidades vinculadas à criminalização de práticas tradicionais, e vinculadas à grilagem de terras. No caso específico da Resex de Castelhanos, o Projeto apoiou a construção de uma proposta comunitária para a composição do Conselho Deliberativo da Resex, um passo importante para sua efetivação.
<b>Maior dependência do ambiente</b>	Plano de Negócios das Cozinhas Pedagógicas.
	Oficina de cupcake.
	Oficina sobre beneficiamento de resíduos do pescado realizado pela FIPERJ, devido à ausência de destinação e tratamento adequados a resíduos da pesca (carcaça de peixes).
	Disponibilização de contêiner para recepção de resíduos do pescado, contemplando parte da proposta do GGL apresentada na LOA 2020 que trata do Beneficiamento dos Resíduos do Pescado.
	Após proposição na reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, foi realizada vistoria nas ocupações irregulares as margens do Rio Paraíba do Sul com despejo de esgoto próximo à captação d'água.

Fatores de vulnerabilidade	Ações
	<p>Contratação de médicos, aquisição aparelho ureterorrenolitrotipsia, reforma da estrutura da policlínica, reformas dos postos de saúde, contratação de ambulâncias, reabertura da UPA, reabertura da maternidade conforme indicação do GGL no orçamento público após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público.</p> <p>Melhorias na infraestrutura, aquisição de insumos, medicamentos, realização de exames e contratação de médicos na Rede Municipal de Saúde.</p> <p>Abertura de um centro de fisioterapia que comporte a demanda de todos os distritos do município de São João da Barra.</p> <p>Contratação de 3 ambulâncias UTI após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público.</p> <p>Inserção de sistema de Prontuário Eletrônico nas Unidades de Saúde após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público.</p> <p>Processos Formativos.</p> <p>Formação do Grupo Gestor.</p> <p>Formação do Grupo de Acompanhamento de Obras.</p> <p>Identificação e Combate e racismo institucional.</p> <p>Desenvolvimento de Projetos de Geração de Trabalho e Renda.</p> <p>Articulações com Poder Público, Privado e com Sociedade Civil Organizada.</p> <p>Curso Alternativas para melhor aproveitamento da cadeia produtiva dos pescados.</p> <p>O Projeto apoiou a estruturação de iniciativas de TBC na comunidade da Cocanha (Caraguatatuba), principalmente vinculadas ao Rancho da MAPEC (Associação de Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha). Isso foi feito por meio da realização de reuniões de base comunitária sobre o tema, e da Partilha de TBC. No TBC da Cocanha, estão envolvidos em torno de dez comunitários.</p> <p>O Projeto apoiou a demarcação (por meio da Resolução n.28/2020 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de SP) de vinte e quatro áreas de roça caiçara na Baía de Castelhanos (Ilhabela), em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de SP. As roças objetivam a produção de alimentos para subsistência, mas a mandioca plantada também é utilizada para produção de farinha, que eventualmente é vendida na própria comunidade. Produzem e vendem farinha, em Castelhanos, em torno de cinco mulheres caiçaras.</p> <p>Apoio a implementação de Unidades de Conservação (Resex de Castelhanos) que demarcam os territórios de uso comum das comunidades, como uma estratégia de redução de vulnerabilidades vinculadas à criminalização de práticas tradicionais, e vinculadas à grilagem de terras. No caso específico da Resex de Castelhanos, o Projeto apoiou a construção de uma proposta comunitária para a composição do Conselho Deliberativo da Resex, um passo importante para sua efetivação.</p>
<b>Racismo institucional</b>	<p>Todas as atividades de organização, formação e de fortalecimento das identidades e culturas quilombolas, foram realizadas como meio de empoderar politicamente para atuarem na defesa dos seus direitos e assim pode contribuir para a diminuição das vulnerabilidades desses sujeitos.</p> <p>Contratação de médicos, aquisição aparelho ureterorrenolitrotipsia, reforma da estrutura da policlínica, reformas dos postos de saúde, contratação</p>

Fatores de vulnerabilidade	Ações
	<p>de ambulâncias, reabertura da UPA, reabertura da maternidade conforme indicação do GGL no orçamento público após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público.</p> <p>Processos Formativos.</p> <p>Formação do Grupo Gestor.</p> <p>Formação do Grupo de Acompanhamento de Obras.</p> <p>Identificação e Combate e racismo institucional.</p> <p>Desenvolvimento de Projetos de Geração de Trabalho e Renda.</p> <p>Articulações com Poder Público, Privado e com Sociedade Civil Organizada.</p> <p>O Projeto apoiou a estruturação de iniciativas de TBC na comunidade da Cocanha (Caraguatatuba), principalmente vinculadas ao Rancho da MAPEC (Associação de Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha). Isso foi feito por meio da realização de reuniões de base comunitária sobre o tema, e da Partilha de TBC. No TBC da Cocanha, estão envolvidos em torno de dez comunitários.</p> <p>O Projeto apoiou a permanência da loja de artesanato em Juquehy (São Sebastião), que estava sob risco de ser desapropriada pela Prefeitura de São Sebastião. Esse apoio se realizou por meio da participação conjunta em atos e atividades pautando a permanência do ponto, bem como pela participação em reuniões com a prefeitura e com comunitários. Utilizam essa loja de artesanato em torno de 5 artesãos.</p> <p>O Projeto apoiou a demarcação (por meio da Resolução n.28/2020 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de SP) de vinte e quatro áreas de roça caiçara na Baía de Castelhanos (Ilhabela), em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de SP. As roças objetivam a produção de alimentos para subsistência, mas a mandioca plantada também é utilizada para produção de farinha, que eventualmente é vendida na própria comunidade. Produzem e vendem farinha, em Castelhanos, em torno de cinco mulheres caiçaras.</p> <p>Apoio a implementação de Unidades de Conservação (Resex de Castelhanos) que demarcam os territórios de uso comum das comunidades, como uma estratégia de redução de vulnerabilidades vinculadas à criminalização de práticas tradicionais, e vinculadas à grilagem de terras. No caso específico da Resex de Castelhanos, o Projeto apoiou a construção de uma proposta comunitária para a composição do Conselho Deliberativo da Resex, um passo importante para sua efetivação.</p>

Fonte: PARMIS, 2023

**Quadro 2.** Outros fatores contemplados pelas ações dos PEA

Outros fatores informados	Ações
Misoginia	Oficina de identidade de gênero.
Misoginia; Patriarcado	Garantia de transporte e alimentação adequados para filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
Misoginia; Patriarcado	Desenvolvimento de trabalho pedagógico e de arte educação com as filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
Saúde laboral; Autoestima; Consciência corporal	Sensibilização corporal.
Assimetria nas relações de poder	Oficina com a temática "Oficina de Controle Social do SUS e Conselho municipal de saúde: Qual o papel do conselheiro de saúde?", reunindo todas as 9 comunidades do PEA.
Exclusão de gênero e geracional; Preconceito Racial e Cultural; Desorganização comunitária; Falta de visibilidade pública; Exclusão Digital; Desvalorização profissional; Falta de informação e formação; Perda do território.	Todas as atividades de organização, formação e de fortalecimento das identidades e culturas quilombolas, foram realizadas como meio de empoderar politicamente para atuarem na defesa dos seus direitos e assim pode contribuir para a diminuição das vulnerabilidades desses sujeitos.
Outros	Realização de intercâmbios entre as comunidades e de ações formativas agrupadas, promovendo grande articulação e troca de experiências e saberes entre as comunidades. As comunidades da Ilha Grande, por exemplo, após uma ação formativa agrupada entre as associações da Ilha Grande, formaram um GT para discutir seus principais problemas, propor soluções e cobrar as autoridades competentes, o qual está se mostrando bastante atuante e já obteve conquistas para os pescadores.
Assimetria de poder	Inclusão Digital das mulheres; Curso "Alternativas para melhor aproveitamento da cadeia produtiva dos pescados".
Assimetria de poder; Misoginia	Oficinas com temática referente ao Outubro Rosa; Oficinas com temática referente ao Março Lilás.

Fonte: PARMIS, 2023.

## 1. Ações desenvolvidas pelos PEA para redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE

Os dados relacionando ações conduzidas pelos PEA e redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE foram levantados em questão que iniciava por campo aberto para a descrição da ação. Em seguida, a partir da lista disponibilizada com base na literatura, o(a) respondente escolhia o fator de vulnerabilidade, com possibilidade de escolher mais de um, como pode ser observado no Quadro 1. Além dos fatores listados, havia a possibilidade de mencionar "outros", informando ação e fator endereçado, esses dados estão sistematizados no Quadro 2. Dos 8 PEA em análise pelo PARMIS, 7 responderam.

**Quadro 1.** Fatores de vulnerabilidade socioambiental e ações dos PEA

Fatores de vulnerabilidade	Ações
<b>Alijamento político</b>	Preparação e aumento dos grupos tradicionais foco do monitoramento do projeto em espaços públicos de decisão.
	As reuniões comunitárias têm desdobrado em outras ações importantes para as comunidades envolvidas. Um exemplo foi a que aconteceu em Campos dos Goytacazes, na localidade de Dores de Macabu, um dia após a audiência pública da empresa GNA. As pessoas presentes estavam muito preocupadas com o novo empreendimento e a equipe precisou escutar as demandas antes do NVC apresentar o projeto e seus objetivos. A equipe se comprometeu em ler o RIMA para voltar a dialogar com a comunidade. Ao perceber que o empreendimento abrangia outros municípios, ampliou a análise e o convite para os outros NVCs. A segunda reunião mais de 30 pessoas dos cinco municípios de influência do empreendimento. Como resultado, as pessoas criaram um grupo de WhatsApp, elaboraram um documento com assinatura de nove instituições, solicitando novas audiência, com ampla divulgação, visto que tinha comunidade, como o caso de um Assentamento atravessado pelo empreendimento onde ninguém ficou sabendo da audiência. O INEA se manifestou em resposta informando que está em análise. O grupo de manteve em contato para monitoramento de outros processos de licenciamento.
	Oficina de identidade de gênero.
	Garantia de transporte e alimentação adequados para filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Desenvolvimento de trabalho pedagógico e de arte educação com as filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Sensibilização corporal.
	Oficina com a temática "Oficina de Controle Social do SUS e Conselho municipal de saúde: Qual o papel do conselheiro de saúde?", reunindo todas as 9 comunidades do PEA.
	Retomada das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente, inativo até então.
	Realização de Audiências Públicas para elaboração das leis orçamentárias.

## 1. Ações desenvolvidas pelos PEA para redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE

Os dados relacionando ações conduzidas pelos PEA e redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE foram levantados em questão que iniciava por campo aberto para a descrição da ação. Em seguida, a partir da lista disponibilizada com base na literatura, o(a) respondente escolhia o fator de vulnerabilidade, com possibilidade de escolher mais de um, como pode ser observado no Quadro 1. Além dos fatores listados, havia a possibilidade de mencionar “outros”, informando ação e fator endereçado, esses dados estão sistematizados no Quadro 2. Dos 8 PEA em análise pelo PARMIS, 7 responderam.

**Quadro 1.** Fatores de vulnerabilidade socioambiental e ações dos PEA

Fatores de vulnerabilidade	Ações
Alijamento político	<p>Preparação e aumento dos grupos tradicionais foco do monitoramento do projeto em espaços públicos de decisão.</p> <p>As reuniões comunitárias têm desdobrado em outras ações importantes para as comunidades envolvidas. Um exemplo foi a que aconteceu em Campos dos Goytacazes, na localidade de Dores de Macabu, um dia após a audiência pública da empresa GNA. As pessoas presentes estavam muito preocupadas com o novo empreendimento e a equipe precisou escutar as demandas antes do NVC apresentar o projeto e seus objetivos. A equipe se comprometeu em ler o RIMA para voltar a dialogar com à comunidade. Ao perceber que o empreendimento abrangia outros municípios, ampliou a análise e o convite para os outros NVCs. A segunda reunião mais de 30 pessoas dos cinco municípios de influência do empreendimento. Como resultado, as pessoas criaram um grupo de WhatsApp, elaboraram um documento com assinatura de nove instituições, solicitando novas audiência, com ampla divulgação, visto que tinha comunidade, como o caso de um Assentamento atravessado pelo empreendimento onde ninguém ficou sabendo da audiência. O INEA se manifestou em resposta informando que está em análise. O grupo de manteve em contato para monitoramento de outros processos de licenciamento.</p> <p>Oficina de identidade de gênero.</p> <p>Garantia de transporte e alimentação adequados para filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.</p> <p>Desenvolvimento de trabalho pedagógico e de arte educação com as filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.</p> <p>Sensibilização corporal.</p> <p>Oficina com a temática "Oficina de Controle Social do SUS e Conselho municipal de saúde: Qual o papel do conselheiro de saúde?", reunindo todas as 9 comunidades do PEA.</p> <p>Retomada das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente, inativo até então.</p> <p>Realização de Audiências Públicas para elaboração das leis orçamentárias.</p>

## 1. Ações desenvolvidas pelos PEA para redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE

Os dados relacionando ações conduzidas pelos PEA e redução da vulnerabilidade socioambiental dos SAE foram levantados em questão que iniciava por campo aberto para a descrição da ação. Em seguida, a partir da lista disponibilizada com base na literatura, o(a) respondente escolhia o fator de vulnerabilidade, com possibilidade de escolher mais de um, como pode ser observado no Quadro 1. Além dos fatores listados, havia a possibilidade de mencionar “outros”, informando ação e fator endereçado, esses dados estão sistematizados no Quadro 2. Dos 8 PEA em análise pelo PARMIS, 7 responderam.

Quadro 1. Fatores de vulnerabilidade socioambiental e ações dos PEA

Fatores de vulnerabilidade	Ações
Alijamento político	Preparação e aumento dos grupos tradicionais foco do monitoramento do projeto em espaços públicos de decisão.
	As reuniões comunitárias têm desdobrado em outras ações importantes para as comunidades envolvidas. Um exemplo foi a que aconteceu em Campos dos Goytacazes, na localidade de Dores de Macabu, um dia após a audiência pública da empresa GNA. As pessoas presentes estavam muito preocupadas com o novo empreendimento e a equipe precisou escutar as demandas antes do NVC apresentar o projeto e seus objetivos. A equipe se comprometeu em ler o RIMA para voltar a dialogar com a comunidade. Ao perceber que o empreendimento abrangia outros municípios, ampliou a análise e o convite para os outros NVCs. A segunda reunião mais de 30 pessoas dos cinco municípios de influência do empreendimento. Como resultado, as pessoas criaram um grupo de WhatsApp, elaboraram um documento com assinatura de nove instituições, solicitando novas audiência, com ampla divulgação, visto que tinha comunidade, como o caso de um Assentamento atravessado pelo empreendimento onde ninguém ficou sabendo da audiência. O INEA se manifestou em resposta informando que está em análise. O grupo de manteve em contato para monitoramento de outros processos de licenciamento.
	Oficina de identidade de gênero.
	Garantia de transporte e alimentação adequados para filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Desenvolvimento de trabalho pedagógico e de arte educação com as filhas e filhos das mulheres do PEA nas atividades cotidianas do projeto e eventos.
	Sensibilização corporal.
	Oficina com a temática "Oficina de Controle Social do SUS e Conselho municipal de saúde: Qual o papel do conselheiro de saúde?", reunindo todas as 9 comunidades do PEA.
	Retomada das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente, inativo até então.
Realização de Audiências Públicas para elaboração das leis orçamentárias.	

## \_apêndice 8

**Impactos diretamente, possivelmente associados à cadeia de petróleo e gás e/ou oriundos de outras atividades econômicas e ações que os PEA desenvolvem**

## 1. Mitigação de impactos e ações dos PEA

Todos os 8 PEA em análise pelo PARMIS responderam sobre a relação de suas ações com a mitigação dos impactos. O Quadro 1 apresenta as ações relacionadas pelos(as) respondentes com impactos diretamente associados à indústria de P&G, o Quadro 2 de impactos possivelmente associados à cadeia de P&G e, no Quadro 3 estão as ações relacionadas à mitigação de impactos oriundos de outras atividades econômicas presentes no território. Observa-se que os(as) respondentes associaram “ações meio” e inerentes ao caráter pedagógico à mitigação de impactos.

**Quadro 1.** Impactos diretamente associados à cadeia de P&G e ações dos PEA

Impactos diretamente associados	Ações
<b>Alteração no regime tradicional de uso e ocupação</b>	Ampliação do bairro da Virgem Santa, no Plano Diretor do município de Macaé a partir do qual foi pensada uma nova função social para o bairro em detrimento da especulação imobiliária
	Realização de ações formativas nas comunidades, atividades de intercâmbio entre comunidades e ações de comunicação social voltadas para o público do PEA sobre as atividades de P&G, licenciamento ambiental e impactos ambientais associados.
<b>Assoreamento de recurso hídrico</b>	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas
	Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Criação de Câmaras Técnicas
	Participação em Conselhos do Meio Ambiente
	Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)
<b>Deslocamento compulsório / expulsão das famílias para periferia</b>	Criação de uma autarquia para gerenciamento do Saneamento Básico no município de Rio das Ostras
	Sinalização e circulação de ônibus nos distritos de São João da Barra após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público
<b>Diminuição da renda dos(as) pescadores(as)</b>	Intercâmbio de experiências com grupos organizados com ênfase no trabalho autogestionário e associado e geração de renda
	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas
	Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Criação de Câmaras Técnicas
	Participação em Conselhos do Meio Ambiente
<b>Especulação imobiliária</b>	Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)
	Criação de uma autarquia para gerenciamento do Saneamento Básico no município de Rio das Ostras
<b>Expansão urbana</b>	Criação de uma autarquia para gerenciamento do Saneamento Básico no município de Rio das Ostras
	Contribuição com o desenvolvimento do PEA BC e do Programa Regional de Comunicação Social da Bacia de Campos - PCS-BC, por meio da participação em eventos ações/específicos destes programas e pela apresentação e discussão de impactos e resultados advindos dos demais projetos de mitigação/monitoramento junto ao público do PEA FOCO, assim como desenvolvimento de ações específicas de PCS junto ao público do PEA no âmbito regional, municipal e comunitário. (FASE 4)
<b>Formação de lixões / depósitos de resíduos</b>	Criação de uma autarquia para gerenciamento do Saneamento Básico no município de Rio das Ostras

Impactos diretamente associados	Ações
<b>Impactos sobre a infraestrutura de serviços públicos</b>	Contribuição com o desenvolvimento do PEA BC e do Programa Regional de Comunicação Social da Bacia de Campos - PCS-BC, por meio da participação em eventos ações/específicos destes programas e pela apresentação e discussão de impactos e resultados advindos dos demais projetos de mitigação/monitoramento junto ao público do PEA FOCO, assim como desenvolvimento de ações específicas de PCS junto ao público do PEA no âmbito regional, municipal e comunitário. (FASE 4)
<b>Impactos sobre disponibilidade de água</b>	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas
	Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Criação de Câmaras Técnicas
	Participação em Conselhos do Meio Ambiente
<b>Maior vulnerabilidade/expulsão devido à falta/irregularidade na demarcação de território tradicional ou por residirem em área de domínio da união (Questão Fundiária)</b>	Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)
	Aproximação com o poder público
	Fortalecimento da agricultura familiar
	Fortalecimento do Coletivo Andorinhas
	Consolidação do Observatório como uma instituição representante dos agricultores familiares no município
	A participação do Observatório nos espaços políticos tem levado a uma percepção dos agricultores familiares, conforme relatado pelos participantes do projeto durante as atividades, de que o processo de descaracterização do território rural é desacelerado em função do controle social exercido
Retomada das negociações com INCRA e início do processo de regularização fundiária em Cantagalo após mais de 30 anos	
Realização de ações formativas nas comunidades, atividades de intercâmbio entre comunidades e ações de comunicação social voltadas para o público do PEA sobre as atividades de P&G, licenciamento ambiental e impactos ambientais associados.	
<b>Poluição de recurso hídrico</b>	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas
	Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Criação de Câmaras Técnicas
	Participação em Conselhos do Meio Ambiente
<b>Precarização ou ausência de equipamentos públicos</b>	Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)
	Elaboração, impressão e distribuição da cartilha "Cidadãos em Ação 1" que explicita a origem, as regras de distribuição, os critérios de definição dos municípios produtores e todos os outros aspectos que envolvem as rendas petrolíferas
	Elaboração, impressão e distribuição da cartilha "Cidadãos em Ação 2" - volumes 1 e 2. Um dos volumes, aprofunda e atualiza o conteúdo sobre as rendas petrolíferas, o outro apresenta informações sobre o orçamento público municipal.
	Mesas Redondas abordando a temática sobre a relação das rendas petrolíferas com as demais políticas públicas municipais. Informando para o público ampliado os debates realizados entre os membros dos NVCs, com objetivo de mobilizar mais pessoas para as ações de incidência política municipal
Evento de Mobilização Comunitária, também é uma ação que tem como foco o público ampliado. O objetivo é promover um debate público sobre as rendas petrolíferas articuladas com as políticas públicas do município. E com os saberes locais, de forma a propiciar um evento de valorização da cultura local e favorecer a geração de renda	

Impactos diretamente associados	Ações
<b>Retirada de acesso às áreas de pesca ou ao território pesqueiro</b>	Reuniões Comunitárias são eventos locais planejados pelos membros dos NVCs com apoio da equipe técnica do projeto. Tem como objetivo disseminar as informações sobre as rendas petrolíferas e sobre o orçamento público municipal, com vistas a envolver as pessoas das localidades impactadas nas ações do projeto. Além de promover a aproximação da população com os representantes dos poderes executivos e legislativos e das instituições, como por exemplo, representantes da empresa Transpetro, nas localidades que passam os dutos ou secretário de obras
	Intercâmbio de experiências com grupos organizados com ênfase no trabalho autogestionário e associado e geração de renda
<b>Sem informação</b>	Troca de experiências com outros grupos organizados e entre as mulheres envolvidas no PEA FOCO para fortalecimento da organização, englobando a dimensão de gênero e questões socioambientais
	Encontro das mulheres PEA FOCO como estratégia de consolidação do processo social de cada fase, visando fortalecer a identidade regional do PEA FOCO
<b>Outros</b>	Contribuição com o desenvolvimento do PEA BC e do Programa Regional de Comunicação Social da Bacia de Campos - PCS-BC, por meio da participação em eventos ações/específicos destes programas e pela apresentação e discussão de impactos e resultados advindos dos demais projetos de mitigação/monitoramento junto ao público do PEA FOCO, assim como desenvolvimento de ações específicas de PCS junto ao público do PEA no âmbito regional, municipal e comunitário. (FASE 4)
	Mobilização, articulação, elaboração de manifestação, participação organizada e qualificada nas Audiências Públicas da Etapa 3 do pré-sal
<b>Outros</b>	Formação de um Grupo de Trabalho de Licenciamento em cada município do LN de SP
	Realização de ações formativas nas comunidades, atividades de intercâmbio entre comunidades e ações de comunicação social voltadas para o público do PEA sobre as atividades de P&G, licenciamento ambiental e impactos ambientais associados
<b>Outros</b>	Revisão Bibliográfica - sistematização de dados secundários das comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA, por meio do conhecimento do universo teórico e prático de trabalhos que dialoguem com o público do projeto, incluindo levantamento de documentos públicos, visitas institucionais, informações sobre o trabalho feminino na pesca para, dessa forma, dar visibilidade ao universo feminino da pesca artesanal.
	Troca de experiências com outros grupos organizados e entre as mulheres envolvidas no PEA FOCO para fortalecimento da organização, englobando a dimensão de gênero e questões socioambientais
	Mobilização e visitas domiciliares para o fortalecimento de vínculos com as mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca artesanal, objetivando a organização comunitária. No contexto pandêmico, as ações foram adaptadas para meios virtuais
	Inserção e aprofundamento no cotidiano das comunidades como estratégia pedagógica
Encontro das mulheres PEA FOCO como estratégia de consolidação do processo social de cada fase, visando fortalecer a identidade regional do PEA FOCO	

Impactos diretamente associados	Ações
	Contribuição com o desenvolvimento do PEA BC e do Programa Regional de Comunicação Social da Bacia de Campos - PCS-BC, por meio da participação em eventos ações/específicos destes programas e pela apresentação e discussão de impactos e resultados advindos dos demais projetos de mitigação/monitoramento junto ao público do PEA FOCO, assim como desenvolvimento de ações específicas de PCS junto ao público do PEA no âmbito regional, municipal e comunitário. (FASE 4)
	Realização de ações formativas nas comunidades, atividades de intercâmbio entre comunidades e ações de comunicação social voltadas para o público do PEA sobre as atividades de P&G, licenciamento ambiental e impactos ambientais associados.

Fonte: PARMIS, 2023

Quadro 2. Impactos possivelmente associados à cadeia de P&G e ações dos PEA

Impactos possivelmente associados	Ações
<b>Alteração no ciclo reprodutivo da fauna</b>	Articulações com órgãos estratégicos como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) na gestão da APA do Rio São João
	Construção do Plano de Gestão Local (PGL) da APA da Bacia do Rio São João
	Parceria com o "Projeto Guaiamum: Biotecnologia e Etnoconhecimento para Conservação", contemplado pela chamada de projeto do Funbio
<b>Alteração no regime tradicional de uso e ocupação</b>	Reconhecimento do Observatório, por entidades locais, como uma entidade representativa dos pescadores do Chavão
	Revisão Bibliográfica - sistematização de dados secundários das comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA, por meio do conhecimento do universo teórico e prático de trabalhos que dialoguem com o público do projeto, incluindo levantamento de documentos públicos, visitas institucionais, informações sobre o trabalho feminino na pesca para, dessa forma, dar visibilidade ao universo feminino da pesca artesanal.
	Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal
	Sinalização e circulação de ônibus nos distritos de São João da Barra após indicação de proposta do GGL no Orçamento Público
	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas
Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Criação de Câmaras Técnicas</p> <p>Participação em Conselhos do Meio Ambiente</p> <p>Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)</p> <p>Revisão do Plano Diretor municipal</p> <p>Realização de audiência pública do Plano Diretor no bairro Pernambuco, maior bairro do município</p> <p>Elaboração da minuta de lei da Política Municipal de Saneamento Básico com referência aos capítulos sobre os temas controle social e regulação dos serviços de saneamento básico no município</p>
<b>Assoreamento de recurso hídrico</b>	<p>Inclusão de pautas no Conselho do PELAG como reconhecimento dos grupos tradicionais no plano de manejo e o desassoreamento da boca da barra do Açú</p> <p>Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas</p> <p>Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável</p>
<b>Aterramento de nascentes e fontes d'água</b>	<p>Criação de Câmaras Técnicas</p> <p>Participação em Conselhos do Meio Ambiente</p> <p>Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)</p>
<b>Danos ao patrimônio imaterial ou arqueológico</b>	<p>Revisão Bibliográfica - sistematização de dados secundários das comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA, por meio do conhecimento do universo teórico e prático de trabalhos que dialoguem com o público do projeto, incluindo levantamento de documentos públicos, visitas institucionais, informações sobre o trabalho feminino na pesca para, dessa forma, dar visibilidade ao universo feminino da pesca artesanal.</p> <p>Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; segurança); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal</p>

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe</p> <p>Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)</p>
<b>Deslocamento compulsório / expulsão das famílias para periferia</b>	<p>Realização de audiências públicas prévias com o objetivo de fazer a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico</p>
<b>Diminuição da renda dos(as) pescadores(as)</b>	<p>Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; segurança); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal</p> <p>Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe</p> <p>Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)</p>

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Intercâmbio de experiências com grupos organizados com ênfase no trabalho autogestionário e associado e geração de renda</p> <p>Consolidação das Cozinhas Pedagógicas como espaço de ensino-aprendizagem coletiva e democrática, com o intuito de melhorar e ampliar a produção culinária das mulheres dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, desenvolvendo agenda de formação continuada sobre empreendedorismo articulado ao Plano de Negócios das Cozinhas Pedagógicas, junto com a AMA PEA FOCO</p> <p>Encontro das mulheres PEA FOCO como estratégia de consolidação do processo social de cada fase, visando fortalecer a identidade regional do PEA FOCO</p>
<b>Diminuição do consumo de pescado</b>	<p>Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal</p> <p>Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe</p> <p>Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)</p>
<b>Especulação imobiliária</b>	<p>Revisão Bibliográfica - sistematização de dados secundários das comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA, por meio do conhecimento do universo teórico e prático de trabalhos que dialoguem com o público do projeto, incluindo levantamento de documentos públicos, visitas institucionais, informações sobre o trabalho feminino na pesca para, dessa forma, dar visibilidade ao universo feminino da pesca artesanal.</p>

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal</p> <p>Elaboração da minuta de lei da Política Municipal de Saneamento Básico com referência aos capítulos sobre os temas controle social e regulação dos serviços de saneamento básico no município</p> <p>Realização de audiência pública do Plano Diretor no bairro Pernambuco, maior bairro do município</p> <p>Realização de audiências públicas prévias com o objetivo de fazer a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico</p> <p>Revisão do Plano Diretor municipal</p>
<b>Expansão urbana</b>	<p>Ampliação do bairro da Virgem Santa, no Plano Diretor do município de Macaé a partir do qual foi pensada uma nova função social para o bairro em detrimento da especulação imobiliária</p>
<b>Formação de lixões / depósitos de resíduos</b>	<p>Realização de audiências públicas prévias com o objetivo de fazer a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico</p> <p>Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas</p> <p>Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável</p> <p>Criação de Câmaras Técnicas</p> <p>Participação em Conselhos do Meio Ambiente</p> <p>Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)</p>

Impactos possivelmente associados	Ações
<b>Impactos sobre a infraestrutura de serviços públicos</b>	Revisão Bibliográfica - sistematização de dados secundários das comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA, por meio do conhecimento do universo teórico e prático de trabalhos que dialoguem com o público do projeto, incluindo levantamento de documentos públicos, visitas institucionais, informações sobre o trabalho feminino na pesca para, dessa forma, dar visibilidade ao universo feminino da pesca artesanal.
	Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal
	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público
	Encontro das mulheres PEA FOCO como estratégia de consolidação do processo social de cada fase, visando fortalecer a identidade regional do PEA FOCO
	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas
	Participação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Criação de Câmaras Técnicas
	Participação em Conselhos do Meio Ambiente
	Participação e Envio de Propostas para o Orçamento Participativo Municipal (PPA, LOA e LDO)
	<b>Impactos sobre a segurança no trabalho</b>

Impactos possivelmente associados	Ações
	Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal
	Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)
	Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe
<b>Invasão / dano à área protegida ou unidade de conservação</b>	Consolidação da Cooperativa de Trabalho Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Artesãs da Prainha: Sol, Salga e Arte
<b>Maior vulnerabilidade/expulsão devido à falta/irregularidade na demarcação de território tradicional ou por residirem em área de domínio da união (questão fundiária)</b>	Autorreconhecimento do Núcleo Zebina enquanto comunidade quilombola a partir do conflito envolvendo a comunidade e a APA do Pau-brasil
	Acordo com o empreendimento Aretê de doação do terreno a partir da organização do quilombo e da intervenção do Ministério Público Federal
<b>Mudança na hidrodinâmica do estuário (Alteração do equilíbrio entre água doce/água salgada)</b>	O Conselho de Meio Ambiente realizou análise da água no território do 5º distrito, onde está localizado o Porto do Açú, para conhecer os elementos ligados ao excesso de ferro e salinização d'água. A proposta foi elencada no cineclube e no 6º encontro do programa de formação, eventos realizados pelo Projeto NEA-BC
<b>Perda de biodiversidade</b>	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público

Impactos possivelmente associados	Ações
<b>Poluição de recurso hídrico</b>	Inclusão da pauta relativa à “falta de transparência no licenciamento do ferry boat” no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ);
	Acionamento do Ministério Público Estadual em relação ao licenciamento do ferry boat
<b>Precarização ou ausência de equipamentos públicos</b>	Inclusão da pauta “poluição da Laguna de Araruama” no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ)
	Articulação com os PEA do município para construção de proposta de criação do Conselho Municipal de Pesca
	Elaboração de proposta de um mercado municipal para beneficiar pescadores e agricultores, atualmente em construção
	Revisão Bibliográfica - sistematização de dados secundários das comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA, por meio do conhecimento do universo teórico e prático de trabalhos que dialoguem com o público do projeto, incluindo levantamento de documentos públicos, visitas institucionais, informações sobre o trabalho feminino na pesca para, dessa forma, dar visibilidade ao universo feminino da pesca artesanal.
	Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal
Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe	

Impactos possivelmente associados	Ações
<b>Retirada de acesso às áreas de pesca ou ao território pesqueiro</b>	Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)
	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público
	Organização e fortalecimento comunitário das mulheres da cadeia produtiva da pesca, em articulação com grupos e/ou instituições que tratam questões sociais, da pesca e/ou ambiente, resultando no reconhecimento formal das mulheres para acesso a políticas de gestão pesqueira - RGP, PRONAF, DAP
	Garantia da seguridade social (acesso ao seguro-defeso e benefícios previdenciários)
	Acesso a políticas de distribuição de renda (bolsa-família e auxílio emergencial)
<b>Retirada de acesso às áreas de pesca ou ao território pesqueiro</b>	Melhoria na qualidade de vida das comunidades (saúde pública, melhoria infraestrutura de acesso às comunidades, escolas, agentes comunitários de saúde e assistência social)
	Encontro das mulheres PEA FOCO como estratégia de consolidação do processo social de cada fase, visando fortalecer a identidade regional do PEA FOCO
<b>Retirada de acesso às áreas de pesca ou ao território pesqueiro</b>	Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal
	Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe</p> <p>Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)</p> <p>Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público</p> <p>Assessoria técnica e contábil à AMA PEA FOCO, visando à continuidade de suas atividades (atuação na gestão pública ligadas à pesca, à saúde e ao ambiente), como também o desenvolvimento das atividades de produção coletiva das cozinhas pedagógicas e comunidades</p> <p>Consolidação das Cozinhas Pedagógicas como espaço de ensino-aprendizagem coletiva e democrática, com o intuito de melhorar e ampliar a produção culinária das mulheres dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, desenvolvendo agenda de formação continuada sobre empreendedorismo articulado ao Plano de Negócios das Cozinhas Pedagógicas, junto com a AMA PEA FOCO</p>
<b>Sobrepesca / diminuição da produtividade pesqueira</b>	<p>Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal</p>

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe</p> <p>Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)</p> <p>Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público</p> <p>Organização e fortalecimento comunitário das mulheres da cadeia produtiva da pesca, em articulação com grupos e/ou instituições que tratam questões sociais, da pesca e/ou ambiente, resultando no reconhecimento formal das mulheres para acesso a políticas de gestão pesqueira - RGP, PRONAF, DAP</p> <p>Garantia da seguridade social (acesso ao seguro-defeso e benefícios previdenciários)</p> <p>Acesso a políticas de distribuição de renda (bolsa-família e auxílio emergencial)</p> <p>Melhoria na qualidade de vida das comunidades (saúde pública, melhoria infraestrutura de acesso às comunidades, escolas, agentes comunitários de saúde e assistência social)</p> <p>Intercâmbio de experiências com grupos organizados com ênfase no trabalho autogestionário e associado e geração de renda</p> <p>Consolidação das Cozinhas Pedagógicas como espaço de ensino-aprendizagem coletiva e democrática, com o intuito de melhorar e ampliar a produção culinária das mulheres dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, desenvolvendo agenda de formação continuada sobre empreendedorismo articulado ao Plano de Negócios das Cozinhas Pedagógicas, junto com a AMA PEA FOCO</p> <p>Encontro das mulheres PEA FOCO como estratégia de consolidação do processo social de cada fase, visando fortalecer a identidade regional do PEA FOCO</p>
<b>Sem informação</b>	<p>Elaboração, impressão e distribuição da cartilha "Cidadãos em Ação 1" que explicita a origem, as regras de distribuição, os critérios de definição dos municípios produtores e todos os outros aspectos que envolvem as rendas petrolíferas</p> <p>Elaboração, impressão e distribuição da cartilha "Cidadãos em Ação 2" - volumes 1 e 2. Um dos volumes, aprofunda e atualiza o conteúdo sobre as rendas petrolíferas, o outro apresenta informações sobre o orçamento público municipal.</p> <p>Mesas Redondas abordando a temática sobre a relação das rendas petrolíferas com as demais políticas públicas municipais. Informando para o público ampliado os debates realizados entre os membros dos NVCs, com objetivo de mobilizar mais pessoas para as ações de incidência política municipal</p>

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Evento de Mobilização Comunitária, também é uma ação que tem como foco o público ampliado. O objetivo é promover um debate público sobre as rendas petrolíferas articuladas com as políticas públicas do município. E com os saberes locais, de forma a propiciar um evento de valorização da cultura local e favorecer a geração de renda</p> <p>Reuniões Comunitárias são eventos locais planejados pelos membros dos NVCs com apoio da equipe técnica do projeto. Tem como objetivo disseminar as informações sobre as rendas petrolíferas e sobre o orçamento público municipal, com vistas a envolver as pessoas das localidades impactadas nas ações do projeto. Além de promover a aproximação da população com os representantes dos poderes executivos e legislativos e das instituições, como por exemplo, representantes da empresa Transpetro, nas localidades que passam os dutos ou secretário de obras</p>
<b>Outros</b>	<p>Revisão Bibliográfica - sistematização de dados secundários das comunidades pesqueiras da área de abrangência do PEA, por meio do conhecimento do universo teórico e prático de trabalhos que dialoguem com o público do projeto, incluindo levantamento de documentos públicos, visitas institucionais, informações sobre o trabalho feminino na pesca para, dessa forma, dar visibilidade ao universo feminino da pesca artesanal.</p> <p>Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal</p> <p>Estratégias de Arte-educação e Educomunicação - fortalecimento do processo de comunicação inserindo elementos da arte-educação e da educomunicação nos processos formativos e no cotidiano do projeto, a fim de atender a particularidades do grupo do projeto: baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica e recorte de gênero e classe</p>

Impactos possivelmente associados	Ações
	<p>Elaboração de planos de comunicação aplicados às comunidades que fazem a interlocução nas diferentes instâncias do projeto, contendo elementos da educomunicação e arte, por meio de instrumentos específicos: fanzines, cartazes, spots de rádio, livros-memória, estêncil, documentários, exposição fotográfica, mídias digitais, produção de vídeos, etc.)</p> <p>Encontro das mulheres PEA FOCO como estratégia de consolidação do processo social de cada fase, visando fortalecer a identidade regional do PEA FOCO</p> <p>Assessoria técnica e contábil à AMA PEA FOCO, visando à continuidade de suas atividades (atuação na gestão pública ligadas à pesca, à saúde e ao ambiente), como também o desenvolvimento das atividades de produção coletiva das cozinhas pedagógicas e comunidades</p> <p>Estabelecimento de agenda de formação continuada à direção da AMA PEA FOCO contemplando sua atuação nos núcleos comunitários e no cumprimento de seu estatuto</p> <p>Organização e fortalecimento comunitário das mulheres da cadeia produtiva da pesca, em articulação com grupos e/ou instituições que tratam questões sociais, da pesca e/ou ambiente, resultando no reconhecimento formal das mulheres para acesso a políticas de gestão pesqueira - RGP, PRONAF, DAP</p> <p>Garantia da seguridade social (acesso ao seguro-defeso e benefícios previdenciários)</p> <p>Acesso a políticas de distribuição de renda (bolsa-família e auxílio emergencial)</p> <p>Melhoria na qualidade de vida das comunidades (saúde pública, melhoria infraestrutura de acesso às comunidades, escolas, agentes comunitários de saúde e assistência social)</p> <p>Contratação de comunitárias locais para compor a equipe técnica do Projeto</p>

Fonte: PAMRIS, 2023.

Quadro 3. Impactos oriundos de outras atividades econômicas presentes no território e ações dos PEA

Impactos oriundos de outras atividades	Ações
<b>Alteração no regime tradicional de uso e ocupação</b>	Implementação de linha de transporte público entre a área rural do Fundão e o centro da cidade
<b>Deslocamento compulsório / expulsão das famílias para periferia</b>	Elaboração da minuta de lei da Política Municipal de Saneamento Básico com referência aos capítulos sobre os temas controle social e regulação dos serviços de saneamento básico no município
<b>Diminuição da renda dos(as) pescadores(as)</b>	Organização e fortalecimento comunitário das mulheres da cadeia produtiva da pesca, em articulação com grupos e/ou instituições que tratam questões sociais, da pesca e/ou ambiente, resultando no reconhecimento formal das mulheres para acesso a políticas de gestão pesqueira - RGP, PRONAF, DAP
	Garantia da seguridade social (acesso ao seguro-defeso e benefícios previdenciários)
	Acesso a políticas de distribuição de renda (bolsa-família e auxílio emergencial)
	Melhoria na qualidade de vida das comunidades (saúde pública, melhoria infraestrutura de acesso às comunidades, escolas, agentes comunitários de saúde e assistência social)
<b>Formação de lixões / depósitos de resíduos</b>	Consolidação das Cozinhas Pedagógicas como espaço de ensino-aprendizagem coletiva e democrática, com o intuito de melhorar e ampliar a produção culinária das mulheres dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, desenvolvendo agenda de formação continuada sobre empreendedorismo articulado ao Plano de Negócios das Cozinhas Pedagógicas, junto com a AMA PEA FOCO
	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público
<b>Impactos sobre a infraestrutura de serviços públicos</b>	Organização e fortalecimento comunitário das mulheres da cadeia produtiva da pesca, em articulação com grupos e/ou instituições que tratam questões sociais, da pesca e/ou ambiente, resultando no reconhecimento formal das mulheres para acesso a políticas de gestão pesqueira - RGP, PRONAF, DAP
	Garantia da seguridade social (acesso ao seguro-defeso e benefícios previdenciários)
	Acesso a políticas de distribuição de renda (bolsa-família e auxílio emergencial)
<b>Impactos sobre a segurança no trabalho</b>	Melhoria na qualidade de vida das comunidades (saúde pública, melhoria infraestrutura de acesso às comunidades, escolas, agentes comunitários de saúde e assistência social)
	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público
	Organização e fortalecimento comunitário das mulheres da cadeia produtiva da pesca, em articulação com grupos e/ou instituições que tratam questões sociais, da pesca e/ou ambiente, resultando no reconhecimento formal das mulheres para acesso a políticas de gestão pesqueira - RGP, PRONAF, DAP
	Garantia da seguridade social (acesso ao seguro-defeso e benefícios previdenciários)
	Acesso a políticas de distribuição de renda (bolsa-família e auxílio emergencial)
	Melhoria na qualidade de vida das comunidades (saúde pública, melhoria infraestrutura de acesso às comunidades, escolas, agentes comunitários de saúde e

Impactos oriundos de outras atividades	Ações
	assistência social)
<b>Inundações / alagamentos</b>	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público
<b>Invasão / dano à área protegida ou unidade de conservação</b>	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público
<b>Poluição de recurso hídrico</b>	Criação e fortalecimento da AMA/PEAFOCO - pessoa jurídica que possibilita a participação efetiva das mulheres nos conselhos municipais e outros fóruns de participação e controle social sejam eles municipais ou regionais, bem como o levantamento e encaminhamento de demandas comunitárias ao poder público
<b>Precarização ou ausência de equipamentos públicos</b>	Mobilização e visitas domiciliares para o fortalecimento de vínculos com as mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca artesanal, objetivando a organização comunitária. No contexto pandêmico, as ações foram adaptadas para meios virtuais
<b>Retirada de acesso às áreas de pesca ou ao território pesqueiro</b>	Troca de experiências com outros grupos organizados e entre as mulheres envolvidas no PEA FOCO para fortalecimento da organização, englobando a dimensão de gênero e questões socioambientais
<b>Outros</b>	Oficinas, cursos, minicursos: Temática 1 - Política Nacional de Meio Ambiente e cidadania: (i) objetivos e finalidades de projeto de mitigação com comunidades pesqueiras; (ii) gestão ambiental pública (iii) licenciamento ambiental; (iv) impactos e medidas de mitigação das atividades marítimas petróleo e gás; (v) justiça ambiental; (vi) Constituição federal e direitos sociais (habitação, transporte, moradia, saúde, alimentação; educação; seguridade); (vii) instâncias de participação e controle social. Temática 2 - Geração de trabalho e renda: (i) Elementos da economia criativa; (ii) Empreendedorismo autogestionário; (iii) Trabalho coletivo, autogestão e gerenciamento de boas práticas na cozinha; (iv) Fortalecimento da organização comunitária através do trabalho coletivo; (v) Aspectos legais e regras dos órgãos oficiais regulamentadores da produção nas cozinhas; (vi) Aspectos de gestão de pequenos negócios em alimentação; (viii) Atuação e papel da mulher no mercado de trabalho e suas dificuldades; (ix) Troca de experiências sobre a autogestão e economia solidária; (x) objetivos, finalidades e desenvolvimento de Plano de Negócios. Temática 3 - Organização comunitária e o cotidiano das mulheres da pesca: (i) Conceitos de Justiça ambiental no contexto da pesca e do gênero; (ii) lutas cotidianas enfrentadas pelas marisqueiras participantes do PEA FOCO; (iii) identificação de procedimentos necessários e inerentes à organização comunitária; (iv) formas de participação social e suas instâncias; (v) políticas de saúde da mulher; (vi) prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero; (vii) objetivos, finalidades e desafios da constituição e gestão de uma entidade jurídica. Temática 4 - Pesca artesanal e recorte de gênero: (i) medidas de ordenamento pesqueiro e sustentabilidade (Defeso do camarão; Defeso do caranguejo; Licença de embarcação para pesca); (ii) visão integrada dos ambientes e sua relação com a pesca artesanal; (iii) funcionamento do ordenamento pesqueiro e suas principais regras; (iv) análise política da Lei da pesca como conquista das pescadoras e pescadores artesanais; (v) pesca artesanal e sua relação com empreendimentos potencialmente poluidores; (vi) invisibilidade das mulheres e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca artesanal
	Troca de experiências com outros grupos organizados e entre as mulheres envolvidas no PEA para fortalecimento da organização, englobando a dimensão de gênero e questões socioambientais
	Formação técnica das comunitárias locais que compõem a equipe do Projeto

Fonte: Parmis, 2023.

O projeto de pesquisa “**Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS)**” foi exigido como condicionante da Licença de Operação nº 1572/2020, concedida à **Empresa Trident Energy do Brasil Ltda.** para o sistema de produção, coleta e escoamento de petróleo e gás natural dos polos *Pampo e Enchova*, campos de *Badejo, Bonito, Bicudo, Enchova, Enchova Oeste, Linguado, Marimbá, Pampo, Piraúna e Trilha*, na *Bacia de Campos*.



**Parmis**  
PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA  
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR  
**MARÉSS**  
MAPEAMENTO EM AMBIENTES  
RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE



A realização do PLANO DE AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA